

APPENDICE

AOS

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO.

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

PRIMEIRO ANNO DA DECIMA-TERCEIRA LEGISLATURA

SESSÃO DE 1867.



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE & C.

65—RUA DO OUVIDOR—65

1867

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

Sessão em 29 de Maio.

ELEIÇÃO DO CEARÁ. (3º districto.)

O Sr. **Fernandes da Cunha** : — Sr. presidente, obedecendo simplesmente á voz do dever, na qualidade de membro da primeira comissão de inquerito, designada pela sorte para verificar os diplomas dos deputados eleitos desde o Amazonas até Pernambuco, tenho rigorosa obrigação de manifestar as razões de convicção que me levaram a assignar o voto em separado, relativo ás eleições do 3º districto do Ceará, em companhia de meu distincto e illustrado collega o integro e justo conselheiro Sr. **Sayão Lobato**.

Desejára, Sr. presidente, poder limitar-me ao rigoroso dever de um voto symbolico nesta questão do 3º districto da provincia do Ceará; contentára-me que ella fesse decidida pelo voto esclarecido da camara, depois de solemne discussão, mas sem intervenção minha no debate, de accordo com o que está firmado no parecer em separado.

Mas a altura a que tem chegado a discussão; algumas increpações que têm partido de alguns membros da casa relativamente á boa fé e aos principios de justiça com que foi formulado o voto em separado, obrigão-me indeclinavelmente a subir á tribuna para responder por mim perante a opinião do paiz.

Confesso a V. Ex. que não estudei profundamente as eleições do 3º districto do Ceará, acta por acta, peça por peça, documento por documento; não, e se esta confissão serve a meus adversarios, elles que tirem o necessario corollario.

Li, porém, a exposição dos candidatos; assisti a algumas das discussões havidas entre os mesmos na comissão de inquerito; ouvi ao relator dessa comissão, e louvei-me sobretudo no estudo, no trabalho feito pelo meu distincto companheiro e amigo, no qual confio tanto como em mim mesmo.

O Sr. **SAYÃO LOBATO** : — Muito obrigado.

O Sr. **FERNANDES DA CUNHA** : — Confrontando as diferentes peças, analysando-as com o pouco criterio que a minha razão natural me suggere, decidi-me, sem hesitação alguma, pela nullidade total da eleição do 3º districto. E decidi-me assim, Sr. presidente, porque estou plenamente convencido de que nesta questão de verificação de poderes não temos, nem nas leis organicas, nem no nosso regimento, disposição alguma que nos tarife a natureza e especie das provas, o numero e a qualidade dos motivos que gerão a certeza, nem a integridade da grande convicção: somos um tribunal de facto e de direito, de jurisdição ampla e inteiramente livre, que póde admitir como verdadeiro tudo aquillo que leve a convicção ao nosso animo.

Do estudo e investigação a que procedi, resulta o es-

tuou plenamente convencido de que não houve, certamente, eleição sincera e real no 3º districto da provincia do Ceará; outrossim, que alli se escreverão geralmente actas arbitrárias ou posthumas, anteriores, concomitantes ou posteriores ao tempo legal da eleição. (Não apoiados.)

Eu pergunto ao nobre presidente da provincia do Ceará: V. Ex. tem sinceramente consciencia ou convicção de que realmente se fez a eleição no 3º districto do Ceará, como a lei manda e prescreve?

O Sr. **ALVIM** : — Sim, senhores; salva uma ou outra pequena falta. As actas posthumas, a que V. Ex. se refere, são aquellas que dão entrada nesta casa ao Sr. **João Brigido**.

O Sr. **SAYÃO LOBATO** : — E na Telha houve eleição?

O Sr. **ALVIM** : — Creio que houve.

O Sr. **SAYÃO LOBATO** : — Ah! crê que houve!

O Sr. **ALVIM** : — O nobre deputado sabe que eu me achava muito distante, não presenciei fazer-se essa eleição; mas está ali a acta respectiva.

O Sr. **FERNANDES DA CUNHA** : — Quando o voto dissidente de dous membros da comissão de inquerito, senhores, parte apenas de uma escassa minoria da camara, que, por graça de Deos e tolerancia desta situação politica, póde vir aqui occupar um lugar no seio da representação nacional, para servir de debil eco a uma população inteira, que vive oppressa e perseguida, e tem fome e sede de justiça; quando esse sincero e convencido voto é formalmente arguido de menos justo e consciencioso; nenhum caracter honesto, nenhum homem de brio e pundonor que o tivesse subscripto, podia mais conservar-se silencioso ou indifferente ao debate.

Acudo para a tribuna, em justa reivindicção de nossa reputação de julgadores, e desse espirito de justiça, Sr. presidente, que, se não é immodestia dizê-lo, sinto naturalmente em mim; espirito de justiça que eu prezo, e que costumo sempre observar em todos os meus actos, em relação a quem quer que seja; porque reputo a justiça um elemento divino, uma gloria da natureza humana; porque considero a justiça o dever mais indeclinavel do homem sobre a terra, a par do culto á verdade, que é a mesma essencia de Deos; espirito de justiça, que nós devemos levantar e proclamar sempre, nesta sociedade brasileira, tão abatida, tão degenerada e corrompida; espirito de justiça em que nós havemos de ir procurar a alavanca salvadora deste Imperio, a par da instrução publica e da propaganda de todos os elementos civilisadores, porque, é força confessar, que nesta situação politica, senhores, nós temos retrogrado dez ou vinte annos, de 1863 para cá! (Apoiados e não apoiados.)

O Sr. **HORTA DE ARAÚJO** : — Não apoiado; por ora é declamação.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Teremos de averiguar depois se isto é declamação, ou não. Perdoem-me esta pequena digressão.

Eu, pois, Sr. presidente, não podia prescindir do dever de explicar o meu voto. Não entrarei na analyse circumstanciada de todas as eleições do 3º districto, freguezia por freguezia, trabalho que já foi feito pelo meu illustre collega; mas direi quanto baste depois da longa discussão havida, para que justifique o meu voto, e para que não fique menos bem representado no conceito de meus illustrados collegas e na opinião do paiz, como um homem capaz de sacrificar a verdade e a justiça ante as conveniências partidárias.

Não, senhores, nem ainda quando a proclamação da justiça dovesse reverter contra mim ou contra meus amigos politicos, eu haveria jámais de sacrificá-la, uma vez que estivesse convencido do contrario do que firma o voto em seprado.

Sr. presidente, é forçoso fazer um pequeno retrospecto politico, que dá a feição característica da eleição da provincia do Ceará, para bem comprehender e explicar o resultado dessa eleição antes de entrar na analyse especial da mesma.

Um SR. DEPUTADO:—É difficil.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Não é difficil; em o farei em poucas palavras.

Entendo que na apreciação legitima e aprofundada da verdade de uma eleição nós não podemos prescindir absolutamente de analysar os antecedentes logicos que produzirão os effeitos necessarios do causus accumuladas e predictas em vista da consecução de um fim.

O que se observou na politica da provincia do Ceará, Sr. presidente? Nós vimos na sessão da legislatura passada o ministerio de então pôr em concurso a arrematação da direcção da provincia do Ceará. (*Applaudidos e não applaudidos*)... Podem protestar, que eu seguirei o meu proposito, com as deferencias devidas, e com o decoroso comediamento que o parlamento exige.

São dous os partidos radicantes e racionais do paiz—o conservador e o liberal—; são unicamente estes que correspondem aos elementos naturais e estáveis da sociedade politica; únicos essenciaes no mecanismo e jogo das instituições representativas; são aquelles que devem preponderar na gestão do governo do paiz, e por si sós sufficientes para dirigir bem a machina governamental e faz-la produzir seus fins. São em summa os partidos racionais que têm razão de ser, o que representão os principios e interesses da sociedade brasileira.

O SR. C. OTTONI:—Apoiado.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Nós não temos outras necessidades nem outros elementos na sociedade brasileira, a que possão corresponder e representar outros partidos; mas creou-se ficticiamente um terceiro partido, suppondo-se que havia exaggeração da parte de um lado radical, e suppondo-se que havia emperramento da parte do outro lado. Este terceiro partido julgou-se necessario, porque sempre os equilibristas são necessarios no governo dos povos. A politica do justo meio parece que é aquella que possui a verdade, e que, correspondendo a uma entidade logica de moderação, é a unica supposta capaz de governar com justiça, de ver as cousas com animo imparcial e desprevenido por um prisma sempre justo.

Dividiu-se esse terceiro partido instantaneamente, desmandou-se, depois de haver muitos vai-vens e contrariedades, depois de nos legar uma anarchia social, politica e administrativa, de nos pôr nas voragens do abysmo da bancarrota, e de nos ter levado a guerras desastrosas no estrangeiro.

Depois de muitas cousas, depois de muitos inventos e de muita poesia, esse partido sentio que lhe faltava a terra debaixo dos pés; sentio que lhe fallecia o elemento de apoio; sentio que lhe escapava a alavanca com que pretendia levantar o progresso. As divisões intestinas apparecerão: é uma consequencia irremediavel das colligações, que ordinariamente são sempre ephemeras, são só poderosas para destruir e nunca para edificar. Dividiu-se, separário-se, cada lado começou a suspeitar do outro; as recriminações apparecerão; cada um increpava o outro de não ter entrado de boa fé na liga, e dahi a disputa, a desarmonia e a cisão, como se sabe.

Quando chegaram a este resultado, depois de se ter desprezado a idéa das autonomias, dizendo-se antes que o partido estava fundido, solidario, compacto, que não tinha sonão um e o mesmo fim, a mesma communhão de interesses, a mesma harmonia de principios, tiveram especial cuidado os inauguradores da situação de monopolisar o mais possivel, e conservar sempre o poder nas mãos de uma só fracção, com exclusão da outra; embora proclamassem — a morte das autonomias e a solidariiedade da consubstanciação de ambos os elementos da liga. — O grupo que assim rotinha o poder é que constituía a opinião do paiz, porque a vara magica da administração do executivo é que produzia todos os salutaros effeitos da influencia governamental n'uma época de progresso e de regeneração, de politica larga e generosa, como se nos promettia dever ser a da liga!

Em relação á provincia do Ceará, quando esses elementos se dividirão, e que esta camara ficou quasi que justamente equilibrada entre uma minoria tão forte pelo numero, quanto pelos distinctos talentos, illustração e serviços de seus membros, a maioria sentio que o terreno lhe faltava da dia em dia; que carecia de procurar outros elementos de apoio.

Então, senhores, não se observou mais uma politica identica para nenhuma provincia do Imperio; o partido progressista, sentindo-se cada vez mais fraco, depois da cisão da fracção liberal, procurava elementos de apoio em qualquer lado; acudia-os sem reflexão, reserva ou exemplar, de toda a parte onde apparecia. Em relação á provincia do Ceará, sei, é publico, consta das factos parlamentares...

O SR. TOSCANO DE BRITO:—Emquanto á minha provincia, está enganado.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—... que primeiramente se recorreu e pediu apoio ao partido liberal, para se consolidar a ordem do causus nessa provincia. Este partido, solidario com seus representantes no parlamento, negou-se a aceitar proposta.

O SR. JOSÉ AVELINO:—Não ha tal; V. Ex. está enganado. Opportunamente disse a V. Ex. que não é essa a situação do Ceará.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Eu faço a historia como entendo; V. Ex. mostrará o meu erro de historia; furei a critica esclarecida e justa.

Recorreu-se então a dous ou a um, parece-me que a um, dos representantes do partido conservador; este aceitou a colligação, desorte que a politica tomou nova direcção em relação áquella provincia. Em vez de continuar a politica anterior, a liga desandou, e começou a proteger o partido conservador no Ceará ou os membros deste partido, que não quizerão ficar firmes, e que acceitirão a nova transacção.

Foi debaixo desta feição politica que seguiu para a provincia do Ceará Sr. tenente-coronel Alvim, apoiado, portanto, nos progressistas e conservadores cearenses colligados, que fazião guerra ao partido liberal.

O SR. JOSÉ AVELINO:—Peço a palavra.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Esta situação continuou até a data do convenio de 20 de Fevereiro deste anno; por consequencia, até época posterior? á conclusão das eleições primarias na provincia. No dia 20 de Fevereiro, data do novo convenio, com o partido liberal, por causa da eleição de senadores, ha discordancia entre o partido progressista e o conservador; e dahi nova tendencia e liga com o partido liberal.

Bem vêm VV. EEX. que eu, trazendo esta breve historia politica, simplesmente para encadear os factos electoraes e firmar a analyse da eleição do 3º districto, quiz demonstrar que esse convenio posterior, firmado a 20 de Fevereiro, não podia mais produzir resultado; ou effeito util, em relação ás eleições primarias de outros districtos, quanto mais do 3º districto, o mais longinquo da provincia, e que dista em certos pontos da capital mais de cento e tantas leguas.

Ora, parece que a força natural das cousas, que a natureza das providencias tomadas, em relação ao 3º districto, deveria dar triumpho da causa áquelles que tinham a protecção do governo antes do convenio de 20 de Fevereiro, e consequentemente um candidato progressis-

APPENDICE.

5

ta e um candidato conservador deverião ser os eleitos por esse districto.

Trago isto para mostrar que não foi o espirito de injustiça que presidiu ao nosso voto em separado. Nós desprezamos eleições conservadoras, ou que se dizem taes, mas que se devem reputar progressistas; nós annullamos eleições que podião talvez ser validas, com melhor direito do que aquellas que a nobre maioria da 1.^a commissão de inquerito legitimou; e consequentemente, apurando tambem as actas dessas eleições favoráveis ao candidato conservador, nós poderíamos apresentar uma, duas apurações, que dessem um diploma de representante da nação ao nosso distincto collega, cuja falta nesta camara tanto sentimos, pelos interesses do nosso lado politico, o Sr. Dr. Araujo Lima. Não fizemos, porém, apurações em vista dos candidatos.

O Sr. TOSCANO DE BRITO: — Nem a maioria da commissão tambem.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não estou faltando a essa justiça; parece-me que me expressei com a justiça devida e com a attenção que merece a illustrada maioria da commissão: defendo-me apenas da accusação que se nos fez. Disse que talvez nós pudéssemos, ainda com melhor direito, incluir um candidato conservador; bem se sabe, e está visto que é sempre fundado nas actas o nas pegos justificativas da eleição. As razões que prevalecem n'um animo, podem não prevalecer n'outro; está, portanto, salva a consciencia da commissão.

E nem estranha V. Ex. estas minhas observações, porque escapou ao nobre membro um apuro neste sentido, quando fallava o meu distincto amigo e correligionario o Sr. conselheiro Sayão Lobato.

Não sendo, pois, este o espirito que predominou em nossas consciencias na elaboração e redacção do voto em separado, desampamos a pequena analyse abreviada das eleições do 3.^o districto.

O districto compõe-se de 8 collegios e de 10 freguezias; dá em resultado um total de 359 eleitores. A eleição apparece, conforme a maioria da nobre commissão, dá apenas ao 2.^o eleito uma votação de 114 votos n'um districto de 359 eleitores, cuja metade é de 179, ficando o seu competidor com noventa e tantos votos, mas sendo preciso para isso apurarem-se eleições, que na nossa opinião são inteiramente nullas e illegaes. Consequentemente, deduzidos os votos dessas parochias, vem a ficar o 2.^o candidato com uma votação imperceptivel, muito abaixo de 90 votos.

Dizão que não tem um limite legal a votação que é mister para qualquer candidato reputar-se eleito e não ser considerada nulla a eleição de um districto.

Dizão que não é mais precisa a maioria absoluta, e com qualquer maioria relativa, seja qual for o algarismo respectivo, pôde qualquer reputar-se legalmente eleito. É certo que não temos fixado preceptivamente um limite legal; porém é caso que nós resolvemos com a nossa liberdade parlamentar, segundo o criterio esclarecido que deve presidir as deliberações da camara. (Apoiados.)

Nós não devemos aceitar como legitima a representação de um districto que foi eleito nas circumstancias em que o foi a do 3.^o districto do Ceará, quando se annullam umas poucas de freguezias de 30, 40 e 50 eleitores, ficando uma minoria imperceptivel a representar esse districto; porque antes de tudo, e sobre tudo, devemos attender á verdade e á sinceridade da manifestação do voto popular; mas esta é o que em procuro e não acho na eleição do 3.^o districto do Ceará.

O Sr. JOSÉ AVELINO: — O parecer da commissão li-quida mais de dois terços dos eleitores.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E eu subscrivi o parecer? Fallo em relação ao voto em separado.

Sr. presidente, não me quero prevalecer, para a historia da eleição do 3.^o districto do Ceará, do opusculo do illustre candidato João Brígido a respeito dessa eleição; não farei a longa historia que elle fez acerca das medidas administrativas tomadas em relação ao mesmo deputado para facilitar o triumpho do lado protegido pelo governo, não entrarei nessas nomeações de delegados e subdelegados; não analysarei essas eleições in-correctas por elle, porque, não tendo perfeito conheci-

mento dos homens da provincia do Ceará, receio arriscar proposições inexactas que firão reputações honestas, melindros justos, susceptibilidades bem entendidas, e não quero esposar a causa do Sr. João Brígido em todo o seu desenvolvimento.

O que é verdade, porém, o que está confessado pelo nobre administrador da provincia, é que o Sr. tenente-coronel José Nunes foi nomeado commissario recrutador, encarregado da designação em larga escala, em todas as comarcas e parochias do 3.^o districto do Ceará, e que para alli foi com um contingente numerozo de praças da capital....

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Cincoenta praças apenas para todo o districto.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — ... e com autorisação de reclamar o concurso de quaesquer destacamentos que lhe fossem necessarios dos commandantes de corpos, ou dos commandantes superiores, com autorisação de tomar dinheiro nas differentes collectorias do 3.^o districto, para pagamento e remessa desses designados e recrutados.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Esse facio já está liquidado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Estão confossado pelo administrador da provincia; é um facto official, e não precisa de demonstração.

O Sr. tenente-coronel José Nunes partio da capital em fins de Dezembro; note a camara a coincidência da data.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Não apoiado, partio em fins de Novembro.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Em fins de Dezembro, está aqui. (Procurando em um folheto.)

Deixarei de precizar a data, porque isto não é uma questão capital; mas o que é certo é que partio nas proximidades da quadra eleitoral, e que lá se conservou até o complemento definitivo de todas as operações eleitoraes.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Não apoiado; voltou antes da eleição secundaria.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Bem; mas esteve até depois das eleições primarias: eu quero argumentar com as palavras dos nobres deputados e confissão da presidencia.

O Sr. tenente-coronel José Nunes estabeleceu-se no Crato; fez o seu quartel-general na cidade, que dista poucas leguas de outras freguezias e collegios eleitoraes, e dali expedio suas ordens para todo o districto.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Apenas dois collegios são proximos, os mais distão 30 e 40 leguas.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — V. Ex. comprehende que em tempo de guerra, e sob a arma poderosa da designação e recrutamento, um commandante militar, commissario do governo, acompanhado de um grande destacamento, autorizado a augmenta-lo conforme as urgencias e necessidades da época, dispoze de meios do thesouro provincial para mandar recrutas e designados...

O Sr. TOSCANO DE BRITO: — Recrutas, não.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Designados equivale a recrutados, é a mesma cousa; e até fins de Janeiro creio que se recrutou.

O Sr. JOÃO BURGEO: — Recrutou-se nos Milagres.

(Ha outros apartes.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Eu não ligo importancia nos nomes; se quizerem que chamo designados, chamarei; mas effectivamente a designação é um recrutamento, e foi uma pressão administrativa, exercida pela autoridade em todas as parochias do 3.^o districto.

Um Sr. DEPUTADO: — E em todo o Império.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Aceito o aparte; e em todo o Império, certamente, com mui pequenas excepções; não é occasião agora de entrar nessa apreciação, toremos oportunidade para diante; por ora restrinjo-me ao 3.^o districto do Ceará.

Aquelle tenente-coronel é uma especie de commandante de exercito no interior da provincia. (Hilaridade.)

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Exercito de 50 praças!

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — E nega V. Ex. que elle não fez destacar de diversas parochias preças para estas e aquellas freguezias, conforme lhe convinha? E' facto provado, não me obriguem a descor a minuciosidade, que eu tambem não estou tão leigo a respeito da eleição do 3º districto do Ceará.

Ora bem, sob essa pressão da força do tenente-coronel commissionado pelo governo para fazer a eleição; sob o disfarce da designação, sob a simulação do serviço publico para mandar designados e recrutas para o exercito em operações no Paraguay, é que se fez a eleição do 3º districto do Ceará.

OS SRS. BARÃO DO CRATO E ALVIM: — Não apoiado *

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Agora analysarei a qualidade das pessoas, e a razão da intima confiança nellas depositada.

O Sr. tenente-coronel José Nunes, de cujo caracter faço o mais elevado conceito, visto não conhecê-lo (*hilaridade*), (digo isto por um necessario escrupulo, porque não quero aventurar nada que seja offensivo a pessoa alguma); o Sr. tenente-coronel José Nunes é cunhado do secretario do governo, e o secretario do governo é cunhado do nobre candidato o Sr. barão do Crato.

UMA VOZ: — A que vem isto?

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Vem para mostrar que esse homem, investido de um poder dictatorial, em época eleitoral, amigo intimo e parente das pessoas chegadas á administração, em sua missão official, estava acreditado no caracter publico de agente eleitoral do governo, e só para este fim; nem outro alcance teve a nomeação, porque de tão morosa e onerosa expedição — nem 30 homens se apurárão para o exercito!

Se este é o quadro da eleição do 3º districto do Ceará, pergunto agora: — como se fizeram as eleições nas diferentes parochias?

Comecemos pela que se reputa mais valida, mais legitima e mais pura, se é que houve eleição pura no 3º districto do Ceará; comecemos pela eleição do Crato.

Diz-se — essa eleição é genuina é a verdadeira expressão do voto popular. — Não ha tal —, dizem os antagonistas, porque o partido liberal é muito forte no Crato, e ha muitos annos, e esse partido, tomando por seu candidato o Sr. João Brígido, este devia ter a maioria da votação...

O SR. JOSÉ AVELINO: — Mas teve a minoria.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Se antigamente o partido liberal alli vencia, como não venceria agora, que tinha em seu poder todos os elementos eleitoraes, os juizes de paz, os eleitores, os supplementes, as qualificações, e tudo de que carecia uma representação real ou official? Não entro na indagação deste facto; mas entretanto, elle devia produzir as suas consequências no momento da eleição; o triumpho do Crato devia ser do partido liberal, e sendo candidato deste partido o Sr. João Brígido, elle devia ter a maioria dos votos; mas assim não aconteceu....

O SR. JOSÉ AVELINO: — Foi menos votado que o Sr. Ratisbona.

O SR. JOÃO BRÍGIDO: — Porque esse senhor reuniu a votação de todos os lados.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — porque dizem que houve um convenio, distribuiu-se o eleitorado, e neste sentido se lavrará as actas.

Logo, se esta eleição é effeito de um convenio e de distribuição de votos entre conservadores e liberaes, por simples accordo politico; se o povo não concorreu a eleição; se no Crato houve sómente um simulacro de eleição, onde a pureza e legitimidade da mesma?

Por este simples motivo annullou-se a eleição de Nazareth, na minha provincia, assistida aliás pelo chefe de policia, que para evitar conflictos e desordens aconselhou que se chegasse a um accordo, e nesse sentido, accorados os dous lados adversos, se lavrará as respectivas actas.

O SR. TOSCANO DE BRITO: — Mas no Crato houve eleição, em commissão não se negou isso.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Vamos á eleição do Pereiro, que se reputa tambem uma eleição livre.

Dizem que Pereiro era antigamente freguezia conservadora.

VOZES: — E ainda hoje é.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Nós annullámos Pereiro. Como se procedeu á eleição?

O SR. BARÃO DO CRATO: — De um modo muito regular.

VOZES: — Vejamos.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Ha dous factos salientes nesta eleição do Pereiro, além de outros secundarios: a questão da incompetencia do juiz de paz, decretada pela presidencia por virtude de incompatibilidade; e a annullação das qualificações dos dous annos proximos immediatos á eleição, com ordem para fazê-la pela qualificação de 1864.

Ha outros factos accessorios, como não terem tomado parte nesta eleição os votantes da freguezia da Boa-Vista, desmembrada da freguezia do Pereiro, da qual os dous quarteirões separados tinham cento e noventa e tantos votantes.

O SR. BARÃO DO CRATO: — V. Ex. não leu a acta

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Tomei até apontamentos que estão aqui (*Mostrando um papel.*)

O SR. BARÃO DO CRATO: — Setenta e tantos votantes.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Erro cento e tantos votantes, cujos votos não foram tomados por não estarem qualificados no Pereiro. O eleitor da freguezia mais votado tem 166 votos, e o menos votado 161. O 1º supplente é representado com 41 votos e figurão-se recebidas 193 cedulas, sendo mais de mil o numero dos qualificados.

Mas estes e outros são factos secundarios; vamos aos dous capitais desta freguezia.

S. Ex. na primeira parte occupou-se em refutar-nos, fez-nos algumas interpellações e arguições de algum modo graves, taxou de declamatorias as nossas apreciações, de não firmadas em documentos legitimos; arguiu-nos de violação da lei eleitoral, fallou nos em nome dos verdadeiros principios do partido conservador, que abandonáramos, e da escola da autoridade, fazendo varias observações neste sentido.

Parece-me que tenho o direito de contestar a S. Ex., dizendo que S. Ex. é quem está em erro.

O 1º juiz de paz da freguezia do Pereiro era um professor. S. Ex., fundado em avisos do governo, decretou a incompetencia e incompatibilidade desse juiz de paz, incapacitando-o para presidir ao acto eleitoral. Mas não o fez sem deixar-lhe latitude para presidir, ou deixar de presidir; deixou-lhe direito de opção.

O SR. ALVIM: — Para ver que não havia proposito da arreda-lo da eleição.

O SR. BARÃO DO CRATO: — V. Ex. por esta cartilha vai mal.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — No juizo de V. Ex.: eu appello delle, e do preceito da sua cartilha.

O SR. SOUZA CARVALHO: — Cada um reza pela sua cartilha.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Não estou rezando por cartilha, estou cumprindo um dever, estou justificando um voto separado. Esse voto não aproveita a ninguém; com elle nem posso crear amigos; só faço desaffectos, ou descontentes aquelles a quem aliás desejava ser agradável.

Gosto de argumentar, em materia eleitoral, estabelecendo primeiro os factos, para depois sobre elles assentar a apreciação juridica.

A portaria de S. Ex. é esta: « Palacio do governo do Ceará, em 26 de Janeiro de 1867. — Consulto-me Vm. em officio de 18 do corrente: se sendo o professor publico Manoel Brígido Souto 1º juiz de paz dessa freguezia no quadriennio corrente, pôdo presidir a mesa parochial na proxima eleição de 3 de Fevereiro futuro; assim como se no caso de ser incompetente o referido juiz de paz, as qualificações dos votantes de 1865, e do anno passado, presididas por elle, devera ser consideradas validas, e por ellas proceder-se á respectiva chamada dos votantes. E em resposta tenho a dizer-lhe quanto á primeira hypothese: que em face dos avisos de 11 de Dezembro

de 1840, 28 de Novembro de 1847, de 18 e 29 de Novembro de 1862, e de 22 de Janeiro de 1864, sendo incompatível o lugar de professor publico com o de juiz de paz, ainda mesmo exercidos em horas differentes, torna-se aquelle professor manifestamente incompetente para presidir a mesa parochial, uma vez que não faça a necessaria opção pelo cargo de juiz de paz.

« Quanto á segunda hypothese, nullidade das qualificações, determinou S. Ex. o seguinte:— Quanto á segunda, que sendo determinado nos avisos de 3 de Fevereiro, e 31 de Junho de 1849, que as qualificações de votantes, cuja junta tiver sido presidida por juiz de paz incompetente, deve ser considerada não acabada e finda, não podem vigorar na futura eleição as qualificações de 1865, e do anno passado, presididas por aquelle juiz de paz, e sim a ultima, que na forma dos avisos de 15 de Maio de 1849 § 6º, e 15 de Janeiro de 1861 § 2º, estiver legalmente finda e acabada.— Sr. Paulo Gonçalves de Souza, eleitor da parochia da villa do Pereiro. »

Eis o fundamento da portaria de S. Ex. em resposta a um eleitor da parochia do Pereiro.

Ha dous motivos allegados nesta portaria. O 1º é a incompatibilidade do 1º juiz de paz em virtude de ser professor, deixando-lhe porém o direito de opção entre a presidencia da eleição e o lugar de professor. O 2º é que, sendo incompatível o professor para presidir a eleição, *ipso facto* devião reputar-se nullas as ultimas qualificações de 1865 e 1866, em virtude do aviso do governo declarando que qualificações presididas por juizes incompetentes não se reputo findas. D'ahi seguiu-se mandar S. Ex. que se tomasse para base da eleição a qualificação de 1864, se bem que deixasse ao criterio e apreciação da mesa o declarar se a considerava finda e acabada; porque não disse positivamente que estava finda essa qualificação.

Eis os factos: entremos agora na analyse juridica. Nós não contestámos o poder conferido pela lei eleitoral aos presidentes de provincias de reputarem findas ou não as qualificações, de annullarem taes actos, bem como eleições de juizes de paz e de vereadores, etc. Nós não enunciamos o principio de que uma eleição nunca se deva reputar nulla em certas hypotheses, dada a prova da incompetencia do juiz que a presidira. Nada disto dissemos. Não infringimos, portanto, nenhum dos principios reguladores da lei eleitoral, nem nos declaramos contra o respeito devido ao principio da autoridade e á obediencia ás leis do paiz.

O que contestámos mui solemne e juridicamente é a decisão presidencial que incapacita o 1º juiz de paz do Pereiro para presidir á eleição contrapreducentemente, uma vez que lhe deixa o direito de opção. Se tem este direito, não tem incapacidade absoluta, tem um impedimento apenas meramente relativo, que pôde desaparecer por facto proprio.

O Sr. ALVIM:— E' um erro de redacção feito de proposito.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Mas ainda quando admittisse a relevancia juridica do principio invocado pelo nobre administrador da provincia, não tinha elle a necessaria efficacia juridica para desvirtuar e annullar qualificações feitas em annos anteriores, já approvadas competentemente pelos antecessores de S. Ex., e sancionadas talvez em recursos pelos tribunaes.

O Sr. ALVIM:— V. Ex. confunde competencia em materia administrativa com a competencia em materia judiciaria.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Pôde ser que V. Ex. as distinga melhor do que eu e do que o meu collega, não duvido.

O Sr. ALVIM dá outro aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— O meu nobre collega o Sr. conselheiro Sayão Lobato já demonstrou que a incompatibilidade decretada por esses avisos, em relação ao professorado, tinha um fundamento de ordem administrativa, simplesmente, baseado na necessidade do serviço publico, em vista da prohibição de se acumularem na mesma pessoa cargos e serviços que não possam ser bem desempenhados ao mesmo tempo, e cuja accumulção pôde ser detrimetosa ao serviço publico.

E' um fundamento de ordem administrativa pura-

mento, como disse, deduzido do aviso de 4 de Junho de 1847, que estabelece tres causas de incompatibilidade em cargos publicos: 1º, quando são decretados especialmente em lei; 2º, quando são repugnantes ou inconciliaveis entre si por sua propria natureza, os dous empregos; 3º, quando ha detrimento ao serviço publico pela accumulção ou impossibilidade de ser cada um desempenhado satisfactoriamente.

São estas as regras geraes. Os avisos do governo que decretão a incompatibilidade do professor publico para exercer funções eleitoraes prohibem simplesmente a accumulção de cargos; não quer que o mestre publico falte ao exercicio das funções de seu emprego indo presidir ao processo eleitoral.

A incompatibilidade de ordem legal declarada em lei é inherente á natureza do emprego e á sua incompatibilidade ou inconciliabilidade com outro, provada ella, *ipso facto* ficão inutilizados os actos praticados anteriormente, se a nullidade é de pleno direito e se razões de ordem publica ou de utilidade social não reclamão a validade dos actos anteriores. Com relação a esse juiz de paz do Pereiro, haverá alguma razão de utilidade publica que possa apadrinhar essa inversão da legislação, e a frustração de seus effeitos juridicos, a respeito de um acto já reconhecido? Não valem nem a consideração da boa fé com que foi praticado? Para sua legitimação e revalidação, não importou a adhesão de todos os lados a quem poderia aproveitar ou prejudicar, que o sancionário silenciosos, que aceitarão os seus effeitos e se regerão por elles?

O Sr. ALVIM:— E' uma doutrina que vigora ha 27 annos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Vigora para aquelles que lêem superficialmente as leis do paiz; mas não para aquelles que as interpretão, de conformidade com os principios juridicos, á luz da critica esclarecida.

A nossa opinião é confirmada por avisos do governo, de que S. Ex. é tão apaixonado; mas que, quando discordão da lei, nada valem. Isto digo eu, sendo: lias conservador, e prezando-me de o ser.

Um Sr. DEPUTADO.— Entretanto, uma eleição do Ceará feita em identicas circumstancias moreceu a approvação de V. Ex.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Não sei a que se refere; e bem pôde ser que me passasse despercebida. Ha aqui um aviso de 2 de Maio de 1862, n. 188, que declara o seguinte: « Não é sufficiente para annullar os trabalhos das juntas de qualificação o terem estas sido presididas por um juiz de paz cuja eleição havia sido annullada, mas de que elle não tivera conhecimento ao tempo em que presidira a junta, em razão de terem sido em boa fé praticados os seus actos de presidente da mesma junta. »

Neste caso tratava-se de uma eleição annullada, o que é mais, e não simplesmente da competencia ou incompetencia do juiz. Mas, como o juiz de paz obrára em boa fé, apesar de ser nulla a sua eleição, e de lhe faltar poder e jurisdicção para o acto da presidencia da junta, não se invalidarão os actos por elle praticados: *error communis facit jus: multa fieri prohibentur, que tamen facta tenent.*

(Ha diversos apartes.)

Os nobres deputados hão de conceder que o erro communa constitue direito; a boa fé revalida ou legitima o defeito ou vicio dos actos anteriores.

Um Sr. DEPUTADO:— Mas V. Ex. deve attender que nesse caso houve boa fé, neste não a havia.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Essa questão é que é de flagrancia juridica. E' preciso que nós attendamos ao que é uma operação de qualificação.

A qualificação é acto puramente feito pelo juiz de paz? Não; é um facto praticado pelo juiz de paz com o concurso de uma junta, eleita por eleitores e supplentes. Nesta eleição do Pereiro não se vê que o partido do juiz de paz Manoel Brígido Souto não representa exclusivamente a opinião da parochia; que o 1º juiz de paz só tinha a seu lado os supplentes; que a qualificação portanto não era obra completa de seu lado, e que a ul-

APPENDICE.

tinha não podia deixar de estar fiscalizada e inspecionada pelo partido adverso?

A operação da qualificação, sendo a base da eleição, é acto que interessa a toda a parochia, e do qual a lei faculta diversos recursos, já para as juntas de reclamação, já para os conselhos municipais, e já para as relações; não é pois um acto indiferente, a que os partidos se mostram estranhos, ou deixem passar sem fiscalização e exame.

Mas todos os cidadãos desprezaram, na especie, operação tão grave e de tanto alcance; desprezaram todos os recursos; acceitaram a qualificação, e depois, no acto da eleição, inopinadamente, e que se lembrou de dizer: esta e aquella qualificação não servem, são nulas por esta ou aquella causa apresentada ou descoberta na occasião; a qualificação que deve servir é tal ou tal outra, e assim escolheu-se a dedo aquella em virtude da qual se pretende obter triumpho, e fazem-se desaparecer todas as outras.

Assim se fez em relação ao Pereiro; desprezaram-se, a pretexto da nulidade por incompatibilidade do 1.º juiz de paz, as qualificações de 1865 e 1866, e adoptou-se a de 1864, que não podia corresponder mais á opinião da população pelas exclusões, inclusões, mortes, mudanças supervenientes, etc.

Mas o nobre presidente do Ceará facultou ao juiz de paz o direito de opção; reconheceu-lhe o direito de presidir a eleição se quizesse. Mas então por que razão antes de exercido esse direito de opção, desde logo e previamente annullou as qualificações posteriores de 1865 e 1866, e mandou proceder á eleição pela de 1864?

O SR. ALVIM: — Já declarei que havia erro de redacção nessa cópia.

O SR. JOÃO BARREIRO: — Não ha erro da cópia, aqui está o original.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Deixemos isso. Parece-me que tenho dito quanto é bastante em relação á eleição do Pereiro, quanto á incompatibilidade ou incapacidade do 1.º juiz de paz.

Ora, agora vamos a outros pontos. Notarei a impossibilidade de se fazerem n'um só dia duas chamadas de 1,500 votantes, dos quaes votarão apenas 196, sendo a minoria representada por 41 votos, segundo figurão as actas. Notarei a chamada dos votantes feita por um mesario e não por juiz de paz. Notarei mais que não se incluíram os votantes da nova freguezia da Boa-Vista, desmembrada em 1863 da do Pereiro e de outras, nem se marcou numero de eleitores para a mesma, estando aliás canonicamente provida, e já tendo alli se procedido á eleição de juizes de paz e vereadores.

Como, pois, poderemos nós saber qual a verdadeira expressão do voto popular?

Como havemos de saber quem venceria, se esses votantes da Boa-Vista, dos quartelhões desmembrados do Pereiro, tomassem parte no pleito?

UM SR. DEPUTADO: — Ali não houve pleito, porque o partido liberal não tem elemento algum para vencer.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Não houve pleito; não houve eleição; sim, senhor, mas entretanto lavrou-se uma acta, da qual consta que votarão muitas pessoas da opposição...

O SR. BARÃO DO CRATO: — Eu affianço ao nobre deputado que houve eleição nessa freguezia do Pereiro.

UM SR. DEPUTADO: — O partido liberal não tem elemento para lutar na eleição nessa freguezia.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Temos uma questão jurídica a respeito de criação de freguezias. Os votantes da Boa-Vista não votarão no Rosario; e em Lavras não votarão os de Varzea-Alegre.

UM SR. DEPUTADO: — Em Lavras ha eleitores que residem em Varzea-Alegre.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Eu pergunto ao nobre administrador da provincia, e aos nobres deputados que defendem a eleição do 3.º districto do Ceará, donde votarão os votantes dessas freguezias novamente creadas; nas antigas matizes, ou nas novas freguezias...

UM SR. DEPUTADO: — Nas anti gas.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — E os de Varzea-Alegre?...

UM SR. DEPUTADO: — Essa freguezia foi desmembrada de um só districto.

O SR. FERNANDES DA CUNHA lê o art. 19 do decreto n. 2,621 de 22 de Agosto de 1860. « As parochias creadas depois das divisões dos districtos ficarão pertencendo aos districtos que comprehendem as parochias de que foram desmembradas, fazendo-se desde logo a distribuição do numero de eleitores, que umas e outras devem dar, conforme o § 12 do mesmo decreto.

« Os votantes, porém, daquellas que tiverem sido creadas em territorios desmembrados das parochias pertencentes a mais de um districto, continuarão a votar e a ser votados nas parochias a que pertencião, até que por lei se designem os districtos a que as novas assim creadas deverão pertencer. »

O SR. ALVIM: — Ali está a resposta a V. Ex.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Logo, os votantes qualificados da freguezia da Boa-Vista devião votar no Pereiro ou no Icó, na freguezia antiga donde foram desmembrados; mas de facto não votarão em parte alguma, e entretanto conservou-se o mesmo numero de eleitores para Pereiro, para Icó e para Lavras, apozar das desmembrações das novas freguezias da Boa-Vista e da Varzea-Alegre, desde 1863, e depois de eleições municipales nas mesmas...

(Ha diversos apartes.)

Vamos ao Icó. Sr. presidente, a eleição do Icó foi approvada pela maioria da commissão, e por nós annullada. Como em outras parochias, no Icó tambem não houve eleição, escreveu-se apenas a acta.

Ali o governo provincial, para proteger o partido cujo triumpho desejava, empregou os meios convenientes. Era 1.º juiz de paz o tenente-coronel Casimiro Pinto Nogueira, cidadão importante na localidade, de quem tenho as melhores informações, que tinha dado os contingentes que lhe foram exigidos, e auxiliado até a aquisição de voluntarios, além de ter fido donativos ao Estado; por consequencia, era insuspeito o seu espirito patriótico á administração, sobre serom incontestáveis os seus serviços.

Entretanto, Sr. presidente, no mez de Outubro de 1866 occorreu um facto de que os partidos locais logo se apoderaram habilmente. Este facto foi o da fuga de um guarda designado do batalhão desse tenente-coronel, a quem o delegado respectivo queria prender, sob esse pretexto, mas realmente por indiciado em crime de rapto.

(Ha diversos apartes.)

Este rapaz, guarda nacional do batalhão do tenente-coronel Casimiro, foi indiciado de ter raptado uma moça....

O SR. ALVIM: — V. Ex. sabe perfeitamente que o Sr. Dr. Homem de Mello não hesitaria um só instante em metter em conselho de disciplina qualquer official nas circumstancias de que se quer accusar ao Sr. tenente-coronel Casimiro; todas as testemunhas foram unanimes em seu favor.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Deixe-me V. Ex. explicar os factos; é preciso ser breve. Eu vou ler a carta do Sr. Dr. José Vicente, irmão do nobre Sr. barão do Crato, candidato eleito, escripta do Icó, e dirigida ao Sr. Souto, secretario do governo, a proposito do facto que é considerado criminoso. Pego a attenção da camara:

« Deu-se aqui no dia 14 do corrente um facto que talvez seja desfigurado quando o levarem ao conhecimento do presidente. Sabes que, em virtude de instrucções do governo provincial, transmittidas aos commandantes superiores e destas aos commandantes dos corpos, cada batalhão da guarda nacional deveria fornecer o contingente necessario, afim de que se completasse o numero de guardas recrutados para o serviço da guerra. Não obstante, porém, já ter o Casimiro Pinto preenchido o contingente do seu batalhão, mandou o Francisco Manoel prender a um rapaz qualificado no mesmo, e filho do Licínio, por ter elle raptado uma rapariga, que, depois de ser depositada em casa do Dr. Medeiros, resolveu-se a não casar, por suggestões. Para escapar á prisão, o

APPENDICE.

9

pobre rapaz, a pretexto de tomar o palatô, entra em sua casa e fecha as portas.

« O povo reúne-se, o delegado intervém, e manda postar na frente da casa algumas praças; apparece o subdelegado, e de sua parte obsta á que se tire por violência o preso. Eu mesmo fui ao lugar do conflicto, e aconselhei ao pai do dito rapaz que aguardasse com paciência e calma o desfecho do negocio, o qual prolongou-se desde as 8 horas da manhã até depois do meio-dia.

« Estavam as cousas neste ponto, quando o Casimiro, vendo augmentar o tumulto do povo, e declarando que já tinham sido dados todos os recrutas, que por ordem superior lhe foram pedidos, dirigio-se á casa, e disse ao mesmo rapaz que saísse. Este obedeceu e logrou escapar-se. Já vêes que nem houve resistencia á ordens legais, nem desobediencia ao commandante superior, visto como elle não devereia infringir a regra estabelecida de serem tirados, para servirem no exercito, durante a guerra, os guardas, senão por acto e escolha dos seus subordinados. Fago-te esta communicação no intuito de pôr-te ao corrente do referido facto, para que o governo obre com acerto, mandando ouvir ao tenente coronel a cujo batalhão pertencia o guarda nacional em questão, e ainda mais para que se não forge arma de intriga politica, em uma época, na qual não convem exacerbar os animos, tanto mais quanto na minha opinião o Casimiro prestou um serviço á ordem publica, preferindo abrir mão do preso, ante a possibilidade de haver uma luta entre o povo e o commandante superior, da qual terião de resultar consequências imprevistas.

« Deixo ao teu criterio e reflexão o avaliar das cousas que se passaram nas localidades, sob o imperio da intriga e das represalias. Ten, etc., — José Vicente. »

O Sr. BASTO DO CRATO: — Era o commandante superior, o não o delegado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Pois o commandante superior é autoridade policial ou judiciaria, para prender raptos? Não é isto fazer uma perseguição eleitoral sob a capa de serviço publico?

O Sr. ALVIM: — Nota que todas essas autoridades são conservadoras.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E' o que não sei, mas se assim é, eu não trato aqui de pessoas, nem desonro violencias e demandos por espirito de partido.

Note-se que é a rapaziça que não quer casar com o raptor.

O Sr. ALVIM: — E' uma carta particular. Se V. Ex. lesse o processo....

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não foi presente á commissão.

Mas, Sr. presidente, da simples leitura desta carta vê-se que ella foi escripta por um homem illustrado, qualificado, independente, insuspeito nesta questão, pois é irmão do candidato o nobre Sr. barão do Crato. Esse bom cidadão julga do seu dever prestar um serviço á administração, esclarecendo-a, afim de fazer justiça e de prevenir males, não se deixando illudir pelas intrigas da politica local. Mas como é, senhores, que o testemunho deste cidadão qualificado e imparcial é rejeitado pelos nobres deputados que defendem a validade da eleição do Icó? Como se busca deste facto, praticado em Outubro, tirar argumento para incompatibilisar-se um juiz, influencia legitima do Icó?

O que houve em Outubro, na administração do Sr. Homem de Mello?

Este rapaz, tendo raptado uma moça, e sendo esta depositada em casa do Dr. Medeiros, estava prompto a casar com ella. Não cumpria ao commandante superior, mas sim ás autoridades locais proceder contra o raptor; este devia ser processado, e não designado ou recrutado. Esta é que era a consequencia legitima e o procedimento legal, mas em vez da autoridade policial ou judiciaria do termo tomar conta do delicto e instaurar a culpa ao raptor, foi o commandante superior, que, simplificado as fórmulas legais, quiz fazer do raptor um guarda nacional designado.

O delegado de policia não é quem vai prender o raptor; quem o manda prender é o commandante superior.

O raptor era guarda nacional do batalhão do tenente-

coronel Casimiro; mas este tenente-coronel, que tinha dado já todo o contingente de praças do seu batalhão, pedido pelo governo, não tinha que fazer nova designação de outras praças; e se o commandante superior ainda necessitava de contingentes, só o podia determinar por ordem do presidente da provincia, executada por intermedio d'elle tenente-coronel commandante do corpo. Logo, o commandante superior abusou, foi prepotente, violou a lei; a prisão de um guarda nacional, não designado competentemente, é illegal.

O Sr. ALVIM: — Todos os commandantes superiores estavam autorizados a designar, por portaria de meu antecessor.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — As designações são feitas ou autorizadas em virtude do decreto do governo mareando os contingentes por provincias.

O Sr. ALVIM: — Assevero que esse commandante superior não deu o contingente todo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Melhor; o protegido não deu o contingente todo, e não soffreu cousa alguma; entretanto o homem que cumprio o seu dever, o commandante do corpo, é processado com fim eleitoral....

O Sr. ALVIM: — Repito, note que é uma carta particular; leia o processo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O processo ha de ter um cãho informe de nullidade: é pena que não viesse á camera.

O Sr. ALVIM: — Não apóio; leia-o.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Senhores, o commandante superior quer prender o rapaz sem reclamar-lo do commandante do corpo; quer prendê-lo incontinenti, e por causa de rapto; o subdelegado oppõe-se a essa prisão; o delegado a apoia; ha conflicto entre o povo e o commandante superior; carca-se com força armada a casa onde se achava o rapaz, desde as oito horas da manhã até depois do meio-dia; não se resolve o conflicto, a população assusta-se, a ordem publica está ameaçada; é dever de todo o bom cidadão informar fielmente o facto, para que não se lhe dê cor diversa....

O Sr. ALVIM: — Não é informação official, é uma carta particular.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Para mim esta carta particular tem toda a força de um depoimento jurado; vale mais do que essas justificações innocuas, que muitas vezes se apresentam. É uma carta confidencial de toda a verdade e de origem insuspeita.

O Sr. TOSCANO DE BRITO: — São apreciações.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não havia razão para essa prisão; a eleição estava proxima; o irmão do autor desta carta era candidato á deputação por aquelle districto.

Está estabelecida nesta carta, Sr. presidente, a verdade do facto, que o tenente-coronel Casimiro conservou-se inactivo, indifferente ao conflicto que já se travava entre o povo e as autoridades, por uma ordem caprichosa e prepotente do commandante superior, até o meio-dia; havia já decorrido quatro horas de conflicto; ao meio-dia é que o tenente-coronel interveio, e interveio como? na qualidade de tenente-coronel? Não, na qualidade de simples cidadão, porque se disse (eu não averigui bem este ponto), mas consta das exposições que elle não estava no exercicio do commando do seu batalhão.

O Sr. ALVIM: — Estava em exercicio, e determinou ao sargento que se retirasse; o sargento disse no processo que desobedeceu ao seu commandante.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — A declaração é do sargento?

O Sr. ALVIM: — Do sargento, testemunha do Sr. tenente-coronel.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E não consta então do archivo official se estava ou não no commando?

O Sr. ALVIM: — Consta que estava.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Isto é o que vale, e não o depoimento do sargento.

O Sr. ALVIM: — Tanto estava, que foi suspenso.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O tenente-coronel Casimiro, por esta carta que estou analysando, interveio na simples qualidade de cidadão particular, e interveio como? Oppondo resistencia á execução das ordens legaes das autoridades competentes. Esta hypothese fallece; não havia ordem legal nem autoridade competente.

O Sr. ALVIM:—Oh! senhor!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O commandante-superior não pôde prender por sua autoridade sem reclamação.

O Sr. ALVIM:—Autorisado como elle estava pôde; V. Ex. está fóra da lei.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—V. Ex. é que está fóra da lei.

Mas o Sr. tenente-coronel Casimiro interveio dissuadindo, aconselhando, interveio até prestando um serviço publico á autoridade, como reconhece o signatario da carta; interveio aconselhando ao pobre rapaz, que estava recolhido e fechado na sua casa, e que tinha justo temor de sahir, com receio talvez de ser assassinado, porque é sempre de recear uma violencia, uma imprudencia, que não se pôde obstar em uma occasião destas de conflictos, depois de quatro horas de exaltação de animos; e de um cerco de mais de quatro horas da casa do cidadão pela força publica.

O pobre rapaz tinha e devia ter justo temor de ser victima no sahir de casa. A palavra do tenente-coronel animou-o; disse-lhe este: « Entregue-se á prisão, sala, não tem que recear, porque todo o contingente já está designado. » Eu estou até traduzindo....

O Sr. TOSCANO DE BRITO:—Não é máo traductor.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Eu estou até traduzindo no interesse de VV. EEx; não falta á fidelidade dos factos.

O Sr. TOSCANO DE BRITO:—Estou elogiando; digo que não é máo traductor.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não aceito o aparte assim; parece que traz segunda ténção; sou fidelissimo traductor, e incapaz de faltar á fidelidade dos factos narrados.

O Sr. ALVIM:—Vai traduzindo a carta com muita fidelidade.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Aqui está o período em que se diz isso: « Estavão as cousas neste pé, quando o Casimiro, vendo augmentar o tumulto do povo, e declarando que já tinham sido dados todos os recrutas, os quaes lhe foram pedidos por ordem superior, dirigio-se á casa, e disse ao mesmo rapaz que sahisse. Este obedeceu e logrou escapar-se. Já vê que nem houve resistencia ás ordens legaes, etc. »

Aqui está o fundamento em que elle se firmou: « Sãia, porque já está designado todo o contingente. » Ora, este é o facto; agora classifiquemo-lo, penalmente fallando, e depois investiguemos se o processo que se fez a esse tenente-coronel, se a sua condemnação está nos termos do direito, se observámo-se as regras de competencia, e se executou-se a legislação respectiva.

Primeiramente, está visto que o motivo real da prisão foi um crime commum; consequentemente a autoridade competente para prender o delinquente devia ser a judiciaria ou policial; o processo devia correr no fóro commum, e ser ali o delinquente punido. Por consequente, todo o processo que se fez é nullo, quer em razão da materia, quer pela incompetencia do juiz.

Mas, prescindindo desta questão, aceitando o fundamento que se invoca, da designação, pergunto eu a V. Ex., qual é a lei que pune a falta daquelles que são arguidos de obterem a evasão ou a soltura de um designado das mãos da autoridade competente? Que crime constitue esta infracção? Qual a ordem de processo e o tribunal competente para julga-lo? Qual é a pena que a lei respectiva impõe?

O Sr. ALVIM:—Se é guarda nacional, responde militarmente; e se é paisano, responde a um processo administrativo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Creio que V. Ex. está enganado. Se elle é guarda nacional e evadiu-se....

O Sr. ALVIM:—Não evadiu-se; esta é que é a questão.

O Sr. BARÃO DO CRATO:—Soltámo-o á viva força nas ruas da cidade do Icó.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Soltámo-o á viva força, e entretanto o delegado era do partido do commandante-superior.

O Sr. BARÃO DO CRATO:—Era meu desaffecto.

O Sr. JOÃO BRIGIDO:—Ao contrario; fez a sua eleição.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Se é uma infracção da lei da guarda nacional, é uma infracção disciplinar; deve ser julgada pelo conselho respectivo, sabido do seio da mesma guarda nacional, nomeado na forma de direito; o julgada assim, essas penas são disciplinaes; não produzem os efeitos que os nobres deputados têm aqui mencionado. Como é que o nobre presidente do Ceará e os que têm defendido a legalidade deste processo querem inverter a natureza das cousas, e converter n'uma crime militar, julgada militarmente pela lei respectiva, uma infracção disciplinar, se é que o é, do serviço da guarda nacional?

O Sr. ALVIM:—Foi julgado pelos mesmos officiaes da guarda nacional.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Pergunto a V. Ex.: descobre na lei da guarda nacional, no capitulo respectivo—da infracção disciplinar do serviço—, esse facto qualificado como criminoso?

O Sr. ALVIM:—Sim, senhor.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não, V. Ex. está muito enganado; ha de ver lá mandar-se punir disciplinarmente pequenas faltas, como desobediencia, insubordinação, omissão de algum serviço da guarda nacional, falta de respeito, insultos, etc., são faltas disciplinaes com relação á prestação do serviço especial respectivo, previstas e punidas, ex-arts. 92 a 97 da lei n. 602 de 1859. Os conselhos de disciplina têm lugar nos casos dos arts. 98 e 99, sob as penas do art. 100. Em nenhuma delles incorreu o tenente-coronel Casimiro.

O facto de um individuo designado querer evadir-se a uma prisão illegal, não é nem pôde ser uma falta do serviço da guarda nacional punivel disciplinarmente.

O Sr. ALVIM:—Apoiado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Logo, o processo de V. Ex. é sem base, e incompetente.

O Sr. ALVIM:—Isso é que não é exacto.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Vamos por partes.

O que é? E' justamente uma evasão de recruta, ou a tirada á força, do poder da autoridade competente, de um recrutado para o serviço do exercito?

O Sr. ALVIM:—E' cousa diversa o caso.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—V. Ex. não ha de achar criminalidade alguma que seja applicavel; hei de pô-lo sempre fóra da lei.

O Sr. ALVIM:—Até o juiz de direito do Ceará officiou como relator neste processo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Pois errou.

Como é que o proprio ministerio tem considerado este facto, como é que manda punir a tomada de recrutas?

O Sr. ALVIM:—Tomada de recrutas, isto é cousa diversa.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Tomada de recrutas e tomada de designados equivale á mesma cousa, se não é ainda mais desfavoravel a V. Ex.

O Sr. ALVIM:—E' muito differente.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Se V. Ex. não acha legislação para punir o facto da tomada de recrutas como fez, muito menos para punir o de designados. Na lei militar acha criminalidade para esse facto, supposto delicto?

(O Sr. Alvim faz um signal affirmativo.)

V. Ex. está redondamente enganado.

O Sr. ALVIM:—Nós temos uma disposição especial para o caso; não é de longa data. V. Ex. sabedisto.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não sei, não, senhor, sei que ha um processo administrativo para a tomada de recrutas, sei que ha uma prisão de dois

APPENDICE.

11

mezes e muitas; é o que sei, mas este processo é administrativo.

O Sr. ALVIM dá um aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E' feito nas condições desta lei? Não. Logo, senhores, resulta, na plenitude da evidencia, da analyse feita que nem ha crime no facto inculcado á pobre victima....

O Sr. ALVIM: — Não ha crime?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — porque um homem que procura fugir da prepotencia, da perseguição, não é um criminoso. Se ha no facto um crime qualquer definido pelas leis do Imperio... não deroguem a constituição, meus senhores; não ha crime sem estar prevenido em lei, e nenhum crime pôde ser julgado senão pela autoridade competente, e na forma por ella prescripta.

O Sr. SÁXO LOBATO: — O facto foi este: o tenente-coronel fez retirar o sargento que ia prender o guarda sem o seu consentimento; nem o tenente coronel podia admitir que houvesse semelhante ordem.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Aceito e agradeço a lembrança do meu nobre amigo e collega, e não é mister reproduzi-la, porque foi bem ouvido o seu aparte.

Logo, V. Ex. (ao Sr. Alvim) nem acha crime no facto, nem pôde qualifica-lo plenamente; V. Ex. não acha tribunal competente para julgá-lo, V. Ex. violou triplicadamente a lei (*sensu*) quando fez punir o tenente-coronel Casimiro, a pretexto de ter tomado á viva força um designado da mão das autoridades policieiras, sob o fundamento de que tinha commettido um crime disciplinar contra a lei da guarda nacional, ou um crime militar, porque V. Ex. não se fixou bem, nem sobre a natureza do crime, nem sobre a penalidade respectiva, nem sobre a competencia do tribunal que o julgou. Logo, o processo do tenente-coronel Casimiro é iniquo e nullo.

O Sr. ALVIM: — Não apoiado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Mas, senhores, este facto aconteceu em Outubro, que dormito de Outubro até Janeiro, por que foi desenterrado e tão habilmente aproveitado nas proximidades da eleição? porque um facto, do tempo da administração do Sr. Dr. Homem de Mello, foi assim devassado, para produzir seus effeitos durante, e a bem do exito da eleição do 3º districto do Ceará? A razão é clara, senhores, não é o voto em separado que o diz, é o delegado de V. Ex.

O Sr. ALVIM: — São cartas particulares. V. Ex. está convencido de que essa carta do delegado influia em mim?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O delegado de V. Ex. dava documentos ao Sr. Brígido?! (*Risadas.*)

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Mas elle como obteve esse documento?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não sei, nem posso informar a V. Ex. (*Lê*): « Icó, 13 de Janeiro de 1867. — Meu caro amigo Sr. Souto. — Por aqui quasi nada de novo. Hontem forão condemnados por conselho de disciplina os capitães Felismino Fluzza e Joaquim Fluzza Junior a dous mezes; appellarão para ahi. O processo de Casimiro e José Nunes foi remetido por um positivo do José Nunes, foi entregue á mulher do Francisco Luiz. Se vir, pois, — que só com a decisão dahi pôde o homem ficar inutilisado — devem logo concluir, e por positivo ser remetido, se bem que não haja receio que venção no lito, salvo com a fraude, como protestão. »

O Sr. ALVIM: — Nunca tive noticia dessa carta; é agora que sei disto.

O Sr. JOÃO BRISIDO: — O *Cearense* publicou essa carta na occasião do julgamento; V. Ex. havia de ler.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Então ora da nossa obrigação proceder a um exame nessa carta, apurar a veridade deste facto: como é que se attribue falsidade a um delegado de policia, agente da administração n'um processo eleitoral? Ninguém requereu coisa alguma, e entretanto contentão-se simplesmente com dizer — a carta foi transviada, não é exacta.

O Sr. ALVIM: — Eu não a recebi, nem a vi; só agora é que appareceu!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Mas tanto ella foi re-

TOMO V

cebida, ou a noticia e reclamação do seu conteúdo chegou até V. Ex., que o facto posterior o demonstra: ligue V. Ex. os acontecimentos; ella é escripta a 13 de Janeiro, do Icó, 60 a 70 leguas da capital, no dia 23 estava nomeada na capital a junta de justiça, que devia conhecer da appellação; dous dias depois tinha sido proferida a sentença, e expedia-se um proprio á cidade do Icó para leva-la a toda a pressa.

Ora, a carta escripta a 13 de Janeiro, do Icó, atravessou 70 leguas, que é a distancia que vai dessa cidade á capital; nomeou-se ahi a junta de justiça a 23, a 25 estava condemnado o tenente-coronel Casimiro, e a 25 ou 26, extrahida a sentença, e partia o positivo de José Nunes para o Icó a leva-la aos agentes eleitoraes dalli.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Não apoiado; não era positivo de José Nunes.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E' uma pequena liberdade que tomo de tirar consequencias, autorisado pela carta do delegado.

E a sentença, conduzida pelo referido positivo, chegou ao Icó justamente no dia da eleição, para produzir seus effeitos!

O Sr. ALVIM dá um aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Os agentes da administração invocarão a incapacidade do juiz de paz e a sua incompetencia por estar condemnado á prisão por sentença; como está o nobre deputado recusar as consequencias que se deduzem dos principios o dos factos?

O Sr. ALVIM: — Mas V. Ex. funda-se em bases falsas, como em uma carta falsa; e faz-me a injustiça de suppor que me guiasse por semelhante carta.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — V. Ex. não está vendo que denuncia evidentemente o interesse protector da administração, a respeito da eleição do 3º districto, a remessa immediata da sentença do tenente-coronel para produzir seus juridicos effeitos na parochia do Icó, onde chegou no dia precisamente da eleição?!

O Sr. ALVIM: — Para que não fosse elvada de vicios a eleição.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Ainda melhor! Felizmente é V. Ex. quem o confessa. V. Ex. pôde recusar o interesse que transpira desse acto da sua administração, na intervenção da eleição do 3º districto?

O Sr. ALVIM: — Esse acto não prova nada, porque em o stricto cumprimento do dever.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Stricto cumprimento de dever!... que não foi lembrado para que V. Ex. fizesse chegar a tempo ao seu destino as portarias de designação do numero de eleitores que devião dar as parochias desmembradas, portarias indisponiveis, por cuja falta de opportuna expedição, ou por cujo calculado retardamento perdêrão o direito de votar centenas ou milhares de cidadãos de varias parochias desmembradas!

O Sr. ALVIM: — Eu resolvi a questão immediatamente logo que tive as informações precisas.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — V. Ex. não pôde recusar a allegação, que pretende ver nesse facto uma intervenção indebita. Qual era o alto interesse de ordem administrativa que fazia V. Ex. dar-se pressa em transmitir a sentença da junta de justiça para a comarca do Icó, ahi do alli chegar no dia 3 de Fevereiro?

O Sr. ALVIM: — Para não ser viciada a eleição com a presidencia daquelle individuo, porque esse vicio havia ser invocado aqui para nullificar a mesma eleição.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E' celebre a coincidência motivada por força do serviço publico, principalmente depois de uma sollicitação partida do Icó....

O Sr. ALVIM: — V. Ex. faz-me uma grave injustiça.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — ... para que se expressasse a conclusão de um processo, que estava abafado ou desprezado desde muito tempo.

Ora bem; depois de todos estes factos, que demonstrão evidentemente a intervenção administrativa no pleito eleitoral do 3º districto do Ceará, accresce que a acta do Icó revela que alli não se fez eleição.

O Sr. BARÃO DO CRATO: — Não apoiado.

29

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E' consequencia de duvida das entranhas das peças do processo eleitoral: retirou-se da presidencia da mesa parochial o tenente-coronel Casimiro; exercem-se pressões administrativas sobre a eleição; nungentou-se os adversarios das proximidades da igreja, para não assistirem á eleição, em que se figurão recebidas 1,500 cédulas, em um só dia, feitas a duas primeiras chamadas no mesmo dia....

O Sr. BARÃO DO CRATO: — No Sobral receberão-se mais em menos tempo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — ... no dia 4, feita a 3ª chamada e a apuração, e no dia 5 concluido todo o processo eleitoral ás 9 horas da manhã! Está aqui a acta especial da apuração, que diz. (Lê.)

E' uma parochia que dá 45 electores, em que se fazem duas chamadas de 2,000 e tantos votantes em um só dia, e se diz ter-se votado 1,500; em que em outro dia se faz a 3ª chamada, se escreve essa immensidade de nomes dos que não comparecerão, e se apurão 45 nomes de 1,500 listas, e tudo se conclue assim ás nove horas da manhã!

Ora, quem é que não sabe como se faz um processo eleitoral? Nós todos não vivemos na politica militante, e não funcionamos nas nossas respectivas parochias? Pois é possível apurar-se em um dia mais de cem o poucas listas de 45 nomes?

Eu pertenço a uma freguezia que dá 21 electores, e qualifica, termo médio, de 800 a 1,000 votantes; pois bem, nunca fazemos n'um dia, a muito custo, mais do que uma chamada; nunca pudemos apurar mais de 200 listas por dia.

Como, pois, se nos vem dizer que esses actos são verdadeiros, que o povo votou, e que houve eleição no local?

Sr. presidente, eu não tenho interesse algum em tomar parte nesta discussão; julgo ocioso tornar a considerar todos os factos que se derão no 3º districto eleitoral do Ceará; tenho fatigado demasiadamente a camara (*multas não apoiadas*); não proseguirei na demonstração dos vícios das eleições das outras freguezias, porque essas são viciosissimas; ou tratei simplesmente das vestes, mas as vestes são assim.

Por consequencia, obedeço á voz imperiosa do meu dever, e dos principios de justiça, que peço a Deos sempre me illuminem, dando um voto contra a validade da eleição do 3º districto do Ceará.

Vozes: — Muito bem, muito bem!

(O orador é felicitado por alguns Srs. deputados.)

Sessão em 10 de Junho.

RESPOSTA Á FALLA DO THRONO.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA (*movimento de attenção*): — Compreendo, Sr. presidente, a solemnidade do debate e a difficuldade da minha posição. Sinto a ausencia do nobre presidente do conselho, a quem muito especialmente teria de dirigir-me; mas estando representado por seus honrados collegas, e havendo no nosso regimen solidariedade ministerial, a ausencia de S. Ex. pôde apenas limitar um pouco a liberdade de minha palavra. Não imitarei a S. Ex. na sua via sarcástica — de trocar motejos e de jogar epigrammas, em que por mais de uma vez foi summamente infeliz! A gravidade e solemnidade do debate não comporta nem tolera que eu desça a esse terreno.

Sr. presidente, S. Ex. nos disse que a situação do paiz era grave; e não só grave, mas gravissima; disse-nos que dois factos capitais determinavam essa summa gravidade; o facto calamitoso de uma guerra desastrosa que se prolonga ha mais de dois annos, o o facto, não menos deploravel, da deterioração das finanças do paiz, que chegaria ao regimen forçado do papel-moeda do governo como corollario infallivel dessa guerra.

Postas essas duas questões culminantes da situação, para as quaes principalmente devem convergir todas as vistas, todas as idéas, todas as attensões, todas as forças e patriotismo da nação, V. Ex. comprehende que neste

campo cerrado deve sobretudo circumscrever-se o debate parlamentar. Mas, todavia, prometendo occupar-me especialmente dessas duas questões capitais, conforme o permittir a fraqueza das minhas forças physicas e intellectuaes (*não apoiados*), peço licença á camara para fazer primeiro algumas apreciações politicas.

Sr. presidente, não posso aceitar o conselho que S. Ex. o Sr. presidente do conselho nos quiz dar, recomençando-nos que a resposta á falla do throno fosse apenas uma paraphrase do discurso da corôa. S. Ex. disse mais que nos deviamos afastar da pratica erronea entre nós adoptada, seguindo o preferindo antes o exemplo do parlamento inglez, onde a verdadeira pratica precisamente admittida era justamente a opposta, e, por assim dizer, constituia a norma do regimen parlamentar daquelle paiz, estylo, exemplo a luz para todos os outros.

Peço perdão a S. Ex. para não aceitar a sua doutrina, e para considerar a falla do throno uma peça ministerial e uma discussão imminutamente politica. E peço, sobretudo, licença a S. Ex. para não aceitar a sua opinião nas presentes circumstancias do paiz e na gravissima situação que atravessamos. Senhores, em todos os paizes de regimen parlamentar a discussão da mensagem sempre foi o direito commun do parlamento; é da essencia do regimen, é a troca reciproca entre a nação e a corôa de que cada uma pensa e quer; é a expansão dos desejos, vontades e resoluções nacionaes, assim como a justa apreciação e censura da politica do governo, do bem e mal que tem feito, dos erros e abusos que tem commettido; do justo e bom ou do iniquo e funesto espirito do seu governo; é a expressão da confiança ou da desconfiança que inspira e merece o mesmo á nação. Eis o que é a discussão da mensagem. Se ha por um momento em que a resposta á falla do throno não possa ser uma simples paraphrase do discurso da corôa, é certamente isto, senhores.

Desde as primeiras revoluções que constituíram a independencia e a liberdade do Imperio; depois que os nossos governos entraram em uma via mais normal e constitucional, é esta, sem duvida nenhuma, a situação mais critica e inclindrosa em que a nação brasileira se tem achado empenhada.

A politica geral do gabinete, o espirito de seu governo, a influencia que essa politica tem exercido no Imperio, a historia parlamentar, depois da inauguração dessa situação, os erros commettidos, o aleuano funesto desses modulos, os perigos e ruínas em que estão despenhadas as finanças, tudo isto torna necessaria e legitima a discussão ampla da resposta á falla do throno, no sentido da apreciação geral de toda a administração do Estado.

Peço ainda perdão a S. Ex. para contestar a applicação do estylo parlamentar da Inglaterra; porque S. Ex., mais lido nestas questões do que eu; S. Ex., que foi meu mestre, cujas lições e conselhos bebi com o maior proveito, sempre apreciei e ainda hoje aprecio, e tanto que muito sinto vê-lo ausente das fileiras conservadoras a galvanisar com seu talento robusto esta situação agonizante, fileiras nas quaes S. Ex. foi distincto luminar como filho dilecto e apostolo esclarecido dessa escola constitucional doutrinaria, respeitadora da liberdade real, mantenedora da ordem legal e constitucional, que tem definido o seu vasto e fecundo programma no art. 179 da constituição do Imperio.

O Sr. RATISSONA: — Que tambem é o programma do partido liberal.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não duvido; e creio até que nós só divergimos quanto á execução das doutrinas, quanto á applicação dos principios do regimen, quanto ao maior ou menor desenvolvimento e amplitude dos mesmos, nos varios elementos da organização social, quanto á maior ou menor acceleração do movimento respectivo. Entre nós é apenas questão de mais ou de menos, de mais pressa ou menos pressa, de mais ou menos precipitação ou lentidão.

Peço perdão ainda, Sr. presidente, para não aceitar o parecer de S. Ex., até mesmo porque supponho que o nobre presidente do conselho não usou do principio invocando sendo como um recurso de tribuna, para evitar mais detida e incommoda discussão da sua politica.

APPENDICE.

13

pois que elle certamente não é uma verdade parlamentar do systema representativo inglez.

S. Ex. não ignora por certo a historia parlamentar da Inglaterra; e pois não pôde deixar de estar perfeitamente inteirado de factos, aliás recentes, acontecidos n'aquele parlamento, que justamente consagrão o principio diametralmente opposto ao por S. Ex. invocado.

Alli, como em França, como na Belgica, como entre nós, a resposta á falla do throno é uma discussão politica, em que se debate livremente a politica ministerial. E' o grande torção oratorio em que torção suas armas os grandes campeões parlamentares. Ora corre placida e serena, ora tormentosa e apaixonada a discussão. Muita vez decide não só de um ministerio, mas de uma politica, e até de muito mais. Para não ir muito longe, recorro a S. Ex., que o deve saber bellamente, o facto da queda de um gabinete whig na Inglaterra, ainda em 1841, por occasião de uma discussão da resposta á falla do throno; o da queda, em 1859, do ministerio de lord Derby, chefe dos tories, igualmente em consequencia de uma discussão semelhante.

Na historia parlamentar da Inglaterra muitos outros exemplos se encontram de ministerios derrotados por occasião de tais discussões. Como, porém, é o estylo e a pratica do regimen parlamentar inglez, o que inexactamente nos refiro o nobre presidente do conselho?! Porque, pois, nos aconselha a adopta-lo, censurando o supposto vicioso estylo que seguimos?!

Eu não tenho grande confiança, senhores, nas discussões de resposta á falla do throno, aprecio muito mais o direito de emenda, o de iniciativa, de proposição e de interpellação do que o debate vago da politica geral nas discussões de resposta ao discurso da corôa.

Penso e creio que aquelles direitos são mais proficuos e efficazes de realisação das garantias do regimen do que o direito de discussão da mensagem. Aquelles direitos são mais graves e importantes, mais idoneos e prestantes á promoção do interesse geral, á defesa dos direitos, e á consolidação da garantia de todas as liberdades politicas, sociais e individuais.

Senhores, entrando na apreciação da politica do gabinete, eu não posso fazê-lo, tomando-o isoladamente e descrendo-o nesse longo periodo da liga e do progresso em suas varias phases.

Eu vejo no governo presidido pelo nobre ministro da fazenda o representante dessa situação, que se disse ter vindo da victoria das urnas, situação que o nobre presidente do conselho dirigio, situação que criou e mandou a primeira missão especial ao Rio da Prata e nos deu em resultado a guerra, com todo o seu luctuoso cortejo de males e desgraças; vejo que foi no ministerio de S. Ex. que as finanças chegaram ao estado deploravel em que se achão; logy S. Ex. é grandemente, é principalmente responsavel pela situação politica em que nos achamos despenhados; não posso, pois, separa-lo no seu gabinete de hoje da responsabilidade que lhe cabe pela anterior situação, desde a inauguração da liga progressista.

A influencia de S. Ex. na criação da situação ligueira ou progressista, sua intervenção especial e directa no governo e na direcção do mesmo, até como organisador do primeiro gabinete que a iniciou; sua incontestavel influencia nos conselhos da corôa, sua preponderancia nos destinos da nação, durante essa quadra, requerem, obrigão á verdade historica e á justiça da logica politica a não desliga-lo da grave responsabilidade que lhe pesa pela gestão ruinosa do governo dessa desastrosa quadra.

Permitta-se-me que eu falle mais como Brasileiro do que como partidario: não quero fazer recriminações a ninguém, não quero qualificar de más intenções, de capricho fútil, de egoismo mesquinho, de ambição infrene, de interesses inconfessaveis tudo quanto se fez e tem passado nesse periodo até este momento; eu só quero fazer a breve e ligeira historia dessa politica, esdudar os factos, deduzir algumas consequencias, para que ellas nos sirvao, pelo menos, de norma e governo no futuro.

Senhores, nós vinhamos de um largo periodo conciliatorio; as paixões partidarias estavam arrefecidas; extinto o furor veriginoso da acção e reacção politica que nos barbarizava no passado; proclamára-se o regi-

men da conciliação com a fraternisação do imperio; a imprensa e a tribuna, sem distincção de matiz politico, entoára hymnos laudatorios aos resultados proficuos dessa situação maravilhosa.

A camara dissolvida em 1863 não foi oriunda de um ministerio conservador; a camara de 1863 foi eleita pelo ministerio de Agosto de 1859, salido da opposição parlamentar, que vencera no ministerio conservador de então, não em uma questão politica, mas em uma questão de economia social e de finanças, n'uma questão de liberdade industrial, que além do abalar graves interesses e de offender a direitos adquiridos, profundamente influia sobre a actividade, movimento e vida do povo brasileiro. Nesta questão acháram-se reunidos liberais e conservadores, sem lago, todavia, de união politica. Não foi, pois, uma questão politica a que então dividio a camara e determinou a queda do gabinete de Dezembro de 1858.

Eu, como então, ainda hoje não me arrependo do voto que dei; posso estar em erro, mas ainda estou de boa fé. Para mim a sciencia não proferio a sua ultima palavra no regimen do monopolio e do privilegio da circulação fiduciaria. Como então, continuo ainda hoje a pensar que a verdade scientifica em materia bancaria não está na centralisação da emissão, mas na liberdade bancaria limitada, conforme os principios e condições da sciencia. (Apoiados.)

Não serão, por certo, os exemplos dos bancos de Londres e da França a ultima expressão da verdade scientifica em tão grave e difficiloso assumpto; por maior que seja o poder da autoridade desses dois grandes bancos, elles não representam por certo a suprema verdade, o derradeiro progresso da sciencia em tal materia. Pelo contrario, a verdade parece estar no direito commum—da liberdade limitada da emissão, na pluralidade dos bancos—com uma lei commum.

Talvez dentro em pouco, ao signal de rebute da sciencia, a supposta verdade da unidade bancaria e do privilegio da emissão tenha de ser riscada dos fastos da circulação fiduciaria, para ser substituida pelos triumphos da sciencia, e em seu lugar vejamos colhendo os louros da victoria a liberdade bancaria, que não é mais uma utopia, quando a vemos longamente consagrada pelos exemplos da Escocia e dos Estados Unidos.

O partido conservador não foi, pois, senhores, como eu ia dizendo, quem elegeu essa camara; não foi quem abusou da sua influencia no processo eleitoral, quer pela fraude, quer pela violencia...

(Ha muitos apertes.)

VV. EEXs. confundem. Pois, senhores, se a opinião derrotada, que se retirára do poder, era a conservadora; se o ministerio que a substituiu justamente sahia do seio dessa opposição, esse ministerio era conservador?!

Se a maior parte de seus membros pertencião ao partido conservador, então por força de conclusão tinha-se operado essa grande modificação nos espiritos de seus membros, por força da questão que lhes deu o triumpho, e quasi todos posteriormente adherirão á liga, e nella têm occupado o poder.

A eleição de 1860 e a camara de 1861 foi presidida uma e constituída outra sob a influencia desse ministerio.

Estavamos neste ponto quando cahio o gabinete, e substituiu-o um ministerio em que entráram chefes conservadores; mas esse ministerio, não querendo fazer uma politica reacconaria, quiz dar todas as garantias aos diversos lados politicos que representavão na camara os interesses do paiz.

Entráram para esse gabinete, entre outros, se bem me recordo, o actual Sr. ministro dos estrangeiros o nobre conselheiro, que se acha ausente na Europa, o Sr. Saraiva, por quem até se esperou. Estes distincos cavalheiros acceitáram sem limitação alguma a politica desse gabinete; nem ao menos lhe puzéram reservas mentaes; entráram para o poder muito livre, espontaneamente e na melhor harmonia.

Recordo-me bem que o Sr. conselheiro Saraiva, ministro do imperio então, tomando a palavra na discussão da resposta á falla do throno, defendeu o programma da politica ministerial, e disse formalmente que tinha

entrada para o gabinete muito conscienciosa e livremente, e que nenhuma causa ou motivo político vedava a sua cooperação á politica ministerial, acrescentando que não se estava accordo no programma politico do gabinete, como até nos meios de o realizar, e que, a menos que pudessem sobrevir causas de natureza grave, quer para a sua honra, quer para a sua consciencia, elle continuaria a prestar seu concurso e adhesão á politica do gabinete.

Recordo-me com ufania que nesse tempo o nobre presidente do conselho, como membro da commissão de poderes, como o nosso Speaker nesta camara, interpellava ao partido liberal pelo seu direito de revolução; interpellava os seus mais distinctos representantes nas differentes provincias, os Srs. Theophilo Otttoni, José Bonifacio, Felix da Cunha, etc., saudoso talento que já morreu!

O Sr. presidente do conselho era então o sustenáculo do partido conservador, esclarecido como eu o entendo, como nós todos o entendemos, como todos o queremos ver prosperar no Imperio.

Mas, Sr. presidente, ou fosse já asada a occasião, ou não sei que espirito de trevas dominasse então, o certo é que os Srs. conselheiro Saraiva e o actual Sr. ministro de estrangeiros, lá n'um bello dia, entenderão de si para si que devião demittir-se, o sorprendêrão o nobre presidente do conselho o Sr. marquez de Caxias entregando-lhe as suas demissões.

Este facto tomou de surpresa e panno a todo o paiz, que nunca o soube nem pôde parlamentar explicar. A retirada dos dois ministros demissionarios cahio de chofre, inopinadamente, sem nenhuma reacção politica, que bem ou mal attenuasse ou escusasse o procedimento imprevisito dos ministros demissionarios. Parecia que havia um calculo sinistro, um plano occulto de derrota do partido conservador, ou pelo menos que havia nesse procedimento uma machinação estrategica para dar em terra com o gabinete, e assim facilitar-se a organização de novo gabinete, ou mesmo a inauguração de uma politica nova. *(Muitos apoiados.)*

O nobre marquez de Caxias, porém, appareu o golpe, e no mesmo dia S. Ex. completava o gabinete, e apresentava perante a camara um gabinete solidario que sustentava a sua politica com toda a lealdade e solidariade, sem conspiradores intestinos.

Os ministros demissionarios, interpellados acerca da causa politica de sua retirada, e se para ella concorreu qualquer nova tendencia ou novo facto na politica do gabinete que a pudessem modificar e suscitare apprehensões, nenhuma causa ou razão assignarão que pudessem parecer plausivel ou aceitavel ao criterio parlamentar.

O actual Sr. ministro de estrangeiros desculpava-se nua e ingenuamente com o Sr. conselheiro Saraiva; o Sr. conselheiro Saraiva encerrava-se por detrás dos reposteiros ministeriaes.

O Sr. Souza Carvalho: — O Sr. ministro de estrangeiros não era então deputado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Observou-se-lhe então que não era licito um tal procedimento; como se um ministro responsavel do paiz regido pelo systema constitucional representativo possa ter segredos que não devião ser divulgados perante o parlamento, como se elle não dovesse explicar á nação quaes as causas legitimas de sua entrada e retirada do gabinete, porque no regimen constitucional, parece, senhores, que todos devemos, representantes e ministros, sempre a verdade á nação.

Assim retirados do poder, pensais, senhores, que esses ex-ministros forão para a opposição? Pensais que elles, desde o dia seguinte, arvorarão porventura aqui o estandarte da opposição e combatessem o ministerio nas suas tendencias perigosas ou pelo espirito malefico dessa politica que aos nobres ministros demissionarios conceitava *(ão sinistros apprehendidos?)*

Nada disto, senhores; desde o seguinte dia os ministros demissionarios votavam com o governo ou não compareção ás sessões. Uma só vez que fosse não appareceu na tribuna nem osáráo arcar contra elle, mas, em compensação, lá forão conspirar nas trevas, no intervalo das camaras, e preparar a derrota desse gabinete para a sessão seguinte! Este procedimento, senhores,

não é nobre, não é digno, não é parlamentar certamente!

O illustrado Sr. presidente do conselho de hoje, que até então tinha prestado sua adhesão formal e explicita ao gabinete, começou a ter duvidas, começou tambem a mostrar-se resentido ou apprehensivo contra a politica do gabinete. Dentro em pouco tempo nós o vimos recusar a presidencia da provincia da Bahia, que lhe foi dignamente conferida, e que elle havia patrioticamente aceitado,—resolução pela qual nos felicitavamos, por ser de ha muito tempo a minha heroica mas infeliz provincia passivamente administrada,—além de desadonhosamente tratada como uma enteada do imperio!

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Calcule o que são as outras, sendo ella uma das primeiras do Imperio.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O Sr. presidente do conselho, recusando a presidencia da provincia da Bahia, começava a egredir ao ministerio, tomando para alvo de suas settas o ministro da marinha de então, o Sr. conselheiro Joaquim José Ignacio, o qual teve de soffrer o peso daquelle braço herculso, daquelle intelligencia vigorosa.

Atravesando a sessão, o ministerio teve sempre maioria; no intervalo das camaras conspirou-se á larga. Reunidas ellas, na sessão seguinte S. Ex. apresentou-se á testa da minoria, foi o seu—*leader e speaker*,—foi quem rompeu a discussão da resposta á falla do throno, e não entendeu então que era ella uma simples paraphrase do discurso da coroa; pelo contrario, considerou-a peça ministerial, e longamente debaten a politica do governo e a gestão administrativa dos negocios, com a mais ampla liberdade.

S. Ex. não fallou em nome de idéas progressistas ou liberas nessa época, fallou ainda em nome das idéas do seu partido, o conservador, porque, por mais que diga S. Ex., ou o tenho, e continuo a ter, como conservador doutrinario *(apoiados e não apoiados)*, e sinto, repito, que preste o seu braço valente, a sua intelligencia robusta a esta situação hybrida e gangrenada, que se estorce moribunda nas vascas da derradeira agonia.

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Agora propende para o dileito divino.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E a razão capital, senhores, por que S. Ex. impugnava esse gabinete, não foi por ser eminentemente aherado aos principios conservadores, ou empossado, na phrase posterior de S. Ex., foi porque não via nelle representadas as summidades do seu partido!

Não era porque tivéssemos feito uma politica reaccionaria, intolerante, immoderada ou lesiva dos direitos e interesses publicos, não porque não offercessemos garantias dos direitos de todos; não era porque ameaçassemos a liberdade politica, porque de todos os lados se nos dizia—que nos fingiamos falsos apostolos—de idéas que não erão as nossas, tão liberas erão as idéas e tendencias do gabinete; mas foi porque S. Ex. não via no gabinete um poder forte, um governo valido o capaz de inspirar alta confiança á nação, de resolver as grandes questões que a agitam; foi porque S. Ex. não via nesse gabinete a personificação real, brilhante, parlamentar, como deve ter no governo representativo, do grande partido conservador, do seu partido ainda então!... S. Ex. queria nelle ver os seus mais prominentes chefes, os Paulinos, os Torres, os Eusebios; não lhe bastavão os Caxias, os Paranhos, os Sayão Lobato.

Senhores, se houve uma causa profunda de grande enfraquecimento para o partido conservador foi sem duvida nenhuma a diuturna abstenção parlamentar de seus mais prestimosos chefes.

A abstenção politica, além de uma falta grave, de uma prova de fraqueza ou covardia, é sempre um erro funesto, uma causa poderosa de enfraquecimento. A abstenção é a fuga, se não o suicidio politico; é o esmorecimento no meio da luta, o abandono da causa, com receio do perigo. A historia o comprova, senhores. Quando os whigs, na Inglaterra, desanimados depois de longa e porfiosa luta, impropicia e esteril, desesperaram da salvagão das liberdades publicas e do melhoramento da administração do Estado, por duas vezes se abstinverão,

em 1776 e em 1798, abandonando o parlamento e entregando a sorte da direcção da nação a North e a Pitt, lavando as mãos, pela gravíssima responsabilidade do governo do Estado, em relação ás duas guerras da America e da França; e do levantamento da Europa contra a revolução franceza; quando Fox, Burke, Sheridan, Grey e outros parlamentares distintos, chefes do partido whig, abandonarão o commando do seu partido no parlamento, deixando até de comparecer durante sessões consecutivas, o partido definhou, enfraqueceu-se, quasi que desapareceu, tão reduzido em numero ficou no parlamento.

Esse grande partido, que tinha governado por espaço de 40 ou 50 annos, desde a morte da rainha Anna até a ascensão de Jorge III, vio-se afinal reduzido, após a sua abstenção, e depois das varias colligações ministeriaes desse reinado, a uma insignificante e imperceptivel minoria, numericamente fallando. Nos ultimos tempos representado no parlamento por 50 a 60 membros, vio-se nas votações reduzido a 30 e 40 votos; tal era a defecção, a confusão e o debarato geral que reinava nas suas filieiras, por effeito do cahos proveniente de tantas mudanças inexplicaveis.

Fox pagou caro o erro de sua abstenção, e com elle todo o seu partido; nunca mais o partido whig lhe perdoou a sua liga com North, nem a sua abstenção.

Entretanto elle foi obrigado a colligarse em uma circumstancia extrema da sua paz, para derrotar a influencia pernicioza da coroa, para reprimir os abusos e arbitrariedades do poder, fulminar a corrupção parlamentar, para repellar as intrigas e machinações palaciaes dos amigos do rei, dos Butts, dos Graftons, dos Shelburnes, para regenerar em summa o verdadeiro regimen constitucional representativo, harmonizando a prerogativa parlamentar com a prerogativa da coroa.

Então quando todos o condemnavam elle dizia em 1805: « Sem liga nada se pôde fazer contra a coroa; e com ella, sabe Deus o pouco que se pôde. »

Mas, Sr. presidente, para explicar e justificar a necessidade da colligação de então, na Inglaterra, tinha Fox com os seus amigos a pernicioza causa da interferencia pessoal do poder real na politica do Estado; S. Ex., porém, o Sr. presidente do conselho, em 1862, quando se separou do seu partido, profligava apenas ao governo do então pelo grande crime de não ser representado pelas sumidades do seu partido...

Tinha S. Ex. razão em parte, mas não no todo; razão em parte, porque alludira essa abstenção, que por longos annos os chefes do partido conservador haviam guardado no senado.

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Era o cansaço.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Cansaço, não; é preciso ser justo; havia causa mais grave, esses grandes estadistas conservadores se encolherão porque não querião passar por oligarchias, por se opporem á coroa, como era a intriga politica, ou a accusação então da moda; não abandonarão, porém, a direcção do seu partido. E no ministerio de então estava um dos seus grandes chefes, o Sr. marquez de Caxias, com os Srs. conselheiros Sayão Lobato, Paranhos, Souza Ramos e outros distinctos nomes e elevados talentos. Esse ministerio correspondia ás necessidades da época e ás aspirações do seu partido; estava organizado parlamentarmente e na altura da situação.

Mas S. Ex. não o achava na altura da sua missão. Entretanto quer que a camara agora ache na altura da situação o gabinete actual...

Não disento os homens, não dou nem tiro diploma da capacidade e da bonomercencia civica; desejo sómente, e peço que cada um justifique os seus titulos ao poder no systema representativo parlamentar. (Apoiados.) Não basti conquistar o poder, senhores, isto pôde ser obra do cego acaso, ou de uma estrella feliz; é preciso cada dia verificar cada um o seu titulo, sabê-lo conservar, e mostrar-se cada vez mais digno de governar, porque o governo, senhores, foi sempre e deve ser um instrumento politico da nação para a realisação do estado de direito e da felicidade social. (Muito bem.)

O Sr. TAVARES BASTOS: — Apoiado; não basta apalmar-lo a laço.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Senhores, o nobre presidente do conselho, com os seus amigos de então, não pôz aquelle ministerio uma só questão do gabinete; pelo contrario, discutia-se a resposta á falla do throno, poucos oradores tinham ainda occupado a tribuna, ao passo que uma immensidade delles estava inscripta.

No segundo ou no terceiro dia dessa discussão, fallava um dos membros da commissão de resposta, creio que o Sr. conselheiro Bauldeira de Mello, e a certa hora do dia, tendo-se retirado varios membros do partido conservador que apoiavam o gabinete, por parte da opposição requereu-se o encerramento dessa discussão!... Facto anormal, anormalissimo, singular, estranho, estupendo, facto virgem nos annaes parlamentares dos povos livres!...

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Mas os ministros concordarão com elle.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Onde se vio jámais, senhores, a discussão do voto de graças encerrada a pedido da opposição?... Se o encerramento de uma discussão ordinaria, de assumpto que não interessa a opinião em alto grau, é sempre mal recebido, se requerido quando ella precisa ainda de mais algum desenvolvimento; se o encerramento precipitado e inopportuno de outros assumptos menos interessantes é sempre estranhado por todos nós, e até qualificada com um nome que não oso preferir na tribuna, para reframento e escuramento desses, que tão docilmente se prestão a propôr tales encerramentos; como deve ser qualificado o julgado o encerramento da discussão da resposta á falla do throno, sobretudo quando requerido pela opposição?... Mas, senhores, era urgente o golpe de tactica. O encerramento da discussão da resposta á falla do throno foi então requerido, quando se tinha contado os membros que se haviam retirado da camara, quando a opposição se reconheceu com a maioria de um voto!... (Apartes.)

E' a historia politica que convém fazer, porque ella presta-se muito á philosophia da época. (Apoiados.) Pois bem, Sr. presidente, revoltei-me, indignei-me contra este facto, porque não vi nelle senão uma mesquinha ambição de poder, um verdadeiro assalto de estrategia parlamentar, para conquista-lo, e menos nobremente. (Vivas reclamações.)

Não venerão idéas, senhores, porque ainda não estava hasteada uma bandeira; não venceu um programma, porque elle nunca foi enunciado na tribuna; não havia propaganda, não havia proselytismo feito no paiz, em virtude de uma ordem de idéas, que devesse triumphante representar-se no parlamento; não houve nada disto, e quando se estava em maioria de um voto a opposição requereu a votação para derribar o gabinete!

(Ri-se ironica e desdenhosamente.)

Ah! ah! senhores! E' isto um triumpho digno de um partido politico serio, é esta uma victoria digna de figurar nos fastos da noesa historia parlamentar? Onde a luta nobre, e a victoria leal, honrosamente alcançada contra o adversario? Será este porventura o triumpho glorioso e solido de estadistas, que aspirão por fundar verdadeiros partidos nacionaes, não para satisfazer vaidades e egoismos, mas para servir realmente ao paiz, para dedicar-se ao serviço publico, para regenerar o systema representativo, o para levantar esta nação ao grau de prosperidade, grandeza e gloria de que ella é tão digna? Não, senhores, não foi uma politica seria essa que se inaugurou então. (Sensação.)

O ministerio do nobre Sr. marquez de Caxias, se tivesse amor ás pastas, se quizesse agarrar-se a ellas como a ostra ao rochedo, podia incontinentemente fulminar a imprudencia da opposição; podia mostrar no mesmo, ou logo no seguinte dia, que ella estava em minoria; não só no parlamento, mas fóra do parlamento; porém o ministerio não quiz, o ministerio aceitou essa votação como uma prova de falta de confiança, e appellou para a coroa, afim de decidir entre elle e a opposição.

No dia seguinte o ministerio podia ainda pôr em relevo a minoria da opposição, na vespera em maioria de um só voto: varios membros da camara, retirados na vespera antes do fim da sessão, protestarão pelos jornaes a

sua adesão ao gabinete; bastava contar com esses votos para mostrar que elle estava realmente em maioria de muitos votos; mas não queria o ministerio de então fazer cabedal de uma fraca maioria, porque tinha necessidade de prestar serviços publicos de alta importancia. Aceitou, pois, a questão de gabinete; eahinos parlamentarmente, calhimos dignamente, nobremente.

Sabio o nobre presidente do conselho; tres dias esteve ausente desta camara, tres dias empregados em arranjar-se uma maioria artificial, mas a nossa firmeza de caracter, a nossa tenacidade de principios, as nossas crenças legitimas e profundamente radicadas no espirito e no coração, protestarão contra o emprego do abuso da influencia do governo: S. Ex. não conquistou votos que lhe judessem dar uma maioria parlamentar; S. Ex. cahio aqui, em frente da opposição do partido conservador, firme á sua bandeira, fiel ás suas crenças, abraçado com o seu estandarte, bem alto levantado perante a nação, em brava pugna e combate leal. S. Ex. não chegou a viver sete dias!...

Um Sr. Deputado:— Não viveu tres.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— S. Ex. contava com uma pequena maioria, mas de facto não tinha nenhuma, estava em minoria; por consequencia, não podia governar o paiz, a despeito dos esforços que emvidou.

O Sr. SAYÃO LOBATO:— Estava em minoria desconjuntada. (Ullaridade.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Appellão então para a corôa; erão dois gabinetes derivados successivamente pela mesma camara no periodo de oito dias. Pela prova confrontada dessas votações, era manifesto e irrecusavel que a opposição, então capitaneada pelo nobre presidente do conselho, queria a todo transe o poder, substituindo-se nelle ao ministerio do nobre marquez de Caxias, quando aliás estava verdadeiramente em minoria parlamentar!

A corôa não quiz conceder o recurso, sempre grave, da dissolução, nem a um, nem a outro; mas o que fez? qual foi a solução que deu á crise politica? foi ella legitima? foi ella parlamentar? estava ella nos estylos do regimen representativo? Não absolutamente, senhores. A corôa devia conceder a dissolução, ou a um, ou a outro gabinete; a corôa não devia fultear a situação, e entretanto ella a falseou innegavelmente! Fosse temor, fosse justo receio, fosse consciencia de grave responsabilidade, o certo é que a situação foi falseada!

E' a politica das medias medidas, é a politica das aguas mortuas, é a politica da fraqueza, se não a politica da dissimulação, da perdida e da hypocrisia! (Apoiados e reclamações.)

Um Sr. Deputado:— Folgo muito de ouvir isso.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Não, perdão; os ministros é que são os responsaveis; V. V. E. Ex. por ahí não me ataca, nem me hão de achar vulneravel ou em contradicção com meus principios. Sou discipulo do nobre presidente do conselho, não faço mais do que seguir suas doutrinas. E demais, senhores, para que fiquem esclarecidos a meu respeito, direi uma vez por todas: no dia em que no Brazil não houver mais, nem for possível, verdadeiro regimen representativo; no dia em que não houver mais verdadeira liberdade real, nem for mais possível reconquista-la, pacifica, leal e parlamentarmente, nesse dia, senhores, procurem-me entre os conspiradores, lá me acharão todos. (Apoiados; muito bem.)

O Sr. SAYÃO LOBATO:— Se se conspirar com a lei na mão, pôde-se reerguer o systema representativo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Apoiadíssimo; para isso é que devemos trabalhar. Quero legar a meus filhos uma patria livre, regida constitucionalmente; é para isso que todos trabalhamos.

Vozes:— Apoiado; todos trabalhamos para isso.

Um Sr. Deputado:— Não quaremos legar um paiz escravo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Pois então cooperem connosco, e vamos adiante.

A situação foi falseada, senhores, fez-se um mistifório ministerial; procuráráo-se as grandes sumidades do paiz, os homens encanecidos no serviço do Estado, os

grandes conselheiros da corôa, os senadores do Imperio, os homens que tinham atravessado todas as situações politicas, homens cuja historia estava ligada ás tradições da patria, isto é, a toda a sua historia politica e parlamentar desde os gloriosos tempos da independencia. Pois bem, senhores, a tão venerandos anciões entregou-se o poder então; mas houve o cuidado de pôr-se-lhes logo, ou elles a si se impuzerão, como condição essencial, a annullação de uma politica parlamentar. (Apoiados.)

Esse ministerio aqui se apresentou e disse que não tinha politica, que vinha administrar simplesmente; e como refens e garantia nos mostrava as suas cans, invocava o seu passado e fazia valer o duplo matiz de sua composição. Esse ministerio vinha, como Neptuno, apacelar a furia tormentosa das ondas irritadas; e, pois, lançando o tridente no meio da ira parlamentar, proferia o divino e portentoso — *Quos ego.... sed motus prestat componere fluctus.*

(Ha diferentes apartes.)

O Sr. TAVARES BASTOS:— VV. E. Ex. respeitem os grandes oradores, uma vez ao menos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— VV. E. Ex. não me desvião; hei de fazer a historia politica da situação.

(Ha outros apartes.)

Senhores, deixemo-nos destas questinuculas, que só podem alimentar vaidades: não tenho nenhuma; se fallo na tribuna é para cumprir um dever.

Esse gabinete, Sr. presidente, aqui veio com essa feição. Nós, em politica, não se pôde dizer com verdade parlamentar que apoiámos esse gabinete; nós o telegraphamos pelo resto da sessão....

O Sr. SAYÃO LOBATO:— E' aceitámos a palavra honrada que elles nos derão.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— E' verdade; a palavra empenhada pelo governo de que havia de respeitar o direito de todos, que não havia de fazer politica reaccionaria contra ninguem.

O Sr. SAYÃO LOBATO:— Empenhando as suas cans.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— E o seu passado, é verdade. Mas nós fomos, Sr. presidente, tristemente victimas logradas pela dissimulação, hypocrisia e perdia insignia ministerial; apenas voltámos costas, começámos a ser traçoeltramente apunhalados. Promettia-se-nos a conservação do regimen que se havia achado; promettia-se-nos que havia de haver na politica justiça, moderação e tolerancia, que só se procuraria prover aos serviços administrativos, com quaver dar preponderancia nos elementos de governo, na gestão administrativa, e na influencia por consequencia sobre a direcção do paiz, a um partido mais do que a outro; mas tudo isto falhou, Sr. presidente. Apenas voltámos costas, chorvêro nomeações e demissões em massa de presidentes de provincia, de chefes de policia, de commandantes superiores. A magistratura, a policia, a guarda nacional, tudo foi revolvilo, alterado, mudado, no sentido da nova situação. Chegada a época, nas diferentes provincias, das nomeações quadriennas dos supplentes de juizes municipaes, fez-se taboa raza; nomeadrão-se quasi todos de um partido; montou-se enfim a machina, ageitando-se para isso todas as instituições sociaes.

Conquistadas assim todas as posições officiaes, nomeadas todas as autoridades e funcionarios de um só lado, erão ellas instrumentos azados nas mãos do governo para o abuso e compressão dos adversarios, para a obra dosastrosa do falseamento da liberdade, e das garantias sociaes e politicas.

O Sr. TOSCANO DE BRITO:— Então era a continuação do que existia.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:— Responda a V. Ex. o largo periodo conciliatorio, em que quasi todos os liberaes distinctos forão chamados ás posições officiaes e politicas, do qual dizia um illustre membro desse partido que não havia liberal do merito que não houvesse sido aproveitado.

(Ha um aparte.)

Queixe-se então V. Ex. daquelles com que está ligado; queixe-se sobretudo do Sr. marquez de Olinda.

(Ha outros apartes.)

APPENDICE.

17

Não é isso o que ha de contrariar o que estou dizendo. Preparou-se assim no intervallo das camaras a futura situação. Quando voltámos, quando aqui nos apresentámos em 1863, o partido da liga estava organizado, a conspiração tinha cerrado fileiras, tinha-se passado a palavra de ordem do norte ao sul do imperio. Mas apenas installada a camara, sem preceder nenhum debate politico, nem mover-se questão alguma de confiança, poucos dias depois veio surprender-nos o decreto da dissolução!... Dissolução prévia, senhores, facto anormal no regimen representativo!... (Não apóiamos.)

O Sr. RATISSONA: — V. Ex. condemnava a de 1842?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Condenno, sim, senhor, conquanto tivesse causas graves de ordem publica para sua justificação. V. Ex., como disse o nobre presidente do conselho, não me ha de ver envernizar horrores, não me ha de ver a defender na tribuna principios contrarios ao verdadeiro regimen representativo.

O Sr. RATISSONA dá um aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Então não cabe no paiz senão um partido? Hei de me explicar sobre este ponto: V. Ex. tenha paciencia, que espero satisfize-lo.

Dissolução prévia, senhores; dissolução antes da discussão ou contestada a politica do gabinete; dissolução, quando já tínhamos a penção de uma questão estrangeira; dissolução, quando esta camara, sem distincção de cores (menos eu, que ainda não tinha chegado), dava uma solenne demonstração de que estava prompta a conjurar o governo da nação, para sustentar a honra e a dignidade nacional. Recorrerão-nos com uma dissolução; enxotarão-nos, a nós os representantes da nação, porque não convinhamos ou agradavamos ao governo, e, depois de enxotados, continuou a trabalhar a machina, e a situação artificial a produzir os seus effeitos.

Foi debaixo destas condições, foi debaixo destes auspícios, o abuso de influencia e de poder, que se fez a eleição geral de 1863.

O Sr. TORRANO DE BRITO: — Na opinião do nobre deputado assim foi.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Na opinião da nação, na opinião da justiça da historia, na opinião da posteridade.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Presumpção e agua benta cada qual toma quanto quer.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Houve aqui até quem accusasse o nome da coroa, chamando a esse partido imperialista!...

A fraude, a pressão, a violencia, a corrupção, forão em larga escala exercidas, o se manifestarão como instrumentos de poder, na variedade da acção de todos os elementos governamentais, que constituem a influencia do governo: as nomeações, as demissões, as promoções, o acesso, as reformas, as gratificações, os empregos, as honras, tudo, tudo, senhores, se empregou para fazer a eleição de 1863; e se empregou em 1863, sem criterio, sem reserva, nem moralidade!...

Uma eleição, senhores, assim feita, debaixo de taes auspícios, que deu uma camara quasi unanime (porque, como excepção, apenas puderão vingar da intolerancia politica seis conservadores, de Minas e S. Paulo, um circulo em cada provincia), tudo o mais desapareceu na voragem da nova situação, que se inaugurava como a regonóradora do verdadeiro regimen constitucional representativo!... Dizei-me, senhores, uma eleição nestas circunstancias, uma eleição feita debaixo da influencia destas causas e principios, é porventura uma eleição livre? É uma eleição real? É uma eleição verdadeira? Significa, consagra, representa ella o criterio nacional, apurado na manifestação espontanea do sincero voto livre?!

O povo votou? A voz da nação se fez ouvir? Não, senhores, essa camara foi constituída pelo governo; creatura do governo, não podia revoltar-se contra o seu creador. Seria impio e sacrilegio!

Eis-aqui a fonte enxada de todos os males de que somos victimas.

O Sr. RATISSONA: — E a de 1849 e 1850?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não me encarrego de defender os abusos e vícios do passado; eu quero que nós progredamos na nossa educação politica. Mas sempre o nobre deputado á minha frente!

Mas, senhores, fallava da eleição de 1850! Não a pretendo defender; mas, se aqui se apresentou uma camara quasi unanime, deveis ver que essa eleição foi feita depois da suffocação de uma grande revolução; por consequencia, essas paixões, esses interesses, essa influencia, que então prevaleceu, tudo era a manifestação popular para a consolidação da monarchia, e da ordem publica constitucional.

Mas vós, que reprovais os abusos do governo de então, que quereis ver nessa camara, quasi unanime, de 1850 um attentado contra a constituição do Imperio, como quereis legitimar o attentado de 1863, tão recente e proximo, quando de facto tínhamos moralmente progredido em effecção constitucional, no regimen da conciliação?

O Sr. SAYÃO LOBATO: — V. Ex. pôde chamar á autoria o Sr. presidente do conselho actual para defender a legitimidade da eleição de 1850.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Bem vellas, senhores, que eu tenho mais razão do que vós; vós não podes desculpar 1863 com 1850; se não se podia então, em 1850, desculpar qualquer acto menos regular pelo atraso do paiz, o depois de uma revolução gravissima, em 1863 deviamos estar mais adiantados, sobretudo quando ainda se estava no periodo da conciliação, em dello se sabia, quando o partido conservador tinha realizado idéas liberaes, decretando a lei dos circulos, a lei das incompatibilidades e outras medidas, que orão pregadas como salvadoras pelo partido liberal.

Portanto, posso dizer que vós sois injustos, injustissimos com o meu nobre e grande partido, e daqui a pouco eu vos mostrarei ainda mais esta verdade.

(Tracando-se aparte.)

E, senhores, senão aquella camara, a de 1863, uma camara sahida da victoria das urnas? Não; nunca foi uma victoria das urnas, porque não podia representar o criterio nacional; foi a victoria da compressão (não apóiamos), foi o triumpho da fraude, foi o silencio dos tumules o que o governo estabeleceu no paiz e fez representar nesta camara. (Contestações.)

Mas, como quer que fosse, conceda-se a provieira da victoria das urnas, conceda-se que foi a opinião real do paiz, e não a opinião official, preparada pela policia do governo, a que constituiu a camara de 1863; qual era o vosso dever politico e rigoroso no entrar n'uma nova phase politica, que todos agouravam ser a regeneração do systema representativo? O que fizestes, senhores? O que dissestes ao paiz antes e depois da eleição?

Cada um improvisou um programma, como lhe aprouve, para esta ou aquella parte, porque o povo precisava de uma idéa, de um principio, de luz emfim que alumiasse as trevas da urna. A nação procurava saber o que queria o governo, e só via cabalas, jogo de interesses politicos; mas não via um partido, sincero, solido, real, constitucionalmente organizado, com uma bandeira hasteada, com um programma definido, fallando ao criterio nacional, á vontade e consciencia de todos, em nome de idéas e principios, de legitimos interesses, e de nteis reformas e melhoramentos sociais.

Assim, chegados a 1863, tinha-se derivado uma situação em nome só da ambição mesquinha, ou da cubicia avida e vaidosa do gozo do poder, em nome do *uti possidetis*, que não é nem pôde ser programma politico, que não encerra idéa alguma, e que apenas foi trazida para nos combater...

O Sr. MEIRA VASCONCELOS: — Não foi trazido como programma.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — ... como apenas uma machina de guerra, um aríete de destruição, que fallava á cubicia e ao interesse pessoal, para lograr-se o poder por muito tempo. (Apóiamos e não apóiamos.)

Depois do *uti possidetis* veio o *statu quo* progressista, que não podia ser senão um expediente habil para adormecer o parlamento e conjurar tormentas; não

podia ser uma bandeira e menos equivaler a um programma.

Quem me abona e justifica é o exímio pontífice da lei, é o nobre e illustrado parlamentar, o digno senador Sr. conselheiro Nabuco. S. Ex., com aquelle talento extraordinario que todo o paiz lhe reconhece, antevio que essa situação artificial se não podia sustentar e consolidar sem lei e sem fé politica. Consequentemente S. Ex. quiz dar a luz e fornecer a idéa que legitimasse a conquista do poder pela situação ligueira ou progressista; idéa, luz, fé e lei que congregasse os animos, que convencesse os espiritos, que reunisse as vontades e harmonisasse as dissidencias; mas qual foi a luz que se fez? qual a lei que se adoptou, qual o symbolo de fé que se jurou e professou? S. Ex. eloquentemente nos respondeu e retratou a situação, quando, depois de narrar no senado os vaos esforços, que tentou, para compôr-lhe um el-Koran, reconheceu-se impotente, e como Pilatos lavou as mãos!... S. Ex. confessou que, depois de nomeada uma commissão de grandes representantes da nação, dos chefes proeminentes do partido, depois de diversas conferencias e de varias discussões, nada se pôde fundar; o alcorão politico não chegou a gerar-se, e o partido chamado ligueiro ou progressista continuou a viver cego e ingloriamente, continuou a governar sem lei e sem principios, sem luz, sem fé!...

Succederão-se ainda outros ministerios.... Eu não posso acompanhá-los um por um, porque isso me levaria muito longe; tenho ainda verdades que dizer, e minha natureza physica conspira contra minha natureza moral; não posso demorar-me tantas horas na tribuna impudentemente para meus pulmões.

Podem como vivão e como cahirão esses ministerios? Nenhum delles viveu parlamentarmente; nenhum delles cahiu parlamentarmente!

Quereis a prova? Eu vo-la dou summariamente: como cahio o primeiro gabinete do nobre presidente do conselho?

Cahio por uma miseravel questunçula de nomeações de empregos subalternos a cargo da presidencia da provincia do Rio de Janeiro, questunçula e exigencia a que o honrado ministro do imperio de então não queria acceder....

Os Srs. MACEDO e MARTINHO CAMPOS: — Não apoiado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — ... e, como aquelle honrado ministro não consentisse em victimar o nobre presidente da provincia do Rio de Janeiro a essa exigencia da politica bastarda de então, decidio-se n'uma reunião a queda do gabinete, e, sem questão parlamentar, o ministerio votou, sem elle mesmo saber como nem porque!... (Contextaptes.)

O Sr. MEIRA VASCONCELLOS: — O motivo foi uma votação da camara,

(Ha outros apartes.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Eu não procuro symptomas simplesmente, nem nelles me demoro como se fosse a enfermidade real. Procuro e investigo as causas. O nobre presidente do conselho sahio do ministerio desmoroamente; mas S. Ex. não merecia ser victima do seu partido do modo por que o foi.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Não considereis desairoa a minha sahida do ministerio. (Apoiados.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E eu considero-a assim, não para V. Ex. mas para o seu partido.

Como cahio o ministerio que lhe succedeu? Cahio — tambem por outra questunçula —, por uma presidencia da mesa, por uma cabala mesquinha, por uma cedula em branco!... Cahio, finalmente, por capotragem politica!... (Hilaridade. Reclamações.)

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Cahio por uma manifestação muito franca da camara.

UMA VOZ: — A expressão não é parlamentar.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — A expressão é daquella que usa della, por isso é que a emprego, — muito de proposito.

V. Ex. deve comprehender que tenho razão para admirar-me de que houvesse no paiz um estadista (ou que se presume tal) que deitasse uma situação politica de

que fôra delegado, e a que tinha adherido e sustentado com seu voto até a vespera, por uma maneira tão indigna, por um meio tão indecoroso, por uma traição parlamentar, por um voto em branco, em summa!...

Quem não tem coragem e dignidade civicas, não peça ao paiz a honra de o representar. (Apoiados; reclamações.)

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Pela minha parte protesto contra as palavras do nobre deputado, conquanto se refira a uma pessoa de quem estou separado para todo o sempre, mas que não merece semelhante imputação.

O Sr. TAVARES BASTOS: — Protesto igualmente contra as palavras do nobre deputado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Eu não tenho em vista ferir a pessoa alguma, evito sempre personalisar; dis-cutto os factos, e quero explicá-los por causas politicas.

UMA VOZ: — Eas expressões de que usou?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — As expressões! Sou eu o juiz dellas, porque assumo a responsabilidade das mesmas.

Pouco a liberdade da tribuna, porque a concedo a todos; eu não injurio ninguém; qualifico os factos, senhores, desde os meus primeiros passos na vida publica, é sempre a reclamação que me oppoem, quer na tribuna, quer na imprensa, ou no fóro judicial, em toda a parte enfim. Mas, senhores, eu não posso mudar a minha natureza: quando presto minha voz á defesa da justiça e da verdade, sojo quaes forem as consequencias, identifico-me com a minha causa, e não tenho culpa de me haver Deos dotado de alguma energia e calor d'alma.

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — E' o mesmo que eu pratico, reclamando contra as expressões do nobre deputado.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Parece-me que estou falando com o justo decore e conveniencias parlamentares, com o respeito devido ás pessoas; qualifico os factos e mais nada.

VOZES: — Continuar.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Quereis vós negar-me... Já que me forçã a proferir nomes, eu os profiro, porque não recuo diante de nenhuma responsabilidade. (Muito bem.)

Quereis vós negar-me que um estadista, o Sr. conselheiro Saraiva, votou em uma cedula em branco para derrubar o ministerio de então? Quereis vós negar-me que o Sr. conselheiro Saraiva havia affiançado a esse ministerio o seu apoio e toda a sua dedicação até á vespera? Quereis negar-me que o Sr. conselheiro Saraiva quiz derrotar esse ministerio para popar uma discussão politica, que provasse as dissidencias que já reinavão na camara entre os membros do partido? Quereis negar-me que S. Ex. assim praticou para consolidar o seu partido, porque vio de todos os lados elementos de destruição? e temia — o duende — que lá avultava ao longe, — o partido conservador?!...

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Esforço muito nobre.

(Ha outros apartes.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O Sr. conselheiro Saraiva devia votar francamente, pró ou contra, e não praticar uma burla, mandando á mesa uma cedula em branco. Ou se abtivesse, ou tivesse a coragem nobre de votar francamente pró ou contra.

O Sr. MINISTRO DA AGRICULTURA dá um aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O Sr. conselheiro Pinto Lima já explicou isto perfeitamente.

Cahindo esse ministerio, subio o ministerio das sete aguias.

Concebeu o paiz grandes esperanças; depois de mallogradas tres organizações tentadas, tudo se aguardava e augurava de prospero dessas sumidades. Mas o que vimos, senhores?

Esse ministerio, que pareceu organizado para conquistar todas as adhesões do partido, para compôr e harmonisar os dissidentes, e assim solidar a situação, prometendo atravessar até o fim da legislatura e fazer a eleição futura, esse ministerio, que prometia terminar a

APPENDICE.

19

guerra e restar as finanças, esse ministerio de aguias tambem cahio!... Mas por que cahio?

Não sei bem a razão por que. Parece que foi pelas dissensões intestinas que surgirão dentro, no proprio seio. Não sei a razão por que, nessa situação progressista, o ministerio das aguias, parlamentarmente organizado, sabido do seio e composto de homens tão notáveis da mesma opinião, representada no governo por tantas sumidades; porque esse ministerio que devia dar garantias a todos esses grupos ou fracções da camara, não sei por que fatalidade, por que causa occulta ou vicio intrinseco da situação, repito, não mereceu do mesmo partido confiança na sua lealdade, no seu patriotismo, nos seus serviços, na sua experiencia consummada! e teve de ser derrotado o ministerio das aguias, como os outros tinham sido pela força inexoravel da logica, sem causa politica apreciavel. Mas é preciso fundar um governo estavel. Precisa o paiz de um governo que falle em nome de um partido, e não represente uma facção, que proceda independente de pandilhas, que se dirija pela força da opinião, inspirado no interesse colectivo da nação.

Partidos politicos são os grupos e reuniões de cidadãos vinculados pela mesma fé politica, professando o mesmo symbolo, jurando na mesma bandeira.

Facções são grupos de homens divididos por paixões, ou interesses privados, que não têm por norma motivos generosos, idéas definidas, principios e fins nobres e confesaveis. E, como dizia Bolingbroke, o interesse nacional sempre subordinando ao interesse pessoal, quando não sacrificado. Este é o traço característico da facção.

Mas se o ministerio das sete aguias não podia governar o Estado nem satisfazer aos fins da situação, já gravissima, em que elle accendia ao poder, pela força das cousas devia cahir por obra daquelles mesmos que o sustentavam.

Mas cahio esse ministerio. E em seu lugar, em vez de sete aguias, derão-nos uma aguias e alguns filhos de aguias! (Risadas.)

Não discuto a competencia, o talento ou a illustração dos membros do gabinete; a alguns até prezo e voto estima. Ao nobre Sr. presidente do conselho considero e respeito.

Mas, Sr. presidente, tem este ministerio politica? Tem-a tão até hoje? Professa este ministerio uma opinião definida? abraça principios especificados? conserva uma feição typica, homogenea, harmonica na direcção do paiz? Qual é o seu espirito de seu governo? Quaes são os seus titulos para reger a sociedade hoje? Pergunto, interpeillo ao ministerio. Nada vi, nada ouvi, senhores, até hoje, que satisfizesse as minhas duvidas, que dissipe ou contrarie o meu juizo e opinião.

O Sr. presidente do conselho já fallou. O Sr. ministro da justiça já fallou. E ainda não se fez a luz, e eu cada vez fico mais imerso em profundas trevas. E' noite por toda a parte, não vejo phareol no horizonte.

O que eu vi, senhores, foi ser o Sr. ministro da justiça réo confesso de intervenção indebita, eleitoral; o que eu vi foi o Sr. presidente do conselho declarar: « Nada sei de eleições; não entrei em verificação de poderes. » O que eu vi foi o ministerio, forçado pela difficuldade da explicar o seu procedimento, converter-se de repente de progressista em liberal!...

O que eu vi foi que a eleição em todas as provincias não exprime idéas nem principios, pois que o ministerio se apoiava em cada uma, ora no partido liberal, ora no partido conservador, conforme o interesse local do circulo ou o pessoal de candidate protegido, fazendo assim uma politica bastarda, mesquinha e parva — de campanario!.

Ah! senhores, é esta a politica sabia, nobre, patriótica, larga e generosa, a politica fecunda e regeneradora do systema representativo, que todo o dia se nos prometia desde a inauguração da liga progressista?!

Não, senhores, absolutamente não. O que vemos é um mosaico, é uma Babel, é a anarchia e o cahos!

Não eramos os nepotistas, eramos os protectores da afilhadagem, eramos os apostolos dos interesses imoebes, eramos tudo quanto aprouve ao furor e á paixão partidaria lançar sobre o partido conservador, retinido da representação official, asyado nas catacumbas do ostracismo, apenas podendo protestar por poucas vezes

contra os canticos funebres que de toda a parte contra elle entoavam nesta casa gordos abbades, reverendos corypheus da liga, pelo seu almejado passamento, vaticinando no mesmo tempo a prospera e auspiciosa situação, então nascente, a longevidade politica de 30 e 40 annos!

O que fizestes, senhores? Fostes os maiores protectores do nepotismo e da afilhadagem! A accusação é séria e grave; mas eu a sustento, e hei de dar as provas.

Disse-nos, senhores, o nobre presidente do conselho que não influiria na eleição: vejamos.

Eu sempre reprovei o máo costume do governo de abusar da influencia do poder para eleger deputados. Desde o primeiro dia que tive assento nesta camara foi travando essa luta e proffigando este abuso. Este vicio ia gradualmente diminuindo, e já estava muito reduzido das suas grandes proporções de outr'ora. Ia-se formando uma opinião geral e commum, de ambos os partidos, contra a intervenção do governo nas eleições.

Neste sentido se faziam as eleições, já com alguma abstenção do governo, e com muito menos escandalo e ostentação. A moralidade publica se revoltava contra quaesquer alterações nas autoridades, na guarda nacional, na policia e na magistratura, antes da eleição. Os presidentes se abstinham, os chefes da policia hesitavam, não viamos ostensivamente garbo e impune este escandalo politico, como nestes ultimos tempos, depois do dominio da liga.

Mas o que aconteceu agora, Sr. presidente? Vimos dezasseis presidentes de provincias candidatos!...

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Já o erão antes de serem presidentes.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Treze candidaturas triumphantes, d'entre dezasseis presidentes candidatos do governo!...

Queréis que leia os seus nomes?

VOZES:—Póde ler.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—São bem sabidos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—São bem sabidos, e dispensa-se a leitura?

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Póde ler.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Este facto é grave.

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Não é em nada grave.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Este facto retrata a feição da presente situação.

VOZES:—Ora! Ora!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Este facto é eloquentissimo: são os depositarios do poder, são os seus primeiros delegados nas provincias, os proconules do Imperio, encarregados da eleição, aquelles mesmos que têm a incumbencia de se elegorem mutuamente! e apenas uma troca reciproca de candidaturas! (Não apoiados e reclamações.)

Eu consigno um facto eloquente por si só. De 20 presidentes de provincia, 16 forão candidatos, 13 triumphantes, e destes, 3 não o forão por suas respectivas provincias, e não tinham elementos legitimos e reaes nas mesmas, para serem aceitos e eleitos sem a influencia administrativa. (Apoiados e não apoiados.)

O Sr. SOUZA CARVALHO:—Por exemplo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O presidente da provincia do Pará, o Sr. Leão Velloso, eleito pela provincia de Sergipe.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Onde já estive, onde tenho muitas relações, onde as principais influencias apoiarão a minha eleição. (Apoiados.) O presidente de Sergipe não foi candidato: com quem troquei?

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O Sr. Couto de Magalhães eleito por Goyaz.

O Sr. LIMA DUARTE:—A candidatura do Sr. Couto de Magalhães tem explicação razoavel: prestou alli grandes serviços.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O Sr. Adolpho, presidente de Santa-Catharina, eleito pela do Amazonas.

VOZES:—Foi alli presidente, e tem muitos amigos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O Sr. Saldanha Maranhão, presidente da provincia de Minas, eleito pela de Pernambuco.

Vozes:—E' Pernambucano. Já foi comprehendido em duas listas triplices por Pernambuco.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Senhores, liberdade de tribuna.

(Cruza-se outros apertes.)

Então, basta ser filho de uma provincia para poder ser eleito legitima e livremente por ella?

O meu modo de pensar a este respeito se acha no mesmo voto em separado, que está impresso: o paiz julgará.

O Sr. TOSCANO DE BRITO:—A camara já julgou.

(Ha outros apertes.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Pergunto a V. Ex., Sr. presidente, se já não são sufficientes as reclamações, e se posso ou não proseguir?

Sr. presidente, empregado este processo, sancionado este facto por todo o Imperio, para firmar os ollos da cadeia administrativa, para que as eleições reciprocas dos presidentes fossem todas bem succedidas, vós vedes que o ministerio, apoiado em todo o poder politico, em todos os meios de influencia governamental, dispondo de toda a massa de direitos e poderes, além das armas formidaveis da designação e recrutamento em tempo de guerra, não podia consentir em parte alguma manifestação livre e nenhuma dos partidos em opposição sem o onde absolutamente fosse impossivel ou inutil intervir, onde, apesar da luta e da pressão, a sua influencia fosse nulla ou impotente para triumphar da opposição. Foi o que aconteceu.

Se sois um partido real e forte no paiz, se contaes com o apoio e a confiança nacional, por que não deixastes a urna pronunciar-se livremente? Por que a abastastes e comprimeis? Não basta dizer-nos o Sr. presidente do conselho, aliás o principal responsavel (comquanto eu em minha consciencia, até certo ponto, o absolvo de ter tido grande parte nas eleições), não basta dizer-nos: « Não sei do que se passou no Imperio? »

(Ha um aparte.)

E' disto que eu me queixo, principalmente em relação á minha provincia. Queixo-me de que S. Ex. entregasse ali a eleição, o governo, tudo ao Sr. ministro da agricultura, industria e obras publicas. Queixo-me da sua indiferença pela sorte do Imperio e de abandoná-lo á mercê e discreção de seus collegas.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Quando presidente da Bahia, foi sempre elogiado pelos ministros.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Não apoiado, é grande inexactidão. O nobre deputado não pôde fazer essa asseveração em relação ao partido, e menos contra o deputado que está fallando, e seu honrado companheiro do districto.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Não me refere a V. Ex. em particular: fallo em geral.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Eu nunca pedi favor politico ou eleitoral a presidente algum da minha provincia, em nenhum tempo. E desde 1863, depois da administração do Sr. conselheiro Sá o Albuquerque, actual ministro de estrangeiros, nunca mais pisei no palacio do governo. Nunca occultei minhas crenças, e nem pedi mercê ou tolerancia. Pelo contrario, estive sempre em aberta e franca opposição contra a liga.

Um Sr. Deputado:—A sua imprensa elogiou o presidente.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Nós não tinhamos imprensa nesse tempo, nem ainda a temos hoje. Em explicar esse ponto. O *Jornal da Bahia* não é órgão do partido conservador. Se elle não guerreou o Sr. ministro da agricultura, quando presidente daquella provincia, tendo por chefe de policia o digno Sr. Dr. Junqueira, não se segue que o apoiasse nem fizesse com elle causa commum. Se alguns membros do partido o chegaram mesmo a apoiar, não importa isso o apoio do partido. E se o fizeram, foi porque S. Ex., prodigo de

abraços e afagos geralmente a todos, declarou que não queria fazer politica, que queria apenas e sómente o concurso de todos, sem distincção de crenças nem excepção de cor politica, para a guerra contra o Paraguay, empenho de honra nacional, e não objecto de interesse partidario.

O Sr. MINISTRO DA AGRICULTURA:—Não fiz conchavo immoral com V. Ex. nem com ninguém.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA (com energia, voltando-se para S. Ex.):—Comigo certamente era impossivel que o fizesse. Se ninguém fez conchavo immoral com S. Ex., nós apenas o toleramos por dever de patriotismo, em consequencia da guerra; não lhe prestamos nunca apoio politico, nem fizemos liga com S. Ex. Mas é certo que lhe prestamos muito serviço, immenso beneficio; nós o fizemos brilhar á nossa custa com a aquisição de legiões de voluntarios e contingentes e com grandes donativos ao Estado para as despesas da guerra....

O Sr. MINISTRO DA AGRICULTURA:—Todos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Mas nós tambem, e nós principalmente. Vós quizestes solicitar o nosso apoio para a eleição provincial, porque sabieis que havieis de ser infallivelmente derrotado pelos liberaes, sem elle. Eu não annui a esse accordo, nem o meu honrado companheiro de districto, e V. Ex. o sabe perfeitamente.

Limitei-me a sustentar os meus amigos conservadores: estes triumpharão, assim como outros candidatos liberaes, e V. Ex. perdeu a sua mais cara candidatura.

Para mostrar a vossa nenhuma influencia na provincia, basta um só facto, uma só prova—é o criterio solenne da ultima eleição de senadores pela mesma provincia.—Ellas vos condemnou sem remissão alguma. Ao passo que se tem demorado por 1 e 2 annos, o preenchimento de certas vagas senatorias, em relação á minha provincia, apenas aqui falleceu em Janeiro o distincto e illustrado senador o Sr. conselheiro Ferraz, presturosos mandastes logo proceder na Bahia á respectiva eleição.

Conscio da vossa nenhuma força e influencia, comprehendestes a necessidade urgente de aproveitar o eleitorado da legislatura expirante, em vez de mandar proceder a nova eleição especial. Mas só isto não bastava. Comprehendestes mais a necessidade urgente de accelerar o movimento, e de precipitar a acção. Em meio de uma eleição geral para deputados, que se faria em toda a provincia a 6 de Março, marcestes, quasi pelo meio do Fevereiro, a eleição senatorial para 24 de Março... Não nos destes, nem o tempo necessario de escrevermos nos nossos amigos e correligionarios em toda a provincia, que aliás tem mais de cem leguas de littoral e de duzentas de centro! Porém apesar de tudo, a despeito de tão flagrante e condemnavel surpresa, apesar de ser o eleitorado obra do dominio desta situação, o resultado foi o mais brilhante possivel. Elle vos julga e vos condemna.

Apesar do atropello e do tumultuario assalto ás urnas, o estellionato politico não chegou de todo a consummar-se. A consciencia dos eleitores, já desilludidos de tanta fascinação, documentou solememente a reacção que se tem operado nos espiritos e na opinião publica, honrando ao nosso amigo e collega o Sr. Dr. Tiberio com uma votação brilhante e espontanea, por tal forma que bem demonstra estar o paiz real em diametral opposição e antagonismo ao paiz official....

O Sr. MINISTRO DA JUSTIÇA:—Mas note-se que mandámos proceder a todas as eleições de senadores.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Que politica fizestes? Aqui, solicitaveis o apoio liberal; ali, o dos conservadores: fazeis liga com este ou aquelle partido, ou influencia no sentido sómente das conveniencias locais ou dos interesses pessoais, não tinheis uma feição caracteristica, e menos uma politica definida. A situação representava em summa o caos politico.

Eis o retrato da situação, desta situação perigosa, desta politica desastrosa e fatal do presente e do futuro do Imperio.

Dizeis-vos liberaes hoje, porque precisais de explorar o poder magico da palavra, porque precisais de acobertar-vos debaixo da influencia prestigiosa da idéa; mas vós sois porventura liberaes? O espirito do vosso go-

APPENDICE.

21

verno é liberal? Come explicais essa nova fusão, que quereis fazer de progressistas e liberais, vós, que ainda hontem a negastes e rompestes? Como mudais o nome do vosso novo partido, quando toda a vossa imprensa tem feito sempre distincção entre progressista e liberal, quando vós mesmos ainda ha pouco o fazeis? Sois compellidos, senhores, pela força das circumstancias, ou pela força da opinião?

Mas em que consiste o vosso liberalismo, que criterio o constitua?

E' liberal um ministerio, Sr. presidente, que toma por seu primeiro dogma politico a intervenção abusiva no pleito eleitoral?

Eu sou conservador, senhores, conservador desde os meus primeiros estudos, mas conservador, repito, filho da escola racional, nos limites proprios dos principios da grande revolução de 1789, berço e origem fecunda das modernas constituições livres da Europa, doutrinario da livre escola constitucional do seculo; conservador do programma liberrimo do art. 179 da constituição, que é a declaração dos direitos do homem da constituinte franceza.

Eis como sou conservador; mas conservador assim, conservador como é o meu partido, que quer a manutenção integral das livres instituições juradas; desde o primeiro dia que me assentei nestes bancos, a primeira these politica que emitti e sustentei foi a da liberdade sincera da eleição; foi a condemnação da intervenção indebita do governo no pleito eleitoral, porque essa intervenção, senhores, derroca pela base todo o systema representativo e parlamentar.

Filhos ingratos, rebeldai-vos contra vossa mãe!... annullais a constituição visceralmente! violais a fonte pura de onde deve sahir todo o poder e toda a garantia dos direitos e liberdades publicas, e depois vindes jactanciosos dizer-vos e proclamar-vos liberais!... Irrisões!... Podeis dizer que sois tudo quanto quizerdes, mas não podeis ser jamais legitimos representantes dos verdadeiros principios liberais, senão quando por factos deixardes de impossibilitar a existencia de uma camara independente e pura, filha genuina de uma eleição livre....

(Ha muitas reclamações.)

Senhores, eu estou discutindo uma these; estou mostrando que este regimen está profundamente viciado, completamente falseando em sua essencia pela corrupção e abuso do poder, pela subversão de todos os bons principios.

(Continuão os apertes e reclamações da maioria.)

Em appello da intolerancia da maioria para a lealdade e cavalheirismo do nobre presidente do conselho, afirmo de que S. Ex. declara se estou, ou não, fallando parlamentarmente, se estou personalizando, ou mesmo propalando doutrinas subversivas, ou perigosas.

Não, senhores, eu apenas sustento uma these constitucional, these cuja solução favoravel em toda a parte tem trazido: ha de trazer entre nós, assim o espero e creio, a verdade do systema, these, sera a qual a constituição não passará jámais de uma promessa vã; verdade, sem a qual não podemos jámais pacificamente reconquistar nossas prerogativas humilhadas ou usurpadas; alavanca, sem a qual jámais nunca poderemos reabilitar e nobilitar o parlamento para sermos os defensores dos direitos do povo, e não dos ministerios ou governos; dogma, sem o qual não teremos jámais liberdade constitucional, real e pratica, aquella que desenvolve em todos os ramos da actividade social, que constitue, por assim dizer, o movimento e a vida dos povos livres, e que é tão essencial ao seu desenvolvimento integral, em toda a ordem de relação social, como o ar e a luz o são para a vida physica.

Liberdade individual, liberdade social, liberdade politica, garantia de direitos, separação e independencia de poderes tal deve ser o nosso afan, o nosso programma politico. Enquanto não realizarmos tudo isto, não nos podemos chamar livres, nem dizer que temos uma constituição em vigor.

Mas para isto, senhores, carecemos de tres condições essenciaes, indispensaveis: estas condições são: eleição livre, camara independente, ministerios responsaveis.

Sem estas tres condições do regimen, sem a discussão e publicidade dos actos do poder, sem partidos politicos, constitucionaes, com principios e idéas definidas, com organização e disciplina regular, mas partidos de occasião, partidos de circumstancia, creações artificiaes e ephemeras do orgulho ou do despeito (ou não qualificarei de facção, para evitar novas reclamações), essas não podem viver nem medrar por muito tempo; vivem e medrão apenas o espaço sufficiente para desvanecer-se a illusão, para dissipar-se o encantamento da fascinante miragem, que seduzio e hallucinou por momentos espiritos fracos, levianos ou incantos. A nuvem, porém, já passou, rasgou-se o véo que encobria os mysterios do templo vedado, e a realidade é bem triste, o presente funesto, e o futuro medonho!

E' tempo, senhores, de levantarem-se e reconstituírem-se os dois grandes partidos nacionaes, fortemente radicados na opinião e nos interesses do paiz, sem antagonismo irracional nem reacção vertiginosa.

E' mister cuidar seriamente da reorganização e educação dos grandes partidos constitucionaes. Elles são os fieis da balança constitucional, os mantenedores das instituições, os instrumentos poderosos da liberdade.

Eduquemos constitucionalmente para o regimen do self-government este bom, nobre e generoso povo brasileiro, mas eduquemo-lo gravemente, porque nada ha mais serio e grave do que o regimen livre da ordem constitucional.

A camara deve ser uma escola pratica de direito constitucional para o povo, assim como o jury é para o direito criminal. A camara deve ser para o povo exemplo e luz, deve ser a escola politica de sua educação constitucional. Mas isto nem sempre acontece; muitas vezes confundem-se as questões, divirtão-se os principios, attenta-se contra a constituição do Imperio, e em vez de edificante e proveitoso ensino, inocula-se veneno corrosivo e deletério na veia popular, e colhem-se frutos amargos, faz-se a desgraça publica!

O Sr. presidente do conselho declarou-nos hontem que queria viver vida constitucional, que queria ser ministro de um paiz livre, viver e morrer parlamentarmente pelo apoio ou condemnação da maioria. S. Ex. disse mais que no momento em que elle não pudesse justificar legalmente cada um de seus actos, nesse dia resignaria o poder.

Acceito o voto nobre e o protesto honroso do nobre ministro presidente do conselho, a peço a Deos que lhe lhe dê força bastante, energia de vontade e esforço de caracter para realiza-lo. Peço a Deos que possa ser S. Ex. o instituidor sublime dessa gloriosa dynastia de ministros responsaveis, de que tanto careco o Brazil, ministros consciuos da dignidade de sua posição, da alta gravidade da sua missão, ministros que não reagem ante nenhum obstaculo imprevisito, diante de nenhuma difficuldade do regimen; ministros que jámais abdicuem da lei do dever de sua responsabilidade nem sacrificuem o interesse nacional a nenhum outro, seja de que ordem for. Peço a Deos, Sr. presidente, que sefortifique essa crença, essa fecunda e salutar resolução do nobre ministro!

Mas, senhores, voltando ao meu assumpto, tivemos uma eleição livre? Já provei que não. Quereis, porém, mais provas? Basta considerar as discussões e votações das eleições ultimas nesta camara para nos convencer-mos do contrario. Por uma fatalidade, hoje passa a verificação de poderes pelo caminho estreito do novo regimen, o que aniquilou dois elementos essenciaes de garantia de direitos no regimen, em taes materias, a saber: a publicidade da discussão das eleições perante a camara e o paiz, — e o voto publico — ou julgamento depois da audiencia do debate contradictorio e do exame e discussão das provas. Estas duas grandes garantias de justiça e moralidade aniquilou-as o novo regimen.

Os trabalhos das tres commissões de inquerito podem-se dizer clandestinos, porque nem a nação sabe o que se passa no seio das commissões, nem a camara que tem de votar seus pareceres e de dar ou tirar direito.

(Ha muitos apertes.)

Precisava-se de uma discussão franca e livre sobre as eleições do Imperio; estou certo que se a houvesse a propria maioria não poderia dizer-se: — vós não podeis preferir semelhante criterio a respeito das ultimas elei-

ções geraes—, porque eu, o mais obscuro de todos os seus membros, havia de provar que não houve eleição sincera e livre, em geral, no Imperio!...

Nós vimos presidentes de provincia fazendo circulares para eleições, vimos o nobre Sr. ministro da justiça interpellar a seus amigos companheiros de districto dizendo:— como me fazeis opposição, vós que fostes por mim eleito?

O SR. MINISTRO DA JUSTIÇA:—Não disse tal, e nem o podia dizer. *(Apoiados.)*

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Se V. Ex. é progressista, e se a sua provincia é liberal; se nella o progressismo não fez adeptos nem proselytos; se alli ha sómente conservadores e liberais, quem foi que triumphou nas urnas? Foi V. Ex. quem elegeu os deputados do partido liberal, ou o partido liberal quem elegeu a V. Ex.?

O SR. MINISTRO DA JUSTIÇA:—E' que o partido liberal em minha provincia é progressista.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Temos, pois, Sr. presidente, perante o parlamento, um ministro da coroa réo confesso de intervenção indebita nas eleições. *(Não apoiados.)*

O SR. ANASTES Lobo:—E' uma traducção muito livre do nobre deputado.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Eu podia demorar-me um pouco, fallando da eleição do 1º districto de Pernambuco, das eleições de Minas, das de minha provincia, podia demonstrar os attentados que se derão nas eleições do Ceará, e em parte nas do Pará. *(Reclamações.)* Poderia demonstrar que venceu em ultima analyse, quasi sempre, a fraude e a violencia. *(Não apoiados.)*

O processo era muito simples; tinham-se as autoridades policiaes, a guarda nacional e a magistratura municipal; disponha-se das terriveis armas da designação e do recrutamento; cercava-se as matrizes, e expellia-se a opinião adversa do concurso eleitoral.

O SR. HORTA DE ARAUJO:— Isto é do tempo dos conservadores. *(Apoiados, não apoiados e diferentes apertes.)*

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Em Pernambuco não se viu uma eleição em que os dous partidos reaes do paiz, o conservador e o liberal, colligados não pudorão romper a rede policial?

O SR. ARAUJO BARROS:—Emprazo-o para esta discussão.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Não está demonstrado que no meio de 300 ou 400 baionetas se fez a eleição da capital de Pernambuco? *(Não apoiados.)*

O SR. ARAUJO BARROS:—O nobre deputado não é capaz de assegurar isto.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Não vimos a imprensa accusando, em outra época, ao Sr. Silveira de Souza, e o proprio ex-presidente de Pernambuco, como deputado, na tribuna, sustentar que não era possível ser legitima e real a eleição feita em 1863, sob a administração de S. Ex., por não ser possível nem comprehensivel que, sera abuso de influencia, sem interferencia indebita, pudesse o governo derrotar alli a opinião e o partido liberal, que tão forte então se apreguava?

Mas como então hoje os dous grandes partidos colligados, o conservador e o liberal, sob a administração de S. Ex. o Sr. Silveira Lobo, não puderão eleger representantes na livre capital de Pernambuco?

O SR. ARAUJO BARROS:—Queremos demonstrações sobre este ponto, e não theses geraes. *(Apoiados.)*

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—A demonstração está no voto em separado; queira discuti-lo.

O SR. ARAUJO BARROS:—Discuto-o: V. Ex. não é só o unico capaz de discutir aqui. *(Oh! oh! e rumor nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE *(depois de tocar com força a campainha)*:—As galerias não podem intervir de modo algum nos debates da camara. *(Muitos apoiados.)* Vou mandar ler o artigo do regimento que o véda. *(Restabelece-se a ordem.)*

O SR. 1º SECRETARIO lê o seguinte:

« Art. 218. Todos os cidadãos e estrangeiros têm o direito de assistir ás sessões, contanto que venhão desarmados e guardem o maior silencio, sem dar o mais pequeno signal de applauso ou de reprovação do que se passar na camara. » *(Apoiados.)*

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Quando todas as opiniões têm seus representantes na tribuna, é dever do povo calar-se *(apoiados)*, e esperar a defesa dos seus legitimos interesses, direitos e principios dos órgãos que o representam. *(Muitos apoiados.)* Todas as manifestações das galerias são illegitimas. *(Numerosos apoiados.)*

O SR. SÁVIO LOBATO:—E compromettam a causa.

(Ha diversos apertes.)

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Passo pela these, Sr. presidente, do que não pôde sair uma camara independente e livre de uma eleição viciada. Não faço recriminações, não quero personalidades. *(Apoiados.)*

Vou á responsabilidade do poder.

A responsabilidade do poder se mantem pelo livre exame e discussão dos actos da administração.

Se, porém, julgaes o exame do facto uma offensa, se não quereis que eu investigue as causas que o produzirão e as circumstancias de sua execução, como podeis protender que tomos ministerio responsavel?

Ha responsabilidade sem liberdade de tribuna, sem livre discussão parlamentar? Não, não pôde haver.

Mas, senhores, não é o nome que eu procuro, e sim a cousa. Não é o fantasma da liberdade que eu deojo ver representado; eu quero a liberdade pratica da vida constitucional.

Não é simplesmente porque um ministerio se diga progressista ou liberal, que elle ha de ser tido no paiz como liberal ou progressista. Não, senhores, é preciso legitimar a expressão, fazer que a cousa corresponda ao nome e os actos justifiquem a qualificação.

Nos paizes representativos, onde certos principios são dogmas, na Inglaterra, nos Estados-Unidos, na Belgica, Suissa e Hollanda, eu vejo que o poder publico se constitue pela intervenção do cidadão no governo do paiz; que essa intervenção é triplace,—intervenção na representação nacional, intervenção na constituição da justiça, intervenção na constituição da força publica. E' pela eleição que a nação constitue livremente, por sua vontade propria, a representação nacional; é pelo jury que ella toma parte na justiça; é pela guarda nacional que todo o cidadão é soldado, organisa a força publica, e vela na guarda da constituição e das leis, na defesa da ordem publica e na protecção do direito. São estas as instituições fundametaes, protectoras da ordem social, que devem ser constituídas pela intervenção da nação; são ellas que creão e realizão o *self-government*, o governo da nação pela nação.

Quando a nação não toma parte na organização do poder publico, por meio de todos estes elementos, a nação não é livre, o governo não é liberal, não existe regimen representativo.

Já discuti o primeiro facto: não foi a nação quem livremente elegeu os seus representantes, foi em grande parte o poder.

Vou discutir o segundo, a constituição da magistratura, a distribuição da justiça no Imperio.

E' o nobre Sr. ministro da justiça quem diz no seu relatório: « Que a instituição do jury parece ter-se tornado suspeita á autoridade, por isso mesmo que é excessivamente sustentada pela opinião! »

E é o governo que se diz liberal justamente aquelle que quer proscriver uma das instituições liberaes do Imperio; que quer cercar as attribuições do jury, restringir o numero dos jurados, fazendo assim inversão nas suas leis; é esse governo quem profere o absurdo de ser o jury suspeito á autoridade, pela razão de apolar-se na opinião!

A magistratura, senhores, como está ella, como vive e é respeitada no Imperio? Existe magistratura no Brazil?

A força dos golpes de estado, que se repetem successivamente desde 1866 a 1863....

Uma Voz:—Não obstante existe a magistratura, existe na altura em que deve ser collocada.

APPENDICE.

23

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—.... existe a magistratura no Imperio sob a pressão ferrenha e preponderancia do executivo, que annulla a sua investidura, que mata a sua independencia, que a torna commissão do governo!

Senhores, se o poder judiciario não é um poder politico do Estado, se a perpetuidade e independencia do poder judiciario não é um dogma constitucional, essencial á separação e harmonia dos poderes, vital para a garantia dos direitos individuaes, civis e politicos do cidadão; se a violação flagrante e criminosa dessa garantia sagrada não é um violento attentado contra a constituição do Imperio e o aniquilamento da magistratura perpetua e independente, então, senhores, eu não sei o que seja verdade, dogma e garantia no nosso regimen constitucional! Se o poder judiciario pôde ser impunemente atacado, violado, aniquilado, qualquer outro o pôde ser tambem. E' o reinado da força, o regimen funesto da violencia, do arbitrio; é o estado da revolução.

Não sophismemos a verdade, a justiça, a honra e a dignidade humana, senhores. Negar semelhantes verdades e principios é de uma corrupção corrosiva, prenhe de tormentas, minaz de calamidades!

Nem porque um ministerio dispõe cogamente de uma maioria parlamentar, nem porque em questões desta ordem, que attentão contra a constituição do Estado, que abalão todos os poderes publicos, que estreñecem todas as liberdades, encontram sempre governos criminosos maiorias doces e levianas, para consagrarem tão monstruosos attentados e absolverem os traidores, nem por isso é lícito recalcar no abuso, reincidir relapso no crime! Ha no fundo um abysmo, uma voragem modolha, que cedo ou tarde ha de tragar suas victimas!

Não é simplesmente porque se pôde dispôr de uma maioria assim que se ha de dizer impunemente, senhores, que a aposentação forçada de magistrados perpetuos por acto puramente do poder executivo não é uma offensa á garantia constitucional, que as victimas devem resignar-se ao destino, que lhes crea o attentado do poder! Não, senhores.

O Sr. MEIRA VASCONSELLOS dá um aparte.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—O que eu quero é a independencia da magistratura, é a illustração e integridade da magistratura, é a consideração da magistratura, a remuneração da magistratura; quero fazer della um escudo contra as invasões do executivo.

E' esta uma das mais vitais necessidades da nação, uma das condições essenciaes da fundação da liberdade real e da garantia e protecção de todos os direitos. (Apoiados.)

O que quero é crear a liberdade individual e civil, e a liberdade civil depende de uma magistratura forte, solida, luminosa, integra, inamovivel, perpetua e independentemente constituída.

Dependendo inteiramente do executivo a magistratura no primeiro gráo, é ella apenas uma phalange de commissarios de eleições e de agentes da policia; no segundo gráo, dependendo do accesso, da remoção, da aposentadoria forçada, o que pôde e vem a ser?

Miseros pobretões que quasi esmolão o pão da caridade governamental, pois que a magistratura perpetua tem talvez remuneração igual ao salario de um jornaleiro.

O Sr. ARISTIDES LOBO:—E todavia sustenta e mantém a sua independencia.

Uma Voz:—A expressão miseros e pobretões é sem duvida muito impropria.

(Ha outros apartes.)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Intervenção na força publica. Senhores, como é que a nação toma parte na constituição da força publica?

E' pela milicia civica; é pela guarda nacional, auxiliar do exercito de linha; é ao patriotismo e á coragem da milicia civica, assim como aos de todos os cidadãos, que todas as constituições, como a franceza de 1830, confie a defesa da carta constitucional e a de todos os direitos que ella consagra.

O cidadão, em todo o paiz livre, é o primeiro defensor da sua liberdade; é o primeiro protector da garantia do seu direito e da dos outros; é pela sua intervenção

na constituição da força publica que a nação organisa essa garantia, como um poder sempre prompto para velar na guarda da constituição e das leis, e tornar impossivel qualquer dictadura....

E' assim que se organisa os governos livres. Mas vós, depois de tantos serviços prestados pela milicia civica, que (seja dito entre parêntesis), olhando-se á constituição do Estado, talvez se pudesse dizer que não era obrigada a prestar serviços de guerra fóra do Imperio: todavia é proposição esta que não me proponho a defender, e que, se fosse sustentavel, eu desde já calaria e abafaria por necessidade e patriotismo, pedindo até a essa briosa milicia civica que continue a prestar todo o concurso do seu patriotismo para a obra gloriosa de debellar o despota do Paraguay, e acabar de prompto com a guerra que nos devora, que nos arruina, para sahirnos com honra e com dignidade do grave pleito em que estamos empenhados; mas, Sr. presidente, era depois de tantos serviços gloriosos reconhecidos por toda a nação, que estão na consciencia do proprio governo, que elle os proclama e glorifica, pedindo para tamanho patriotismo e sacrificio todas as benções e applausos da nação; em om recompensa de tantos serviços meritorios, de tanta dedicação e heroismo da guarda nacional, que o Sr. ministro da justiça devia de vir ameaça-la com a mobilisação comminada em seu relatório?

O que é a mobilisação da guarda nacional, senhores? Todo o mundo não sabe, não comprehende o perigo que occorra no seu bojo funesto esta simples palavra: mobilisação? Não é um systema inteiro de medidas restrictivas, compressoras? Não é uma adaptacão desse elemento tutelar da honra nacional e das instituições juradas, nas mãos do executivo, como um exercito regular, como um exercito de linha? Fulhei a nossa sabia lei de 1850, e vereis que ella é um transumpto da lei liberal de 1831 da França: muitos dos seus artigos ahi estão quasi que trasladados; tem todas as condições de garantia na organisação do serviço, em relação aos direitos do poder e aos direitos do povo.

O Sr. TOSCANO DE BRITO:—Tudo que é estrangeiro é muito bom para o Brazil.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—V. Ex. está muito enganado, nada autorisa a sua conclusão.

A lei de 1850 tem sido por vozes arguida do anti-liberal; entretanto essa lei modelou-se pela lei liberal da França de Março de 1831, da monarchia de Julho! Assim é que julgais as intenções, assim é que condemnais os homens?!. O que quer o Sr. ministro da justiça? Mobilisar todos os corpos da guarda nacional, faz-la convergir n'um momento dado para qualquer extremidade do Imperio ou para fóra do paiz, sem que ella possa reclamar por seus direitos.

Mas em que consiste esse grande melhoramento, essa mobilisação que intenta fazer o Sr. ministro da justiça, e que nos faz de todo estremecer? para que, senhores? Não basta somente dizer: «No meu relatório só peço uma simples medida, só enuncio um principio innocente, só quero a divisão e discriminação por classes, a bem da maior celeridade no movimento da força necessaria nas occasiões urgentes.» Em toda a reforma, vós sabeis, traz a latitude immensa que ás vezes lhe imprimem os debates e as emendas; não se pôde calcular em ultimo resultado a que ponto nos pôde levar a proposição de uma medida na apparencia justa ou na sua concepção proficua ou innocente no correr da discussão, sobretudo em tempos como os actuaes, e na previsão da abusos quasi infalliveis de um governo que se mostra tão identificado com a sua numerosa e dedicada maioria.

Não mexamos na lei da guarda nacional, e muito menos na época actual.

A guarda nacional, ai! gem geme! apesar de ter sido victima de tantas injustiças e de tantas iniquidades!... a designação, o recrutamento na guarda nacional, tudo tem-se feito a esmo, tudo a bel-prazer e a arbitrio do governo: a guarda nacional não se queixa, a guarda nacional marcha a cumprir o seu dever patriótico: para que, pois, quereis ainda mais a mobilisação da guarda nacional? Ainda acheis poucos os meios do que já estais armados? quereis ainda, só por medida de cautela, mais poder vexatorio e dictatorial!... Em que consiste, porém, a reforma ou a maior mobilisação solicitada? Em

collocar-se n'uma companhia os solteiros, n'outra os viúvos sem filhos, n'outra os casados sem filhos, etc.? Ora, senhores, grande inovação! inovação ou esteril ou perigosa!

Para que semelhante modificação? Não é manifesto que se é só este o fim a conseguir, o trabalho fica desde logo frustrado? Quem não vê que depois de decretada a lei, depois de feita a primeira qualificação, no dia seguinte, estas condições de estado se modificão também, e se precisais, portanto, de voltar ao antigo regimen da guarda nacional e fazer outra vez as exclusões e reservas que se julgão embarracosas á acção do governo, na tarefa da designação dos contingentes? Não vêdes, senhores, que isto envolve ou um perigo, ou uma medida que na pratica nada vale, e que não nos devo, portanto, preoccupar, quando temos tanta coisa séria e grave que fazer?

Sr. presidente, chego e approximo-me das diversas questões suscitadas no debate, e encerradas na falla do throno. Não cantarei um hymno ao gabinete, como fez a honrada commissão da maioria da camara; e apesar de estarmos na época dos postas, apesar da influencia perniciososa dos utopistas, dos homens que entendem que não é necessaria a sciencia pratica, a experiencia, a especialidade da administração, e que basta lá n'um bello dia conquistar qualquer, com direito ou sem elle, um assento no parlamento, para logo julgar-se apto a ascender aos conselhos da nação e governar o Brazil; apesar de ver, Sr. presidente, talentos distinctos na poesia, que correspondem ás aspirações e necessidades do Estado nos respectivos governos, como os Lamartine, os Martinez de la Rosa, os Garrett, todavia eu quizeria que, em vez de versos, nesta quadra triste e afflictiva, nós só fallassemos prosa, e prova bem secca e bem severa. Eu não quizeria ver a commissão da resposta á falla do throno fazer apenas uma paraphrase encômastica da peça ministerial; eu não quizeria ver o nobre senador presidente do conselho acabar recitando versos (*apoiados*); eu não quizeria ver o nobre senador presidente do conselho, que dispõe de tantos recursos tribunicios, de uma capacidade transcendental, de uma intelligencia cultivada e de tão robusta erudição; eu não quizeria ver, digo, o nobre presidente do conselho soltoico em não perder uma só occasião de jogar o sarcasmo, de trocar o epigramma com a opposição. Eu quizeria que o nobre presidente do conselho nos desse até uma lição severa de economia pratica e de finanças, eu quizeria que o nobre presidente do conselho nos analysasse o seu orçamento, nos esclarecesse a nós, que não somos da especialidade profissional, a esta camara, que na sua grande maioria não é versada nos estudos economicos e financeiros com sufficiente profundidade e com proficiencia tal para poder dar um voto consciencioso nas arduas e difficultes questões que é chamada a resolver.

Eu quizeria que S. Ex. discutisse a guerra: que nos informasse minuciosamente do seu estado, dos nossos recursos, dos meios que temos para proseguir nella com vantagem, dar esperanças, não ilusões simplesmente, mas esperanças fundadas, solidas, que nos pudessem affiançar um triumpho glorioso e brevissimo.

Eu quizeria que S. Ex. arredasse para mais longe a questão incandescente da emancipação da escravatura, questão cuja imprudencia, cuja inopportuna não posso perdoar a S. Ex. Eu quizeria tudo isso, Sr. presidente, e não que S. Ex. se demorasse tanto em discurrir principios de governo, em responder a considerações sociaes de politica abstracta, meramente especulativa, que bem podia desprezar, em vez de refutar, argumento por argumento, factos e considerações que não podem ter grave alcance na influencia do governo do Estado, momentaneamente nas criticas circumstancias actuaes.

S. Ex., porém, não fez isto; S. Ex. contentou-se com dizer que o seu governo tem um espirito liberal; que quer viver consociado com a sua maioria, identificado com ella ou morrer pelo voto da camara. S. Ex. zela tanto a sua dignidade, que disse—largaria o poder—quando não pudesse defender um só de seus actos. Entretanto, singular coincidência! nós vimos S. Ex. pedir *bill* de indemnidade successivamente, por cada um de seus actos de natureza mais grave!... (*Apoiados*.) Ah! senhores, já na sciencia dos publicistas e estadistas os golpes de Estado convertêrão-se em meios ordinarios de governo?

E' uma época normal, uma situação ordinaria aquella que não acha elementos de governo, medidas de poder para solver a gestão dos negocios publicos senão em medidas prohibidas pela constituição e pelas leis? O discurso do nobre Sr. presidente do conselho é uma formal condemnação do seu principio; S. Ex. pediu *bill* de indemnidade por ter espachado as eleições do Rio-Grande do Sul; S. Ex. pediu *bill* de indemnidade por ter libertado os escravos da nação; S. Ex. pediu *bill* de indemnidade pela emissão do papel-moeda; S. Ex. pediu *bill* de indemnidade por ter mettido a mão na caixa da amortização; S. Ex. quasi que pediu *bill* de indemnidade por tudo quanto praticou de grave, de relevante na sua administração! Uma situação assim, senhores, não pôde ser commun e regular; é uma situação falsa e anormal. Senhores, esta situação não é, não pôde ser a filha legitima do governo representativo!

Como justificou S. Ex. os seus diversos actos? Permitta S. Ex., que com o respeito que lhe devo, e com a consideração que me merecem os seus elevados talentos e illustração, provados em muitos recontros na tribuna, eu diga que desconheci a V. Ex., que a sua ponderosa argumentação, que a sua logica e dialectica não fizeram impressão no meu fraco animo e no meu espirito inculto.

S. Ex. defendeu o espachamento da eleição do Rio-Grande do Sul, não com um principio, não com uma razão constitucional; S. Ex. defendeu com uma razão de facto, com uma necessidade de occasião e circumstancias! Oh! senhores, porventura podem-se legitimar attentados contra a constituição do Imperio, allegando-se supostas necessidades de faltas sociaes? Qual foi o motivo allegado para o adiamento da eleição?

A organização do 3º corpo do exercito na provincia do Rio-Grande do Sul; mas a organização desse 3º exercito na provincia do Rio-Grande do Sul, que em resultado não deu mais de 3,000 homens, excluida a divisão Portinho, porventura não é a organização do exercito a que se procede em todas as provincias do Imperio? (*Apoiados*.) Pois a organização do 3º exercito não se fez pelo decreto dos voluntarios, pela designação da guarda nacional, pela execução da lei do recrutamento? Não são estes tres systemas de medidas os empregados por todos os gabinetes, desde que começou a guerra, para completar as provincias os seus respectivos contingentes?

E estes meios não forão nessa mesma época empregados em todas as provincias do Imperio? Nessa quadra a minha heroica e infeliz provincia não deu talvez mais do que esse contingente? Senhores, a minha provincia, que está exaurida de cabedal, exaurida de braços, luta com a molestia de seus principaes generos de cultura intertropicaes de exportação; a minha provincia, que não recebeu um só colono até hoje deste ministerio; a minha provincia, cuja riqueza agricola depende do braço do escravo, ameaçada de um cataclysmo com a imprudente questão da emancipação; a minha grande provincia, que se tem exaurido em homens, cuja lavoura tem sido depauperada, cuja industria delinhi, cuja circulação de capitães está esmorecida, se não estagnada; minha grande provincia, entretanto, continúa a mandar contingentes sobre contingentes e o sacro ardor, e o fervido patriotismo dos Bahianos, por honra delles o digo (*commovido*), não arrefeceu ainda um só momento! (*Muitos apoiados*.)

Proscriptos, perseguidos, condemnados, victimas de espolições politicas, apurados nas listas cruentas do ostracismo pelo dedo vingativo da designação e do recrutamento, denunciados de preferencia os nossos votantes e lançados ás taboas da proscricção pelos agentes recrutadores, pela policia e pelos commandantes da guarda nacional, a tudo nos submettêmos resignados; se nos queixamos, o silencio abafa logo a fraca voz; n'osso seio não transpira fôr e além das nossas plagas; ninguém ouve nem attende ás nossas queixas; mas não recusamos no tributo de sangue, a despeito de iniquidades e violencias; cumprimos um dever sagrado, somos um partido nacional que tem honra e gloria em ajudar o governo do seu paiz, seja qual for, contra a guerra estrangeira, sem ao menos indagarmos se ella é justa e se podia ou não ser evitada.

Vozes:—Muito bem.

APPENDICE.

25

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Mas nem por isso o clamor é menor, nem por isso são menos injustos contra nós, e as iniquidades continuam!

Senhores, se todas as províncias não deixarem de mandar contingentes para a guerra, sob a pressão da designação e do recrutamento, não pôde servir esse pretexto de justificação ao attentado constitucional de que foi vítima a provincia do Rio-Grande do Sul, a qual ficou sem representantes neste recinto.

E como tive a honra, na qualidade de representante da provincia da Bahia, de receber uma carta da municipalidade da capital daquela provincia, encarregando-nos, na ausencia de seus representantes nesta casa, da defesa de seus direitos, de seus fóros e de seus interesses, eu aproveito a occasião para dizer á provincia do Rio-Grande do Sul que pôde contar com o sincero e eficaz esforço do obscuro membro (*muitos não apoiados*) do parlamento, que agora occupa a attenção da camara, em prol dos seus direitos e interesses.

O Sr. J. MACHADO: — E da deputação bahiana. (*Apoiados da mesma deputação.*)

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — O exemplo do Mato-Grosso basta. Esta provincia, occupada militarmente pelo estrangeiro, a provincia mais remota do Imperio, para onde não se pôde expedir as ordens administrativas, por espaço talvez de seis mezes, quando gemia calçada pelos pés dos invasores, quando não tinha em si os elementos da defesa; essa provincia ficou esquecida, abandonada, desajudada, entregue a si e á fatalidade!

Mas, entretanto, a essa mesma provincia, ainda militarmente occupada pelo estrangeiro, o governo pôde fazer chegar um presidente e mandar ordens para se fazer a eleição, e essa eleição deu em resultado o triumpho de um candidato residente no Pará, que não pôde ter especie alguma de relação politica com a provincia de Mato-Grosso, a qual talvez ignorasse até o nome, se não mesmo a propria existência!...

O Sr. SÁVIO LOBATO: — Cujo nome nunca tinha sido pronunciado para aquella provincia!

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Não é isto progressismo? Não é presente politico? (*Apoiados.*) E ainda negais o filiotismo, o nepotismo, e a intervenção indebita do governo na eleição?!

O outro attentado foi a libertação dos escravos da nação.

Pergunto eu: os escravos da nação são ou não propriedade nacional? Quem legisla sobre a propriedade nacional? Não é o parlamento? Não está determinado expressamente na constituição e nas leis que quem muda a condição servil para a condição livre é uma lei do parlamento?

Aonde é que vis fundastes para libeytar os escravos da nação? Em que lei vos autorizastes? Em nenhuma!

Senhores, foi um novo attentado; o ministerio não recouso em lançar mão da propriedade da nação... para um fim honesto e legítimo, diz S. Ex. o Sr. presidente do conselho... mas quando á honestidade—do fim tão sómente—bastou sempre para justificar o emprego de todo e qualquer meio?

Não vedes o perigo desta doutrina, que é doutrina jesuitica, o fim justifica o meio? O que haverá que se não ataque, que se não destrua, que se não aniquile, com esta elastica theoria? Qual o estadista violento e compressor que não achará sempre uma razão qualquer, mais ou menos especiosa ou sophistica, para alcançar da camara que o apoia a legitimação de seus actos illegaes ou abusivos?

Mas, senhores, qual o pretexto, qual a causa legitima da libertação da propriedade nacional? Foi para que os escravos tomassem parte no pleito contra o Paraguay?... Que alcance tinha este acto tão mesquinho? que resultado pôde produzir em relação á guerra os escravos que foram libertados? Chegaram a 300, Sr. presidente do conselho? Parece que não.

O Sr. BEZERRA: — Cento e oitenta e duzentos.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Cento e oitenta e duzentos homens é que hão de salvar um paiz!... é que hão de defender a honra nacional, em uma guerra que nos tem absorvido o melhor de 50,000 homens!

Penso que a grande intelligencia do nobre presidente do conselho obscureceu-se totalmente, ou não se manifestou devidamente, quando allegou-nos um pretexto desta ordem para desculpar o seu acto!

Porém eu diviso além outra causa: daqui a pouco hei de filiar o facto da libertação da propriedade nacional escrava com a questão da emancipação e a iniciativa do poder! (*Apoiados.*) Espero V. Ex. que hei de dar-lhe a resposta do menor doutrinal, e mostrar-lhe como tudo se encadêa e se esclarece, e toda esta serie de actos se filia, e têm uma só causa que os explica, a resolução de chegar-se de toda a sorte, e por qualquer via, á obra da emancipação da escravatura.

Mas, senhores, entra o escasso resultado produzido em relação á guerra pela aquisição de 200 combatentes libertos, não devia preponderar na balança da consciencia e criterio do nobre presidente do conselho a consideração moral de dignidade nacional, que elle vedava confiar a defesa da honra e da soberania do Imperio ao braço servil do escravo, honra e soberania que pulsos livres e peitos nobres de cidadãos não podiam, ao que parece, sustentar?!

Pois uma nação empenhada em uma guerra, a quem 50,000 homens não puderem defender e vindicar, hão de pôde-lo apenas 200 escravos? Isto é risivel, senhores.

Sr. presidente do conselho, este motivo não é nobre, não é digno da honra brasileira; o vosso acto, além de ser um attentado contra a constituição do Imperio, faz escrever uma pagina negra nos fastos da pura e gloriosa historia do Brazil.

O que ha de dizer o tyranno do Paraguay quando vir que tudo para nós é incio, segundo a confissão do gabinete, para extenuarmos a guerra, para o poder-mos vencer e derrotar?

O tyranno dirá: «O Brazil já está tão exaurido de homens, de capitães e de credito, que não tem mais cidadãos para mandar para a guerra, de modo que já vê-se compelido a lançar mão da escravatura, e emprega-la em defender a honra e a dignidade do Imperio!» Ah! soberania da minha nação, que dependes da defesa do escravo!

Mas, Sr. presidente, se este facto é um ataque á nobreza varenil, ao brío pundonoroso da sociedade brasileira, e ao patriotismo sincero e desmedido dos valentes, que lá derramão seu sangue pela patria, na campanha do Paraguay, o que direi eu, senhores, da liberdade do galé? (*Apoiados.*)

O crime invocado para defender a honra nacional! O galé, convertido em cidadão digno, ao lado do soldado da patria! O defensor das instituições juradas associado na mesma fileira, hombrando de um lado com o escravo e do outro com o galé!...

Será isto nobre, Sr. presidente do conselho, será isto digno para a honra e pundonor da soberania nacional?!

Não, mil vezes não! Em nome de todos os defensores da honra nacional, faço um protesto solemne e energico, á face da toda a nação, contra semelhantes factos, contra semelhantes actos trespassados do governo!

Vozes: — Muito bem

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — E como S. Ex. procurou justificar essa medida? De um modo que, ainda uma vez repito, me fez desconhecer a S. Ex.

O Sr. presidente do conselho viu a fealdade e a negura repulsiva do acto, conheceu o erro da administração em tão funesta medida, por tal forma que pensou, recouso horrorizado ante as suas consequências! Mas, S. Ex., obrigado a defender-se, pediu a seu talento algum triste recurso, procurou uma attenuante, uma escusa qualquer, que pudesse colorir esse acto e satisfazer as exigencias da honra nacional offendida.

S. Ex. recorreu á theoria sagrada do direito de agracia, e então nos disse que o perdão, que o direito de agracia era uma livre attribuição da corôa, e que essa se exercia segundo os principios do systema penitenciario; que o contrario era impedir a reparabilidade do erro, a da injustiça da sentença, impossibilitar a reforma do criminoso e o arrependimento do homem!

S. Ex. foi abraçar-se com esse principio, tão sagrado, tão santo e tão augusto, que equipara quasi o homem á divindade, para tão-sómente lançar-nos poeira e confundir a questão.

Senhores, o direito de agradecer, esse princípio magestático, que approxima o homem de Deus, essa sublime virtude christã, não pôde ser exercida senão com critério, com prudência e discrição, com justa reserva e medida, no quebrar as sentenças da lei, no despedaçar os grilhões que os oráculos da justiça publica fulminam contra a infamia e perversidade do crime atroz e hediondo!

Este princípio só se deve applicar em um paiz normalmente constituido, inspirado por uma dessas causas legítimas, que são os fundamentos do systema penitenciário do mundo civilisado.

Todo o criminoso pôde arrepende-se, toda a injustiça e iniquidade pôde e deve reparar-se, não se deve nunca trancar as portas á possibilidade do arrependimento e da correção do delinquente, jámais ahiqualar-se a esperança na alma do arrependido e do reformado; não podemos inscrever a fatal legenda do Dante: —*Lasciate ogni speranza o voi qui entrate*—no frontispício da masmorra que encerra aquelle que uma vez se despenhou....

A religião e a sciencia criminal não se estabelecem, o nosso direito positivo e constitucional tambem não.

Mas foi a cora inspirada no direito de agradecer por esses motivos legítimos da reforma e do arrependimento do delinquente? ou antes houve nesse acto uma verdadeira transacção? foi-se premiar nos galés—a obra meritória do esforço pessoal, consciencias reformadas ao influxo da lei moral e religiosa, almas arrependidas, corações contritos,—ou antes foi-se buscar entre os galés—defensores da honra patria, sustentáculos de sua soberania?...

Eu creio, Sr. presidente, que os galés não foram perdoados por estarem arrependidos ou reformados, mas por serem homens validos, capazes de empenharem uma espingarda! (*Apoiados.*)

E se vós não tremestes de horror ante a hediondez de descer até ás galés de Fernando de Noronha, porque, antes de despenhar-vos nesse abysmo, que não é uma penitenciaria, que é apenas um presidio, mas que será quando muito, se quizerem, uma colonia penal dentro do Império, que não é uma penitenciaria, na qual se possa preparar a reforma ou o arrependimento do criminoso, por um prisão de segurança, de exílio para o delinquente, e para contê-lo e torna-lo apenas impotente e inefficaz para o mal, uma vez alli segregado; porque não descestes primeiro á penitenciaria da corte e ás outras prisões civis do Império; porque não fizestes um inquerito pela policia das diversas provincias, para ao menos diminuir-se o mal e desfazer-se tanto horror?

O Sr. MINISTRO DA JUSTIÇA:—Tem-se feito.

Um Sr. DEPUTADO:—Tem-se feito e até é uma medida geral.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA:—Era muito menos grave a responsabilidade, se bem que o acto não fosse justificavel. Mas fostes ao receptaculo mais hediondo do crime, desencadeastes aquelles edres funestos sobre a nossa sociedade civilisada, e puzestes ao lado dos heróis da patria os assassinos e ladrões. (*Reclamações.*)

Não tenho expressões bastante vehementes para fulminar a negrura e o opprobrio resultante de semelhante acto! (*Apoiados da minoria.*)

Em nome da honra nacional do Brazil, protesto contra semelhante fraqueza, contra semelhante absurdo! E o que dea elle em resultado, senhores? Uma phalange pouco numerosa, como a dos escravos da nação.

Entretanto borrou-se a historia do Império! Maculou-se, conspurcou-se com tinta negra as mais lindas e formosas paginas! Fostes vós que tivestes a triste, a miseranda gloria de dar-nos em espectáculo ao mundo como um povo sem honra e sem dignidade! Fostes vós que elevastes o nome do Paraguay, porque quando o tivemos vencido elle ha de dizer sempre: «Vencestes, mas ficastes tão exhaustos de recursos que até lançastes mão de escravos e assassinos para defender-vos», isto é, para defenderem a honra e a soberania do Império!...

Quem nos lavará esta macula, quem nos salvará a esta affronta?!

Agora, senhores, a questão do elemento servil.

Como se não fosse isto bastando, Sr. presidente, como se o ministério navegasse em mar de rosas, como se por entre os cachopos que nos ameaçam possobrar mil perigos não estivessem imminentes á não do Estado, ainda o Sr. presidente do conselho entendeu azada e oportuna a occasião para lançar sobre o paiz um novo fermento de desorganisação!

O nobre presidente não achou bastante a anarchia moral, a anarchia social, a anarchia politica, a anarchia financeira que domina entre nós, quiz-nos ainda pôr á porta do abysmo da insurreição! (*Apoiados da minoria.*)

O nobre ministro como estadista esqueceu-se de que não podia tocar em uma ordem de relações tão complicadas, em um problema tão complexo da administração do Estado, sem muita circumspecção, sem muita prudencia.

O nobre presidente do conselho esqueceu-se de que a questão da escravatura no Brazil não entende sómente com a liberdade do escravo, mas com todas as ordens de relações moraes, sociais, politicas, economicas e industrias, e até com a segurança publica! (*Apoiados da minoria.*)

Admira que um estadista, que um ministro esclarecido, como folgo de proclamar a S. Ex., brinque com fogo, em uma época calamitosa, em uma época tristissima, em que todos os nossos cuidados devem ser—guerra e finanças. Foi uma imprudencia sem igual; a occasião não era opportuna para discutir-se semelhante assumpto, para resolver-se tamanho problema. A questão da opportuidade era decisiva: devia matar a medida.

Mas, Sr. presidente, S. Ex. disse que, quando este ministério não tivesse direito á consideração do seu paiz pelos serviços que tem feito, havia de atravessar os évos e passar á posteridade, por ser aquelle que ouca iniciar o facto glorioso da emancipação da escravidão, da libertação do misero escravo, da equiparação do homem de pelle preta com o homem de pelle branca, da realização do direito do Evangelho, da igualdade perante Deus, em harmonia com o direito social, da igualdade perante a lei.

Reconheço, e professo de coração, a igualdade perante Deus e perante a lei. Todos nós somos christãos e catholicos; e, pelo que me diz respeito, glorio-me de o ser e de ter bebido com o leite da infancia as santas doutrinas do Evangelho. Glorio-me de permanecer nos principios do christianismo e de modelar a minha conducta politica por elles; glorio-me de seguir uma philosophia que se casa com a religião. Glorio-me de seguir uma moral, tanto publica como privada, de accordo com os dictames do Evangelho. Glorio-me dos sentimentos generosos da natureza humana e da realização de todos os principios fundamentais de civilisação moral e intellectual.

Mas, Sr. presidente, a questão da emancipação da escravatura, posto que seja uma questão christã, uma questão que se trava com o Evangelho, porque foi pré-gada pelo proprio Christe, deve realizar-se em uma organização politica elevada do elemento escravo, em uma organização politica como a actual, onde a riqueza publica dependa, na maxima parte, do braço escravo, sem os preliminares necessarios?

E' dado a um estadista, para corresponder simplesmente ás aspirações e aos votos do christão, improvisar nesta questão incandescente, e atira-la de chefre como uma mina carregada de horrosos combustiveis ao seio de uma nação desprevenida e incauta?!. Não, Sr. presidente.

O Sr. ministro da justiça, imprudentemente, e certo, com offensa do partido que tenho a honra e a gloria de representar, quiz fazer desta questão uma questão de partido! E' muito, é de mais, querer transformar o problema do Evangelho em questão de partido, chamar para o terreno politico uma questão christã e social, em que interessa todo o mundo civilisado!....

Onde se vio conservadores ou liberais, radicacs ou democraticos, absolutistas ou demagogos, em divergencia acerca deste problema capital de emancipação, no mundo?

Parece que S. Ex. bem pouco consulta a historia neste ponto.

Uma Voz:—E o que succedeu nos Estados-Unidos?

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—O que vemos na Inglaterra? Desde o século XVIII começou a ser suscitada a questão da abolição do tráfico por Clarkson, Wilhelmore e outros, dentro e fóra do parlamento, com applauso geral. Diversas medidas foram apresentadas, nomeando-se comissões, effectárao-se inquéritos, offerecerão-se projectos de lei; sete vezes successivamente cahio no parlamento o *bill*. Desde esse tempo se tem estudado a questão, merecendo ella o concurso efficaz e simultaneo dos representantes de todas as opiniões politicas, como fossem os Pitt, os Fox, os Burke, os North, os Canning, Liverpool, Peel, Palmerston, Russell, todos prestariao o seu assentimento á abolição do trafico e á emancipação da escravatura, conquanto essa questão muita vez dividisse os membros do mesmo gabinete, ao passo que reunia os de opiniões as mais oppostas. Mas quando foi decretada a emancipação na Inglaterra?

Primeiramente começou-se pela abolição do trafico, cuja primeira proposição data de 1780. O mesmo se fez na França, nos Estados-Unidos, na Dinamarca, na Suecia, na Hollanda, em Portugal e na Hespanha, em somma em todos os paizes onde existião escravos, até pelo compromisso das potencias do congresso de Vienna. Passarão-se, pois, muitos annos antes de chegarem esses paizes á abolição definitiva; antes de se conseguir esse resultado, creárao-se cruzeiros, o direito de visita, e outras medidas analogas.

Só em Agosto de 1834, Sr. presidente, decretou o parlamento inglez a abolição da escravatura nas suas colonias. Mas quantos escravos possuia a Inglaterra? Como decretou ella a abolição? Ao todo possuia de 700 a 800 mil, repartidos por todos os seus dominios. Essa abolição não influiu na ordem do reino unido nem nas relações politicas do paiz; affectava tão-sómente as relações de sua politica colonial (*apoiados*), os seus interesses commerciaes.

Mas como aboliu a escravidão, depois de tanto tempo de discussões e exames? Aboliu como sabe sempre fazer-lo a sábia e livre Inglaterra, humilhando aos proprietarios com a somma de 500 milhões de francos, creando uma aprendizagem de seis annos para tres libertos, conservando-os no poder dos antigos senhores, mediante salario, durante esse tempo.

UMA VOZ:—Tudo isto se pôde fazer.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—O que o ministerio querera que se não fizesse?

Como se fez a abolição nas colonias da França? Foi decretada uma lei no tempo da Convenção, em 1794, abolindo pura e simplesmente a escravidão nas colonias. Este voto, estéril e impotente, foi reproduzido nas diversas evoluções e phantasias politicas por que passou aquelle paiz, e renovado em cada novo regimen, no da republica, no do imperio, no da restauração, no da monarchia de Julio e no da republica de 1848. Em todos esses regimens se tratou sempre da emancipação da escravatura.

Quantos pareceres, quantos inquéritos, quantas comissões, quantos relatorios profundos e luminosos, em que se vêm os nomes dos Boggio, o famoso conservador, ao lado de Tocqueville, o apostolo illustrado da liberdade, o amigo sincero da democracia em França, e de tantos outros, que seria longo nomear; os Bengnot, os Guizot e os Thiers, ao lado dos Passy, dos Roumieu, dos Odilon Barrot, Montalembert, os que em todas as phases de sua vida politica advogarao a abolição da escravidão. Entretanto esta grande revolução social, o magno problema da emancipação do escravo, só se realizou em 1848, na segunda republica.

Vós não ignorais, senhores, que até o século XIV não havia escravidão na Europa; já então imperavao os direitos da pessoa, o maximo sagrado do Evangelho no direito das nações daquella parte do mundo. Mas no século XV e XVI, com a descoberta da America e os novos horizontes abertos ao commercio e á industria pelos descobrimentos dos casados navegantes Colombo e Vasco da Gama, foi do novo introduzida a escravidão no mundo, a tal ponto que até em Paris houve em pleno século XVIII mercado e trafico de escravos. A Inglaterra, que se nobra á frente da civilização, bem como outras nações, que apostolão a fé, catholicos

e protestantes, todos conservarão por longos seculos o regimen da escravidão.

Porque não se abria com elle ha mais tempo? Porque leváráo 40 e 50 annos a resolver incessantemente o problema, sem jámais dar-lhe solução definitiva? E' porque era uma questão séria, uma questão grave, uma questão complicada, uma questão incoadescante; porque era uma questão que teria de perturbar todas as relações sociais, politicas, economicas e industriaes das nações ás quaes interessava a solução.

UMA VOZ:—E' porque não se estava no século XIX.

O SR. FERNANDES DA CUNHA:—Não quero fatigar o parlamento, se não mostraria phase por phase as transições por que passou a questão da emancipação no mundo. Começou-se primeiro pela extincção do trafico, e a pouco e pouco passou-se depois á abolição da escravatura.

A questão para nós já deixou de ser theorica, ninguém contesta a necessidade da abolição, mas a questão é essencialmente de politica pratica. O quando e o como ha de cessar é que é tudo neste assumpto.—Se para melhorar a sorte dos homens e das nações, diz um profundo pensador, bastassem somente tres ou quatro linhas pretas em papel branco, a obra seria nimamente facil e bem pouco meritória. Não é assim, porém, que se opera o bem, o bem solido e real, o bem que deve ficar.

Todas as nações que possuam escravos começaram pela restricção do trafico, depois pela repressão completa e punição efficaz do mesmo, depois então é que chegarão á abolição definitiva e á emancipação da escravatura. Mas, para chegarem a este ultimo resultado, quanto tempo, quanto estudo, quanto trabalho previo, quanta discussão, esclarecimento e propaganda, quanta preparação e convencimento da consciencia e opinião nacional primeiro que o poder publico ousasse iniciar legislativamente ou decretar em lei a medida.

Toda a questão, pois, para nós é esta:—Ainda não é chegada a occasião para resolvermos o magno e complexo problema da abolição da escravatura; a quadra actual é por demais inopportuna e impropicia para a solução de uma tal questão. Nós já começámos a resolvê-la, desde a grande data da extincção e repressão do trafico pela lei conservadora de 4 de Setembro de 1850. A cessação e repressão do trafico foi a gloria do meu partido; este grande facto prova a clamorosa injustiça com que o nobre ministro da justiça quer fazer desta questão uma questão de partido e um symbolo da liberalismo, por elle monopolizando.—Não se argumenta contra nós com os exemplos da França, da Inglaterra, da Hollanda e de todas as outras nações que tinham escravos; nem invoquemos o furibundo cataclysmo dos Estados-Unidos para seguirmos o seu exemplo já.

A guerra de quatro annos, a situação deploravel e as difficuldades immensas com que ainda hoje estão lutando os Estados-Unidos, a divida enormissima de quinhentos milhões de dollars, de papel-moeda emitido na circulação pelo governo, por causa da questão da emancipação da escravatura, que Lincoln e Seward não quizerão adiar; essa guerra gigantesca, que fez correr em jorros o generoso sangue americano de irmãos, com empecimento da energica seiva vital da nação; tudo isto, Sr. presidente, nos deve fazer bem triste e terrivel impressão, nos deve obrigar a ponderar maduramente no assumpto, e a adia-lo ainda, como é rigorosamente indispensavel.

Quereis que o Brazil acompanhe o movimento do século, ou por imitação, ou por vangloria? Mas perguntavos: somos nós o ultimo paiz de escravos? A Hespanha já aboliu a escravidão em Cuba?

Não, ella ainda existe allí. Quando foi que a Hollanda a aboliu em suas colonias? Não foi em recentissima data? Vós quereis confundir-nos e quereis mystificar-nos com a historia da abolição no mundo civilizado. A emancipação da escravatura deu-se na Europa, em 1834 na Inglaterra, em 1848 na França, em 1856 em Portugal, na Hollanda depois de 1860, nos Estados-Unidos em 1864. Mas ella ainda existe na Hespanha e entre nós; é esta a verdade, Sr. presidente do conselho.

Ora, agora perguntarei eu, quando se quer proceder a uma reforma radical desta ordem, que importa uma verdadeira revolução social, uma reforma não só moral, mas social, politica, economica e industrial, procede-se assim com tanta precipitação? Por certo que não, se-

nhores, nunca se vio isto em parte alguma do mundo. Na Europa, só tomáram os países possuidores de escravos essa medida quando se tinham feito os necessários estudos, quando se tinha esclarecido a opinião do país, quando se tinha tudo preparado, predisposto e calculado para decretar a medida. E lá, senhores, essas nações não tinham outras considerações a attender além dos interesses da sua politica colonial.

Mas no Brazil, em que ha dous milhões de escravos, seguramente, em que nem o nobre ministro, nem ninguém até hoje pôde determinar precisamente qual o numero dos escravos no Imperio; no Brazil, onde o nobre ministro confessa, no discurso da corôa, que a riqueza do Imperio consiste essencialmente na agricultura, e depende quasi exclusivamente do braço e da propriedade de escrava, propriedade que o nobre ministro não pôde substituir tão cedo, quanto mais resarcir e indemnizar, nem sei eu se jámais! E' nestas condições, senhores, que o nobre ministro quer fazer esta revolução economico-politico-social?!

Pois o nobre ministro quer matar a industria do país, a primeira fonte de sua riqueza, a agricultura? E quer mata-la em nome de que? Em nome sómente do sentimento humanitário, em nome simplesmente de uma corteza ás commissões de emancipação europeas? E isto porque essas commissões de emancipação descobriam enganosamente que o governo do Brazil era composto dos primeiros postos do seu país?! Deos queira que o não sejam tambem em administração e em finanças!...

Quando vejo uma resposta destas, assim imprudente e precipitadamente dirigida em nome do governo a uma associação estrangeira, empenhando-se a palavra nacional, como se o governo fosse a nação, fosse o parlamento e a soberania nacional; quando vejo que se trata da emancipação da escravatura sem bases, sem estudos, sem estatísticas; quando vejo que se libertão os escravos da nação sem lei que o autorise; quando vejo em nome de Sua Magestade mandarem-se caixas de rapé downadas, engastadas de brilhantes, com cartas congratulatorias, a abbades de conventos, que abusivamente libertão a propriedade escrava da nação, de que elles são fiéis commissarios, animando-os assim na violação da lei e na disposição da propriedade do Estado; quando vejo malbaratarem-se as honras, as condecorações e os titulos a quem forra escravo, embora torto e silejudo; não posso deixar de ver em tudo isto uma filiação logica e irresistivel, todo um systema de medidas inspiradas do afio, para chegar-se forçada e fatalmente ao regimen da emancipação! Podemos, devemos lá chegar, senhores, mas não de salto, não imprudente, temeraria, revolucionariamente, senhores.

Tenho, pois, razão, Sr. presidente, para surprender-me e espantar-me do temerario hardimento com que o ministerio ousa atirar no tapete desta casa esta questão incandescente, e promette de sérias e funestas calamidades, e fique tão placido, sereno e imperterrito, como se fizesse um grande beneficio publico!

Custo a comprehender, Sr. presidente, como simplesmente por vangloria ou pelo prurido de pueril validade se lança assim o país na voragem de um abysmo medonho, ante a qual a previsão do estadista devia recuar espavorida!

Creio, Sr. presidente, tordito bastante, para a fraqueza dos meus pulmões, quanto á questão do elemento servil: e creio, tanto mais quanto o ministerio aventia esta questão sem estudos, quando nos confessa que nem ainda o projecto está estudado no conselho de estado, e que apenas alli apresentára bases, que forão a uma commissão, encarregada de formular o projecto, que ainda não foi redigido, quanto mais estudado, discutido e approvado pelo conselho de Estado.

Ora, antes de tudo isto, antes do estudo e pronunciamiento do conselho de estado, antes de qualquer trabalho preliminar, atirar de chofre a magna questão da emancipação da escravatura á tela da discussão, é certamente, senhores, descommunal temeridade e imprudencia, é realmente querer conflagrar todo o país.

O Sr. SÁVIO LOPES: — Foi uma temeridade por vangloria.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Senhores, estamos chegados a uma situação gravissima, em que todos os ciada-

ãos devem fallar a verdade a seu país; estamos chegados a uma situação afflicta, em que todo o homem patriota deve subir á tribuna para dizer tudo quanto tiver em sua alma, que entenda aproveitar ao bem da sua patria.

Sr. presidente, eu não sou nenhum de Tocqueville, para como elle ser propheta, e fazer tristes vaticínios politicos. Deos permita, porém, que o meu se não realize como o d'elle, desgracadamente se realizou em França, na monarchia de Julho! De Tocqueville amava profundamente a França e o povo; elle havia estudado maduramente, como philosopho e publicista, todo o machinismo e marcha do systema representativo em França e o da Republica dos Estados-Unidos.

Pois bem, de Tocqueville, profundo pensador, eminente publicista, coração angelico, homem que na França mereceu, elle só, a honra excelsa, na republica de 1848, de ser eleito por unanimidade em seu districto; elle, a quem os camponeses jubilosos, congratulando-se, se orgulhavam de dizer: « Nós todos vos trouxemos, Sr. de Tocqueville, nas nossas algibeiras »; de Tocqueville, senhores, que não era apaixonado e partidario, porque nunca filiou-se nas bandeiras de nenhum dos partidos, que então dividia a França, porque elle não sustentava moramente formas de governo, nem lhes dava preferencia, mas sustentava o regimen constitucional, representativo, parlamentar, organico e fautor da liberdade real; de Tocqueville escrevem, no fim de sua carreira, depois de ter sido deputado e ministro, uma obra ainda mais profunda e meditada do que a sua *Democracia na America*.

Esta obra, que lhe corrou os lábios do politico e a penna do publicista, é o seu testamento politico, chama-se *O antigo regimen e a revolução*.

Quantas profundas verdades alli se encorrião! Eu pediria encarecidamente aos senhores do governo que aprofundassem, que meditassem, ao menos nas suas horas vagas, a grande obra do Sr. de Tocqueville.

Pois bem, elle dizia, profundamente convencido, que depois de 1850 a França ainda vivia no antigo regimen, que os privilegios ainda não estavam abolidos, que as liberdades publicas ainda não estavam fundadas, nem as garantias dos direitos estabelecidas e radicadas.

Ora, nós, país novo, que sahimos hontem do estado colonial para o estado de liberdade, em que o povo não conhece seus direitos e deveres, nem tem sufficiente educação constitucional, porque a grande escola constitucional, que é o parlamento, em lugar de lições salutaras e edificantes, dá-lhe tantas vezes lições de perversão e corrupção; como se quer que o pobre povo, que a nação brasileira, a não ser por graça da Divina Providencia, possa saber qualseja o seu dever e aquillo a que tem direito?

De Tocqueville prophetizou a revolução de 1848, por que era um distincto estadista, porque tinha estudado os elementos sociais da França, porque conhecia os principios constitutivos daquella sociedade, porque observava e apalpava, profundo e desapaixonado observador, o mal real, a molestia social, e não confundia os symptomas ou phenomenos accidentaes com as causas etiologicas do mal real, immenso e latente.

De Tocqueville previa, propheticamente, que na França estava imminente uma grande revolução, denunciada exteriormente pelos graves symptomas da indifferença politica, da corrupção eleitoral, do excesso da centralisação, do abuso da influencia do governo, o sobretudo pela anarchia moral, social e politica que geralmente se observava. O nobre presidente do conselho não vê nada disto hoje, antes nos põe em coacção moral, quando, entre risos e motejos desdenhando da acensação, arguimos de pouco amor ao Brazil, menoscabarmos d'elle, dando razão ao estrangeiro que inconsciente e levianamente nos detrahe.

Mes, senhores, ninguém amava mais ardentemente a França do que de Tocqueville, e, por certo, não queria elle menoscar da França e rebaixa-la perante o estrangeiro quando sincero e convencido dizia elle á face de toda a Europa que a França estava sob a influencia perniciosa desta triplice anarchia; quando elle descrevia os costumes publicos depravados; quando accusava o governo de haver creado uma nova moral, baixa e vulgar, que tomava o homem por seu lado fraco, e nelle

APPENDICE:

29

precurava influir, não pelo sentimento nobre do interesse geral e pela virtude sublime do amor da pátria e do sacrifício ao bem publico, mas por suas paixões, por seus interesses, e muitas vezes por seus vícios, em que elle descrevia o exercício do voto para o eleitor um calculo prudente de interesse familiar, em que descrevia das reformas das leis, por não serem ellas quem produzem os acontecimentos, nem fazem os destinos dos povos: mas pedia o abandono do abuso da influencia do governo, da corrupção e anarchia systematisada fatalmente; mas pedia, por Deus, a mudança do espirito do governo, porque esse espirito conduzia ao abismo a nação! Ainda são os meus ouvidos as suas propheticas palavras: «Não sentis por uma intuição instinctiva que o solo treme de novo na Europa, que um vento de revolução paira nos ares? Não se sabe donde nasce e donde vem; elle levará tudo consigo; é a degradação dos costumes....»

Não estaremos nós, senhores, nas tristes e desgraçadas circumstancias em que o propheta da revolução de 1848, o sabio e bom de Tocqueville, descrevia a França um mez antes della fazer explosão?

Não vivemos sob o regimen do arbitrio e da prepotencia governamental, sob o regimen da violencia, da fraude e da corrupção cada dia? Não vemos o abuso da influencia do governo em tudo? Não estão todas as instituições pervertidas, todos os instrumentos do poder, todos os meios legaos do negocio administrativo perigosamente invertidos, o direito soffocado, o crime remunerado, as honras malbaratadas, a estatua da lei velada e o templo da justiça fechado!...

Engolfados nos gozos do poder, senhores, vós não vdes nada disto, ou antes, mui levemente o contestais!

Sr. presidente, a guerra! Ha tres annos que não se falla em outra coisa no Imperio. Guerra com a Inglaterra, guerra com o Estado do Uruguay, guerra com o Paraguay! por toda a parte, e sempre, a guerra!

A's vezes se observa na vida das nações, que quando se quer eecorder o procedimento de uma politica interna má, distrahem-se os animos, faz-se divorsão nos espiritos, abala-se a opinião nacional, explora-se a popularidade que vai faltando, — concitando-se as nobres paixões do povo em nome da honra nacional — para uma guerra externa.

UMA VOZ: — São os recursos do cazarismo.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Senhores, eu não quero fazer esta injustiça ou esta grave accusação aos governos do meu paiz, nem aos anteriores, nem ao actual.

Não posso, não sei, e ainda quando soubesse, não tenho liberdade, impõe-me silencio o meu patriotismo, para estudar e desenvolver a fundo a questão da guerra, desde a sua origem até hoje; de estudar a nossa primeira missão diplomatica; de estudar o convenio de 20 de Fevereiro e o tratado da triplice alliança; de estudar o acontecimento de Uruguayana e as operações do exercito desde a passagem do Passo da Patria até o dia nefasto de Curupity; de acompanhar o governo em todo o seu systema de medidas adoptadas para a exterminação desta guerra; os dispendios enormissimos; as delapidações horrorescas; os lesivos e ruinosos contratos de fornecimentos de carvão, de petrechos bellicos, de equipamento militar, de transportes maritimos e fluviaes, da negligencia, imprevidencia e falta de economia que a tudo tem presidido; de estudar a gestão do commando das forças de terra e mar e as respectivas operações militares; de estudar as victorias alcançadas e o por que não foram aproveitadas; de estudar um milhão de cousas, que quando ou, ou quem souber e puder as investigar e metter o escalpello nessa pustula maligna, depois de acabada a guerra, quando se puder entrar desenvolvidamente nesta questão, então, senhores, não poderão ser absolvidos os governos que presidirão á direcção do paiz durante a mesma.

E, senhores, não se nos imponha absoluto silencio em nome do patriotismo. Qual foi a nação que não discutio as guerras injustas ou justas que seus governos fizeram? A Inglaterra não discutio sempre livremente a guerra com os Estados-Unidos e a guerra europeia com a França?

Ainda na recente guerra do Oriente, a guerra da Crimeia, não discutio a Inglaterra com toda a liberdade a má organização dos seus exercitos, as delapida-

ções que se commettião nos fornecimentos, transportes, etc., etc.? E alguém disse que os grandes homens da Inglaterra erão faltos de patriotismo, tratando desses assumptos na tribuna e na imprensa?

Ora, senhores, quando se nos pede sacrificios incesantes de sangue e de dinheiro, a guerra é a primeira cousa que deve ser discutida pela tribuna livre, analysada com criterio, na altura dos deveres do patriotismo, mas analysada.

Não vimos ainda na ultima guerra italiano-prussiana contra a Austria, senhores, que se analysou o assumpto, que se discutirão até as operações militares, e mostráram-se os erros dos generaes, tanto na Austria, como na Italia?

Não vimos, por occasião do desastre da infeliz batalha de Lissa, em que o nosso sudacioso e feliz systema do Riachuelo foi empregado pelo almirante austriaco Tegetoff, não vimos que o almirante Persani passou por um conselho de guerra, e que foi por elle condemnado?

Porventura, depois de factos capitães, de batalhas importantes como a de 24 de Maio, como as de Curuzú e de Curupity, em que ora não se tirára nenhum proveito da victoria, ora depois de conceder ao inimigo uma dilacão fatal e prejudicial que o habilitou a fortificar-se inexpugnavelmente, se empenhára uma batalha decisiva, sem exame prévio e conhecimento circumstanciado do terreno em que se devia ella travar, nenhum conselho de guerra se formava, e esses supostos culpados, ou pelo menos responsaveis perante a nação, erão apenas licenciados ou retirados de suas commissões, sob frivolos pretextos, para serem logo depois galarneados?!

Que exemplo para o patriotismo nacional!

E depois de tantos erros e vícios, se nos vem impôr silencio, em nome do patriotismo, e se nos pede ainda mais sacrificio de sangue e de dinheiro! e nós devemos votar silenciosos, sem exame nem discussão!...

Façamo-lo, já que a honra e a dignidade do paiz o exigem; mas dê-se-nos o direito de dizer aos ministros que mal têm governado: — Senhores, peccastes, emendaí a mão, salvai-nos, se ainda é tempo!

Sr. presidente, chego a questão financeira. Não tenho a pretensão de discutila, e nem me prezo a sabê-la; confesso a minha ineptia e incapacidade; nem sou ao menos um aprendiz de finanças; procurarei sê-lo, porque entendo que o Brazil precisa muito de quem estude finanças, porque devem ellas constituir o estudo predilecto do homem publico que se destina ao governo ou á representação nacional, porque com essa chave impedimos e prevenimos muitas calamidades; attenderemos á liberdade commercial e industrial, e crearemos grandes fontes de receita e grandes supplementos ao thesouro.

Senhores, qual é a nossa situação financeira? O nobre presidente do conselho nos diz que estamos na imminencia de uma bancarota. Disse-nos que tinhamos chegado ao regimen desastroso do papel-moeda do governo com curso forçado; que fto se tinha tornado um mal inevitavel de alta pressão sobre o governo, e que não havia salvação possivel, immediata, senão na introduccão desse regimen de papel-moeda inconvertivel.

S. Ex. passou em revista o orçamento, as diversas fontes de renda, os elementos proprios na sciencia das finanças para crear recursos, e disse-nos em conclusão da sua resenha e analyse que tudo era inefficaz e de effectos remotos, na critica emergencia em que estamos, para occorrer ás difficuldades de cada dia e á necessidade de supplemento do thesouro, para as despesas da guerra sobretudo. S. Ex. disse que só no papel-moeda podiamos achar recursos para prover ás necessidades administrativas e sustentar a guerra.

Sim, senhores, eu concordo com S. Ex., que como expediente financeiro immediato, o governo não pôde achar recurso mais efficaz e prompto do que no papel-moeda.

Mas, senhores, basta dizer-nos isto para consolar-mo-nos, para devermos e podermos ficar tranquilos?

Nada mais façamos, venhão as ondas de papel-moeda encher os canaes da circulação, ao ponto até de subirem á serra do Cabatão!... Parece que não é essa a missão gravissima de um ministro de finanças; parece que S. Ex. nos devia dizer mais alguma cousa, nos devia

coadjuvar, esclarecer, procurar os meios próprios, efficazes, idoneos na presente occasião, para provermos ao serviço da guerra e preparar desde logo fontes de conversão dessa circulação ruinosa, diante da qual S. Ex. mesmo se horrorisa!

S. Ex. nos disse que a nossa renda era progressiva, que a despesa actual neste exercicio não havia de exceder a do exercicio passado, mas ou não sei como foi feito o relatório de S. Ex., como foi calculado o orçamento da receita e despesa.

Vejo diversos systemas adoptados; vejo calcular-se a renda por triennios, e o resto por semestre; vejo só calculos arbitrarios na avaliação da receita e despesa do Estado.

S. Ex. pôde dizer-nos que as despesas da guerra não augmentarão? S. Ex., quando subiu ao poder, abriu logo um credito extraordinario de 19,000:000\$ para as despesas da guerra; mas nós de um momento para outro precisaremos de novas sommas?

Esses contratos de carvão, os esses contratos de fornecimento, e esses contratos de transportes, a compra de material de guerra, tudo isto, senhores, a quanto nos levará ainda? Quem pôde calcular esta despesa?

Mas licenças-se V. Ex., talvez, avaliando o progresso da receita publico, simplesmente pelo excesso dos valores, pelos preços que obtiverão os generos colonias de exportação em todo o sentido, mas não pelo crescimento da potencia social productiva do Imperio, não pelo valor real do augmento da produção, e tanto mais quanto a renda dos impostos de importação diminuiu.

Que dados tem, pois, S. Ex. para com segurança affirmar-nos que a receita publico vai progredindo?

Quando a agricultura e a industria estão privadas de tantos braços; quando o Sr. ministro da agricultura a descreve ovariada de enormes dividas, necessitando do credito territorial, do ensino agricola profissional; quando vemos a agricultura, que é a nossa grande fonte de produção e receita estar estagnada; foragida do trabalho, e occulta nas matas grande parte do povo brasileiro, com justo receio da designação e do recrutamento; quando vemos e sabemos tudo isto, maravilha-nos ouvir ao nobre presidente do conselho expressar a esperança lisongeira de um bom anno financeiro e de uma prospera receita no exercicio!

S. Ex. confessou-nos que achou na circulação fiduciaria creio que 80,000:000\$; que pela lei de 12 de Dezembro de 1866 fixara todo o esforço para restringir esta circulação, e tratou efficazmente de resgatar o papel fiduciario do banco.

Essa lei que passou autorizou S. Ex. a pagar ao banco o papel-moeda do governo por elle resgatado, no valor creio que de 11,000:000\$; habilitava-o mais a pagar-lhe 3,837:700\$ de bilhetes do thesouro, de que era o banco possuidor por sua carteira; habilitava-o ainda a utilizar-se da reserva metallica do banco, no valor de 25,000:000\$ e a emitir novos bilhetes do thesouro ou a retirar da circulação papel fiduciario do banco, emitindo em seu lugar papel-moeda do governo, na proporção da somma resgatada daquella.

Sim, senhores; mas S. Ex. é o primeiro que confessa que apenas pôde fazer um lento e diminuto resgate; que lhe foi impossivel conter e anda, e que todo o resgate orçou por 16,352:855\$, quando devia ser de mais de 49,000:000\$, ao passo que S. Ex. utilizou-se de toda a reserva metallica e continuou a emitir constantemente uma enorme massa de bilhetes do thesouro, que hoje orça ou eleva-se a incrível somma de 45,000:000\$ a 50,000:000\$, quando a autorização ordinaria é apenas para 8,000:000\$, como anticipação de receita!

Mas, senhores, o que são bilhetes do thesouro? O que é essa anticipação de receita? Não é uma divida fluctuante do Estado, que chegando a certa altura deve ser fundada, não é papel em circulação que não pôde conservar-se em tamanha escala sem depreciar o papel-moeda do governo? Porventura é possivel conservar no mercado essa enorme divida fluctuante que absorve todo o capital disponível da praça, que absorve todos os recursos da fortuna privada, essencial ao movimento da circulação e á actividade das industrias, para leva-los ao thesouro, a fim de prover as despesas da guerra? Pôde S. Ex. absorver todos os capitales disponíveis da praça sem fazer

arrebentar o commercio e a industria, sem produzir outra crise commercial como a de 1864?

E a par dessa circulação fiduciaria, que S. Ex. não pôde restringir, porque não tem elementos para fazê-lo; a par dessa enorme divida de bilhetes do thesouro, que são uma divida fluctuante, que exigem conversão, como é que S. Ex. ha de fazer face á gravidade das circumstancias desta situação? Com o papel-moeda? Mas o papel-moeda é um expediente apenas, é um empréstimo disfarçado; o papel-moeda ha de pagar-se, o papel-moeda não é um signal de valor, o papel-moeda não é uma representação de valor real, nem garantia de pagamento.

Como S. Ex. ha de acudir ás necessidades do thesouro? Disse S. Ex. que ha tres meios. Empréstimo, imposto, papel-moeda, além de outros meios administrativos, como economia de despesas, elevação de receita pelo melhoramento e diligencias da arrecadação.

Economia de despesa, senhores, o nobre ministro e seus collegas não têm feito; economia de despesa para equilibrar a despesa com a receita é impossivel nesta quadra; só se pôde fazer em fraca escala, porque justamente a ordem de relações e serviços, onde essa economia é realizavel e avultaria, é aquella que mais absorve e afunda o nosso thesouro: é a guerra, é a marinha, são as arsenas, é o pagamento da força publica, são os transportes, são as remessas de petrechos bellicos; é a aquisição de todo esse material o de todo esse combustivel, com que se faz a guerra; em justamente aquillo que podíamos poupar, mas que infelizmente não podemos.

De que economia falla S. Ex.? De economias ridiculas, que em todas as verbas, em todos os ministerios, talvez não cheguem a algumas centenas de contos?

E isto que ha de trazer o equilibrio? Não, certamente. E se a economia é uma rigorosa obrigação dos poderes do Estado, em todas as épocas, e principalmente nesta, porque S. Ex., compenetrado da gravidade da situação, não fez com os seus collegas um exame rigoroso no orçamento de todos os ministerios, e não indicou logo quas as verbas em que podamos fazer economia real e profusa de despesa?

S. Ex., que é o responsavel pela boa gestão dos negocios publicos, S. Ex. é que nos devia dar a luz. Não somos nós que devemos ir procurar onde fazer economia. E depois tememos dar na arvore — o talho — de que S. Ex. se receia. Não sei eu, Sr. presidente, embora membro da opposição, que hei de negar ao governo os meios de fazer a guerra; eu desde já comprometto o meu voto explicito a S. Ex. para a remessa de petrechos bellicos, para a restauração das finanças, para o papel-moeda, etc., etc.

O Sr. SATH LOBATO: — Salvo o direito de discussão.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — De certo. Hypotheca patriótica e honrosamente o meu voto, porque comprehendendo a altura do meu dever, mas não renuncio ao direito de analyse e ao dever do exame e fiscalização.

Elevação de receita. S. Ex. mesmo foi quem confessou, ella só se pôde obter pelo imposto.

Mas o imposto, senhores, pôde ser decretado efficazmente nesta situação afflictiva? mas o imposto será bem recebido e succedido? mas impostos novos, e ainda não bem estudados? mas o systema de arrecadação, toda essa serie de difficuldades, que traz a questão do imposto? questão de imposto que é no todo um systema de finanças; que, como diz um escriptor, representa mais a feição caracteristica de um paiz do que a sua litteratura; porque d'um orçamento se pôde estudar os costumes, as necessidades, as inclinações de uma nação, que não pôde deixar de pôr sua alma, e até de escrever um pouco a sua historia, nas suas leis de finanças.

Ora, se S. Ex. vê a gravidade da questão do imposto e sobretudo na presente situação; se S. Ex. nem mesmo fez um calozlo, nem pôde fazê-lo, porque não tem elementos estatísticos para calcular a renda dos impostos novos; se S. Ex. arbitrariamente calcula ainda assim que não se pôde chegar a mais de 9,000:000\$, como ha de fazer face com essa quantia tão diminuta a um deficit, que, não creio dizê-lo, se eleva já a 80,000:000\$000?!

APPENDICE.

31

O recuso dos empréstimos, S. Ex. disse que é impossível na actualidade, e eu acho que tem razão, sobretudo quanto aos externos. Julgo impossível levantar presentemente um empréstimo no estrangeiro; e se o pudermos, seria um empréstimo ruinoso, sobretudo se nos circumscrevemos absolutamente á acção dos nossos agentes de Londres.

Empréstimo interno, S. Ex. tem emitido apólices; S. Ex. depois de largo espaço, não tem tirado desta receita 20,000-000\$. Desta fonte não alimenta esperanças de tido efficaç de supplimento.

Mas S. Ex. precisa de fazer alguma cousa para prover desde já ao futuro mal do papel-moeda; é preciso, desde que se decreta o papel moeda, cuidar logo nos meios de exterminalo. E para isto que convido o Sr. presidente do conselho a reflectir, a estudar, para nos trazer a luz e poderemos resolver o melhor.

S. Ex. metteu a mão na caixa da amortização (S. Ex. confundiu a operação do troco e a substituição das cedulas; S. Ex. fez da instituição creada para o resgate e substituição das cedulas uma fonte de receita, um meio de recurso: é um crime, é uma violação da lei expressa; não se pôde contar com a receita que está na algebrá particular; não se pôde dizer: « Ha pouca quantidade de papel trocavel, substituiavel, e eu por consequencia posso tirar da caixa essa quantia, em vista de uma operação que não está apurada, e que não se sabe quando se ha de apurar, e em quanto importará. » Este erro, este crime, foi denunciado ao senado pelo Sr. visconde de Itaboraity, e foi volentemente prolligado nesta casa pelo nobre e illustrado deputado pelas Alagoas. S. Ex. defendeu-se, dizendo que não violou a lei; se violou, pedis um bill de indemnidade.

Não faço questão de concedê-lo, mas peço a S. Ex. que não repita o acto; lembro a S. Ex. que elle só foi praticado em 1844 uma vez; condemnado, todos os governos depois se absterão; foi reproduzido agora pelos ultimos ministerios, em consequencia da guerra.

Mas S. Ex., que o condemnou tambem na opposição que fez ao ministerio passado; S. Ex., que pediu volentemente a esse ministerio — justiça e moralidade —; S. Ex. não tem mais direito de metter a mão na caixa da amortização, e por anticipação de receita tirar fundos para acudir ás despesas da guerra, e não para operar o troco e substituição do papel-moeda do governo.

Credito. — O credito é uma questão de confiança, o credito é uma questão de certeza de recursos, o credito é difficil nesta quadra, mas folgo de ver que o credito do Brazil ainda está mantido nas praças estrangeiras, que o juru das nossas dividas tem sido pago, e que o Sr. ministro, com todas essas difficuldades, embora mettendo a mão na caixa de amortização, embora enchendo a circulação de papel fiduciario, S. Ex. tenha acudido a essa urgencia da honra nacional, como nos disse.

Eu o louvo, por isso, apesar de tudo quanto S. Ex. tem praticado, e lhe peço que continue a fazê-lo: não percamos o credito e criterio, senhores, que é a honra do Brazil.

Mas, senhores, não taremos recursos internos de que lançar mão? Não podemos vender os proprios e propriedades nacionaes? Não podemos, pela venda das terras publicas e pela colonisação, adquirir novas fontes de receita?

Não podemos vender minas? não podemos talvez tratar da venda, como quer que seja, com as cautelas necessarias, das estradas de ferro do paiz? Não podemos, enfim, senhores, desamortizar a mão-morta, ou mais ainda de outros meios e recursos que a sciencia financeira pôde suggerir á intelligencia esclarecida de S. Ex.? Não será possível tentar o systema dos Estados-Unidos na ultima guerra? Eu convido, portanto, S. Ex. a pensar, a estudar e a vir dizer-nos o que ha de melhor a fazer-se nas criticas difficuldades que atravessamos.

Mas, Sr. presidente, eu não achei nada disto no discurso da mensagem, na paraphrase da resposta á falla do throno. Por consequencia, eu não posso votar pela mensagem. Voto, portanto, contra o governo e contra o espirito de sua politica. (*Muito bem; muito bem*)

(O orador é comprimentado por quasi todas as pessoas que se achão presentes.)

Sessão em 16 de Julho.

ELEIÇÃO DO AMAZONAS.

O Sr. Epaminondas (*silêncio*): — Sr. presidente, não espero de mim a camara um discurso. Subo á tribuna unicamente para dar explicações sobre alguns actos que praticou o presidente da provincia do Amazonas, relativos ao processo eleitoral.

Senhores, a provincia do Amazonas está muito longe da corte; tal é a razão por que a verdade tem encontrado embaraços em se apresentar, á primeira vista, tal qual ella alli existio.

O Sr. MOREIRA: — Parece que V. Ex. ouviu isso de mim lá na provincia.

(*Ha outros apartes; o Sr. presidente reclama attenção.*)

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Ouça-se o orador; elle ouviu os discursos do illustre candidato sem interrompê-lo.

O Sr. ARAUJO BARROS: — O orador não se perturba com os apartes. Convenção-se disso. Mas é preciso que o debate corra com a calma necessaria, para que a camara forme o seu juizo.

O Sr. EPAMINONDAS: — E' por isso, repito, que a verdade não pôde apresentar-se á primeira vista no parlamento; da mesma maneira que ella existio, brilhante e vivaz, naquella provincia.

Declaro, senhores, que não me incomodo com os apartes; tenho a minha consciencia muito tranquilla, e o espirito bastante desembaraçado. (*Apoiados.*)

Venham os apartes, venha qualquer discurso, deste ou daquella lado politico; eu terei resignação para os ouvir, e firmaza inabalavel para os refutar completamente. (*Muito bem.*)

Sr. presidente, quem tiver attenção sobre os fundamentos dos discursos proferidos a respeito da eleição da provincia do Amazonas, ter-se-ha convencido plenamente, independente de qualquer refutação, que naquella provincia não houve compressão nem violencia. (*Apoiados.*)

O Sr. C. OTTONI: — Não apoiado.

O Sr. CORRÊA DE BRITO: — Apoiado.

O Sr. EPAMINONDAS: — Quaes são os factos que se apresentáram? Dizem: — houve força na provincia, a força vedou a liberdade do voto e produziu violencia e oppressão.

Depois disto, o que ha mais? Dizem: — derão-as nullidades, houve decisões do presidente da provincia estabelecendo incompatibilidades e annullando qualificações.

Examinemos estes pontos.

A provincia do Amazonas divide-se em tres comarcas: a mais longinqua, a de Solimões; a média, a da capital; e a primeira, ao entrar pelo rio, a de Villa-Bella ou da Imperatriz.

Começarei, mudando na refutação o plano dos discursos que se proferirão contra a validade das eleições, pela ultima, e não pela da capital, como fizeram os que me precederão, principiarei pela comarca de Solimões.

O que ha contra a eleição de Solimões?

O nobre deputado pela provincia do Rio-Grande do Norte demonstrou, sem contestação alguma da parte adversa, que alli os candidatos que não puderão triumphar não têm povo nem pessoal algum a seu favor. Bastava isto para se concluir que na comarca de Solimões a eleição foi livre, completamente livre. (*Apoiados.*)

Mas o que houve? Duas parochias foram prestidas por juizes de paz, que são ao mesmo tempo collectores.

Eis a primeira prova de compressão e violencia na eleição!

O Sr. MEIRA VASCONCELLOS: — Estas foram apresentadas como nullidades, e não como compressão e violencia.

O Sr. EPAMINONDAS: — Bem; então o primeiro facto da accusação não provou ainda compressão e violencia.

O que houve mais? a annullação da qualificação do Telfé. Eis outra prova de que houve oppressão e violencia na eleição.

O que houve? Nem nos discursos proferidos, nem na opinião, com restrições, de dois membros da comissão, nem no voto em separado, se apresenta mais coisa alguma.

Dizei-me, senhores, é preciso demonstrar ou refutar a acusação de que houve compressão e violências na eleição de Solimões por motivos semelhantes?

ALGUNS Srs. DEPUTADOS: — Não.

O Sr. EPAMINONDAS: — Fallo perante uma câmara imparcial. (Muito bem.)

Vamos apreciar os dois pontos supra: começarei pela nulidade da qualificação de Tefé.

Senhores, eu estranhei, não só que o nobre candidato perguntasse com que direito o presidente da provincia do Amazonas annullou a qualificação de Tefé, mas principalmente que fosse apoiado por aquelles que têm entrado nesta câmara em virtude de pareceres de comissões annullando eleições de parochias, ou approvando-as, depois dos presidentes da provincia terem dado decisões annullando a sua base, a qualificação dos votantes. (Apoiados.)

Estranhei que o nobre deputado pela provincia das Alagoas, que se assentou durante a discussão defronte de mim, dissesse para o nobre candidato, quando este fallava: « deixei isto, accusai o presidente da provincia que annullou qualificações. »

O nobre deputado pelas Alagoas, pela primeira vez que tomou assento nesta câmara, foi em virtude de um parecer de comissão que approvou o acto do presidente das Alagoas annullando a qualificação da parochia de Porto de Pedras, sem o que elle não teria talvez obtido maioria de votos para ser valido e seu diploma. (Apoiados.)

UMA VOZ: — Isto era nos tempos passados!

(Ha outros apertes.)

O Sr. EPAMINONDAS: — Trouxe este facto, senhores, para dizer que não havia bastante razão da parte do nobre deputado de admirar-se que o presidente da provincia do Amazonas houvesse annullado a qualificação de Tefé, nem tão pouco para exigir com tanto desabrigamento que fosse accusado o dito presidente.

Para justificar a minha intenção na nulidade que resolvi como presidente da provincia do Amazonas a respeito da qualificação de Tefé, citei o parecer que dei em 1861, quando pela primeira vez entrei nesta casa, como relator da comissão de poderes, approvando o acto do presidente da provincia do Ceará, que havia annullado a qualificação da parochia da Granja, e a câmara votou por esse parecer. (Apoiados.)

Citei também o que aconteceu nas eleições da provincia do Amazonas (note bem a câmara), cujo parecer de verificação de poderes eu igualmente assignei como membro da comissão, approvando o acto do presidente da provincia que annullou a qualificação da parochia de Silves, e desde já conto com o apoio do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, o Sr. Pereira da Silva, meu companheiro na referida comissão; do mesmo modo esse parecer foi aceito pela câmara. (Apoiados.)

Ainda citei, Sr. presidente, um outro parecer sobre a parochia da Maçã, da provincia do Maranhão, dado pela mesma comissão de que eu fazia parte, approvando também o acto do presidente da provincia, que annullava a qualificação desta parochia. (Apoiados.)

O Sr. LUIZ FELIPE: — Só agora é que isto faz impressão!

O Sr. EPAMINONDAS: — Sr. presidente, ainda outros muitos pareceres ha neste sentido, os quaes não citei mais, porque quero tratar da questão em si, sob o ponto de vista da competência legal, para resolvermos a quem ella pertence.

Só, pois, em 1861, na qualidade de deputado e de membro da comissão de verificação de poderes, e seu relator, eu tinha já a opinião, quando não coahava, nem podia sonhar que havia de ser presidente da provincia do Amazonas, de que não se podia reccesar aos presidentes da provincia a faculdade de annullar qualificações que fossem viciadas, como vindes dizer, senhores, que eu praticando este acto, julgando-o da minha jurisdição, na qualidade de presidente da pro-

vincia do Amazonas, quiz intervir na eleição dessa provincia? Senhores, nesta parte creio que estou completamente justificado. (Apoiados; muito bem.)

UM Sr. DEPUTADO: — Igual a este não ha nenhum; ha muitos por vícios de fórmulas.

O Sr. BEZERRA CAVALCANTI: — Vamos proceder a um inquerito sobre todos os pareceres anteriores.

UM Sr. DEPUTADO: — Não ha nenhum igual.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção. Peço ao orador que continue o seu discurso.

O Sr. EPAMINONDAS: — Sr. presidente, justificada a minha intenção no acto que pratiquei, eu apresentarei agora os fundamentos da legalidade da decisão, e declaro que passo a sponja sobre todos os precedentes. Faço-o, e digo a opinião contraria: — vinde discutir, vinde contrariar-me.

Senhores, a qual dos poderes politicos, por sua natureza e organização constitucional, pôde pertencer a apreciação e decisão sobre o processo da qualificação?

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Certamente que ao executivo, não. É a theoria dos presidentes.

O Sr. EPAMINONDAS: — A qual? pergunto eu.

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Ao judiciario.

O Sr. EPAMINONDAS: — Aceito a resposta; ouça a câmara, vamos ver.

Pertencerá porventura ao poder legislativo pela sua natureza e organização constitucional?

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Na verificação dos poderes este não tem limites.

O Sr. EPAMINONDAS: — Não pertence, Sr. presidente.

VOZES: — Pertence.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção. Sou obrigado a reclamar, porque assim perde-se tempo.

O Sr. LUIZ FELIPE: — Os apertes não perturbão o orador.

O Sr. SOLZA CARVALHO: — Não perturbão, mas demo-ram a discussão.

O Sr. C. OTTONI: — Alguns até o auxilião.

O Sr. ARAUJO BARNES: — E o orador ouviu a todos calado, não deu um aparte.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção.

O Sr. EPAMINONDAS: — O poder legislativo é delegado á câmara dos deputados e ao senado com a sanction do Imperador. A constituição define a competência do poder legislativo, em varios artigos, nos quaes se nota o seguinte: — fazer leis, interpreta-las, suspende-las e revoga-las. Fora dessa disposição generica...

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Fora desse artigo ha outro relativo á verificação dos poderes.

O Sr. EPAMINONDAS: — ... na qual não se pôde incluir o acto de julgar do processo da qualificação; não ha nada mais nas attribuições do poder legislativo que se lhe possa applicar, e em que se possa incluir a decisão ou julgamento sobre semelhante processo.

O Sr. MARTINHO CAMPOS: — Ha na verificação de poderes.

O Sr. BEZERRA CAVALCANTI: — De observância com as leis.

O Sr. EPAMINONDAS: — Portanto, este acto não é da esphera do poder legislativo, pela sua natureza e organização constitucional. Nunca se viu, não ha exemplo de passar um projecto em ambas as camaras annullando ou corrigindo qualificações, e subir por ultimo á sanction do Imperador.

Será da esphera do poder moderador? Não é necessario ler os artigos da constituição que tratão do poder moderador. Todos sabem que não ha nada nelles que se refira ao processo da qualificação dos votantes.

A competência que dá a constituição a esse poder politico é inteiramente estranho a tal processo, e de natureza muito differente e especial.

Será, porém, da esphera do poder judicial? O nobre deputado por Minas-Geraes diz que sim, disse que com-

APPENDICE.

33

pela ao poder judicial o decidir sobre o processo da qualificação.

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Dos direitos individuais de toda a ordem, salvo as atribuições de cada uma das camaras.

O Sr. EPAMINONDAS:—Vejam os constituição: eis o que no art. 151 ella diz: « O poder judicial é independente, e será composto de juizes e jurados, os quaes terão lugar assim no civil, como no crime, nos casos e pelo modo que os codigos determinarem. » A competencia do poder judicial não está especificadamente definida na constituição; a competencia do poder judicial vem definida nos casos e pelo modo que os codigos têm determinado.

Abri todos os codigos criminal, commercial, civil, militar, ou outro qualquer, lidei todas as leis, folhei todos os regulamentos e avisos do governo, e mostrei-me uma disposição que de ao poder judicial competencia para annullar qualificações. Não achareis. (Apoiados.)

Se não compete a nenhum destes tres poderes, qual é o que resta? Resta o poder executivo.

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Bom!...

O Sr. EPAMINONDAS:—Ao poder executivo compete, pela constituição, a execução das leis; compete-lho, portanto, como poder administrativo, verificar, inspecionar e fiscalisar, emendar e corrigir todos os actos de execução de lei. O acto do processo de qualificação não é mais que um acto de execução de lei, de ordem administrativa, attendendo-se seriamente para a organização constitucional e natureza dos poderes politicos, sabida divisão da sua esphera de acção, seus fins, e objecto, e para as leis pelas quaes se regem diferentes poderes.

O Sr. ABELARDO DE BRITO:—Para esse liberalismo não vou.

O Sr. EPAMINONDAS:—Não se trata de liberalismo, trata-se de uma questão administrativa.

Se pelos principios fundamentais da divisão dos poderes, o processo da qualificação é acto de ordem administrativa, e ao executivo compete fiscalisar lo, nós temos além disto uma lei ordinaria, que expressamente resolve a questão. A lei de 3 de Outubro de 1834, que serve de regimento aos presidentes de provincia, diz no art. 5º o seguinte: « Ao presidente, além das attribuições meroas na lei da reforma constitucional e nas mais leis em vigor, compete:

« Executar e fazer executar as leis. »

Como ensinão os publicistas o modo de executar e fazer executar as leis?

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Menos em materia eleitoral, que tem disposições especiaes.

O Sr. EPAMINONDAS:—Elles dizem:—executa-se e faz-se executar a lei, expedindo decretos, regulamentos, decisões, instrucções, etc., etc., e também fiscalizando os actos de todos os agentes da administração, demittindo estes agentes, suspendendo-os e responsabilizando-os, e, mais ainda, tomando todas as medidas e dando as providencias precisas, já para manter o acto e approva-lo, se está regular, de conformidade com a lei, e para desfazê-lo, corrigi-lo ou annulla-lo, se ha infracção de lei, ou o acto é irritó e nullo por motivos claramente precedentes.

Nesta demonstração está a doutrina dos verdadeiros principios, quer se encare a natureza primitiva e fundamental dos poderes politicos, quer as leis ordinarias que regem a materia. (Apoiados.)

Mas o nobre deputado pela provincia de Minas disse: « A camara tem a competencia.... »

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Exclusiva.

O Sr. EPAMINONDAS:—... na verificação dos poderes, de avaliar o processo eleitoral em toda a sua plenitude. » Sim, não contendo, sou desta opinião, sempre a sustentei na assembléa provincial, sempre a sustentei aqui, nas comissões verificadoras de que fiz parte. Sei, porém, que ha opiniões diversas, e que até se tem discutido esta these nos diversos parlamentos dos paizes constitucionaes.

Mas esta faculdade o que quer dizer, o que exprime? Exprime porventura o poder, a competencia da ca-

mara para se intrometter nos actos da exclusiva esphera do administrativo? não; a camara ali, como dizem os publicistas, não procede segundo as regras *stricto juris*, mas procede com uma certa faculdade politica, mais ampla e equitativa, por meio da qual apenas procurão saber onde está o verdadeiro pensamento do paiz no acto da eleição, onde a verdadeira e mais genuina manifestação do voto popular. (Apoiados.) Não tem nada isso, não envolve tal faculdade expressa da constituição, e especial de cada uma das camaras as attribuições do poder legislativo (que é coisa muito differente da camara funcionando isoladamente), para confundilas com as attribuições do poder executivo, que são inteiramente distinctas, e cuja separação é um ponto, uma garantia fundamental, quer do systema, quer da nossa constituição.

Se fossem a camara dos deputados ou o senado os competentes para apreciarem se a qualificação se faz de conformidade com a lei, a uma e outra devia ser remetido o processo da qualificação para examina-lo todos os annos, logo depois della concluida. Mas isto não se faz, pelo contrario a lei expressamente determina que tal remessa se faça immediatamente ao presidente da provincia. Para que essa remessa? Será para que o presidente faça o papel de archivista, e a mande guardar? Não; a lei assim determinou para que elle examine se se executou a lei, o, no caso contrario, para que a faça executar. (Apoiados.)

Salva a intenção do presidente da provincia, justificando o acto, quer pelos principios fundamentais da divisão dos poderes, quer pelas disposições regulamentares da legislação brasileira....

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Três vezes não apoiado.

O Sr. BEZERRA CAVALCANTI:—Se vai pelo numero, digo trinta vezes apoiado. (Utilidade.)

O Sr. EPAMINONDAS:—... resta ainda um ponto. Dizem os nobres deputados que combatem esta opinião, que eu achei no paiz e no parlamento, e da qual apenas fiz adopção por acto de intelligencia e de convicção: « Póde o presidente da provincia annullar a junta e o conselho municipal de qualificação por vicio de organização. » Oh! que contradicção flagrante! Onde existe esta competencia? Respondei-me.

O Sr. ABELARDO DE BRITO:—Achamos nos abusivos avisos do poder executivo.

O Sr. EPAMINONDAS:—Não; achastes na organização e na natureza dos poderes politicos e na sua divisão; achastes nas disposições das leis regulamentares; achastes nos principios e doutrinas que tenho exposto. (Apoiados.) Se ha faculdade e competencia para um caso, ha faculdade e competencia para os outros. A origem e fonte desta competencia para um dos casos que citei é a mesma e identica para todos os mais casos. Vós, adversarios inconsequentes, suicidastes-vos com a restricção da doutrina: tenho a victoria nas minhas mãos. (Apoiados.)

Mas dizem os nobres deputados:—Se só se póde annullar uma qualificação por vicio della, não se póde por exclusão e inclusão de votantes.

O Sr. MARTINHO CAMPOS:—Estimo que o Sr. ministro da marinha esteja ouvindo taes doutrinas.

O Sr. TOSCANO DE BRITO:—Por esta doutrina o presidente da provincia é o verdadeiro qualificador.

O Sr. PRESIDENTE:—Atenção!

O Sr. EPAMINONDAS:—Não é tal o verdadeiro qualificador. Senhores, é preciso distinguir: a inclusão ou exclusão de um cidadão ou de alguns é acto que está expressamente prevenido na lei; incluir ou excluir votantes é o que não póde fazer o presidente de provincia, porque esta competencia foi dada expressa e exclusivamente á junta de qualificação, com recurso para o conselho municipal, e com recurso também para a relação. A relação não funciona ali como tribunal judiciario, não (apoiados); eis uma outra resposta ao nobre deputado por Minas; a relação funciona ali como tribunal administrativo por uma delegação, por uma faculdade especial e positiva dada pela lei.

Senhores, nesta parte a disposição da nossa lei de 19 de Agosto de 1846 não é mais do que a cópia da dispo-

ação da legislação franceza, e todos os escriptores de direito publico e administrativo, que têm explicado esta parte do recurso, são concordes com a theoria que acabo de enunciar.

O Sr. MEIRA VARCONCELLOS: — Sobre isto não ha questão.

O Sr. EPAMINONDAS: — Estimo o aparte, porque prova que a qualificação em seu processo é acto de ordem administrativa.

O Sr. ABELARDO DE BRITO: — Não tem nada com a questão.

O Sr. EPAMINONDAS: — Sim, tem tudo com a questão, porque a competencia no recurso é restricta pela lei, ninguém pôde ampliar essa competencia. Assim como o conselho municipal não pôde annullar os trabalhos da junta, por inclusão ou exclusão de votantes, tambem a relação não pôde annullar os trabalhos do conselho e manda-lhes fazer de novo. Quer um, quer outro só podem fazer reparação da injustiça de se incluir ou excluir indevidamente os cidadãos, dando provimento no caso de recurso interposto ou reclamação desatendida.

Nada mais podem fazer, porque a competencia que a lei lhes deu é restricta, limitada, e especial a essa unica hypothese. Mas isto não tira, Sr. presidente, a faculdade do poder administrativo, do presidente annullar todo o acto, todo o processo da qualificação, e não a inclusão ou exclusão de um ou de mais cidadãos, quando esse acto ou esse processo se fundar naquellas causas que o direito tem reconhecido que são imprecedentes e nullas.

O Sr. TASCANO DE BRITO: — Isto é uma doutrina perigosa.

O Sr. ANAULO BARROS: — Rosta a omissão e a opinião para fiscalizarem a camara e a opinião são o ultimo verbo desta questão.

O Sr. EPAMINONDAS: — Senhores, a falsificação de uma eleição, ou sua falsidade na base do processo qualificativo dos votantes, é um fundamento invencível de nullidade, enquanto os nobres deputados não riscarem do direito os principios que elle tem estabelecido.

Quando a falsidade pôde ser base da validade do acto? Nunca. (*Muitos apoiados.*) Se o acto tem por base a verdade, está legal, é valido (*apoiados*); mas se tem por base a falsidade, é illegal (*apoiados*), é radicalmente nullo. (*Muitos apoiados.*)

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Isto é irrespondivel.

O Sr. ABELARDO DE BRITO: — Mas não é liberalismo.

O Sr. SOUZA CARVALHO: — Liberalismo é o da camara, que approva ou desapprova.

UMA VOZ (*ao Sr. Abelardo de Brito*): — E V. Ex. é que é orgão legitimo do liberalismo?

O Sr. ABELARDO DE BRITO dá um aparte.

O Sr. EPAMINONDAS: — Senhores, não trago as convicções politicas do liberalismo ou não liberalismo (*muitos apoiados*); eu estou discutindo debaixo do ponto de vista das leis organicas e regulamentares, não tem nada a minha opinião politica ou a da camara com isto. (*Muitos apoiados.*)

Mas citarei ainda um exemplo para provar que por este motivo não houve novidade alguma na provincia do Amazonas; nesta camara mesmo se agitou a questão da nullidade da qualificação de Passa-Tres, na provincia do Rio de Janeiro, e o seu fundamento era uma escandalosa falsificação por uma inclusão demasiada e excessiva de individuos.

O Sr. MARTINS CAMPOS: — Mas não foi o presidente que a annullou.

O Sr. EPAMINONDAS: — Perdão; eu digo que se agitou a questão. A camara nunca annulla qualificações, annulla a eleição, porque a qualificação não permite que se reconheça a opinião do povo ou o verdadeiro pensamento politico da população (*muitos apoiados*), e tanto faz que a falsidade seja para o augmento excessivo de qualificados, ou, como em Tefé, para a diminuição, que prive a muitos cidadãos, a maioria, do direito de votarem. O que digo é que o fundamento de

falsidade por grande exclusão ou inclusão de votantes, já a camara o reconheceu precedente em relação a Passa-Tres e Piratini.

VOZES: — Muito bem!

O Sr. EPAMINONDAS: — Agora, debaixo do ponto de vista politico, porque annullar a qualificação para intervir na eleição?

VOZES: — Oução! oução!

O Sr. EPAMINONDAS: — Senhores, o lado que se oppunha a isso, ao qual a qualificação não interessava, não queria (communita antecedencia declaron) pleitear a eleição, seus amigos tinham feito sua eleição no mez de Novembro, dormião tranquilos á sombra della, não se importavam que houvesse outra eleição, e a ella não comparecerão.

Não havia, pois, razão, ainda debaixo deste ponto de vista, de annullar a qualificação com o fim de dar triumpho de causa á outra parcialidade (*apoiados*), e menos para se attribuir ao presidente da provincia semelhante intenção. (*Muitos apoiados.*)

Além do fundamento da falsidade que annullou e invalidou todo aquelle acto, ha muitos outros motivos de nullidade, que o proprio voto em separado, o nobre orador que o sustentou, os proprios nobres candidatos e o processo da commissão os reconhecerão. Deixo de tratar dolles, porque não foram impugnados.

Sr. presidente, achando-me a discutir a parochia de Toffé, cumpre desde já apreciar a impugnação a respeito da validade da eleição de 3 de Fevereiro e da feita em Novembro do anno passado.

Os nobres candidatos que foram vencidos dizem: — a eleição de Novembro é que é valida, porque as ordens officinas de adiamento, não tendo chegado em tempo, o acto estava feito e valido.

O Sr. MARTINS CAMPOS: — A eleição não estava legalmente adida.

O Sr. EPAMINONDAS: — Por esta occasião o nobre candidato fez-me outra accusação, disse: — eu quiz justificar que as communicações officias não tinham chegado em tempo, mas tal proeza exercerão as autoridades, que tirarão-me as testemunhas daqui para alli, de modo que nunca pude justificar aquelle facto.

Senhores, não proceda esta accusação, porque este facto não estava provado, quer na secretaria da presidencia, quer na da policia, por documentos, e eu nunca neguei certidão dolles. A camara municipal de Tefé, presidida por um fiel e devotado aliado do nobre candidato, me consulta se, tendo chegado as ordens do adiamento posteriormente á eleição feita, ella devia fazer nova convocação para a eleição de Fevereiro; eu respondi, reconhecendo que as ordens tinham chegado posteriormente, mas, com a cópia da lei, dizendo: — que em vista da lei que adia a eleição para Fevereiro, não havia razão nenhuma para não se fazer a eleição no dia marcado no adiamento, considerando a outra nulla.

O Sr. MARTINS CAMPOS: — E V. Ex. tinha competencia para essa decisão?

O Sr. EPAMINONDAS: — Não foi decisão; mas eu tinha competencia para decidir estes factos provisoriamente. (*Apoiados.*)

O Sr. SOUZA CARVALHO: — E assim se fez em toda a parte.

O Sr. EPAMINONDAS: — Com razão deveria eu ser accusado se decidisse que estava feita legalmente a eleição de Novembro, e não mandasse proceder a outra em Fevereiro, segundo prescrevia a lei do adiamento.

Um Sr. Deputado: — Dávia responder á consulta da camara.

O Sr. EPAMINONDAS: — O illustre relator da commissão equivocou-se hontem quando disse que o presidente da provincia lavrara portaria annullando a eleição de Novembro, não ha tal (*apoiados*); eu disse em officio, respondendo á consulta da camara municipal, que ella não podia deixar de convocar o povo para a eleição de Fevereiro, porque inclusa lhe enviava a lei que assim o determinava, em virtude da qual a eleição que se havia feito em Novembro (é formula de direito) era como se não houvesse sido feita. (*Apoiados.*)

resolução de 25 de Dezembro de 1860, tomada sobre consulta do conselho supremo militar de 3 do mesmo mez e anno, cuja cópia acha-se junta, não está o referido doutor no caso de obter a permissão pedida. Deos guarde a V. Ex.—*José Antonio Saraiva*.—Sr. presidente da provincia do Amazonas. »

Este aviso não faz mais do que reconhecer as regras e principios estabelecidos na legislação, e nos outros decretos a que se refere a resolução de consulta do conselho supremo militar, que diz assim :

« Consulta do conselho supremo militar de 3 de Dezembro de 1860, sobre o requerimento em que o Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, 2º cirurgião do corpo de saúde e assistente do cirurgião-mór do exercito na corte, pede permissão para entrar no exercicio de vereador da camara municipal da corte. Parece ao conselho que o 2º cirurgião Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, assistente do cirurgião-mór do exercito na corte, não está no caso de obter a permissão impetrada para entrar no exercicio do cargo de vereador da camara municipal, visto como da combinação do art. 19 da lei de 1º de Outubro de 1828, com o art. 2º da lei de 25 de Julho de 1831, resulta incompatibilidade nos exercicios das funções da administração municipal com as militares. Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1860.

« Resolução. — Como parece. Paço, 26 de Dezembro de 1860. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — *Sebastião do Rego Barros*. — Conforme. — *Mariano Curtes de Souza Correia*. »

Os decretos de 25 de Julho de 1831 e de 21 de Janeiro de 1830 não são mais do que a confirmação das incompatibilidades estabelecidas na lei de 15 de Outubro de 1827 que creou os juizes de paz. Já vê a camara que a incompatibilidade de que se trata não provém de decisões do governo, mas é fundada expressamente na lei. Attenda bem que a referida lei de 15 de Outubro de 1827, não diz que ha incompatibilidade sómente do juiz de paz com o official militar, mas falia mais amplamente—de qualquer emprego militar.

Posteriormente áquella decisão do ministerio da guerra, o Dr. Canavarro, sem ser por intermedio da presidencia, levou a questão ao governo, não pelo ministerio da guerra, que era o que havia declarado que as suas funções e obrigações na enfermaria militar erão incompatíveis com as funções civis do vereador, mas pelo ministerio do imperio. Deste baixou um aviso em data de 29 de Novembro de 1866, dividido em duas partes.

Na 1ª declarou que não ha incompatibilidade por não ser o Dr. Canavarro medico militar, mas engajado; na 2ª porque não se davão os tres casos de incompatibilidade especificados no aviso n. 89 de 4 de Junho de 1857. As decisões do governo ficãõ contradictorias, sendo a do ministerio do imperio opposta ao generico pensamento da precitada lei de 15 de Outubro de 1827.

Senhores, para resolver esta questão da incompatibilidade na hypothese de que tratamos não basta citar os avisos da guerra e do imperio, pela sua letra e pelas suas datas, não basta saber-se que um diz uma coisa em tal época, que outro diz o contrario em época posterior. Cumpre examinar os fundamentos de um e outro aviso, e ver se elles são procedentes. (Apoiados.)

Diz o aviso do ministerio do imperio que não ha incompatibilidade a respeito do medico contratado, porque este não faz mais do que prestar os seus conhecimentos scientificos aos doentes da enfermaria; ao passo que o mesmo aviso sustenta a incompatibilidade a respeito do medico militar.

Que razão é esta? O que faz o medico militar além dos serviços scientificos que, como o medico engajado, presta nos hospitais? Se a razão da incompatibilidade prevalece para o medico militar, deve tambem prevalecer para o medico engajado, porque o serviço, o trabalho de applicar os recursos da sciencia ao enfermo é o mesmo. (Apoiados.)

Será porque o contratado não tem uma patente de official? Não; porque a lei de 15 de Outubro de 1827, como já fiz notar, não trata de patente de official militar, mas do qualquer emprego militar, o que importa dizer apenas qualquer trabalho, qualquer serviço sob a direcção e as ordens do ministerio da guerra. (Apoiados.)

Se a patente valesse tudo, ainda assim era certo que José Miguel de Lemos a tinha dada pelo governo imperial, de cirurgião-mór da guarda nacional, que pela lei respectiva já traz incompatibilidade com opção. Mas a incompatibilidade vem da lei, que prohibe accumular o emprego civil com o emprego militar, em razão de não poder um individuo desempenhar bem ambos os serviços, hypothese tambem confirmada pelo aviso de 4 de Junho de 1857. (Apoiados.)

Muitas vezes o medico contratado, no mesmo dia, na mesma hora, terá que fazer em ambos os empregos; nem a urgencia e o imprevisto das molestias podem retardar-se, nem tão pouco o serviço judicial.

O nobre autor do voto em separado provou extensamente que se não podia bem desempenhar o serviço de vereador conjunctamente com as funções de medico de uma enfermaria militar, ainda mesmo que o medico seja mero engajado ou contratado. Portanto, se procede a respeito do vereador, procede com maior razão a respeito do juiz de paz, cujas funções são multiphas e variadas, e principalmente quanto ás suas attribuições politicas, que o obrigão a trabalhar muitos dias seguidos desde as nove horas da manhã até ao oculto.

O Sr. MEIRA VASCONCELLOS:—Mas V. Ex., que reconheceu a incompatibilidade para juiz de paz, não a reconheceu para vereador.

O Sr. EPAMINONDAS:—Não houve occasião de fazer applicação. O nobre autor do voto em separado disse que o Dr. Canavarro assumiu o exercicio de vereador da camara municipal em meu tempo. Rughou-se; no meu tempo não. Sustentei sempre a minha opinião. Sou delegado do governo, procedo segundo as regras da lealdade e confiança; mas examine as ordens que recebo, cumprio-as segundo a minha intelligencia, e não unicamente por procederem do ministerio.

O Sr. MEIRA VASCONCELLOS:—O Dr. Canavarro não esteve no exercicio do vereador?

O Sr. EPAMINONDAS:—Não esteve; não foi questão de meu tempo. Quando foi o aviso do ministerio do imperio eu não o cumpri porque o Sr. Canavarro não se apresentou; e não o cumpria, ainda que se apresentasse, se não depois de eu ter submettido de novo a questão devidamente esclarecida ao governo, e esta decidir que eu obrava mal, havia errado, e mandasse que eu cumprisse. Então a cousa seria outra, e a solução differente. (Apoiados; muito bem.)

Portanto, a incompatibilidade foi decidida pelo presidente com fundamentos incontestaveis (apoiados), sobre bases prestadas pela legislação antiquissima, reconhecidas ha muito tempo.

Ainda sobre a eleição da capital se disse que o outro juiz de paz que substituiu ao incompatibilizado José Miguel de Lemos era igualmente incompativel por ser empregado da fazenda. Vamos a essa nova questão.

O nobre autor do voto em separado declarou que o empregado da fazenda, já o sendo antes da eleição, não é incompativel para exercer as funções de juiz de paz para que tenha sido eleito posteriormente; e na hypothese contraria sim, quando a eleição é anterior á nomeação para o emprego de fazenda. Concorde: tal é a doutrina dos avisos.

Senhores, sobre esta nova especie de incompatibilidade cumpre antes de tudo attender que não ha lei alguma em que ella se funde, e portanto perdo muito de sua força, porque só se baseia em decisões do governo. Mas disse o nobre deputado autor do voto em separado, que a comissão enganou-se, que Braule Pinto foi eleito juiz de paz antes de ser nomeado empregado de fazenda. A isto respondo, informando á camara que foi o nobre deputado que enganou-se, e que a comissão disse a verdade.

José Joaquim Braule Pinto era escripturario da thesauraria de fazenda na época em que foi eleito juiz de paz. Pedio depois a sua demissão, e, passado algum tempo, foi novamente nomeado empregado de fazenda, isto é, administrador da thesauraria provincial. Eis a verdade dos factos. Ninguém será capaz de contestar-lha.

Assim como a respeito das leis, como já disse, devemos examinar a sua razão e sentido para melhor a comprehendemos, o mesmo devemos praticar em relação

APPENDICE.

37

nos visos do governo e seus regulamentos; não basta a letra dallas; examinemos, pois, a razão pela qual foram promulgadas as decisões do governo. Aceitando a hypothese que apresentou o nobre autor do voto em separado, isto é, que não ha incompatibilidade quando a nomeação para o emprego de fazenda é anterior e a eleição posterior, é indubitavel que seria futil o fundamento de incompatibilidade que se firmasse unicamente na época em que se adquiriram os cargos. (Apoiados.)

Se o cidadão eleito hoje, e nomeado amanhã, é, por esta simples razão de ser nomeado amanhã, incompatível, ao passo que o não é aquelle que foi eleito depois de ser nomeado, não haveria uma razão séria e procedente para assim se ter estabelecido. As datas sómente nada resolvem. Deve haver uma razão politica que justifique a incompatibilidade. (Apoiados.) Porque não se trata de dois cargos administrativos, mais de um emprego de administração, e de outro com caracter politico.

E esta razão é que, sendo o juiz de paz da eleição popular, a nomeação do eleito para um cargo administrativo poderia ser um meio de afastar-lo do exercicio de suas funções politicas, e de este modo contrariar ou inutilisar o acto da confiança popular. (Apoiados.)

Ora, se Braule Pinto foi eleito quando já era empregado de fazenda, embora fosse depois demittido e novamente nomeado, este facto ultimo não destruiu a confiança popular, porque esta lhe foi conferida quando ella já era agente do governo.

Com estas considerações julgo que fica destruido o castello no ar que se levantou com a argumentação e discussão dos impugnadores do parecer da maioria da commissão. Não basta, além disto, dizer-se em these que ha duas incompatibilidades politicas ou administrativas; é necessario que o poder competente applique a lei ao facto, que as decida e julgue.

Ninguém pôde, por exemplo, ser deputado pelo districto em que é juiz de direito; mas ninguem pôde deixar de contar os votos que o juiz de direito obteve no referido districto. O caso virá a esta camara, ella decretará a incapacidade politica do que fór assim eleito, e o excluirá. Na ordem administrativa succede o mesmo.

Não basta dizer-se que Pedro ou Paulo é incompatível; é necessario que autoridade administrativa na ordem suprema que fór competente decida que tal incompatibilidade administrativa se dá em relação á hypothese de Pedro ou Paulo. A incompatibilidade traz a perda de um direito, e a perda de direitos não se verifica sem um julgado, sem uma sentença, sem uma decisão que sirva de garantia da sua justiça. (Apoiados.) Foi isto o que não se fez com Braule Pinto; antes da eleição ninguém reclamou, e portanto elle prosidiu mui logicamente á eleição, principalmente porque não era incompetível, como acima ficou demonstrado.

Demonstrada a improcedencia e injustiça das accusações, quanto ás incompatibilidades, cumpre que apreciemos agora o 3º ponto: pressão, violencia da força publica. Quis força immensa foi essa que houve no Amazonas? Houve força permanente na capital, e força em transitio.

Por esta occasião, senhores, os candidatos vencidos leváram suas increpações ao ponto de quererem fazer acreditar que o presidente era autor de procedimento indigno, como o de inventar boatos sobre a existencia de aggressão imminente por parte de um paiz vizinho, e sob este falso pretexto poder reclamar força para fins eleitoraes, e de este modo provocar o paiz vizinho a uma luta com o Brazil. Triste lembrança! Era necessario fazer accumular as accusações estupendas e maravilhosas para produzir effeito!

Sr. presidente, eu estava no Rio de Janeiro tranquillo em minha casa, não sabia nada desses acontecimentos da nossa fronteira, que são anteriores á minha ida para o Amazonas. Eu não reclamei cousa alguma, nem fui eu quem dei noticias para essas providencias que tomou o governo geral. Também as noticias não vieram unicamente pelo Amazonas, mas sim por outras partes.

Se querem os nobres deputados conhecer quaes os motivos que leváram o governo geral a tomar certas providencias e medidas para Tabatinga, é facil: requisitem a correspondência reservada do governo geral com o presidente da provincia, e ali acharão a plena justificação desses motivos que derão lugar aos movimentos de tropa. Mas que movimentos serão esses? Forão pos-

teriormente á minha chegada á provincia, 310 praças da guarda nacional da Santarem, e 100 praças do corpo policial do Pará, logo em principio. Estas immediatamente foram mandadas para Tabatinga, muitas leguas distantes da ultima parochia em que tinha de haver eleição.

A força reclamada para Tabatinga, disserão logo os opposicionistas, veio com o fim de violentar a eleição. Mas esqueção-se ao mesmo tempo de que peças de artilharia, armamento, cartuchame e diversos engenheiros vindos da Bahia e da corte também seguirão para lá, com o fim de vencer eleições no lugar onde não tinha de proceder-se! Como a mentira cala por sua audacia imbecil.

Senhores, na provincia do Amazonas não ha força nenhuma, na verdadeira expressão desta palavra; não ha tropa de linha nem corpo de policia; a guarda nacional compõe-se de tapuios bisonhos que não sabem nem pegar na arma; pôde-se dizer que alli ha boneco com farda, isso sim, mas força, não. As praças de policia seguirão para Tabatinga por se suppor mais subordinada, habilitada e capaz para o serviço que se tinha em vista, porque não havia mais tropa de linha, e a guarda nacional do Pará era pela sua pericia militar considerada quasi igual á do Amazonas. Mas disserão por essa occasião que eu fui a Tabatinga, á fronteira, sómente para examinar ou sondar os boatos, e dali tirar pretextos. Não, senhores, eu fui examinar serviço mui to sério e importante que alli se fazia: os boatos não são do meu tempo; elles e as communicações officias são anteriores.

Soubese depois que a força policial não se queria prestar ao serviço de que estava encarregada, e tinha levado a relaxação e insubordinação ao ponto de desobedecer as ordens e esbofetear seu commandante, declarando que queria voltar para sua provincia, porque não lhe competia estar na fronteira. Resolvi o seu regresso, e não tendo eu guarda nacional na capital, disponível, e sendo difficil reuni-la, mandei buscar a Santarem 300 homens, para substituir a força policial, que voltou effectivamente para o Pará, e para augmentar o destacamento de Tabatinga. Mas o que influiu essa força de transitio na eleição? Nada absolutamente.

Dahi a gritaria: pressão, violencia, a matriz foi cercada de força. Exageração propria dos tempos! Houve, confesso, alguma força na matriz, e nunca neguei, sem apparatus de cerco: mas para que? Para se não fazer a eleição, para deitar alguém para fóra? E' uma calumnia; não se praticou nenhum acto violento ou de mera injustiça, a força foi á requisição do juiz de paz, como permite a lei, como se tem praticado nas outras provincias, nunca entrou na igreja, sempre esteve da parte de fóra. E' uma calumnia insigne o contrario; entrou na igreja quem quiz da opposição, e não votáram porque não tinham povo, ou maioria, e haviam adoptado outro plano de campanha eleitoral.

Quinze dias antes da eleição, antes de eu ter resolvido a incompatibilidade do juiz de paz, já havia o proposito de fazer-se essa duplicata escandalosa que testemunhámos, porquanto seus autores se tinham apoderado do livro das eleições, que estava na camara municipal. Se este proposito, se a resolução firme para a fraude datava de 15 dias antes da minha decisão, então como se diz que a minha decisão e a presença da força requisitada pelo juiz de paz foi que os obrigou a fazê-la, á escrever em casa essa ridicula duplicata? O nobre candidato, querendo justifica-la, disse: « Houve eleição na camara municipal, eu não vi, ou não estive lá; mas esteve meu irmão, que m'o affirmou. » Seu irmão, que é nomeado nessa falsa duplicata escreveu *ad hoc* para lavrar a acta dessa eleição, seguramente é testemunho importante em prol das pretensões do outro irmão! Aprecia!

Senhores, não houve eleição no domingo, nem na segunda, nem terça, nem em dia nenhum na camara municipal ou outro qualquer lugar.

Mas concedamos que houvesse; o facto da segunda eleição annulla a primeira?

Senhores, um dos nobres contendores disse: só faltou haver sangue. E' verdade, não houve sangue, nem desordens, e eis o motivo da força na matriz, eis o motivo por que os juizes de paz a pedem, e o governo lh'a concede, em virtude da lei que prevenio e autorizou o seu emprego: é para evitar isso, é para que ao menos se diga: — não houve sangue.

Sr. presidente, estes três pontos são os que têm relação com a administração: estão refutados e explicados.

Passando á terceira comarca, a da Imperatriz, direi apenas que ali nada houve, nada tenho que explicar ou defender. Tudo foi regular e em paz.

O nobre autor do voto em separado disse hontem em aparte ao nobre deputado pelo Rio-Grande do Norte que reconhecia a legitimidade dos diplomas dos Srs. Adolpho e Leitão da Cunha, mas que era necessario provar a legitimidade da camara municipal que os expedia.

O nobre deputado pelo Rio-Grande do Norte disse que a camara era legitima, porque a exclusão dos dous vereadores foi revogada pelo presidente, em vista de reclamação: contestou-se esta reclamação, disserão que não se deu.

Aqui está o documento:

« Paço da camara municipal, em Manaus, 27 de Fevereiro de 1867. — Illm. e Exm. Sr. — A camara municipal desta cidade, da qual sou presidente, em sessão extraordinaria de 21 do corrente, decido, contra o meu voto, que os vereadores Clementino José Pereira Guimarães e José Pereira de Moraes fossem eliminados do numero da seus membros. Sendo esta decisão contraria ao que está resolvido pelo governo imperial, eu julguei conveniente declarar á referida camara que não podia cumprir essa decisão. Venho, pois, submeter ao conhecimento de V. Ex. esta questão, para o que tenho a honra de junto passar ás mãos de V. Ex. cópia da acta dos trabalhos daquella sessão. Deos guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, presidente da provincia. — João José de Freitas Guimarães. »

O officio é de 27 de Fevereiro, e a sessão foi a 21. Como se affirma, pois, que não houve reclamação, se o presidente da camara, amigo e alliado politico do nobre candidato, é o mesmo que diz: — eu não cumpri a decisão da camara, e submetto-a a V. Ex. ? Eu respondi a esta reclamação, dizendo á camara que ella não podia ter excluido um vereador sob pretexto de não saber ler, porque a lei não o prohibia, e assim já fôra decidido pelo governo; nem o outro por ser procurador-fiscal, porque este cargo não era incompativel com o de vereador, e por consequencia revogava a deliberação da camara. No meu officio de resposta citei-lhe a legislação, que é clara e terminante.

Senhores, as camaras municipaes, pela lei de sua criação, são corporações meramente administrativas e sujeitas ao presidente da provincia. O presidente, portanto, repôz os homens nos seus lugares; logo, a competencia está provada.

Sr. presidente, tanta cousa se tem dito da eleição da provincia do Amazonas, a eleição está nulla, tudo está viciado....

Eu poderia dizer: — achão-se approvadas todas as eleições das outras provincias, e bastava esta consideração. Mas recapitulemos

Os vencidos das outras provincias dizem: — fomos derrotados pela coacção e pela violencia, porque as autoridades forjãro processos de responsabilidade, e por crimes particulares; as prisões prévias em virtude desses processos, as pronuncias e as condemnações influirão no voto livre e na pureza da eleição!

Senhores, no Amazonas não houve nada disso.

Os vencidos das outras provincias dizem: — fomos derrotados, porque houve grande reacção, o presidente demittio em massa as autoridades policiaes, montou e desmontou todo o pessoal de confiança!

Senhor presidente, no Amazonas não houve dessas reacções.

Os vencidos das outras provincias dizem: — fomos vencidos, porque o functionalismo achou-se sob extrema pressão; pais de familia que vivião dos seus ordenados perderão o pão, forão demittidos, porque francamente declararão que não votavão com o governo, e outras cedêrão ás ameaças, e derão o triumpho á chapa official.

Senhores, ainda no Amazonas não houve disto.

Os vencedores das outras provincias dizem: — o melhor meio e o mais seguro de vedar a liberdade do voto, a liberdade da eleição, é o recrutamento, arma fatal com que todas as autoridades suspeitas, que não são liberaes, nem patriotas, perseguem e opprimem o povo

para falsearem a eleição. O nosso partido foi victima de um recrutamento nunca visto; por isso perdemos o pleito eleitoral!

Senhores, no Amazonas não houve recrutamento!

Os vencidos das outras provincias dizem: — o recrutamento é instrumento já gasto, e sem valor, na época eleitoral; uma arma mais terrivel se descobrio, a designação de guardas nacionaes! Isso sim, é machina de effeitos necessarios e infalliveis contra a soberania popular, manejada por presidentes habeis na tyrannia e no despotismo; foi com ella que o presidente acossou os nossos amigos e pôde obter o seu triumpho eleitoral!

Senhores, no Amazonas não houve designação de guardas nacionaes.

Os vencidos das outras provincias dizem ainda: — perdemos a eleição, porque estamos muito atrasados, vivemos n'um paiz degenerado, barbaro, de costumes safaros! O bacamarte e o punhal do assassino fizerão cair os nossos amigos, e seu sangue tingio as lages da matriz!

Sr. presidente, no Amazonas não houve nada disto. Tenho concluido. (Muito bem; muito bem.)

(O orador é cumprimentado, e sahindo da sala é acompanhado por muitos Srs. deputados, que o abraço e felicitão.)

Sessão em 7 de Agosto.

PATRIMONIO EM TERRAS PARA S. A. Y. A SRA. D. IZABEL
E SEU AUGUSTO ESPOSO.

O Sr. Aristides Lobo: — Sr. presidente, quando o meu nobre collega e amigo deputado p lo 1º districto das Alagôas punha em relevo as vantagens do requerimento que acaba de submeter á consideração da camara, eu arrisquei um aparte pondo em duvida as vantagens da sua moção; venho pois em auxilio da proposição que então emitti, e nesse empenho V. Ex. ha de consentir que eu percorra, ainda que ligeiramente, algumas das razões com que o nobre deputado fundamentou o seu pedido.

Recordar-se-ha a camara que os illustres deputados pela provincia de Sergipe, empenhando-se no presente debate no intuito de ministrar informações relativas á quantidade de terras devolutas existentes na provincia que representão, não contestarão em absoluto a existencia dessas terras, e sómente fizerão sentir que as julgavão insufficiente para nellas se constituir o dote de S. A. a Serenissima Princeza Imperial. Tal foi a proposição emittida pelos illustres deputados por Sergipe, e sobre ella formulou o meu nobre amigo os raciocínios com que pretendeu autorisar o seu requerimento, accrescentando ainda S. Ex. que a aceitação por parte do governo, da emenda offerecida pelo nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, mostrava que o seu espirito estava vacillante a respeito da existencia dessas terras. Em taes condições entendeu o meu nobre amigo que o projecto devia voltar á commissão afim de que esta, melhor instruida por informações do governo, por sua vez pudesse esclarecer a camara.

Em primeiro lugar vê a casa que a base do raciocinio do nobre deputado é falsa; nenhum dos illustres deputados por Sergipe contestou em absoluto a existencia das terras em questão, e limitárão-se a declarar que erão insufficientes.

O Sr. Macedo: — Um nobre deputado, que foi administrador dessa provincia, contestou.

O Sr. Aristides Lobo: — V. Ex. engana-se, eu dei toda attenção aos discursos proferidos, e não ouvi tal contestação.

O Sr. Macedo: — Esse nobre deputado está presente, não me contesta.

O Sr. Aristides Lobo: — Bem, se eu estiver enganado, peço ao nobre deputado que me advirta.

O Sr. Dias Mello: — Peço a palavra.

O Sr. Aristides Lobo: — Ora, se é verdade que na provincia de Sergipe existem terras devolutas, ainda que insufficientes para nellas se fazerem as 49 leguas quadra-

APPENDICE.

39

das de que trata o projecto, é evidente que a emenda offerecida pelo nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro sãa o inconveniente que o meu nobre amigo ambrou.

Uma de duas: ou existam terras nas dimensões exigidas, ou não; se existam, funda-se o patrimonio marcado pela lei; se não existam, demarca-se as que existirem, e completa-se o patrimonio em terras de outra provincia.

O Sr. C. OTTONI: — Quer se saber se ha direito de fazer-se o patrimonio em terras de outra provincia.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Perdão; esse direito não foi nem pôde ser contestado, a idéa do projecto, o que ha nelle de essencial, é a fundação do patrimonio em terras devolutas do Imperio.

O Sr. TAVARES BASTOS: — Em tal ou tal provincia.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Sustento que isso é accidental, e duvido que me provem o contrario.

Na verdade, Sr. presidente, desconheço a razão que determina a exigencia dos nobres deputados, porquanto o encargo imposto pelo projecto que se discute não se refere a esta ou aquella provincia, e sim a terrenos devolutos, á propriedade do Estado. Portanto, é incontravelto que a emenda offerecida removeu os obstaculos.

O Sr. TAVARES BASTOS: — Fica a censura.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Acredito que o governo, apresentando a proposta que servio de base ao projecto em debate, dispensa das informações precisas á conversão dessa proposta em projecto de lei.

Mas desde que representantes da provincia de Sergipe levantam-se nesse recinto e poem em duvida a quantidade das terras destinadas ao patrimonio de S. A. I., o procedimento do governo não devia ser outro senão o que teve; nem dahi lha pôde vir o menor desan nem motivo de censura. *(Muitos aploados.)*

O Sr. FELICIO DOS SANTOS: — Os nobres deputados por Sergipe rejeitão o projecto.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — V. Ex. não está autorisado a dizê-lo; os nobres deputados que pedirão a palavra declararão muito expressamente que não impugnarão o projecto em dissensão; como, pois, V. Ex. assevera que elles o rejeitão?

O Sr. FELICIO DOS SANTOS: — Suppuz.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Pois entendeu mal.

O Sr. FELICIO DOS SANTOS: — Eu não desejava que as terras fossem tiradas da minha provincia; as que existem lá desejo que sejam administradas por ella mesma.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Pareçe-me, Sr. presidente, que não me é licito neste momento entrar nas considerações que forão trazidas á camara para combater o presente projecto, visto como trata-se de um incidente, do ser adiamento.

O Sr. TAVARES BASTOS: — E de censura.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Censurar o que, se o nobre deputado declara que o acto é de um gabinete que já não existe?

O Sr. TAVARES BASTOS: — A emenda tambem é censura.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — Quería V. Ex. que o gabinete actual desprezasse as informações trazidas á camara pelos illustres deputados por Sergipe? Não podia querê-lo *(aploados)*; se o fizesse, com justa razão seria incapaz de ter commettido uma irrelevancia, e mais do que isso, uma inconveniencia; pois todos nós sabemos que uma das fontes mais legítimas em que os governos podem beber informações é respeito de qualquer acto seu, é seguramente o parlamento. *(Muitos aploados.)*

O Sr. TAVARES BASTOS: — Se fosse por isso, para não contrariar as opiniões dos nobres deputados devia se supprimir o artigo e constituir o patrimonio em outra provincia.

O Sr. ARISTIDES LOBO: — V. Ex. insiste em uma proposição contraria ao que a camara presenciou, e já por mim combatida.

Acto, Sr. presidente, que o debate foi perfeitamente instituido na casa; que a camara deve estar inteira-

mente illustrada sobre a materia. *(Aploados)*. Os que pensão que o patrimonio é excessivo não serão demovidos de suas convicções, e os que sustentão a opinião contraria tambem permanecerão nella. Eu, pois, abstrahindo feita da pretendida censura que se quer atirar sobre o gabinete, censura que reputo inepta, peço licença ao meu nobre amigo a collega para dizer-lhe que o seu requerimento não pôde nem deve ser accito pela camara. Se cahir o requerimento do nobre deputado, como é de esperar, tomarei de novo a palavra para offerecer algumas considerações, mormente em referencia ao que na casa foi dito pelo nobre deputado por Minas Geraes. *(Muito bem, muito bem.)*

Sessão em 26 de Agosto.

ORÇAMENTO DA RECEITA GERAL DO IMPERIO.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO *(silêncio)*: — Sr. presidente, o nobre Sr. presidente do conselho declarou-nos que achava exacta e primorosa a comparação de um nobre deputado pelo municipio neutro, quando equiparou os orgamentos a verdadeiros quadres. Concorro com S. Ex.; mas, apenas levado pelo exame do grupo das figuras, da sombra e da luz desse quadro, bem acabado, indaga debalde qual o seu distincto autor.

Não sei com effeito se o pintor do quadro do orgamento que tomos de julgar é a camara dos deputados ou o governo do paiz; o como entendo, acompanhando ainda a S. Ex., que halagar tanto para a camara como para o governo e que deve haver um plano assentado sobre a constituição do Imperio, tanto razão de admirar-me que o honrado Sr. presidente do conselho e a maioria que sinceramente o apoia se esgaueção do importantissimo papel que compete á representação nacional, tanto mais quanto se trata da fortuna publica e da fortuna individual. O voto do imposto é uma das principaes attribuições do corpo legislativo.

Não me perderei em investigações especiaes sobre cada um dos impostos, reservo-me para occasião mais opportuna; pelo contrario, atendo-me ao exame do arço da receita, considero-lo-hi sob dois pontos de vista: o ponto de vista constitucional e o ponto de vista financeiro.

O exame do primeiro demonstrará a S. Ex. que não foi muito descuidada a proposição daquella que comprou o orgamento que discutimos a um verdadeiro Mathusalem em finanças; mais do que Mathusalem, senhores, porque os homens que nós podemos considerar biblicos vivião mais do que nós, mas devião contar a idade do modo differente, entretanto que o orgamento de S. Ex. morreu para resuscitar e resuscita para morrer.

Sr. presidente, foi decidido pela mesa que a discussão do orgamento de 1866 a 1867, encetada na legislatura passada, devia continuar perante a camara que começa. Assim foi interpretado um artigo do regimento.

A emenda apresentada pela honrada commissão, trans formando o orgamento de 1866 a 1867 em orgamento de 1867 a 1868, resuscita a questão sob pharse nova. Não tratamos só do regimento, tratamos tambem da constituição.

Sim, a honrada commissão, mandando a seguinte emenda á mesa—substituição-se as palavras—de 1866 a 1867 por estas—de 1867 a 1868—, nos collocou no verdadeiro terreno constitucional, isto é, deu-nos o direito de vir mais uma vez fazer esta pergunta á camara dos deputados: podemos continuar a discutir um orgamento cujas disposições tinham passado em primeira discussão, quando já expirára o mandato daquelles que o tinham comegado?

Sr. presidente, se eu procurasse o mais forte, o mais decisivo argumento para refutar a theoria daquelles que me tinham contestado, de mais eu não precisava do que entregar a emenda da nobre commissão á consciencia de julgadoras, seguramente tão sinceras como aquelles que me ouvem, mas que não estivessem sob a pressão das conveniências politicas do momento.

V. Ex. se recorda, Sr. presidente, de que o orgamento em questão tinha sido discutido em 1866 como orgamento de 1866 a 1867. Surgindo agora, levantámos uma

questão constitucional; dissemos: « É um absurdo financeiro o que pretendeis; as consequências últimas da vossa doutrina vão até nullificar um preceito constitucional da mais elevada importância. Vós legislaes para o passado e não tendes esse direito. O orçamento que discutis é de 1866 a 1867: este exercício está terminado; as consequências do vosso procedimento serão impôr sobre o passado; mas tal não pôde ser o vosso fim... »

As disposições do orçamento têm uma duração annua, têm a sua base nas necessidades do presente; receita e despesa são dois termos correlativos: um não se comprehende sem outro. Proseguis por substituição; nunca discutistes a despesa de 1867 a 1868, e ides tratar da receita. A violação de um principio constitucional collocou-nos no declive escorregadio de erros sem numero. Se a lei de orçamento era para o exercício de 1866 a 1867, se o exercício estava findo e não pôde reusar ao aceno dos legisladores, votado o orçamento de 1867 a 1868, creavamos uma lei que não tinha applicação possível ou edificavamos contra o preceito constitucional da não retroactividade.

« Vós orçais contra o arrecadado, negais factos conhecidos, e todo o orçamento é um calculo de probabilidades; substituis as estimativas á realidade. » Eu poderia demonstrar-vos actualmente com cifras, mas basta que vos declare o seguinte: — o calculo do orçamento, cuja proposta apresentantes, é contrariado pelo relatório que tendes em vosso poder. Comparai as duas receitas orçadas, e reconheceris que as cifras divergem. Quanto á despesa, o caso é ainda peor.

A base do voto é a distribuição, e comparando verba por verba das duas propostas, o maior numero dellas divergem. Fareis, portanto, para as despesas um novo orçamento, como o fareis para a receita. Repito: é uma prorrogação *qui generis*, nunca vista. O vosso orçamento produz absurdos financeiros e absurdos inconstitucionales: o que é que estava em vigor, senhores, no exercício de 1866 a 1867? Não era uma resolução? Não determinou essa lei que o orçamento antecedente vigorasse em 1866 a 1867? Pois bem, vamos ao resultado ultimo: no fim do exercício a resolução caducou, e vós revivéis o orçamento.

Assim, pois, se a resolução tinha de reger durante doze mezes de exercício, como pôde esta camara tratar de um orçamento figurado por uma resolução que já tem desaparecido?

A honrada commissão quiz prevenir o absurdo, e o nobre presidente do conselho (faço justiça de acreditar-lo), comprehendendo que era esta uma posição difficil, procurou o meio de sahir do embaraço: qual foi elle? Substituir o exercício de 1866 a 1867 pelo exercício de 1867 a 1868.

Pois bem; aceitamos a doutrina, e vamos tirar-lhe as consequências.

O exercício de que se trata é o de 1867 a 1868? Se é, pergunto, quando se tratou da despesa?

O SR. TAVARES BASTOS E OUTROS SENHORES: — Muito bem.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Se o exercício de que se trata é o de 1867 a 1868, dizai-me, quando foi discutida a despesa? Não podeis sahir deste dilemma: se tratais hoje da segunda discussão da receita, tinhamos o direito de tratar da segunda discussão da despesa, ou pelo contrario o orçamento que discutimos é o de 1866 a 1867; então, notai bem, a receita teve segunda discussão, mas a despesa não a teve. (Apoiados.)

Se na sessão passada vós tratastes da despesa do exercício de 1866 a 1867, então não tratastes da receita (apoiados); e um orçamento nunca é findo senão quando se discute e vota a despesa e a receita (apoiados); não se pôde, pois, mandar subsistir um orçamento que não existe, e foi o que fizestes. Vossa emenda não emenda artigo algum. Substitue um orçamento em segunda discussão.

O SR. TAVARES BASTOS: — Uma violencia, como já o demonstrei.

O SR. BAPTISTA PEREIRA: — O que está subsistindo não é uma lei que prorogou o orçamento anterior?

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Perdão; a lei que prorogou

o orçamento é uma lei excepcional, mas prorogou uma cousa existente. A resolução teve uma marcha regular nesta casa, e isto que estamos fazendo o que é?

O SR. BAPTISTA PEREIRA dá um aparte.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — V. Ex. vai ver se eu tenho razão.

Isto que estamos fazendo não é sustentavel porque não discutimos a despesa do exercício de 1867 a 1868; a despesa que está votada teve segunda discussão considerada para o exercício de 1866 a 1867.

O SR. PRESIDENTE: — O nobre deputado não pôde referir-se á despesa senão accidentalmente.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Sou o mais obediente ás ordens de V. Ex.; mas parece-me que, quando se tem discutido tudo neste assumpto, eu que não quero tratar senão de verbas de despesa, sobre o ponto de vista geral, que não quero fazer outra cousa senão tratar da receita alludindo á despesa, não posso ser interrompido.

O SR. PRESIDENTE: — Não pôde discutir a despesa.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Não estou discutindo a despesa; fallando das verbas de despesa, o que faço é comparar a receita com a despesa, e como é possível fazê-lo sem accidentalmente tocar na despesa?

O SR. PRESIDENTE: — O que não pôde é discutir as verbas da despesa, porque é materia votada.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Seja como V. Ex. quizer. Sr. presidente, a emenda substitutiva traz-nos uma discussão de orçamento incompleta, isto é, de um orçamento cuja despesa não teve segunda discussão. (Apoiados.)

Mas peço a V. Ex. que note, quando me refiro neste caso á segunda discussão da despesa é baseado na doutrina constitucional, que é a doutrina dos paizes livres, aquella que sustenta que os projectos de lei começados e não terminados na camara popular não continuará expirado o mandato. (Apoiados.)

Fui contestado, admirário-se desta minha metaphysica constitucional.

Não é minha, é de todos os paizes livres, é de homens duas vezes sagrados pela corôa immortal do talento e do martyrio. Lerei um trecho de Rossi, nobre vulto que morreu assassinado, mas defendendo os grandes principios da ordem constitucional.

O SR. PRESIDENTE: — Já observei ao nobre deputado que não pôde fallar contra o vencido.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Pois é fallar contra o vencido tratar de uma questão vertente?

O SR. PRESIDENTE: — A despesa é materia já vencida.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Estou discutindo a emenda da nobre commissão, não está ella em discussão?

O SR. PRESIDENTE: — Entendo que está discutindo o vencido.

O SR. C. OTTONI: — Não apoiado; está em seu direito.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Não posso discutir a emenda que está na mesa mandando subsistir o orçamento de 1866 a 1867 para 1867 a 1868? Entendo que sim, e não quero invocar exemplos, no que aliás não faria mais que defender o discurso do proprio nobre presidente do conselho, que até discutio materia que se referia ao acto adicional, não entendendo ninguem que ella estivesse fóra da ordem.

O SR. C. OTTONI: — Apoiado; discutio até a supressão da comarca do Rio-Verde, e ninguém estranhou; o que se estranha é o que se passa agora.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Pois bem, Sr. presidente, appello neste ponto da discussão para V. Ex. mesmo, pedindo que me indique o meio de discutir a emenda de modo diverso.

O SR. C. OTTONI: — Appella para a camara, para ao menos ter publicidade este facto.

O SR. PRESIDENTE: — O que está em discussão é a receita.

O SR. JOSÉ BONIFACIO: — Quero combater a emenda com a constituição; posso atacar qualquer emenda por inconstitucional (apoiados), e o que hei de dizer contra

APPENDICE.

41

ella sem me referir a esse ponto em litigio? Ou tenho direito de discutir ou não; se tenho, eu quero mostrar que a emenda é contraria á constituição do Imperio.

V. Ex. entende que estou fóra da ordem discutindo a emenda. Se assim é, a culpa não é minha, é da mesa. Como devia ser, a emenda foi posta em discussão.

Eis-aqui o que dizia Rossi:

« Tinha apparecido outra difficuldade, sobre a qual devo dizer-vos uma palavra, porque é importante, principalmente depois que a iniciativa foi conferida ás camaras. Quando se começava um negocio, apresentava-se uma proposta, os *bureaux* a examinavam primeiramente e se permitião a sua leitura, esta se fazia, rondando tudo isto mais tempo do que se imagina; o autor era admittido a fundamenta-la, e a camara a tomava então em consideração. Depois voltava a proposta aos *bureaux*, nomeava-se uma comissão, que examinava o negocio, apresentava e lia á camara o seu relatório, e por fim terminava a sessão, e quando esta se abria de novo dizia-se: não ha mais nada. Havendo assim tempo e trabalho perdidos, procurou-se remediar este inconveniente com a seguinte proposição, que foi adoptada: « Fóra o caso de dissolução da camara, ou de expiração dos poderes de seus membros... »

« Hoje comprehendéis todo o alcance destas expressões. É claro que quando os cinco annos do mandato dos deputados expirou tudo está acabado.

« Fóra de dissolução da camara ou expiração dos poderes de seus membros, os trabalhos legislativos começados e interrompidos pelo encerramento da sessão poderão continuar na sessão seguinte no estado em que ficirão. Esta facilidade, applicavel sómente aos projectos sobre os quaes se tiver dado um relatório, será exercida em virtude de uma decisão da camara tomada a pedido de um de seus membros. »

Semelhante disposição já tem sido applicada algumas vezes, e a camara ganha tempo com ella.

Os direitos da camara, os direitos que constituem a essência dos governos livres, applicão-se, como não de dizê-lo, não só ás leis propriamente ditas, como a todas as resoluções da camara, porque ella não delibera sómente sobre leis, mas também sobre qualquer outra cousa. O campo da legislação, da lei propriamente dita, é vasto.

Uma Voz:— Isto é só lá, ou é aqui?

O Sr. José BONIFACIO:— Dizam-me— se é só aqui ou lá— não tenho culpa que não queirio entender o que li. As palavras são clarissimas; o fundamento da doutrina é a expiração do mandato. A razão procede entre nós.

Sr. presidente, disse que a proposta era inconstitucional, mas esta inconstitucionalidade sobre do ponto nas variadas e immensas autorisações conferidas ao poder executivo, tantas e tão vastas como não ha um exemplo ainda desde que temos governo constitucional (*apoiados*); peço a qualquer dos honrados deputados que me apresente uma lei que confira em materia de impostos tão amplas autorisações, e em alguns pontos contrarias á pratica seguida em todos os paizes livres, como hei de mostrar com a citação de leis a respeito de impostos.

O Sr. TAVARES BASTOS:— Muito bem; aqui não quero ter trabalho.

O Sr. ALBUQUERQUE MELLO:— O que se quer é que haja orçamento; só é constitucional não haver orçamento?

O Sr. José BONIFACIO:— Se a questão fosse esta, e estivesse collocada neste terreno, o meu honrado collega deveria dizer ao governo— fazei o orçamento;— mas a questão é outra. Devo o governo receber estas autorisações? Temos nós o direito de dá-las?

O Sr. ALBUQUERQUE MELLO:— Não me referia a V. Ex.

O Sr. José BONIFACIO:— Nem eu tomei como offensivas as palavras do nobre deputado, nem as minhas podião magoa-lo.

O Sr. ALBUQUERQUE MELLO:— Sem duvida, nem podião ter esse sentido.

O Sr. José BONIFACIO:— Sr. presidente, conheço duas escolas em materia de autorisações; uma que delega o que não pôde delegar, outra que procura manter intacta a prerogativa parlamentar.

Os erros do passado não lhe tolhem o pensamento e a palavra. É preciso neste paiz dar vida ao elemento parlamentar. Já é tempo de acabar com as autorisações legislativas; e como estas nenhum governo as teve ainda. E em que materia?!!

Sr. presidente, ha um grande principio, o primeiro pelas suas consequências, o primeiro porque revela o desenvolvimento dos governos livres em todos os paizes, o primeiro pela sua importancia administrativa, esse que entrega aos representantes do povo a decretação dos impostos. (*Apoiados*.)

Das duas escolas em materia de impostos, uma sempre nos diz que é preciso conferir autorisações ao poder executivo, porque só elle pôde fazer tudo, só elle pôde com acerto legislar porque possui dados que não temos; tem a pratica dos negocios, dirige a administração; a outra, pelo contrario, mantém o preceito constitucional em sua pureza, não comprehende poderes fóra da lei, e acredita mais na sabedoria da constituição do que na dos ministerios.

Se o governo pôde por si recabar e pôr em pratica taes autorisações, porque não nos fornece os dados para que legislemos?

O Sr. TAVARES BASTOS:— Muito bem!

O Sr. José BONIFACIO:— Eis-aqui porque hei de, mesmo sob o ponto de vista da conveniencia, manter sempre intacto o principio que reputo não dev ser de modo algum cedido pelo corpo legislativo. A constituição não o cede; não vejo tal necessidade desde que o governo fór verdadeiro governo representativo, porque com tal regimen os ministros se identificão com a maioria da camara; o que elle faz, podemos fazê-lo aqui....

O Sr. TAVARES BASTOS:— Sobre tudo quando se dizem liberalissimos.

O Sr. José BONIFACIO:— ... os esclarecimentos que ellas têm podem dar-nos-los; portanto, não descubro o fundamento do semelhantes autorisações.

O Sr. TAVARES BASTOS:— É a necessidade de não discutir, porque não está preparado para a discussão; o discurso do nobre presidente do conselho o mostra.

O Sr. José BONIFACIO:— No entanto, Sr. presidente, vejamos algumas das autorisações conferidas. Diz o art. 1.º: « O governo fica autorizado para reformar a tarifa das alfandegas e os respectivos regulamentos na parte que lhe forem convenientes, sob as seguintes bases:

« 1.ª As uniões da tarifa, sobre as quaes assentarem as taxas, serão as do systema metrico, decretado pela lei n. 1.159 de 26 de Junho de 1892.

« 2.ª O despacho por peso será extensivo ao maior numero possível de mercadorias, preferindo-se o peso bruto ao peso liquido.

« 3.ª Sempre que fór possível, serão reduzidas a uma só, tomando-se para isso um termo médio, as qualidades *ordinaria*, *entre-fina* e *fina*, em que subdividem-se diferentes artigos da tarifa.

« 4.ª As taxas serão applicadas de modo que abranção o maior numero de artigos de cada uma das classes: em que se divide a tarifa.

« 5.ª Serão reduzidas as taxas actuaes sobre as materias primas, generos alimenticios, objectos necessarios ao fabrico, construcção e armamento dos navios, tecidos de lã, linho e algodão ordinarios, louça ordinaria, instrumentos e ferramentas para artistas e operarios, calçado commun e roupa feita, excepto de luxo; elevando-se as dos tecidos de seda, porcellanas e crystaes, fumo de qualquer modo, preparado, madeira em obra, bijuterias falsas, perfumarias e quaesquer outros objectos de luxo.

« § unico. O governo portará em execução a nova tarifa logo que estiver organizada; e depois de fazer as correções que a experiencia aconsellar a submeterá á approvação do poder legislativo. »

Onde está a limitação?

O Sr. BAPTISTA PEREIRA:— Na emenda.

O Sr. José BONIFACIO:— Qual é a limitação da emenda? V. Ex. confunde duas cousas. A emenda que aqui está autorisa o governo a executar a tarifa á proporção que forem sendo completadas as suas partes. Nada mais.

Esta autorização, Sr. presidente, quanto a mim é censurável pela sua inconstitucionalidade, não o sendo apenas pela sua contradicção.

Reduzi quanto quizerdes as taxas sobre materias primas e generos alimenticios; augmenta, segundo vosso proprio arbitrio, as taxas sobre objectos de luxo. O *quantum* das taxas fica á vontade do proprio governo com violação do proprio systema da commissão, que em alguns casos impõe limites.

E isto se faz quando contradictoriamente se augmenta sem distincção os impostos de importação e exportação!

E' isto porventura o que determina a constituição quando diz « pertence ao corpo legislativo fixar as despesas publicas e repartir as contribuições directas, pertencendo á camera dos deputados a sua iniciativa »?

No § ultimo, em lugar do poder legislativo, ergue-se omnipotente o executivo, julgando da opportunidade do exercicio de uma attribuição ncessa. Elle executa, elle reforma hoje, amanhã, sempre, e, juiz da experiencia de seus proprios actos, quando bem quizer, diz-nos — aqui está.

O Sr. BAPTISTA PEREIRA: — Sobre isto ha uma emenda offerecida ante-hontem pela commissão.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — Limita o tempo? E' esta a minha questão.

O Sr. BAPTISTA PEREIRA: — A disposição é que o governo fará a reforma da tarifa e a irá executando á proporção que fizer a reforma.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO: — A questão não é de execução na parte ou no todo; resta saber quem é o juiz dos defeitos que a experiencia indica para serem reformados de novo. Na emenda é a camera ou o governo? O governo, quando a experiencia mostrar os defeitos, ha de apresentar a reforma, daqui a um, dois ou tres annos, quando quizer.

Não digo que o nobre presidente do conselho o faça; mas a autorização que aqui está não é para este governo somente, é para qualquer governo. Munido desta autorização, e findo o primeiro anno, pôde apresentar-se á camera e dizer: — eu não reconheci ainda erros e defeitos pela experiencia —; e a camera deve calar-se.

Ea disse, Sr. presidente, que este artigo pôde ser defendido com alguns exemplos; mas declaro que o pedido é incomprehensivel; são experiencias *in anima vili*. Por outra, a reforma leva já em si o canho da sua imperfeição.

O governo tem tanta consciencia da bondade do que pretende que diz: « Aceito a autorização; á proporção que os defeitos forem apparecendo, eu irei fazendo a reforma. »

Eu sei bem que a nobre commissão poderá invocar alguns exemplos do passado; mas, além do que a constituição deve ser observada, a autorização que discutimos é ainda mais ampla do que tudo que se fez, se consultarmos o fim do legislador.

Com effeito os decretos de 7 de Junho de 1843 e 12 de Agosto de 1844 em seus arts. 6 e 11, as leis de 21 de Outubro de 1843 e 24 de Maio de 1845 em seus arts. 45 e 29, e as posteriores autorizações em 1857 e em 1860, não tornaram o governo o juiz da opportunidade do exercicio de uma attribuição nossa.

Pelo contrario, em 1862 o pensamento do legislador se manifesta claramente no art. 16 da lei do orçamento, declarando que só quiz autorisar o governo a rectificar a tarifa e melhorar o systema da arrecadação, mas não a elevar os impostos de importação e exportação, para supprir a insufficiencia de rendas.

A emenda em nada altera estas reflexões; antes suggera duvidas, se combinamos a execução parcial com as condições que definem as bases do trabalho futuro do governo.

O futuro me dará razão e os proprios relatorios dos ministros servem-me de argumento.

Porque não nos fornecerão na sessão seguinte ou em outra posterior os dados em que basearemos uma reforma? Então, apoiado em uma maioria, pôde o governo obter uma nova tarifa. Porque ao menos não limita o seu pedido, respeitando em parte o preceito constitucional?

Por aquelle modo a camera exerceria a sua missão, não haveria offensa a principio algum, seriam respeitados os direitos do corpo legislativo, e far-se-hia uma reforma fundada na experiencia que naturalmente possuem os que exercem a administração publica, e esclarecida pelas luzes de uma discussão ampla. Haveria completa harmonia entre a administração e o poder que legisla. Havia impossibilidade de fornecer-nos trabalhos? Ainda em 1864 dizia o ministro:

« Ha tres annos que está em execução a nova tarifa, e tem a experiencia mostrado a necessidade de algumas alterações e de um passado exame acerca do modo por que se devem fazer desaparecer irregularidades e desigualdades na classificação da tarifa, que maiores vexames tem trazido ao commercio, ou porque a multiplicidade das classificações de um mesmo artigo dá origem a disputas eternas entre os conferentes e negociantes, ou porque são tarifados, segundo dimensões e pesos que demandam redução dos pesos e medida mudos em outros paizes.

« A revisão da tarifa, para se estudar sua classificação e modificar os direitos, procurando-se os meios de a completar e desenvolver, é trabalho que demanda estudo, e a reunião de todos os dados que a experiencia tenha mostrado dignos de attenção. Temos no regulamento a criação em cada alfandega de uma commissão da tarifa, a quem incumbe a obrigação de organizar anualmente e remetter ao thesouro uma relação das mercadorias que devio ser acrescentadas na tarifa, com a quota fixa de direitos que deve pagar cada uma dellas.

« Essas commissões não têm até o presente enviado os relatorios, e apenas os relatorios dos inspectores têm indicado um ou outro artigo, que em sua opinião deve soffrir alteração. Este trabalho, como bem se comprehende, não é sufficiente para autorisar a modificação da tarifa. Fazer uma ou outra alteração sem systema, multiplicando as qualificações das mercadorias e o numero dos artigos tarifados, segundo as variadas formas e usos que podem ter, augmentando consideravelmente a extensa lista das mercadorias que têm uma taxa, segundo qualidades diversas, me parece prejudicial aos interesses do commercio e do fisco. O commercio levanta constantes controversias acerca das qualificações muito minuciosas, e os agentes fiscaes ficão com um arbitrio de que podem abusar, em prejuizo da fazenda.

« O estudo que julgo mais importante para a nossa tarifa deve versar, não tanto quanto á divisão e classificação das materias, como sobre a base que deve servir para a fixação da taxa. A divisão e classificação da nossa tariff, se não é perfeita, não tem a experiencia mostrado que deva soffrir grandes alterações. Na base, porém, que serve para a cobrança da taxa, é onde ha muito que melhorar, e que exige que se façam estudos minuciosos e laboriosos. Geralmente tem-se reconhecido que o systema metrico, adoptado por quasi todas as nações civilizadas para regular os pesos e medidas, e introduzido em todos os estabelecimentos industriaes, cujas facturas se fazem com esses mesmos pesos e medidas, pôde com grande vantagem servir de base para determinar as unidades a que se devem referir os direitos.

« Algumas paitas, como a de Portugal, a que ultimamente foi adoptada para a Italia e França, em virtude da convenção, já tem admittido o systema metrico para base de suas taxas. Nossa legislação, tendo mandado em 1862 substituir o actual systema de pesos e medidas pelo systema metrico, na parte concernente ás medidas lineares, de superficie, capacidade e peso, determinou que gradualmente se fizesse a substituição, dentro de dez annos, e assim nas repartições publicas, e com especialidade nas nossas alfandegas, se terá de pôr em harmonia, com esse preceito da lei, o systema que ora existe, servindo de base para algumas taxas.

« Portanto, me parece acertoado que desde já se comece a fazer o estudo, não só da relação em que os pesos e medidas que actualmente servem se achão para com as do systema metrico, e nos quaes aquelles devem ser convertidos, como da taxa que devem pagar todas as mercadorias, em relação ao systema metrico, servindo este de base para o pagamento de direitos. Estes trabalhos requerem exames profundos e demorados, que não convem que fiquem reservados para a ultima hora. Assim

APPENDICE.

43

que, tendo encargar a uma comissão de pessoas habilitadas essa importante tarefa, e dos resultados está informado o corpo legislativo. »

Eu não quero por enquanto encerrar a questão sem constituição permanente.

Art. 2.º E' o imposto pessoal. O ministerio rejeita o imposto como progressivo; aceita-o como proporcional. Vejo aqui uma questão que pôde ser debatida. Não o reputo inconstitucional. A lei spensa estabelecer um principio geral. A progressão moderada pôde ser proporcional na pratica.

Nem descubro eu motivo, Sr. presidente, para rejeição do imposto progressivo dentro de certos limites. Os males afamados escriptores o sustentam. Muitos dos que o combatto virão-se obrigados a limitar seus proprios principios.

A argumentação que o contraria o reconhece implicitamente, porque se resume inteiramente no seguinte: ou não limitais a progressão, e absorveis o capital, ou firmis um limite e destruis vossa doutrina.

Exemplos de progressão moderada encontram-se em todos os paizes. Citarei o imposto de renda na Baviera; o *income-tax* na Inglaterra; a lei de 28 de Abril de 1853 sobre os direitos de locação no Piemonte.

Tem-se mesmo ensaiado o imposto geral sobre a renda, como nota Eduardo Vignes. Os primeiros ensaios, ao menos em nossa época, de um imposto geral e directo, não só sobre as rendas, como sobre a somma de todas as rendas, parece ter sido feito pela Inglaterra. Sabe-se que a origem do *income-tax* remonta-se a um acto de 1789, proposto por Pitt, para occorrer ás despesas da guerra empreendida contra a França. Este acto, completado pelo de 21 de Abril de 1803, estabeleceu um imposto geral de quotidade sobre todas as rendas divididas em cinco classes.

Na Alemanha o imposto sobre as rendas está muito espalhado.

Na Prussia elle não attinge senão as rendas superiores a mil thalers; são todavia sujeitos a uma especie de capitação os que possuem uma renda inferior.

Mas o que faz a emenda da commissão? Em ultima analyse carrega sobre a classe pobre.

O Sr. BAPTISTA PEREIRA:—Não apoiado.

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—Que base toma a commissão? Na capital é o valor do pradio de 480\$ para cima. Dividida esta quantia por doze mezes, é o aluguel que paga o pobre. Para o resto do Imperio o raciocinio é o mesmo.

Notai, senhores, que as grandes casas serão habilitadas na maior parte dos casos pelos que pagão o imposto de patente e pelos altos funcionarios, que pagão o de vencimentos, isentos do imposto pessoal; notai que em referencia ás pequenas que relativamente rendem mais, o locatario está á mercê do proprietario, porque não pôde com facilidade regir contra o imposto pela mudança; notai que não tendes base alguma para firmar o *quantum* do imposto; e dizei-me se não vai ali uma contribuição sobre a renda?

E porque? Na pratica este imposto irritará a população; creará vexames, principalmente fóra das cidades; produzirá pouco, com muitos desconfortamentos.

Tal como o tinha comprehendido o parecer apresentado o anno passado, elle se me apresentava incoherente em sua base — o valor locativo — que entre nós, menos do que em outro qualquer paiz, pôde ser indício exacto de renda; nimamente gravoso á propriedade, sobre a qual já estão outros impostos; inexecuvel, se não difficilissimo na pratica, em um paiz, onde não ha a base necessaria para o seu lançamento; vexatório em seu modo de execução, sendo constantemente em contacto o fisco com o contribuinte em uma época cheia de afflicções, no meio de um paiz de população esparçada e de habitos espartanos.

Pondero ao menos a progressão respeitava a natureza do imposto. A emenda da commissão o desnaturaliza. Ninguém poderá já dizer que se quiz alcançar a renda mittel, ou pelo menos que se teve em vista medir a contribuição pela renda provavel, graduando o *quantum* do imposto pela maior ou menor riqueza do contribuinte.

E' contrariar o pensamento geral, e isto quando o imposto é de quotidade e não de repartição.

E' já tempo de suscitar uma questão constitucional. Sei que me podem responder com o facto, mas trato de uma criação nova e tenho escrúpulos, principalmente referindo-se a um imposto como este. Os exemplos em contrario ao pensamento constitucional, se o meu escrúpulo tem fundamentos, não podem valer.

A questão que suscito é esta: Pôde a camara dos deputados decretar impostos directos sem ser de repartição? Isto é o ponto. O legislador constitucional comprehendeu o imposto directo sem ser de repartição? Não posso expor largamente as razões que tenho para suppor que não, mas chamo a attenção da camara sobre este ponto, que pôde offerecer duvida. A constituição do Imperio referindo-se ao poder legislativo, usa das seguintes expressões—fixar a despesa e repartir a contribuição directa...

Um Sr. DEPUTADO:—E qual é o nosso imposto directo?

O Sr. JOSÉ BONIFACIO:—E' outra questão, procuro o pensamento do legislador. No art. 36 § 1.º declara privativa da camara dos deputados a iniciativa sobre impostos, comprehendendo os directos e indirectos. No art. 171 precitua que todas as contribuições directas, salvo as excepções, serão annualmente estabelecidas pela assembléa geral, mas continuarão até que se publique a sua derogação ou sejam substituidas.

E' manifesto que para o legislador constitucional uma coisa é estabelecer e outra coisa repartir a contribuição directa. As ultimas palavras do art. 171 o dizem, quando tratão da substituição ou derogação.

Por que continúa o imposto directo, quando não é substituido ou derogado? Porque a repartição deve ser sempre annual, e esta repartição, em falta de declaração expressa, importa a fixação da contribuição directa existente. Reparto-se, logo reconhece-se o *quantum* a distribuir.

Creio que o pensamento do legislador resume-se do seguinte modo:

O voto do imposto é annual.

No imposto directo, a repartição, que não pôde deixar de existir, supprime a fixação, porque aquella supprime esta.

E' tanto maior razão tenho para nutrir escrúpulos, quanto a repartição, acompanhando o imposto directo, é o meio de amonizalo. E' esta a tendencia dos paizes civilizados.

Acrescentarei ainda que os artigos dão lugar a duvidas. Os artigos parallelos da constituição portugueza foram alterados pelo art. 12 do acto additional de 5 de Julho de 1852.

Não se me estranhe, portanto, a insistencia que faço, discutindo um imposto novo. E' um escrúpulo justificado, para o qual chamo a attenção da camara.

Sem duvida o paiz exige sacrificios; mas cumpre tambem não esquecer o que nos impõe a justiça e os grandes principios constitucionaes.

Sr. presidente, desapaixadamente avaliemos os vexames que fóra da capital, das grandes cidades, ha de trazer este imposto; eu estou certo que ha de ser um novo elemento de desordens e de perseguições; é uma arma perigosa, ainda com as melhores intenções, maxime nas circumstancias actuaes. Não posso acompanhar a honrada commissão, enquanto se me não mostrar que não é possível substituir por outro o imposto pessoal; enquanto se me não mostrar que elle é indispensavel para occorrer ás despesas publicas, eu tenho razão de abejo-lo para negar-lhe o meu voto.

O imposto pessoal em França anda ligado ao mobiliario, imposto este ultimo que é verdadeiramente o creado pela commissão. Nas diversas modificações por que passou desde 1791 em diante, excitou constantemente clamores. São notaveis as palavras com que em 1830, depois de larga discussão sobre as vantagens ou inconvenientes da repartição ou da quotidade, assignalou-se este imposto. Com effeito, diz o relatorio, não obstante a incerteza confessada das avaliações, converteu-se em imposto de quotidade as portas e janellas, assim como a taxa pessoal separada da mobiliaria. A excitação continuou, os clamores foram gerens, e voltou-se ao regimen da repartição.

No entanto é certo que se tinha procedido a estudos aturados, a constantes exames, como depois se continuou no mesmo systema, e o attesta a legislação franceza.

Na Belgica a contribuição pessoal repousa como imposto de quotidade sobre seis bases: o valor locativo annual, as portas e janelas, a mobilia, os domesticos e os cavallos. E' até certo ponto meio de corrigir a desigualdade do imposto. Igual systema seguiu a lei portugueza.

Não ha exemplo do que pretende a honrada commissão, quer se considere o pensamento primitivo da proposta, quer a emenda novamente apresentada. E' um imposto sem base, lançado ao acaso, desigualmente distribuido, o que não terá outro merito senão augmentar o já tão largo descontentamento do paiz.

Disse, Sr. presidente, que não desceria a especialidades; mas eu não posso deixar de chamar a attenção do nobre ministro e da camara para a comparação das duas tabellas do imposto pessoal e do imposto de patente; e aqui quero notar outra contradicção.

Se o nobre ministro e a commissão se horrorisam tanto da escala progressiva do imposto pessoal, como admittam sobre o imposto de patente a combinação das taxas fixas e proporcionaes?

Em ultima analyse, o que quer esta combinação senão obter meio de dividir as taxas augmentando-as conforme a importancia de cada industria?

Não discutamos palavras, senhores, vamos á realidade das coisas.

A quota fixa como a proporcional não tem outro fim senão fazer contribuir as varias industrias conforme a sua importancia....

O Sr. BUARQUE: — Foi para evitar esse inconveniente que apresentei a idéa....

O Sr. José BONIFACIO: —...de cada uma. E' como se explica a combinação das taxas, que encerra uma progressão. Mais valia a proceder a criação do imposto pessoal, augmentar dentro de certos limites a decima urbana.

Soffrimento por soffrimento é um imposto a que se está acostumado; não haverião reclamações, não haverião maiores despendios, organização de um novo serviço, trabalhos novos e desconhecidos, queixas multiplicas. Esperemos, o tempo dirá quem tem razão.

Eis-aqui, senhores, o art. 3.º Que obscuridade nas isenções? que somma de autorisações legislativas? (Lê.)

« Art. 3.º O governo fica autorisado para alterar o systema de arrecadação do imposto sobre as industrias e profissões, creado pelo § 2.º do alvára de 20 de Outubro de 1812, e outras leis posteriores, substituindo-o por um imposto de quotidade, que será devido por toda a pessoa nacional ou estrangeira que exercer no Imperio qualquer industria ou profissão, arte ou officio, não comprehendido nas isenções estabelecidas por lei.

« O imposto se comporá de taxas fixas e de quotas proporcionaes, sendo impostos por fórma que se obtenha a igualdade do imposto, segundo a importancia relativa das industrias e profissões.

« A taxa fixa terá por base a natureza e classe das industrias e profissões, e a importancia commercial das praças e lugares em que forem exercidos, ou quanto aos estabelecimentos industriaes, o numero de operarios, fornos, alambiques e outros meios de produção, e não excederá de 2.000\$000.

« A quota proporcional terá por base o valor locativo do predio ou local que servir para o exercicio da industria ou profissão, comprehendidos, quanto aos estabelecimentos industriaes, todos os meios materiaes de produção, e não excederá de 20 %.

« A taxa fixa e a quota proporcional poderão ser applicadas isoladamente, em casos excepcionaes.

« As sociedades anonymas pagarão o imposto na razão de 1 ½ % dos beneficios que se distribuirem annualmente aos accionistas.

« As tabellas que o governo organizar para a cobrança do imposto ficarão dependentes da definitiva approvação do poder legislativo, sendo, porém, logo postas em execução.

« § 1.º Ficão isentos do imposto:

« 1.º Os membros do corpo diplomatico estrangeiro.

« 2.º Os agentes consulares estrangeiros, sómente em relação aos rendimentos de seu emprego.

« 3.º Os funcionarios e empregados espendiados pelo Estado, provincias e municipios, no que respeita ao vencimento do emprego.

« 4.º Os lavradores e exploradores dos predios rusticos ou urbanos, quanto á venda e manipulação dos productos dos mesmos predios, comprehendido o fabrico do assucar e aguardente; os criadores em relação ao gado das fazendas e seus productos.

« 5.º Os individuos das tripolações, os artistas, jornalistas, operarios e quaisquer outras pessoas que trabalharem a jornal ou por salario em loja ou officina de pesca da mesma profissão, ou em casa, loja ou officina sem officios ou aprendizes.

« 6.º As caixas economicas, monte-pios e sociedades de soccorros mutuos.

« 7.º Os pescadores.

« 8.º As casas denominadas de quitandas. »

O Sr. BUARQUE: — As isenções deste imposto em verdade são muito obscuras.

O Sr. José BONIFACIO: — Esta proposta, senhores, encerra tamanha somma de autorisações legislativas, que eu me espanto que o proprio governo queira aceitar tão grande responsabilidade.

A primeira de todas é esta: fica ao governo o direito de organizar as classes das diversas industrias, base da imposição!

E o que admira é que a honrada commissão, que calculou este imposto, no seu proprio trabalho não nos apresentasse a base do seu orçamento!

Pois se as classes entrão como elemento para determinação do quantum das quotas fixas sobre cada industria, como é que a honrada commissão nada diz a este respeito. Qual é a base do calculo?

O Sr. BUARQUE: — Felizmente isto fica dependendo da nossa approvação.

O Sr. José BONIFACIO: — Mas pôde-se executar desde logo.

O Sr. BUARQUE: — Na verdade nós aqui não podíamos fazer as tabellas.

O Sr. José BONIFACIO: — Não era possível! Porque? Senhores, em todos os paizes a lei as contém. Cito a França e a Belgica. E se o governo pôde fazê-las, porque o não fez? Forneceria o seu trabalho!!

Não posso ler sem afflicção o parecer que analysei. Pois quando ha tantos annos se falla em impostos de patentes, quando o governo tinha facilidade para organizar estas classes; quando todos os annos nos declarou que era difficil fazê-lo, e por isso o demorava, quando em 1860 as autorisações levantário immensos clamores, pelo que não se pôz em pratica o que se pretendia, ainda hoje nos diz: — não vos posso apresentar a tabella das classes!

Eu responderei: — se vós não púdeis apresentar-las podereis organisar-las agora repentinamente?

Se o não podes, para que a autorisação? Se o podes, queremos approva-las.

Depois, senhores, se o nobre ministro não tem ainda organizado estes trabalhos, no fim de contas não ha de pôr em execução o que deseja senão talvez no principio do exercicio que vem, e então não era dar provas do respeito devido ao corpo legislativo apresentar-lhe as tabellas para serem approvadas? Mais cuidadosos a tal respeito forão os legisladores na lei de 1 de Outubro de 1848.

E não é sómente isto, senhores. Eu convido aos nobres deputados para combinarem esta lei com as leis francezas e belgas. Por exemplo citarei a lei que passou em França em 1844.

Senhores, ha nisto questões importantes attinentes ao domicilio, ao commercio em commun, ás isenções do imposto, á classificação das industrias, ao quantum do imposto no caso do exercicio de duas industrias, omittidas. E' materia legislativa; é materia que na pratica tem dado lugar a duvidas; a jurisprudencia administrativa muitas vezes varia.

Pois bem, tudo isto, senhores, neste paiz constitucional, tudo isto, neste paiz em que se nos falla todos os dias do systema representativo, da liberdade, do pro-

APPENDICE.

43

gresso, tudo isto é entregue ao governo em uma época que se diz regeneradora!

Eu nutro ainda a esperança de que o nobre presidente do conselho ha de concordar na discussão ou nas conferencias com a commissão em corrigir estas cousas, que hão de desgostar ao paiz, já enlaidado por tantos males.

O Sr. BUARQUE: — Incontestavelmente as taxas são muito concisas.

O Sr. TAVARES BASTOS: — Então ficaremos sem organimento.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Mas, senhores, não bastava que se entregasse sem limitação alguma ao governo todas estas autorisações; ainda se lhe dá esta outra defeituosa na forma e violadora do systema da lei, assim concebida:

« § 2.º O ministro da fazenda e os inspectores das thesourarias, com approvação do mesmo ministro, poderão conceder a remissão total ou parcial do imposto, não só no caso de incendio e outra circumstancia extraordinaria attendivel, como no de pequenez dos redditos das industrias e profissões. »

O governo fez, tudo, e, depois de tudo fazer, incumba-se de desmanchar a sua propria obra.

As emendas, ou antes a propria emenda, encerra a sua propria conlumação.

Se era possível determinar o caso de incendio, porque não determinar os outros? O methodo exigia ou uma regra que abrangesse as hypotheseas ou a especificação dos casos. Prefiro-se dizer: descobri vós os outros casos. São tão facéis as analogias!

O final do § 2.º, senhores, é até illogico quando diz: « e outra circumstancia extraordinaria attendivel como no caso de pequenez dos redditos. » Aqui já vai uma analogia original.

Mas, senhores, o direito que dá ao governo é o direito de desclassificar a vontade, com invariação dos proprios recursos que estabelece! E' o arbitrio, o o arbitrio em materia importantissima.

O Sr. BUARQUE: — E' sem duvida muito arbitrio.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Eu estou persuadido que o nobre presidente do conselho não aceitará esta authorisação. Elle não querará destruir sua propria obra. Dá-se ao governo o direito de alterar as classes, o que é materia legislativa.

Porque não imitamos os outros paizes no que elles têm de bom? Em França dá-se a revisão das classes de cinco em cinco annos. Isto comprehendendo ea, mas dar ampla faculdade ao governo, não me parece doutrina aceitavel.

O Sr. BUARQUE: — Seria preciso uma legislação especial sobre a materia para atender a todos estes inconvenientes, e então a lei não passaria nem em dous annos.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Quero mostrar que o direito de impôr, cuja iniciativa foi conferida pela constituição exclusivamente á camara dos deputados, é dado pelo trabalho da commissão ao governo. Não! o progresso não deve ser assim, a liberdade tem outros caminhos.

O art. 8.º reza o seguinte:

« Art. 8.º O governo no regulamento que expedir para a arrecadação do imposto do sello poderá:

« 1.º Elevar as taxas do sello proporcional, contanto que não excedão de 2 %.

« 2.º Elevar as taxas do sello fixo, contanto que não excedão a 1.000\$000.

« 3.º Supprimir as isenções estabelecidas como julgar conveniente.

« § 1.º Os direitos de mercês e outros commerciaes los na tabella da lei de 30 de Novembro de 1811 §§ 33, 40 e 43 serão substituidos pelo sello proporcional, na fórma do presente artigo n.º 1.

« § 2.º Os direitos de empregos, mercês e outros comprehendidos na mesma tabella, §§ 5 a 31, 34, a 39, 41, 45 a 47, tabella de 16 de Outubro de 1830, e quantos outros fixos estabelecidos a titulo de novos direitos nas leis em vigor sobre empregos e mercês serão substituidos pelo sello fixo, na fórma da presente artigo n.º 2. »

Elevari o sello como entenderiez de itro do maximo

que vos marco, supprimi isenções, isto é, demetral impostos como for conveniente, legislai com o systema que vos parecer melhor! Eu, legislador, nada tenho com isto, vós, governo, tudo sabeis!

Mas então o que fizestes até hoje? Porque não ventos o resultado de vossos trabalhos?

Os relatorios fallão dos defeitos do regulamento do sello. Não é uma descoberta de hoje. Não me referirei ao anno pasado, basta-me citar o relatorio de 1861, que ulida recorda o que já tinhase dito. Nada se fez, o erário possivel bases certas. Pego a vossa attenção:

« A reforma do regulamento do sello é também indispensavel. Sem querer, entuctanto, uma authorisação ampla, e reconhecendo quanto é conveniente que a legislação tenha toda a estabilidade possivel, limito-me a desear que ella seja concedida nos termos precisos que forão mencionados no relatorio do meu antecessor. Uma das alterações do regulamento do sello que elle propõe, a que tem por fim supprimir a tabella das lettras de cambio, sujeitando-as ao sello estabelecido para as da terra, é de grande alcance, como medida fiscal, do justiça e demais facil execução. »

E' podiam-nos autorisações sobre autorisações! Todas as emendas obedecem ao mesmo systema. E' a decretação selanno da inutilidade das parlamentares em nome das necessidades publicas. Não o permito assim a constituição.

Sr. presidente, eu tinha mais considerações a fazer, mesmo sobre o ponto constitucional; porém reconheço que é tarde; vejo que os nobres ministros devem estar cansados.

A nova taxa da palavra póde obrigar-me a sentar-me.

Devo já dizer alguma cousa sobre a parte financeira e não quero abusar da paciencia dos meus honrados collegas.

O trabalho que analysemos cobresalhe pela contradicção. Principia distinguindo causas extraordinarias e ordinarias, e separando-as pela sua natureza, não dá aos impostos um destino especial, distinguindo-os tambem em ordinarios e extraordinarios. Declara-se impotente para calcular, e pede a esmo da bolsa do contribuinte. Formula o quantum do pedido em relação a certos impostos, e nenhuma palavra diz a respeito de outros.

Não quero acompanhar o parecer nas variadas relexões que faz a respeito de impostos; quota proporcional para a renda geral, premio de seguros; seja o que for, ha certos principios que dominão a materia. Estes principios são os seguintes: o imposto para ser legitimo é necessario que se fundamente na equidade que é a base da distribuição, na necessidade que é a medida do quantum, na conveniencia que é o criterio da escolha.

Por consequência, a commissão tinha obrigação, perdão-me a franqueza, de nos vir dizer: « As despesas para as quaes precisamos meios são estas, os recursos com que contamos são tais e tais: a somma dos impostos como exige no meu parecer deve produzir tanto. »

Mas quereis saber o que se encontra neste trabalho?

Em primeiro lugar, nenhum de vós me poderá dizer a base do calculo dos impostos que se vão lançar. E' o acaso e a confusão. Le-se, por exemplo:

« Balda de dados estatísticos sufficientes, a commissão não póde senão apresentar-vos um calculo apromiado do esse augmento.

« O calculo feito dá os seguintes resultados:

Expediente dos generos estrangeiros	
navegades por cabotagem	334.000.000
Ditos de generos livres.	76.000.000
Imposto pessoal	1.900.000.000
Dito sobre as industrias e profissões	2.700.000.000
Sello	300.000.000
Decima urbana	50.000.000
Taxas de cretavos	3.700.000.000
Loterias	76.000.000
Imposto sobre vencimentos	500.000.000

9.570.000.000

E' admiravel que, baldos de tudo, pegamos ao paiz o desconhecido. Mas qual a base do computo, mesmo de-

feituoso? A comissão não o diz, e de alguns impostos nem o poderia dizer. Que base tem a comissão para o imposto pessoal?

Não é assim que se procede em outros paizes. Em parte alguma do mundo pede-se á bolsa do povo um sacrificio que se não pôde medir.

Portanto, não ha base alguma, não a vejo no relatório para o imposto pessoal. Se VV. EEx. me disserem: — Calculei sobre tanto —, eu me calarei.

Não é só isto, Sr. presidente, os calculos da honrada comissão referem-se a uma parte dos impostos e não se referem a todos: a honrada comissão calculou o imposto sobre escravos, calculou o imposto sobre decimas, calculou o imposto pessoal, calculou o imposto sobre patentes, mas não calculou o imposto do sello, o imposto das heranças, o imposto da transmissão do gozo, e todos estes impostos, senhores, reunidos aos outros, hão de produzir mais de 20,000:000\$000.

Se se trata, portanto, de pedir verdadeiro sacrificio ao paiz, não tenho o direito de perguntar para tranquillisar-me qual é a base, para ver se posso alliviar o sacrificio que se vai lançar sobre o povo?

Mas notai, os calculos da comissão no menos em parte estão abaixo da verdade.

E' difficil adivinhar o seu ponto de partida; mas com segurança, e ella propria o confessa, ha incerteza no pedido. Tomarei um exemplo. A honrada comissão calcula o excesso da taxa sobre escravos em 3,200:000\$, eu vou demonstrar que nesse ponto o seu calculo não é exacto.

O balanço calcula o actual imposto sobre escravos em 305:000\$. Ora, sendo 4\$ o que paga cada escravo hoje, temos que os 305:000\$ augmentados na proporção da nova taxa darão pelo menos o duplo, ou 600:000\$000.

Creio que não sou exagerado calculando a escravatura no Brazil em 1,500,000, dos quaes cerca de 40,000 já pagão o imposto na corte, no districto da cidade e uma legua além da demarcação da mesma cidade, e 460,000 dou como isentos da taxa. Fica para o meu calculo 1,000,000 que têm de pagar, á excepção dos escravos da corte, na proporção seguinte: 8\$, 6\$, 4\$ e 2\$. Tomo o termo médio, isto é, supponho que todos pagão 5\$, e obtenho assim mais de 5,000:000\$, computados os da corte, que devem pagar pelos calculos da comissão 10\$000.

Não ha um só trabalho estatístico; não ha uma palavra a respeito de tudo mais. Os esclarecimentos que se devião esperar do governo são nos relatórios substituídos por dissertações, e no entanto pedem-nos autorisações. Outro é o papel da administração, e era esse papel que desejáramos ver desempenhado. Surprende em materia de tanta ponderação deparar por toda a parte com calculos arbitrários. O paiz tem direito a melhor tratamento, é em nome d'elle que continuo a interrogar o governo. A incerteza do quantum dos impostos corresponde a incerteza do quantum das necessidades.

Fornão neste ponto muito categoricamente as seguintes questões: 1ª, quaes foram as bases do orçamento destes impostos? 2ª, em quanto orça a comissão os outros impostos, de que o seu trabalho não trata? Relato-nos o governo e á honrada comissão.

O Sr. TATAREZ BASTOS: — Tudo isso foi feito a olho, não ha base nenhuma; tiveram um anno e não fizeram nada.

O Sr. JOSÉ BONIFÁCIO: — Qual a somma das despesas extraordinarias e os recursos com que conta o governo? Qual a importancia do deficit ordinario?

O parecer da comissão confunde todas estas questões. Com effeito, senhores, é manifesto que a aggravação das despesas de guerra, augmentando a divida publica e a gradual depreciação da moeda, influindo extraordinariamente sobre a riqueza do fundo, a proposta do nobre ministro no seu calculo do deficit do Estado deve ser corrigida com tanto mais razão quanto novos creditos da guerra e marinha surgem.

Fago abstracção dos calculos respectivos da proposta, que, baseando-se seccamente nas medias dos ultimos exercicios e na receita arrecadada nos mezos do exercicio passado, supprimem as causas de momento que podem diminuir a renda e nem no menos attendem á criação dos novos impostos.

No senado o nobre ministro da fazenda ao sustentar a sua ultima proposta sobre creditos affirmava que só pedia o necessario, ao passo que outros oradores sustentáram o contrario. Hoje a appareição de novos pedidos do governo, quando receia nada poder obter por meio de operações de credito, parece confirmar a opinião que o combatia.

Seja como fór, a verdade é que o calculo da despesa não nos veio ainda esclarecer, e esse calculo é indispensavel.

Recorrei ás discussões do senado e da camara; lêde este parecer; compulsaí os *Annaes*; ouvi os membros da actual comissão, e a duvida ahí está! Repito: o paiz tem direito de interrogar-nos.

Sr. presidente, ouvindo discutir neste anno estas materias financeiras, confesso a V. Ex. que julgo-me justificado de combater todos estes pedidos, porque cada orador que falla em nome do governo varia em cifras: uns dizem que o deficit é de 11,000:000\$, outros de 10,000:000\$, outros de 12,000:000\$. Mas a causa principal de tudo isto, creio os nobres ministros e a camara, que o digo sem paixão, é a falta de base para o exame, é o máo caminho da discussão. Eu não quero agora trazer a historia deste orçamento de 1866 a 1867, transformado de subito; não.

Menos ainda recordarei o que tem sido a despesa e o que deve ser; mas permittão-me, em nome dos principios que tenho sempre sustentado, lamentar entre as causas do nosso estado o esquecimento das grandes prerogativas parlamentares. Se o governo confiase mais em nossa força e nosso poder, teria mais interesse na victoria da verdade.

Mas qual é, como eu disse, o calculo do deficit? Comparai as propostas dos annos de 1866 e 1867, a differença é pequena. Podeis, porém, aceitar por momentos o calculo do Sr. ministro da fazenda, que orçou o deficit em 12,000:000\$, e perguntar em nome de S. Ex. ao honrado orador que me precedeu quaes os fundamentos da sua affirmacão. Para S. Ex. o deficit deve ser proximoamente 16,000:000\$. Entretanto, no meio desta grande confusão paga a bolsa do contribuinte, unico sacrificio ás tristezas do tempo que atravessamos.

Não posso deixar de reclamar pela justa distribuição do imposto.

Cumpra não esquecer que, se gravarmos excessivamente o paiz, obraremos contra o proprio fim que se tem em vista. A riqueza é fructo do trabalho, e não é fonte inesgotavel. A prudencia, o direito e a lei exigem do corpo legislativo e do governo um procedimento diverso daquelle para onde nos leva a proposta. Não desanimemos o paiz, se queremos ter os necessarios recursos; olhemos para o presente sem esquecer o futuro. O imposto é sempre um mal, diz a honrada comissão; não se deve pedir ao contribuinte senão uma quota indispensavel para as despesas do Estado, accrescenta ella, e estas maximas são esquecidas ao concluir o trabalho.

Não, não temos direito de dizer ao paiz: — calai-vos, são as necessidades da guerra; o patriotismo sacrifica-se. O patriotismo não consiste unicamente em fornecer ao governo os recursos para a guerra, o patriotismo consiste tambem em zelar os grandes principios dos governos livres e a nobre causa das instituições constitucionaes. A dignidade e a honra nacional não os repellem. Pelo contrario, é no grande amor das publicas liberdades, que nos dias de crise os povos encenão a grande ancora da sua salvacão.

Esse eterno estribilho, que desculpa todas as crises; esse escudo, que procura amparar todos os golpes; essa perpetua invocação da força triumphante, é um velho expediente que não quadra aos governos livres. Escutamos, e diga o governo o que quer, obedecendo ás grandes inspirações do paiz. Se nullo crê, saiba ser livre e forte, porque o millo é só insupportavel, na phrse de um escriptor brilhante, aos que vivem largo tempo sepultados no silencio, e a luz só atomiza e aterra aos encarcerados nas trevas. O que faz a força dos individuos faz tambem a força das nações: é o habito do perigo; é a perpetuidade do esforço e a liberdade de movimento.

Querem impostos, inv.ção o patriotismo do paiz, e recordão-nos o que devemos á patria. Sim! Mas não deve nada o governo ás camaras que o apoia? Não merece a nação uma palavra de explicação clara e precisa? A con-

fiança exige franqueza; o sacrificio pede inteira a verdade da situação.

Não é pela incerteza na decretação de impostos, pelo vexame na escolha, pela precipitação nas medidas, que poderá a administração conquistar a confiança pública. É nunca mais do que hoje precisou o governo do apoio nacional. Saiba elle conquista-lo.

É um desejo sincero que exprimo, e um voto que faço; desejo e voto que nasçam da propria censura.

O vago, o indefinivel, na materia importante que nos occupa, gerará innumerous queixumes; o arbitrio levantará descontentes, a desigualdade crea inimigos.

Desculpe-me a honrada commissão se assim me exprimo. Nos dias difficeis, a franqueza é virtude e dever.

Calar é trahir o mandado recebido, e trahi-lo sem coragem. Devo dizer a verdade.

Sr. presidente, não quero cansar mais a paciencia da camara (*muitos não apoiados*); terei occasião de tratar especialmente da materia com referencia a cada um dos impostos; limito-me, pois, a duas reflexões finas.

Todos os calculos do orçamento são defectiveis, e ninguém tem direito de pedir ao paiz mais do que deve elle dar.

Ha um limite nos pedidos feitos á fortuna do contribuinte, e essa medida não é arbitraria. Os governos absolutos não se confundem com os governos constitucionaes. Ha direitos a respeitar e deveres a cumprir.

Eis como resumo todo o meu pensamento.

Interpello, portanto, o governo. É necessario clareza e precisão. É este o meio de conservar a verdade do sistema representativo.

Nutro ainda a esperanca que poderei ouvir do nobre ministro explicações categoricas. Acredito que a representação nacional será informada para dar uma resposta qualquer a seus committentes, mas resposta satisfactoria, resposta que o governo tem obrigação de dar ao paiz.

Vozes:—Muito bem!

O Sr. José Bonifacio:—Sr. presidente, vou terminar: desculpe-me a camara, desculpem-me os meus honrados collegas se abusei de sua benevolencia. (*Muitos não apoiados.*)

Vozes:—Ouvimo-lo com muito prazer.

O Sr. José Bonifacio:—Entendo que n'uma questão importante como esta, devia pelo menos formular interrogações muito altas ao governo, fosse elle qual fosse. (*Apoiados.*)

Então, senhores, que, quando tantas victimas se debatem pela patria, quando estamos sob o peso, por assim dizer, de acontecimentos notaveis, quando se exigem sacrificios immensos do povo, quando o patriotismo de uns deve-se juntar ao patriotismo dos outros, é preciso, mesmo em attenção ao passado que foge e em respeito ao futuro que começa, zelar as nossas liberdades, que serão os alicerces de nossa força no futuro, como foram de nossa existencia no passado.

Vozes:—Muito bem!

O Sr. José Bonifacio:—É preciso que não digamos sempre: «Silencio, porque trôa o canhão inimigo.» Aquelles que esperão em Deus morrer acatando os grandes principios da constituição do seu paiz, quassquer que sejam as posições em que se achem, esses devem acreditar em seu poder nos dias da paz como da guerra.

Vozes:—Muito bem!

O Sr. José Bonifacio:—Senhores, tenhamos fé no regimen da publicidade e da luz. É o segredo que mata, e quem sabe quantos erros poderíamos ter evitado se o corpo legislativo não fosse o ultimo informado de tudo. (*Apoiados.*)

A guerra! que importa ella? Não precisa de trevas. Não, a necessidade não nos impõe silencio. Olhei para essa grande nação, a Inglaterra na ultima guerra da Crimeia, e nas grandes lutas com o imperio e com a republica. Nessa luta suprema a grande força da Inglaterra reside em suas instituições. O governo fez a guerra durante 22 annos, arrastando após si o apparato da liberdade; no meio dos clamores da tribuna e da imprensa entre os desastres do commercio, apesar das commoções

populares, dos *meetings*, das petições para a reforma eleitoral, ella mantinha seus grandes principios. Quando já não havia uma tribuna, nem imprensa livre, lá fallavam ellas.

Ninguém podia enganar ou ser enganado.

Imitemos estes nobres exemplos. Zelemos as grandes instituições do paiz. É nessa educação sagrada que se forma o cidadão, e só elle sabe morrer com dignidade pela patria.

Vozes:—Muito bem; muito bem!

(O orador é felicitado pelos Srs. deputados presentes.)

Sessão em 26 de Agosto.

ORÇAMENTO DA RECEITA GERAL DO IMPERIO.

O Sr. Zacarias (*presidente do conselho e ministro da fazenda. Silencio*):—Sr. presidente, começo a cumprir o meu dever expondo o pensamento do governo a respeito do orçamento da receita e das emendas submettidas ao conhecimento da casa.

O ponto do partida neste assumpto, Sr. presidente, é sem duvida, eu o reconheço com alguns nobres deputados, o *deficit*, para se poder saber quanto conveni elevar a receita em ordem a fazer face ás despesas do Estado.

O *deficit*, porém, de que aqui se trata não tem a estreita relação que alguns pretendem com aquelle que fez objecto dos debates desta camara ha bem poucos dias. Então se tratava do *deficit* dos exercicios de 1865 a 1866 e de 1866 a 1867: aqui trata-se do *deficit* da proposta ou da differença entre a despesa que se vai decretar e a receita que se destina a fazer face ás despesas autorizadas.

A proposta submettida á consideração do corpo legislativo apresenta um *deficit* de 8,742:627\$; mas, como bem disse o nobre deputado pela provincia das Alagoas, a despesa prevista nessa proposta, attento o seu augmento inevitavel do Maio para cá, deve ser maior, e mais avultado, portanto, o *deficit*.

Ha verbas em que a despesa é necessariamente maior do que a calculada na data do relatório e da proposta. Assim, por exemplo, a dos juros da divida externa, a da divida interna, a de premios de lettras e differença de cambios.

A despesa, pois, que era orçada em 67,000:000\$, agora com estes acrescimos indispensaveis deve subir a 70,000:00\$.

O *deficit*, que era de 8,742:000\$ na proposta, passará a ser de 11,000:000\$, pouco mais ou menos; e, portanto, cumpre que a receita do Estado se cleve pelo menos na razão dessa differença.

A quanto chegará, Sr. presidente, essa receita, com a disposição que felizmente se nota no corpo legislativo para elevar os impostos, não posso já calcular; é calculo que se ha de fazer depois de discutidos e votadas as diversas emendas, pelo que o art. 9º da proposta que traz a somma da receita muito bem propõe a commissão que passe a 22.

Trata-se, portanto, de determinar o acrescimo de receita que é possível estabelecer.

Mas antes de entrar no especial assumpto do debate permita V. Ex., Sr. presidente, que eu considere algumas observações expontadas por oradores que têm tomado parte nesta discussão.

O nobre deputado pela provincia do Espirito-Santo, Sr. presidente, entendeu dever chamar de novo a de que uma questão que R. Ex. suscitara com apares proferidos na occasião das interpellações a que deu lugar o facto muito comedido da demissão do um inspector de alfandega.

S. Ex. fez em duvida o direito com que me parece ter o governo procedido nomeando 2º conferente da alfandega da corte o administrador das capangas da mesma alfandega, o Sr. Carlos Augusto da Siqueira.

A camara me permittirá que eu, em poucas palavras, mestre que o governo estava no seu perdido direito procedendo como procedeu.

O governo fundou-se precisamente no decreto de 24 de Janeiro de 1867, que S. Ex. citou.

Senão os, o art. 69 § 3º do regulamento das alfândegas de 19 de Setembro de 1860 ampliou as matérias e os exames de que ficava dependente o acesso nos empregos de 1ª conferente.

Da esse parágrafo: « O acesso nos empregos de 1ª conferente, por excepção de regra do art. 68, tem lugar entre os 2ª conferentes e empregados de qualquer outra classe que tiverem plena approvação: 1ª, das matérias exigidas no art. 74; 2ª, de stereometria, aerometria, pratica dos metodos e uso dos instrumentos modernos de arqueação dos navios, e pelo menos tres annos de exercicio ou pratica do lugar de conferente, etc. »

O governo entendeu que esta nova disposição não podia, sem grave injustiça, reger a condição dos empregados antigos, e assim pelo decreto citando determinou, no art. 1º:

« A disposição do art. 69 § 3º do regulamento de 19 de Setembro de 1860 não comprehende os empregados das alfândegas que já serviam na data da publicação do mesmo regulamento. »

Determinou mais no art. 4º:

« O exame especial de que trata o citado art. 69 § 3º deve ser exigido não somente no caso de pretendem ser promovidos a 1ª conferente, não só os 2ª como os empregados de classes correspondentes, que não estiverem sujeitos a semelhante exame. »

E, pois, o governo nomeou 1ª conferente um 1ª escripturario, sem exigir exame das matérias novamente requeridas; não soffreu este acto a menor contestação ou censura, porque o 1ª escripturario nomeado era empregado antigo.

Orá, o Sr. Carlos Siqueira, que servia ha muitos annos na alfândega como empregado quando se publicou o decreto de 19 de Setembro de 1860, podia elevar-se na sua carreira sem fazer o exame especial de que trata o art. 69 § 3º daquelle regulamento.

O Sr. Carlos Siqueira era empregado desde 1831; principamente como guarda de primeira classe, depois como ajudante das capatazias, e finalmente como administrador das mesmas capatazias. Como administrador das capatazias elle tinha 5:130\$ annualmente, ao passo que na qualidade de 2ª conferente percebia cerca de 2:800\$000.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — Descon.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — É verdade, descon, pois pelo regulamento reputo-se os empregos de classes inferiores os que tiveram vencimentos menores aos dos vagos, e o lugar de 2ª conferente apenas dá 2:800\$, quando o de administrador das capatazias dá 5:130\$000.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — E isto não é agradável.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Mas essa questão de agrado ou desagradado não pertence ao nobre deputado, pertence ao empregado; elle aceitou o novo emprego, e não disse que lhe era desagradável.

Podia eu ou não nomear-lo 2ª conferente? Essa era a questão; e não ha duvida que estava em meu direito nomeando-o 2ª conferente, como poderia nomear-lo 1ª conferente, independentemente de exame especial, visto ser empregado antigo.

A questão é de legalidade e não de vantagens pecuniarias.

O decreto de 24 de Janeiro é declaratorio do art. 69 § 3º do regulamento de 19 de Setembro de 1860, isentando os empregados antigos da alfândega do rigor de semelhante disposição.

O decreto entendeu que o regulamento não podia applicar-se aos empregados que na sua data já estavam na repartição; que, havendo elles feito certos e determinados exames, não era justo agora depois de decorridos tantos annos, quando já provectos em idade com serviços, sujeitá-los a novos exames, como condição indispensavel de accesso.

O Sr. SILVA PEREIRA: — Apoiado.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Foi, portanto, segundo creio, de muita equidade o decreto de 24 de Janeiro do corrente, o qual tem sido e ha de ser applicado a todas as classes de empregados das alfândegas com inteira imparcialidade.

O nobre deputado, Sr. presidente, acudindo ao con-

vite que n'outra sessão lhe dirigi para dizer o que soubesse da alfândega da corte, observou que na sua opinião o nido estado da alfândega da corte em parte devia ser attribuido a uma certa luta, que S. Ex. assignalou existir entre o governo e a alfândega.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — De certos annos a esta parte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — A asserção do nobre deputado é inteiramente infundada; não me consta que houvesse jámais nem possa haver entre o governo e a alfândega *luta* alguma. Pelo correr do seu discurso o nobre deputado corrigio a phrase, e disse que a luta era entre o tribunal do thesouro e a alfândega.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — Em outra parte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Se o nobre deputado mantem a sua asserção quanto ao governo, digo que é inexata, porque o governo não tem nem teve jámais *luta* alguma com a alfândega: seria d'esser de sua categoria.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — Não será bem applicada a phrase; é certo, porém, que o estado não é normal.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Eu pedi instantaneamente ao nobre deputado que aclarasse a situação da alfândega; o nobre deputado não aclarou-a, disse apenas que tinha vergonha de caminhar pelos ruas desta cidade, porque o apontado dizendo: — lá vi um empregado da alfândega.

Eu protesto contra o juizo que da alfândega da corte faz o nobre deputado. Sr. presidente, o publico é muito perspicaz, conhece os diferentes caracteres da alfândega como de todas as repartições em geral: aponta os bons empregados, como aponta os maos sem confundilos. (Apoiado.)

Aponta a existencia de homens interessados alli em negocios contra o fisco.

O Sr. C. OTTONI: — Apoiado; isso é exacto.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Annuncio até, não sei se com fundamento ou sem elle, a existencia de uma *commandita*; mas sabe bem apreciar o distinguir os bons empregados da alfândega, e não me conta que algum empregado publico bom tenha recido de ser, ao passar pelas ruas da cidade, apontado pelo dedo da maledicencia.

Ha um outro que previerica, e o governo deve estar sempre de observação para castigar os previericadores (Apoiado.) Se é esta a *luta* a que se refere o nobre deputado, admitto a propriedade da expressão, pois em verdade estou em *luta* permanente contra os previericadores.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — V. Ex. comprehende bem que não podia ser isto.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Outra causa do nido estado das alfândegas o nobre deputado a foi buscar nas decisões do thesouro quando alterou as da alfândega. As decisões, porém, da alfândega são actos do inspector: é elle quem se poderia julgar prejudicado pelo acto do thesouro; e nunca os empregados da alfândega, que nada têm com essas decisões, que não têm que ver com as questões de amor proprio entre o inspector e o tribunal do thesouro, o inspector, que julgando se altamente collocado, quer que a sua opinião prevaleça sempre, e o tribunal do thesouro que decide finalmente contra?

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — Perdão; não são questões de amor proprio.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Parece-me ouvir a V. Ex. que o thesouro tem o habito de, apregando-se a *prelatis*, revogar as decisões da alfândega.

Senhores, não se trata do governo só: no thesouro o ministro da fazenda em certos casos tem voz deliberativa com os membros que compoem o respectivo tribunal. Não se trata de decisões proferidas pelo ministro isoladamente; não se trata de actos que possam ser attribuidos a influencia politica. Ha muitos votos e o do ministro pôde ser vencido.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — E muitas vezes o ministro é vencido.

APPENDICE.

49

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Alli se examinão e estudão de muito boa fé as questões; e pelo que toca ao meu tempo, asseguro que as decisões em relação á alfandega têm sido proferidas com muita imparcialidade.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO:—Faço justiça a V. Ex. e quando for publicado o meu discurso tenha a bondade de attender ás datas.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Senhores, uma ou outra vez pôde acontecer que o tribunal, sempre por motivos honestos, nunca se apejando a pretextos, decidia as questões contra o inspector da alfandega.

O Sr. SILVA PEREIRA:—E usa de um direito.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Está no seu direito.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO:—Até certo ponto.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Está no seu direito, e portanto não pôde isso dar motivo ou *pretexto* para os empregados da alfandega tomarem o partido de seu inspector e considerarem-se offendidos por uma decisão superior diversa da do inspector da alfandega.

Eu, pois, Sr. presidente, peço ao nobre deputado que, acabando os trabalhos legislativos, volte para a sua repartição a prestar-nos relevantes serviços sem o menor receio dessa censura geral, dessa maledicencia, que é mais o fruto da imaginação do nobre deputado que a expressão da realidade.

Ha uma classe na sociedade, Sr. presidente, que também é alvo da maledicencia, já em epigrammas dos poetas, já em palestras do povo, e contudo V. Ex. sabe quanto é justo o publico na apreciação dos bons caracteres da magistratura (*apoiados*), e nunca o receio de epigrammas e da maledicencia foi parte para que o magistrado que se preza abandonasse a sua carreira, afim de que não fosse apontado como prevaricador.

O nobre deputado pela provincia do Maranhão, o Sr. Vieira da Silva, em um discurso que faz tanta honra aos seus conhecimentos, como ao seu caracter de homem politico, notou que existe entre nós um obstaculo inenunciavel a apresentar-se um trabalho bom a respeito de impostos; e vem a ser—a grande descentralisação do imposto—, fazendo votos pela adopção dos seus principios que a tal respeito prevalecem na Inglaterra, onde reina completa centralisação em materia de contribuições.

Sr. presidente, é forçoso reconhecer que a descentralisação do imposto, isto é, a faculdade que têm o municipio e as provincias de crearem imposições, estorva e perturba as vistas do governo, tendentes a melhorar o systema de nossas imposições. Assim é que quando o governo geral, não ha muito tempo, procurou, a bem da agricultura, reduzir o imposto de exportação, houve assembleia provincial, que tão depressa teve conhecimento deste facto, como lançou em sua provincia um imposto igual e na mesma extensão da redução feita no centro; reconhecendo o governo em breve que debalde se esforçava por diminuir, a bem da agricultura, o imposto de exportação, visto que as assembleias provinciais, sem attenderem aos motivos ponderosos que determinão o procedimento do governo, fazem recolher nos cofres provinciais precisamente a mesma quantia que o thesouro deixa de arrecadar dos contribuintes.

Mas um tal vicio, Sr. presidente, é força soffrê-lo; faz parte das nossas crenças, dos nossos habites a idéa de que o municipio não se confunde inteiramente com a provincia, nem esta com o Imperio. Querem todos, o municipio e a provincia, uma certa autonomia; os municipios querem ter a sua imposição, e devem tê-la; as provincias querem ter a sua imposição, e justo é que a tenham, assim como o governo geral, por sua vez, cumpre que tenha, a bem dos interesses do Imperio, sua renda propria.

E sem duvida o acto adicional foi prudente, e não pôde ser justamente censurado por todos os abusos da descentralisação do imposto. O acto adicional expressa e positivamente ordena, por exemplo, que as assembleias provinciais não legislem sobre impostos de importação, e todavia algumas das provincias do Imperio têm lançado sobre a importação, já não falto da importação de provincia a provincia, mas de paizes estrangeiros para o Imperio, como succede a respeito do vinho.

Por que razão, Sr. presidente, algumas provincias têm lançado sobre a importação do vinho? E' porque o preceito da lei seja duvidoso? Não.

Ora, se apesar de um preceito tão claro da lei sobre os impostos de importação, as assembleias os têm lançado, o que não acontecerá a respeito da exportação? No que toca a direitos de exportação, tanto a assembleia geral, como as assembleias legislativas provinciais, são competentes, com a condição que estas não prejudiquem as imposições geras do Estado.

O direito das assembleias provinciais não pôde empecor o governo geral no lançamento do imposto, que é de sua competencia; a ellas cabe, pelo contrario, toda reserva, para que não se perturbe a acção do governo central em assumpto tão importante.

O Sr. VIEIRA DA SILVA diz um aparte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Mas veja a assembleia até que ponto pôde lançar o imposto, porque, embora se lhe dê attribuição para legislar sobre exportação, não o deve fazer de modo que prejudique as imposições geras: é um limite que nunca deve esquecer. Uma divisão bem feita da renda geral e provincial é medida urgente e da maior conveniencia. Temos a lei de 1835...

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO:—A lei de 1835 foi que marcou a receita geral, e disse que tudo o mais seria provincial.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—... que não é satisfactoria, e que a seu tempo deve ser substituida por disposições mais apropriadas.

Mas, Sr. presidente, ja eu dizendo, não lancemos somente a culpa do acto adicional, lei que a nós todos cumpre manter, essa perturbação, que em materia de impostos deploramos.

A culpa é, em parte, dos presidentes e do governo, que não têm suspendido as leis provinciais inconstitucionas; a culpa é também da assembleia geral, e principalmente desta camara, cujas commissões de assembleias provinciais nunca se dão ao trabalho de indicar as leis contrarias á constituição, que devem ser revogadas. (*Apoiados*.) V. Ex. comprehende que se esta augusta camara, por meio de suas commissões, compulsa as collecções provinciais e assignalasse, para serem revogadas, as leis que offendem a constituição...

O Sr. RATISSONA:—Ellas estavam corrigidas.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O abuso, se não cessasse de todo, cohibir-se-hia em grande parte, mas uma vez que isto se não faz, não é muito que o contagio se propague, imitando umas as outras provincias.

O Sr. PRESIDENTE:—Peço a V. Ex. para interromper o seu discurso, enquanto se trata da interpellação.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Sim, senhor.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO (*continuando*):—Sr. presidente, quando fui interrompido estava eu apreciando algumas observações do nobre deputado pela provincia do Maranhão.

S. Ex. estranhou no seu discurso que eu houvesse qualificado de *attentado* a supressão da comarca do Rio Verde, em Minas-Geraes, quando a assembleia provincial que a decretou estava, segundo a opinião do nobre deputado, em seu perfeito direito.

Agradeço ao nobre deputado o haver-me proporcionado occasião de explicar esse facto, que aqui ha sido tão mal comprehendido.

Sr. presidente, no senado pediu-se ao governo uma cópia da correspondencia trocada entre a presidência de Minas-Geraes e o ministerio respectivo a respeito da supressão da comarca do Rio Verde em 1864.

Declarei aquella camara que a respeito do facto em questão só occorreu o seguinte: O vice-presidente da provincia de Minas-Geraes, o Sr. Fidelis, communicou, por uma carta dirigida a mim, que ia passar na assembleia provincial uma lei supprimindo a comarca do Rio Verde em odio ao juiz de direito respectivo, e consultava o que devia fazer. Respondi-lhe, de accordo com todos os meus collegas, que não sancionasse essa lei, qualquer que fosse o resultado, emuito embora fosse, como disse, o juiz de direito sectario exaltado de um partido politico.

Ponderava em minha resposta (e a carta já foi im-

pressa nos jornaes da côrte) que havia na lei modo de reprimir um juiz prevaricador ou partidario (*apoiados*), que era removê-lo ou puni-lo.

O Sr. LIMA DUARTE: — Mas o governo não o removeu.

O Sr. FERNANDES DA CUNHA: — Nem elle estava em nenhuma dessas hypotheseas, não é partidario nem prevaricador.

O Sr. C. OTTONI: — Pedio-se mais um anno.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção!

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Disse hypotheticamente que o governo tinha nas leis o meio de remover ou punir o magistrado que o merecesse (*apoiados*), e, pois, recomendei ao vice-presidente que não sancionasse a lei, se fosse esse o motivo da supressão.

O Sr. FIDELIS não sancionou a lei, o projecto, porém, passou depois para dous terços dos votos da assembléa provincial.

Referindo-me no senado a semelhante facto qualifiquei-o de *attentado*, expressão que tem sido mal interpretada, e que por isso explicarei.

Não declarei um *attentado* contra a constituição o supprimir a assembléa provincial mineira uma comarca; crear ou supprimir comarcas é um direito das assembléas provinciais, que muitas vezes tenho reconhecido (*apoiados*), e é expresso no acto addicional; o que chamei *attentado*, o que pelo menos é um abuso gravissimo, é o motivo adduzido para a supressão. Supprimir uma comarca para arredar um magistrado que se suppõe proceder mal, que se pensa ser homem exaltado em partido, é ostentar mais exaggeração do que a do magistrado. Foi isso que chamei *attentado*. A expressão não era, eu o confesso, irreprehensivel; mas fique de uma vez para sempre entendido que ataquei o motivo da supressão, e não o direito de supprimir comarcas, absolutamente fallando.

Não puz em duvida, ainda uma vez o direi, as attribuições constitucionaes da assembléa provincial mineira, de crear ou supprimir comarcas, o tanto que a lei prevaleceu afinal, e a comarca foi supprimida.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — O que eu quiz foi mostrar o inconveniente, o perigo da doutrina.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Mas eu não nego o direito das assembléas provinciais. O nobre ministro da justiça em 1862, o Sr. Sayão Lobato, quiz pôr embaraço a esse direito, fazendo dependentes da votação expressa de fundos pelo corpo legislativo tais creações; mas a idéa do nobre ex-ministro não achou acolhimento na camara vitalicia, como é sabido. Diveros ministerios têm recommendado, e com razão, a seus delegados que não assintão facilmente á creação de comarcas, porque em verdade, desde que a assembléa provincial póda crear comarcas, e não é obrigada a pagar os vencimentos dos juizes de direito, a facilidade da creação augmenta. A recommendação, porém, não é um preceito obrigatorio, nem o seu esquecimento um *attentado* propriamente dito.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Sem duvida.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado pela provincia do Ceará, o Sr. Ratisbóna, Sr. presidente, fez-me tres perguntas, a que quiz-me obrigado a responder antes de entrar na materia especial do debate.

Sr. Ex. perguntou-me se o governo não estava disposto a vender a estrada de ferro de D. Pedro II, ou a servir-se desse valor para contrahir um empréstimo vantajoso, em país estrangeiro.

A minha resposta é simples: o governo não póde vender a estrada de ferro sem autorisação da assembléa geral. (*Apoiados*.)

Na lei sobre estradas de ferro, que pende da 3ª discussão no senado, ha um artigo que autorisa o governo a usar desse recurso; se passar, o governo usará d'elle quando for conveniente; mas por ora não está disposto a vender, nem póde dizer-se que, passando a autorisação, usará desse recurso.

● Sr. BEAUREGARD: — É uma questão muito séria.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Direi apenas que por ora não se póde vender, e quando passe a autorisação, o governo verá o que convem fazer.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. C. OTTONI: — Não deve vender sem obrigação de ser continuada (*apoiados*); é minha opinião.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Por isso o meu nobre collega ministro da agricultura inculcou no senado a conveniencia de se acabar com a forma imperativa do projecto segundo o qual o governo era obrigado a vender a estrada de ferro de D. Pedro II, aceitando sómente autorisação para fazer o que entendesse.

Com effeito o projecto que passou em 1864 nesta camara ordenava positivamente que se vendesse a estrada, não deixava ao governo a tal respeito arbitrio, ao passo que as emendas que lhe foram feitas no senado puzeram a questão nos termos convenientes, isto é, nos termos de uma simples autorisação.

O nobre deputado lembrou a venda dos proprios nacionaes. Senhores, o governo já tem faculdade de vender os proprios nacionaes, dadas certas condições, e ha procurado muitas vezes usar dessa attribuição, mas sem o resultado que se deseja; fazem-se novas avaliações, mas não se de novo proceder á hasta publica, e ainda assim não apparece comprador.

V. Ex. póde avaliar que effeito produziria no mercado a certeza de que o governo mandaria vender todos os proprios nacionaes: o seu valor ficaria reduzido a pouco. (*Apoiados*.)

O Sr. BAPTISTA PEREIRA: — Já está autorizado pela lei de 1860.

O Sr. PEREIRA DA SILVA: — Póde vender pouco a pouco.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado pelo Ceará perguntou-me ainda se o governo não estava disposto a achar nos bens das ordens religiosas um emprego mal proficuo para as suas applicações.

Senhores, quem ignora que a questão dos bens das ordens religiosas não póde ser encarada nem resolvida como meio financeiro? (*Muitos apoiados; muito bem.*)

O Sr. RATISBONA: — Não emittir opinião, quiz sómente ouvir a opinião do governo.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — A supressão das ordens religiosas é uma questão politico-ecclesiastica (*apoiados*), não póde ter effeito senão da cooperação dos dous poderes, civil e espirital. Em caso algum, porém, os bens das ordens religiosas são proprios para preencher o *deficit* do orçamento do Estado. O governo do Brazil, felizmente, ainda não chegou, nem chegará, ao extremo a que têm chegado outros governos—de lançar olhos cobiçosos para os bens das ordens religiosas, afim de sahir de seus embaraços financeiros.

O Sr. RATISBONA: — Eu tambem penso assim. Quiz sómente saber a opinião do governo.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Pois saiba que o governo não pretende tirar dos bens das ordens religiosas recursos para as suas difficuldades.

Sr. presidente, V. Ex. ainda ha de dar-me licença para que eu, sem entrar já na materia do orçamento, trate de apreciar o discurso do nobre deputado pelo municipio nentrou, o Sr. Maceio.

Sr. Ex. disse que o artigo que se discute com todas as emendas offerecidas, já pela commissão, já pelos membros da casa, semelha os quadros dos pintores antigos ainda não acabados, em que elles punham o rotulo *faciebant*, para indicar aos que os vissem que os quadros não estavam terminados, que o pintor ainda estava trabalhando.

Accito o pensamento do nobre deputado, e folgo de ver que o nobre deputado, como artista que é, trouxesse á discussão um simile, que tão perfeitamente se ajusta á hypothese varriente.

Com effeito um orçamento é a *miniatura* de um povo, é um quadro: e tanto que disse alguém que se um povo desaparecesse da face da terra, e tambem se aniquilassem todos os seus archivos, salvando-se apenas os seus orçamentos, com esses orçamentos seria facil ao observador intelligente escrever a historia da sociedade que houvesse desaparecido.

Realmente, se contemplarmos os orçamentos de um paiz e virmos nelles mui consideradas as necessidades da lavoura, desattendidos os melhoramentos dos portos e

APPENDICE.

51

estradas, no passo que avultão pensões, e as secretarias e estabelecimentos publicos estentão excessos de pessoal, podemos tirar a illação de que nesse paiz predomina o patronato. (*Apoiados; muito bem.*) Se vicinos a lei do orçamento de um povo em estado de guerra e nclarmos que, reconhecida aliás a justiça e indeclinável necessidade da mesma guerra, o legislador mostrou-se irrecusavel na votação dos impostos necessarios ás despezas extraordinarias, a illação certa é que esse povo não tem patriotismo (*apoiados*), que esse povo é digno de má sorte, e deve desaparecer da terra.

Bem disse o nobre deputado pelo municipio neutro: —o orçamento é um quadro—, e eu acrescento: —é uma miniatura e a expressão fiel dos costumes de um povo. (*Apoiados.*)

Ha, porém, uma alteração a fazer no distico. O pintor antigo, porque se referia á sua individualidade, dizia —*faciebam*—. A respeito do orçamento e das emendas que se fizessem sobre a mesma, o distico deve ser: —*faciamus*—, façamos, não só os ministros, mas todos nós. O orçamento não é só a obra do ministro, é de todos nós. Acabamos o quadro.

Mas disse o nobre deputado: —esse quadro, esse orçamento é Mathusalem.

Eu não comprehendi nesta parte o valor da comparação. Mathusalem viveu, segundo a Biblia, mais de 900 annos. Qual é a longevidade do orçamento que se discute, o que ainda não existe? A longevidade de Mathusalem conta-se do dia do seu nascimento até o dia em que expirou.

O Sr. MACEDO: —E' exactamente isto.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: —Haveria alguma semelhança, se o nobre deputado, como medico que é e versado em historia, tem razões para supôr que Mathusalem por um desvio das leis communs da geração estava em embrião alguns annos. (*Apoiados.*) Se com effeito Mathusalem não esteve no ventre materno sómente nove mezes, o simile é completo; a proposta do orçamento de 1865 a 1866 é Mathusalem, porque no periodo natural da procreação não veio á luz.

Mas, Sr. presidente, o projecto de que se trata não é velho, essa proposta de 1865 a 1866 não representa mais o exercicio de 1865 a 1866, porque as emendas adoptadas nos artigos da despesa referem-se ao periodo de 1867 a 1868, isto é, ao exercicio que ora começa, de sorte que na parte da despesa já a proposta se tornou apropriada á actual ordem de cousas, e o mesmo succederá no que toca á receita.

Bem disse o nobre deputado pelo municipio neutro: —a proposta é um quadro—. Sendo assim, ha de o nobre deputado concordar comigo que, se um pintor habil interromper, obrigado por acontecimentos da vida, o trabalho de um quadro que tenha entre mãos, e, passados tempos, voltar á realização da sua idea, nada o aconselha a pôr de parte a obra começada e dar principio a outra, se com ligeros retoques puder aproveitar o seu trabalho anterior. O mesmo digo da proposta que se discute: retoque-se o projecto que se havia já principiado, e acabemos a obra.

O nobre deputado pelo municipio neutro, Sr. presidente, cheguei da Bahia, usando do extremo de delicadeza para comigo, procura attenuar a impressão dos raes do nobre deputado pelas Alagoas, quando tão rudemente em uma das sessões anteriores quiz reduzir o ministro da fazenda actual a proporções hipputanas. (*Muito ridículo.*)

O nobre deputado disse: « Não ha nas palavras do nobre deputado pelas Alagoas nenhuma offensa. » O pensamento de Mirabeau, exigindo apenas do financeiro o saber as quatro operações da arithmetica, é verdadeiro na opinião do nobre deputado pelo municipio neutro, que poderia com Rothen secretariar a exigencia de Mirabeau uma circumstancia: o bom senso.

Ea agradeço, pois, como posso, a delicadeza do nobre deputado pelo municipio neutro, o só lhe peço em conculção que medite bem no alcance da nova escola que se tem procurado estabelecer no paiz com a distincção entre ministro de finanças e ministro do thesouro.

Quando se fez essa distincção no senado ou serviu-me; e indo adiante da critica disse que me reconhecia ape-

nas ministro do thesouro, e ficava contente só com a gloria de ser ministro honesto e zeloso. Deixo a gloria de financeiro para quem quer que seja, e até reconheço que o têm sido todos os meus antecessores.

O Sr. MACEDO: — Quando começou essa theoria V. Ex. ainda não era senador.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Já me occupei de Mathusalem, agora não trato mais de negocios antigos. (*Humildade.*)

Sr. presidente, o nobre deputado pelo municipio neutro, depois dessas considerações geraes com que quiz amparar a minha humildade, fez algumas perguntas a qua vou responder.

Perguntou se era exacto que estava na Bahia um medico encarregado de comprar escravos para o serviço da guerra.

O Sr. MACEDO: — Disto já eu sabia; perguntel se era legal a despesa para esse fim.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Sr. presidente, a libertação de escravos para o serviço do exercito e da armada é questão discutida e julgada nesta casa. Esta libertação tem tido lugar aqui e nas provincias; e porque convinha muito que na Bahia houvesse uma pessoa de confiança incumbida especialmente de tal serviço, mandei o Sr. ministro da marinha para alli o Dr. Pedro Joaquim de Vasconcellos, que á sua probidade bem conhecida (*apoiados*) reúne a qualidade de medico. E na verdade ha desempenhado perfeitamente a sua incumbencia.

A medida não é nova, disse eu, porque desde o principio tem havido libertação de escravos para o serviço da guerra, e o governo não o tem occultado.

O Sr. MACEDO: — O que eu disse é que o governo devia pedir autorisação para essa despesa, autorisação que ainda não tem.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado disse, Sr. presidente, que viu nos jornaes a declaração de que ao ex-presidente da provincia de Pernambuco, isto é, a V. Ex., o governo mandára entregar 200:000\$ para a aquisição de voluntarios.

Sobretudo o nobre deputado estranhou o incorrecto da phrase *aquisição* de voluntarios. Não entro em questão de redacção, o nobre deputado, que é mestre na arte...

O Sr. MACEDO: — Oh! não, senhor; sou o ultimo dos discipulos de V. Ex.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — E' o inverso, é o primeiro dos meus mestres.

O Sr. MACEDO: — E' uma zombaria que creio que não mereço.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Não ha aqui zombaria alguma; é a resposta devida. (*Apoiados.*)

O nobre deputado, Sr. presidente, sabe muito bem o que quer dizer *aquisição* de voluntarios.

Não quer de certo dizer — compra de voluntarios. — (*Apoiados.*) Pretenderá o nobre deputado rememorar agora aquella quadra em que algumas provincias do norte tomou-se a faculdade de vender os proprios nacionaes, concedida por lei ao governo imperial, como faculdade de vender-se os proprios individuos nacionaes? (*Humildade.*) São tempos que já lá foram, senhores; a grammatica já não é tão desconhecida como então.

V. Ex., Sr. presidente, não era capaz de adquirir voluntarios *comprando-os*. Teve dinheiro para applicar a despesa que em virtude de leis e regulamentos se podem fazer com esse serviço.

Agora devo declarar o quantum da despesa realizada, porque tem-se dito, e talvez o nobre deputado pelo municipio neutro diga comigo: se pôz-se a quantia de 200:000\$ á disposição de um só presidente, quanto não se daria aos outros para aquisição de voluntarios?

Declaro, Sr. presidente, que nenhum presidente de provincia teve á sua disposição 200:000\$ senão V. Ex.; teve-os porque eu confiava do V. Ex. todo o onro que a provincia de Minas-Geraes tem produzido até hoje e possa produzir. (*Numerosos apoiados.*)

O Sr. MACEDO: — Eu tambem dou-lhe apoiado neste ponto, Sr. presidente do conselho.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Dei-os, porque o leão do norte, a provincia de Pernambuco, tinha de certo modo arrefecido no cumprimento do dever de mandar braços á guerra, e era preciso que o respectivo presidente pudesse dispor de bastantes meios para obter voluntarios.

Devo, porém, declarar já, para tranquillidade do nobre deputado pelo municipio neutro, que dessa quantia de 200:000\$ apenas despendeu o presidente da provincia de Pernambuco a importancia de 16:000\$000.

Vozes: — Oh! o que se diz agora a isto!

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — A' disposição de outro presidente do provincia, o de Minas-Geraes, mandei pôr a quantia de 20:000\$, da qual sómente despendeu 11:000\$, mandando para a côrte umas 2,000 praças.

Esta é a verdade, e a demonstração do que digo está em documentos officiaes que podem ser examinados pelos Srs. deputados que o quizerem.

Tranquillize-se, portanto, o nobre deputado pelo municipio neutro: o governo não comprou nem quer comprar voluntarios.

O SR. MACEDO: — Nem eu disse isso; apenas convidei V. Ex. a reparar na má redacção do aviso.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Pois vale a pena mandar agora corrigir a redacção de aquelle aviso?

O SR. MACEDO: — E' para o futuro.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Bem, tomo nota. Nunca mais consentirei que se empregue em avisos a phrase — *acquisição* de voluntarios. — (*Risadas.*)

O SR. MACEDO: — Estimo muito.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Veja V. Ex., Sr. presidente, como desejo marchar de harmonia com as observações sensatas da opposição.

Eu quizera que neste momento estivesse presente o nobre deputado pelo provincia do Rio de Janeiro, o Sr. Candido Torres, para pedir-lhe a explicação de um trecho do seu ultimo discurso.

S. Ex., referindo-se ao estado do paiz, pediu ao governo que discriminasse com verdade e sinceridade a nossa situação financeira, para que cada um tivesse tempo de emigrar!

Sr. presidente, eu não podia deixar passar sem reparo esta parte do discurso do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, e vou lê-la para que não haja duvida:

« Se assim é, se é preciso papel-moeda para fazer face ás despesas do Estado, é preciso que o governo seja franco, diga-nos isto, para que nos preparemos a emigrar. »

Senhores, a expressão do nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, se não fosse um descuido parlamentar, como a todos nós acontece, como acontece a todos aquelles que não trazem discursos escriptos, ao que se oppõem os preceitos do regimento da casa, uma tal expressão seria digna de lustima, daria a medida do patriotismo do nobre deputado. (*Apoiados.*)

« Se as circumstancias do paiz em verdade são criticas, dizei-n'o, porque quero emigrar », só ficarei se as circumstancias não forem tão graves como se inculca. Assim pensa o nobre deputado pelo Rio de Janeiro. Entretanto parece que, dadas as circumstancias criticas para o paiz, aquelles de seus filhos que se achassem longe do Brazil virião pressurosos, se tivessem patriotismo, soffrer comnosco os males da patria. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Declarem-o logo Paragayo.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — A casa vê que estou desculpando, como descuido, o trecho do discurso do nobre deputado pelo Rio de Janeiro. (*Apoiados.*)

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — E' melhor discutir o orçamento.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Estou discutindo o orçamento; não é V. Ex. quem me ha de ensinar a discutir na camara.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — A situação é critica, não é para cousinhas.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Pois é *cousinha* dizer um deputado do alto da tribuna: — declare o go-

verno exactamente o estado de nossas finanças, para nos prepararmos a emigrar? (*Apoiados.*)

(O Sr. Fernandes da Cunha diz algumas palavras que não pudemos ouvir; o Sr. presidente reclama ordem.)

V. Ex., Sr. presidente, cumpra o seu dever como julgá-lo conveniente, certo de que estou tranquillo e inalteravel.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — E eu tambem, Sr. presidente do conselho.

Vozes: — Não o mostra.

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — Mostro-o.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — En resolvi a intenção do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, lançando esse periodo do seu discurso á conta de um arrebatamento da tribuna (*Apoiados*); declarando que, a não ser isso, eu diria que taes expressões do nobre representante pelo Rio de Janeiro darião a medida do patriotismo do nobre deputado, que se reduziria a fugir da patria quando ella se achasse em perigo, e voltar quando estivesse em mar de rosas. (*Apoiados.*) Isto, por certo, não faria o nobre deputado, que, ao contrario, acompanhar-nos-ha nos transees da patria. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. FERNANDES DA CUNHA: — O que é necessario é que o governo inspire confiança.

O SR. ARISTIDES LOBO: — No caso figurado não era preciso.

O SR. MACEDO: — Desconfio que ha namoro. (*Risadas.*)

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Sr. presidente, entro no exame do artigo e das emendas.

Eu disse a principio que provavelmente teremos um deficit de 11,000:000\$, á vista das despesas indispensaveis que hão de ser votadas, o que, portanto, a receita devo elevar-se nessa proporção, para poder sahir regular da camara o orçamento que se discute.

Qual seja precisamente o computo da receita, só depois de votadas todas as emendas poder-se-ha conhecer. Sr. presidente, V. Ex. sabe que o imposto de importação é a fonte mais abundante da renda do Imperio, e o ha de ser por muito tempo.

Logo, a commissão de 1866 procedeu com tino indo primeiro que tudo a essa fonte de renda pedir-lhe os novos auxilios de que o Imperio carece para fazer face ás suas despesas extraordinarias e urgentes.

Eu, pois, julgo, e o declaro em nome do governo, que o art. 1.º do trabalho da commissão é muito aceitavel em todas as suas disposições, menos no que toca á de n.º 5.

Nessa disposição de n.º 5, Sr. presidente, se diz: « Serão reduzidas as taxas actuaes sobre as materias primas, generos alimenticios, objectos necessarios ao fabrico, construcção e armamento de navios, tecidos de lã, linho e algodão ordinarios, louça ordinaria, instrumentos e ferramentas para artistas e operarios, calçado commum e roupa feita.

Acho que não é aceitavel esta primeira parte da citada disposição.

Com effeito, quando procuramos por todos os meios possiveis obter uma ampliação na receita; quando não se trata propriamente de uma reorganisação das nossas finanças, mas sómente de exigir mais recursos, não era justificavel que mandasse o legislador reduzir as taxas actuaes sobre todos esses objectos.

Consequentemente entendo que é preferivel a emenda da actual primeira commissão de orçamento, que supprime a primeira parte do artigo, não admittindo a regra de redução das taxas nas mercadorias ali mencionadas.

A emenda que profiro diz: « Poderão ser elevadas a 20 % as taxas actuaes sobre os tecidos de seda, porcelanas e crystaes, fumo de qualquer modo preparado, madeira, ou qualquer obra e objecto de luxo... »

O nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, que entrou neste debate com o animo deliberado de descobrir a verdade e a auxiliar o governo do paiz, o Sr. Pereira da Silva, expendeu n'uma emenda a idéa do que convinha elevar 10 % em todos os generos.

O SR. PEREIRA DA SILVA: — Todos, não; naquelles que supportassem o augmento.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O nobre deputado também pelo Rio de Janeiro, o Sr. Sayão Lobato, oppõe-se a esta idéa, dizendo que para haver mais renda basta que se trate de rectificar a pauta.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—A rectificação já dá algum augmento de renda, mas além disto eu ainda queria o augmento em certos objectos.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Não me parece que mereça a acceitação nem uma nem outra idéa.

Sr. presidente, sem duvida nenhuma a rectificação da pauta, de que já trata uma commissão nomeada pelo governo, assim como a redacção dos pesos e medidas actuaes ao systema metrico, ha de dar algumas vantagens ao orçamento, mas não tantas como se tem inculcado.

A approximação do valor do mercado ao valor official também pôde dar algum resultado, mas não tanto como o nobre deputado pelo Espirito-Santo supõe, e também o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, que fôra já inspector da alfandega da côrte. Estou informado pela commissão de que não pôde dar mais do que uns 800:000\$000.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO:—Não apoiado.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Só em vinhos dá mais de 2,000:000\$000.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Se o trabalho se dirigir a rectificar um outro artigo para fazer uma approximação razoavel dos valores, não poderá dar mais de 800 a 1,000:000\$000, diz a commissão, que é composta de homens profissionais; agora, se quizermos, a pretexto de rectificar a pauta e de approximar os valores officiaes dos valores do mercado, elevar as imposições, poder-se-ha colher grande resultado, mas com dissimulação, e excitando um clamor geral no commercio.

A vista disto, Sr. presidente, inclino-me á idéa, proposta pela commissão, de exigir do commercio de importação, em moeda de ouro legal, uma parte dos respectivos direitos, a começar de Janeiro.

O nobre deputado pelo Rio de Janeiro, ex-inspector da alfandega da côrte, combateu muito essa idéa, achando que havia contradicção em fazer baixar o cambio, com a emissão de papel-moeda, o poder ouro ao estrangeiro; mas, por um lado, tal foi a pratica dos Estados-Unidos, notando-se que entre o minimo que a emenda exige, entre os 15 % e a illa de pagar 80 %, e até a totalidade do imposto em ouro, como alli se praticou, ha uma differença immensa. Por outro lado é facil de comprehender a vantagem da medida para o thesouro, que tem de fazer necessariamente em ouro grandes despesas em paizes estrangeiros.

Nem ha contradicção alguma da parte do governo, porque este, embora sustente o contrario o nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, não é o autor responsavel da depressão do cambio. O cambio regula-se...

O Sr. SILVA PEREIRA:—Pelo movimento da praça.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—... pelo movimento da praça; o ouro abunda ou desaparece do mercado obedecendo ás leis naturaes, ás leis economicas, que não são feita do governo. Nestas circumstancias o governo, que podia exigir do commercio estrangeiro uma elevação razoavel de impostos, prefere compelli-lo a trazer alguma moeda metallica para pagamento de parte dos direitos, e isto de Janeiro em diante.

Tambem, Sr. presidente, o governo julga aceitavel o art. 2º das emendas, isto é, aquelle que estabeleça o imposto que alguns têm denominado pessoal, e outros denominão movel. A respeito deste imposto suscita-se uma questão preliminar importante.

A commissão de 1866, no artigo e na tabella que offereceu, havia manifestado o intento de que o imposto fosse nesta razão, para a côrte, por exemplo: 1 $\frac{1}{2}$ % sobre o rendimento locativo de 3:00\$ a 7:00\$, 2 % de mais de 7:00\$ a 1:200\$, 2 $\frac{1}{2}$ % de mais de 1:200\$ a 2:40\$, de 3 % de mais de 2:40\$ a 3:600\$ e de 4 % de mais de 3:600\$000.

Oppõe-se á doutrina da commissão de 1866 a objecção de que o imposto assim era progressivo; que o imposto progressivo tem resabio do socialismo, e nasce do odio á accumulacão de riquezas. (Não apoiados)

Estudando o assumpto com a nobre commissão actual, achei justos os seus escrúpulos no sentido da mencionada objecção, não que consideremos propriamente o imposto, nos termos constantes da tabella, merecedor da censura que se faz ao imposto progressivo em geral.

Basta ler-se com attenção o que a respeito do imposto progressivo escreveu o Sr. Rossi, quer no seu curso de direito constitucional, quer no de economia politica, para se conhecer que o imposto lembrado pela commissão de 1866 não é um imposto tão digno de condemnação como se pretende; mas reconheci com a commissão actual, que na verdade existe no artigo em questão e sua tabella o germen do imposto progressivo; e, pois, não obstante a moderação com que era lançado, pareceu-me mais sensato seguir á risca o principio, consagrado na constituição do Imperio, de ser o imposto lançado, não progressivamente, mas na proporção dos haveres de cada um.

Substitue-se, portanto, a doutrina do trabalho da commissão de 1866 pelo seguinte artigo:

« Cobrar-se-ha de cada pessoa, nacional ou estrangeira, que residir no Imperio, e tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou propria, ainda que nella não more, um imposto de 3 % sobre o rendimento locativo annual, não inferior a 480\$ na côrte, a 180\$ nas capitães das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, S. Pedro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, a 120\$ nas demais cidades, e a 60\$ nos mais lugares. »

A emenda offerece duas vantagens: corta pela raiz a objecção do imposto progressivo, e, depois, marcando o minimo de 60\$ por anno, isenta do imposto o habitador de insignificantes predios situados em estradas ou em pequenos povoados, onde o valor locativo é quasi nullo, sem eximir da contribuição o rico fazendeiro, que nas suas terras possui e occupa um palacete.

O nobre deputado pelo municipio neutro, o Sr. Macedo, porque o imposto de que se trata basea-se no valor locativo, entende que vem a ser a antiga imposição da decima augmentada debaixo de nova denominação. Mas, Sr. presidente, o nobre deputado pelo municipio neutro não tem razão. A decima é um imposto diverso do de que aqui se trata. A decima tem por objecto a propriedade, o predio; o imposto de que falla o artigo a que me refiro se dirige e quer attingir a renda, considerando no valor locativo da casa em que o contribuinte mora só um indicio e presumpção de fortuna.

O imposto pessoal propõe-se attingir a renda; mas, em vez de ir directamente ao seu fim, toma o valor da residencia como um signal, uma manifestação de renda, na bem entendida supposição de que quem occupa um predio nobre tem bastantes meios de vida, e de que só por grande escassez de recursos se resolve alguém a morar n'um casebre.

O governo adopta duas idéas suggeridas no debate pelo nobre deputado pela provincia de Pernambuco, o Sr. Buarque de Macedo, que tão logicamente tratou deste assumpto.

A segunda parte do art. 3º, que diz: « A taxa fixa terá por base a natureza e classe das industrias e a importancia commercial das praças e lugares em que forem exercidas » admite o acrescimo lembrado pelo nobre deputado a quem me refiro, e vem a ser: « ou, quanto aos estabelecimentos industriaes, o numero de operarios, fornos, alambiques e outros meios de producção. » (Apoiados.)

Eis a outra idéa: na 3ª parte do mesmo artigo, depois da palavra—profissão—pôde-se acrescentar: comprehendidos, quanto aos estabelecimentos industriaes, todos os mais materiais de producção.

A commissão formulou nesse sentido emendas, que o governo acha muito razoaveis.

A respeito do imposto, a que ficão sujeitas as sociedades anonymas, de 1 $\frac{1}{2}$ % dos beneficios que se distribuem annualmente aos accionistas, cumpre dizer alguma cousa.

Varios nobres deputados têm achado irregular que, tributando-se assim as sociedades anonymas, isentem-se do imposto as sociedades em commandita, e de accordo com esse pensamento apresentáram emendas.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—Bancarias; eu faço distincção.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—As emendas referem-se ás commanditas.

O SR. PEREIRA DA SILVA:—A minha, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro accrescentou, na sua emenda concernente a este paragrapho, que, assim como são tributados os dividendos das sociedades anonymas, também o serão os juros das apolices.

Vou combater, Sr. presidente, estas duas idéas.

A sociedade em commandita não está no caso das companhias anonymas.

O SR. PEREIRA DA SILVA:—Mas a commandita participa também de lucros.

O SR. RATISBONA:—E é registrada.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Perdão; os contratos de todas as sociedades se registão; mas, enquanto as companhias ou sociedades anonymas dão conta de seus dividendos e os tornão publicos, as sociedades em commandita não estão sujeitas a uma tal obrigação.

O SR. BAPTISTA PEREIRA:—Apoiado; enquanto que os lucros das outras não ficão no mysterio.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E, pois, é perfeitamente admissivel sobre os dividendos das companhias de commercio ou sociedades anonymas o imposto de 1 ½ %, que não pôde recahir sobre os lucros das sociedades commerciaes, em nome colectivo ou em commandita, as quaes não dividem como aquellas o seu capital em acções nem estão expostas á mesma fiscalisação.

O SR. PEREIRA DA SILVA dá um aparte.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' um erro.

O SR. PEREIRA DA SILVA:—Eu combati sempre essa idéa.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Mas então combatu a verdadeira intelligencia da lei; basta abrir-se o código do commercio para ver-se que a companhia anonyma não é uma sociedade commercial propriamente dita, que ha entre ellas grande differença (*apoiados*); a companhia anonyma divide o seu capital em acções, nem se pôde formar sem consentimento do governo (*apoiados*); mas as sociedades commerciaes em geral e em commandita particularmente não precisam dessa autorisação, nem distribuem o seu capital por acções.

Em 1854, mediante uma serie de artigos dignos da reputação do Sr. Dr. Augusto Teixeira de Freitas, esse distincto juriscônsulto demonstrou a differença que vai de uma companhia anonyma a uma sociedade commercial propriamente dita, combatendo com argumentos irrefragaveis a pretensão, que então vogava, de dividirem o seu capital em acções certas sociedades em commandita.

O SR. BAPTISTA PEREIRA:—E o Sr. conselheiro Nabuco resolveu a questão.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E resolveu de accordo com a opinião que acabei de referir.

Portanto, a commissão procedeu muito bem lançando um imposto sobre os dividendos das sociedades anonymas, e não sobre os lucros das sociedades em commandita.

O SR. BUARQUE:—Em todo o caso, a sociedade commanditaria não fica isenta da taxa fixa.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Sr. presidente, disculpe-me absolutamente da idéa de sujeitar ao imposto de 1 ½ % os juros das apolices. (*Apoiados*.)

Não accito a idéa por motivo muito simples, e é que actualmente o governo tem o maior interesse possível em attrahir os indivíduos que dispõem de capitães a comprar apolices, promovendo por todos os modos ao seu alcance a respectiva emissão, sendo certo que pretender annular a emissão das apolices, e ao mesmo tempo lançar um imposto sobre os juros delleas, seria contradicção, seria querer e não querer. (*Muitos apoiados*.)

O SR. SAYÃO LOPATO:—E seria reduzir o juro.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Em circumstancias diversas das nossas sei bem que paizes civilizados têm lançado impostos sobre titulos de divida publica; mas em nosso caso, quando o melhor recurso do the-

souro é a emissão de apolices, não é prudente reduzir, por meio da imposição indicada, o juro das apolices (*apoiados*); seria, pelo contrario, asada occasião de cercar esse titulo de divida publica de maiores garantias (*muitos apoiados*), se fosse possível.

Entretanto, se repillo assim, pela exposta consideração, o imposto sobre o juro das apolices, nem por isso deixo de achar muito discreto o art. 12, que revoga a isenção do imposto sobre heranças e legados, que pertence ás apolices nos termos da lei de 1827.

O SR. PEREIRA DA SILVA:—Aceito-o.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Aprecio muito o voto do nobre deputado. A commissão propõe a revogação do art. 37 da lei de 15 de Novembro de 1827, que diz: «As apolices são isentas do imposto sobre heranças e legados.» Nacionais e estrangeiros, Sr. presidente, attrahidos pelas garantias que offerecem as apolices (*apoiados*), têm nellas empregado grandes sommas (*apoiados*); conservemos, pois, ás apolices as actuaes condições que attrahirão esses capitães, deixando de lançar sobre os juros uma contribuição que pôde além disso arredar novos concurrentes. (*Muitos apoiados*.) Mas o imposto sobre as heranças e legados não suscita a objecção posta ao imposto sobre os juros, e deve ser adoptado. Deixando de lado o art. 13 e seus paragraphos, a respeito dos quaes estou de accordo com a commissão de 1866, passo ao art. 14, que lança um imposto sobre os vencimentos recebidos dos cofres geraes, provincias ou municipaes.

A commissão de 1866 propoz um imposto de 2 % sobre os vencimentos de 600\$ a 1:200\$, de 2 ½ % nos de 1:200\$ a 2:400\$, de 3 % nos de 2:400\$ a 3:600\$, e assim por diante. Eis-aqui o imposto progressivo, contra o qual já fiz algumas ponderações.

A commissão de orçamento deste anno entendeu que devia oppôr-se a semelhante disposição, e eu acho bem fundada a sua repugnancia.

E', portanto, o art. 14 substituido por este: «Todas as pessoas que receberam vencimentos dos cofres publicos, geraes, provincias ou municipaes, comprehendidos os pensionistas, aposentados e jubilados, ficão sujeitos a um imposto de 3 %, excepto os inferiores a 1:000\$000.»

As modificações são estas: primeiramente, exceptua-se do imposto o vencimento que não chega a 1:000\$; em segundo lugar, observa-se á risca no imposto o principio da proporção, que a lei fundamental do Imperio parece recomendar.

Sr. presidente, a respeito da taxa de escravos a commissão actual concordou com as observações feitas pela maioria do conselho de estado e por muitas pessoas de criterio quanto a não lançar-se o imposto de 2% nos escravos das fazendas rurais. Este imposto terá de ser substituido pelo augmento de 2 % sobre a exportação.

A commissão actual offereceu uma emenda ao art. 19 do trabalho do anno passado, elevando a 6 % a multa de 3 % sobre os impostos que não são pagos á boca do cofre. A razão desse augmento é intuitiva. Até agora o contribuinte revel não era pela multa estimulado a pagar os impostos, porque a importancia dos impostos posta a juros dava para satisfazer a multa e ainda deixava lucro, o que não succede elevando-se ao dobro a mesma multa.

Desejára que V. Ex., Sr. presidente, me dissesse quanto tempo me resta para fallar.

O SR. PRESIDENTE:—V. Ex. tem de fallar até ás 3 horas menos 10 minutos, descontando-se o tempo gasto nas interpollações. Ainda restão a V. Ex. 25 minutos.

O SR. BUARQUE:—Ainda que tenha de exceder, ninguém reclamará; todos nós teremos prazer em continuar a ouvi-lo. (*Muitos apoiados*.)

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Começo practicamente a sentir a sabedoria da reforma do regimento. V. Ex. está vendo que, apesar da placidez com que procuro discutir, estou fatigado.

Se o regimento não visse em meu apoio talvez tivesse de fallar até ás 4 ou 5 horas da tarde, e isto não convém á saúde. (*Apoiados*.) Deixando, portanto, para amanhã a continuação do exame das emendas offerecidas, farei hoje apenas, concluindo, algumas breves considerações sobre dous pontos.

A camara tem ouvido a insistencia com que diversos oradores hão procurado fazer sentir que não é licito elevar impostos sem fazer economia, sem acabar com o luxo de pessoal das nossas repartições.

E aqui recorro-me de uma observação do nobre deputado pelo municipio neutro, o Sr. Macedo.

S. Ex. disse que nem o governo, nem a camara, podião tratar convenientemente do augmento de imposto, sendo obrigados a tactear as trevas, segundo a expressão de Bocage, porque não temos estatística.

Em primeiro lugar, constanto, em grande parte, do augmento de impostos já existentes a renda que se trata de alcançar de novo, é visto que a estatística que servio para a criação do imposto antigo serve agora para o respectivo augmento.

Depois, a estatística, que ainda agora vai tomando assento entre as sciencias, não é completa em paiz algum, e menos ainda pôde sê-lo em um paiz novo como o nosso. Entretanto a falta de estatística regular e completa nesses paizes não tem impedido a criação de impostos, e, portanto, não pôde impedir entre nós um trabalho sobre impostos. Acresce, Sr. presidente, que temos hoje mais estatística do que no tempo d'el-rei, mais do que dez annos atrás. Esta mole (*apontando para o relatorio*), que o nobre deputado das Alagoas acha rude, indigesta, encerra contudo muitos dados estatísticos, e ha poucos dias se distribuiu nesta camara um trabalho estatístico muito importante sobre impostos, que alguns nobres membros da opposição têm reconhecido ser o melhor que se tem apresentado ao corpo legislativo.

E com relação ao assumpto que se discute ainda nenhum ministerio fez mais do que se fez agora. (*Apoiados.*)

O nobre deputado das Alagoas, adherente á seita que obriga os ministros a fazer tabellas por suas mãos, fallando um destes dias com vantagem do trabalho estatístico a que me refiro, disse: «E' do Sr. conselheiro Arêas.»

Declaro tambem alto e bem som: o trabalho faz honra ao Sr. conselheiro Arêas e aos dous empregados, C. Evertton e Simões, que por ordem minha o auxiliáram no desempenho de tão importante commissão. (*Apoiados.*) Quando o nobre deputado das Alagoas for ministro está visto que ha de dispensar o serviço de todos os empregados do thesouro, ha de organizar por suas mãos quantas tabellas estatísticas forem necessarias. Eu não posso fazer a mesma cousa; chamo os homens entendidos, aproveito-os, dou importancia ao seu saber e pratica, estimoo-os muito, e sinceramente desejo mostrá-los o muito que o governo reconhece e aprecia a sua aptidão e bons serviços.

Para o nobre deputado das Alagoas a estatística ou ha de ser completa ou nada.

O Sr. TAVARES BASTOS:—O que hoje ha é muito pouco.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' relativo. Ha homens tão sabios que nada mais têm que aprender: é o caso do nobre deputado. Outros ha, e são a maior parte, na qual estou comprehendido, que se dão por felizes recebendo qualquer auxilio e conjuvação.

Mas diversos deputados têm dito: não se pôde augmentar impostos sem economias, sem se fazer com que as nossas repartições tomem proporções mais modestas. Estou de accordo com este pensamento, senhores: em breve ha de ter lugar a terceira discussão do *Mathusalem*. Já dirigi uma circular aos meus collegas a fim de que com as respectivas commissões examinassem verba por verba o orçamento, adoptando os conselhos e dictames tanto da maioria como da minoria tendentes a se fazerem nas despesas os cortes possiveis.

Isto é lealdade do governo. (*Apoiados.*) Se constar á minoria desta camara que o governo hesita na eliminação de despesas desnecessarias, terá então o direito do dizer que o governo não quer economias.

Agora, quanto ás repartições publicas, V. Ex. sabe que, estando ellas montadas em virtude de leis e regulamentos, o governo não pôde fazer cousa alguma sem o auxilio das camaras.

Concordo com os oradores que têm asseverado contarem as repartições do Imperio mais empregados do que convem. (*Apoiados.*) Não sigo o pensar daquelles que

quando dirigem uma repartição entendem ser de seu dever fallar bem de todos, defender a todos os funcionarios.

Não, senhores, as repartições do Brazil têm mais empregados do que são necessarios; têm sido montadas sob este pensamento funesto—que, havendo saldos, devião ser repartidos.—E' falta commun dos governos e das camaras.

Sem fazer offensa aos direitos adquiridos, cumpre autorisar o governo a proceder a uma reorganisação geral sob as bases—diminuição do pessoal e redução da despesa—: é medida indispensavel.

Na verdade fica o governo armado de um grande arbitrio; mas não ha de abusar d'elle.

Senhores, nas circumstancias extremas em que estamos (nesta parte o mal ha de produzir o bem), não haveria ministerio que cedesse a empenhos, ao desejo de augmentar clientella, de empregar amigos, parentes e affilhados. Hoje seria um crime não oppôr embaraços a essa torrente esmagadora.

Concordarei, portanto, com a reforma das repartições sob as duas indicadas bases.

Sr. presidente, amanhã tomarei em consideração as novas emendas que existem sobre a mesa. (*Muito bem; muito bem.*)

Sessão em 27 de Agosto.

ORÇAMENTO DA RECEITA GERAL DO IMPERIO.

O Sr. ZACARIAS (*presidente do conselho; signaes de attenção*):—Sr. presidente, vou continuar a emitir o meu pensamento a respeito das emendas que estão sobre a mesa.

O Brazil, Sr. presidente, está obrigado a tratar do empréstimo externo de 1888, que se vence em 1869; é, pois, indispensavel o artigo additivo offerecido pela commissão, em virtude do qual fica o governo autorizado a fazer as operações de credito necessarias para a execução do contrato desse empréstimo.

Acha-se em discussão uma emenda, que diz: «A taxa das matriculas das faculdades de medicina do Imperio será igual á das faculdades de direito.»

O governo dá o seu assentimento a esta emenda; não ha motivo para que entre a matricula do estudante de medicina e a de direito exista tamanha differença qual a que vigora pelas disposições actuaes. (*Apoiados.*)

Vejo um artigo additivo, que diz: «A phrase da lei negará tambem, no exercicio de 1888—1889, exceptuando a disposição relativa á verba—exercícios finaes—, cuja consignação deve continuar a ser de 200.000\$, e todas as mais disposições primitivas do corrente exercicio.»

A razão por que a lei, que se discute, deve tambem reger o exercicio de 1888—1889, é manifesta. Quanto á verba de exercícios finaes, que deve ser no actual exercicio de 500.000\$, para se pagar a dívida da estrada da Tijuca, no subseqüente reduz-se a 200.000\$, porque cessa a razão do acrescimo.

Diz outro additivo: «A faculdade concedida ao governo pelo art. 12 da lei n. 1.177 de 9 de Setembro de 1882, para o transporte do sobra das rubricas da lei do orçamento, não pôde ser usada no que toca a verbas intactas, nem a respeito daquellas cujos serviços não estejam finados.»

A camara comprehendendo o alcance do artigo: trata-se de restringir a faculdade que o governo suppanha possuir, de fazer transportes de sobras de verbas intactas, ou de autorisar transferencias de economias de verbas cujos serviços não estiverem ainda concluidos, e para as quaes depois vinha a pedir-se supprimento.

Sem abuso de palavra não se pôde sustentar que a uma verba intacta ha sobra que seja objecto de transporte, e o absurdo de, a titulo de economia, determinar a transferencia da sobra de uma verba, que immediatamente ha de precisar do supprimento, parece evidente. (*Muitos apoiados.*)

Ainda um artigo additivo: «A armazenagem da aguardente de produção nacional será cobrada na razão do 5% dos respectivos direitos por mez de demora, a contar da data da entrada para o deposito.»

! resente nento a pipa de aguardente paga 28400 de armazenagem, qualquer que seja o tempo que esteja no deposito. A modificação contida no additivo, é, pois, indispensavel para fazer com que os donos da aguardente de produção nacional a tirem o mais depressa possível dos armazens, visto que paga 5 % dos respectivos direitos por mez de demora.

Diz outro artigo additivo:

« O governo fica autorizado para alterar os §§ 15 e 16 do art. 2º da lei de 22 de Agosto de 1860, quanto ao limite das sommas que se podem depositar, o juro em épocas de que elle se deve contar, podendo admitir o deposito nas thesourarias da fazenda. »

A lei de 22 de Agosto de 1860 nos §§ citados dispõe:

« § 15. As caixas economicas não poderão fazer outra operação que não seja a de receber a premio semanalmente valores não excedentes a 50\$ por cada depositante. As quantias depositadas na mesma ou em differente caixa por um mesmo individuo, e que por accumulção, ou por qualquer outro motivo excederem ao computo de 4:000\$, não vencerão juros.

« § 16. Os dinheiros recebidos pelas caixas economicas serão entregues, no prazo maximo de oito dias, á estação de fazenda que o governo designar em cada provincia ou ministerio, e vencerão o juro de 6 % desde o dia de sua entrada. Os juros serão accumulados semestralmente, e a retirada dos depositos só poderá ter lugar com previo aviso do depositante, feito com antecedencia de oito dias pelo menos. »

O artigo não pretende que se altere o juro das quantias depositadas, mas quer que, em vez de ser o minimo a quantia de 50\$, seja a de 100\$; que em vez do maximo ser de 4:000\$, se eleve a 8:000\$. (Apoiados.)

Tambem importa outra alteração o artigo; e consiste em permitir que, onde não ha caixa economica que receba as economias dos pouco abastados, e as leve ao thesouro nacional, as possuão os particulares levar directamente ao thesouro.

« Enquanto não fôr expedido o regulamento para arrecadação deste imposto (imposto sobre industrias), o governo pôde sujeitar ao de que trata a lei de 21 de Outubro de 1843 as doutrinas e profissões actualmente existentes. »

V. Ex. e a camara sabem que, pelas disposições vigentes, as casas de depositos nesta corte estavam exceptuadas de pagar impostos; e, pois, enquanto o governo não expede o regulamento a que a emenda se refere, é justo que essas casas, exceptuadas sem motivo plausivel, comecem a pagar a contribuição; é o fim do artigo.

« Fica reservada para a servidão publica, nas margens dos rios navegaveis e de que se fazem os navegaveis, fóra do alcance das marés, salvas as concessões legittimas, feitas até á data da publicação da presente lei, a zona de sete braças, contadas do ponto médio das enchentes ordinarias para o interior, e o governo autorizado para concedê-las em lotes razoaveis, na fórma das disposições sobre os terrenos de marinhas. »

Contando-se o espaço de quinze braças craveiras desde o ponto a que chega a preamar média para a concessão do terrenos de marinha, banhados pelas aguas do mar ou dos rios navegaveis, segundo o art. 4º das instrucções de 14 de Novembro, determina o artigo em discussão que, fóra do alcance das marés, se reserve para servidão publica uma zona de sete braças, contadas do ponto médio das enchentes ordinarias nas margens dos rios navegaveis e de que se fazem os navegaveis. E manifesta a necessidade da providencia indicada.

Voltei ao artigo additivo, que julgo da maior importancia, daquelle que autorisa o governo a reformar as repartições publicas, sob as seguintes bases: redução do pessoal o diminuição da despesa actualmente feita.

O nobre deputado, relator da commissão, disse hontem á camara que a este respeito convinha haver o maior cuidado para que não fossem prejudicados direitos adquiridos. Parecia-me que os direitos adquiridos estavam salvos; mas se na discussão se apresentar qualquer refoque ao artigo para que cesse toda a duvida, ou serei o primeiro a applaudi-lo. (Apoiados.) Não queremos, Sr. presidente, opprimir a ninguém; nem dese-

jamos que os direitos adquiridos dos empregados soffrão (Apoiados.)

(O orador pede, e o Sr. presidente remette-lhe, algumas emendas que se achão sobre a mesa.)

Uma das emendas que V. Ex. mandou-me, diz: « Cobrar-se-ha pela estadia das embarcações nacionaes ou estrangeiras, etc. »

O nobre deputado pela provincia do Espirito-Santo, tratando da conveniencia de se obterem meios para as obras da alfandega, que consomem bastante dinheiro, lembrou o expediente de se elevar ao dobro o imposto de ancoragem. Mas este imposto, além de reduzido ha muito pouco, hoje tende a desaparecer. Todas as nações cultas procurão libertar o commercio de semelhante onus. O governo do Brazil tem recebido pedidos do de França para acabar com essa imposição, a que a França ha pouco pôz termo.

Nessas circumstancias, não acabar o imposto, e elevalo ao dobro, não parece-me regular. O modo mais regular de adquirir meios para as obras da alfandega, seria aproveitar o serviço da doca, exigindo um imposto pelo serviço que presta.

Eu, pois, incumbi o engenheiro respectivo de dar a sua opinião sobre o assumpto; e o artigo que acabo de ler contém o pensamento por elle exposto em um trabalho que opportunamente porei á disposição da camara. Ha um artigo que faz reverter para o thesouro, estabelecidas certas excepções, o beneficio das loterias.

Eu, Sr. presidente, se pudesse fazer quanto desejo, não adoptaria semelhante artigo. Na minha opinião, é indispensavel acabar-se com as loterias (apoiados), é indispensavel fazer com que o povo se não habitue cada vez mais ao jogo, o a loteria é um jogo. Mas nas presentes circumstancias, quando o que se tem em vista principalmente é extrahir das fontes de renda conhecidas tudo quanto possuão dar, pois que o povo está habituado ás loterias, acho que deve passar o artigo a que neste momento me refiro.

Nesta o na 3ª discussão provavelmente serão offerecidas pela commissão novas emendas: opportunamente as tomarei em consideração.

A camara me permitirá que considere agora as emendas dos Srs. Pereira da Silva e Carlos Pinto.

Quem attender ao teor das emendas da commissão, verá que uma parte dos pensamentos contidos nas emendas do Sr. Pereira da Silva foi acolhida por ella. Ha, porém, de S. Ex. algumas idéas que não podem ser acceitas nem pela commissão nem pela camara.

Por exemplo, o nobre deputado, porque sabe que no substabelecimento de procurações para a venda de escravos ha grandes abusos, apresentou esta emenda: « Não valerão para as vendas de escravos os substabelecimentos de procurações, etc. »

A intenção do nobre deputado é louvavel; mas duvido que a camara esteja em sua esphera, supprimindo, a pretexto de impedir abusos, o direito do substabelecimento que a todos outorga no Imperio a legislação civil. (Apoiados.)

(Ha um aparte.)

Diz muito bem o nobre deputado pela Parahyba: ainda que só com a prohibição do substabelecimento pudesse salvar-se o imposto, não era conveniente que a lei fiscal coarctasse nesta parte o direito civil.

O nobre deputado pelo Espirito-Santo, na 1ª parte do art. 11 de sua emenda, acompanha o nobre deputado pelo Rio de Janeiro no seu odio ao substabelecimento. Portanto, as observações que fiz á emenda do nobre deputado pelo Rio de Janeiro applicão-se á 1ª parte do artigo do nobre deputado pela provincia do Espirito-Santo.

Os abusos dos substabelecimentos podem ser cohibidos perfeitamente, sujeitando-os o legislador a uma contribuição de tal modo elevada que tire todo o interesse em occultar a venda que realmente tenha havido. E para assim vedar o abuso, tem o governo em um dos artigos da commissão os meios necessarios.

O nobre deputado pelo Rio de Janeiro apresentou, Sr. presidente, uma idéa, que tambem não pôde ser aproveitada, quando disse que ao art. 6º da proposta, depois da palavra *banqueiros*, se accrescente: *ou quaes-*

quer sacados. O nobre deputado ha de convir comigo em que o seu artigo não pôde ser aceito pela camara.

Vejamos os termos do artigo da commissão. Diz: « Os cheques e mandatos ao portador ou a pessoa determinada passados para serem pagos por banqueiros na mesma praça, em virtude de contas correntes na forma do art. 1.º § 10 da lei de 22 de Agosto de 1860, pagarão o sello fixo de 200 rs. »

O nobre deputado quer que se acrescente: *ou quaesquer sacados*; isto é, admitte como podendo aceitar esses mandatos e cheques ao portador outro sujeito que não seja o banqueiro.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—E' um imposto geral sobre todos os cheques.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Mas a lei de 22 de Agosto de 1860, no art. 1.º § 10, havia restringido a emissão de cheques, nos termos que vou ler:

« Nenhum banco que não fôr dos actualmente estabelecidos por decreto do governo, etc., poderá emitir, sem autorisação do poder legislativo, notas, bilhetes, vales, papel ou titulo algum ao portador, ou com o nome deste em branco, sob pena, etc. »

O decreto de 22 de Outubro de 1864, procurando interpretar essa disposição, determinou que os títulos ao portador, a que se refere a lei de 22 de Agosto no art. 1.º § 10, devem ser passados conforme o modelo annexo ao mesmo decreto, e apresentados ao banqueiro pelo portador, no prazo de tres dias.

Assim, segundo a lei de 21 de Agosto de 1860 e o decreto de 22 de Outubro de 1864, que explicam-a, os cheques só são permittidos aos banqueiros nos termos precisos da lei, e não a qualquer escado, como pretende o nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro.

O nobre deputado pelo Rio de Janeiro quer que ao governo se dê authorisação para vender a estrada de ferro.

Não aceito a idéa do nobre deputado, porque o assento proprio deste assumpto é a lei relativa ás estradas de ferro, a qual pende da 3.ª discussão na camara vitalicia.

Quanto ao nobre deputado pelo Espirito-Santo, Sr. presidente, eu não posso deixar de agradecer-lhe o trabalho a que se deu, o zelo e esforço que emprega para que a renda publica aumente.

Entretanto ha aqui algumas emendas do nobre deputado absolutamente inaceitaveis; por exemplo, a que manda supprimir os direitos de reexportação e baldeação dos generos despachados para a Costa d'Africa.

Este imposto é tenue, ninguém o desconhece; mas nenhum motivo ha que imperiosamente exija a sua supressão.

Suprima-se, diz S. Ex., da proposta do governo sobre a receita a verba relativa ao póo-brasil, o qual deve pagar direitos como outra qualquer madeira, e não na razão de 15 %, actualmente estabelecida.

A redução é a menos aceitavel po nível. Em primeiro lugar, trata-se de reduzir um imposto, quando nós precisamos augmentar a nossa renda. Trata-se, em segundo lugar, de reduzir um imposto decretando igualdade onde não pôde havê-la. O póo-brasil é, porventura, no caso das outras madeiras do Imperio?

O seu prestimo e utilidade, com relação á industria, justifica a differença de imposição que o nobre deputado pelo Espirito-Santo quer fazer desaparecer.

Os officios do exercito concorrerão com um dia de soldo, como os da marinha. Esta idéa, embora sustentavel, não tem seu lugar aqui. E' verdade que os officios de marinha concorrem voluntariamente com um dia de soldo para o montepio, e os officios do exercito não, mas exigir agora destes, n'uma occasião de guerra, e em uma lei concedida exclusivamente sob o ponto de vista fiscal, acho que não tem cabimento.

O governo, diz o nobre deputado pelo Espirito-Santo, poderá conceder de aforamento, a titulo perpetuo, terras publicas, etc.

Sr. presidente, é outra innovação nas emendas do nobre deputado que me parece inaceitavel. A lei de 1850, que contém um systema, determinou que em roças as terras publicas fossem vendidas.

O que quer o nobre deputado fazer? Alterar o systema daquella lei, dar por aforamento quando a lei manda vender. O nobre deputado pretende assim alterar

um systema adoptado sem expender uma razão que justifique a mudança.

Agora, Sr. presidente, vou dirigir algumas palavras ao nobre deputado por S. Paulo e ao nobre deputado por Sergipe. O nobre deputado por Sergipe, Sr. presidente, offereceu o seu prestimo o apoio para melhorar o estado de nossas finanças. Ha agradeço os bons desejos do nobre deputado; mas S. Ex., antes deste offerecimento generoso e patriótico, revelou vicios numerosos na alfandega de Aracajú, dizendo que alli não se posso as caixas de asnevar e não ha fiscalisação; pelo que pede providencias ao governo.

Não sei se S. Ex. precisou datas, mas devo declarar que heje achei se á testa da alfandega de Aracajú um empregado tão distincto que era digno de dirigir qualquer das alfandegas do Imperio, quer pela sua moralidade, quer por sua intelligencia, o Sr. Dr. Joaquim José Oliveira. E se S. Ex. quizer uma prova do que vale o Dr. Oliveira, peço-lhe que leia o seu parecer a respeito dos impostos, que vem annexo ao relatório da fazenda, e rec. necessári o bom senso, a disciplina de tão distincto funcionário.

Na administração do Sr. Dr. Oliveira é impossivel a existencia dos abusos de que faz menção o nobre deputado pela provincia de Sergipe.

Uma vez que um saudado abandonou o nobre deputado a respeito do pequeno numero de graças concedidas á sua provincia. Não entrarei no exame de tal queixa, limitando-me a combater a conclusão, que pareceu tirar o nobre deputado, de que isto succede porque a provincia de Sergipe não tem no ministerio quem a represente, e, pois, está como abandonada, porque, se assim fosse, ficaria estabelecido o principio de que em toda a organização ministerial a maior parte das provincias ficariam abandonadas, desde que as provincias são 20 e os ministros 7.

O nobre deputado, esphores, é um homem de talento, activo e um zeloso promotor da sua provincia, e bastava isso para que a provincia de Sergipe não se possa dizer abandonada. Muitos serviços têm prestado os Sergipenses quanto á guerra: pequena em territorio e população, a provincia de Sergipe tem comido sobre si como as mais ricas e populosas do Imperio. O governo ha de mostrar-se solícito em reparar qualquer falta que tenha commettido relativamente a graças para Sergipe: accredito-o o nobre deputado.

O nobre deputado por S. Paulo, Sr. presidente, hontem perguntou-nos para quanto em o-te orçamento, e affirmado-se-lhe que para 1887 a 1888 disse logo: « A discussão do orçamento não pôde continuar sem offensa da constituição; porque se o orçamento é de 1887 a 1888 regue-se que, tendo sido em segunda discussão votada a despeza o máo cassado, a votação da despeza para o mesmo exercicio só virá a ter uma discussão, quando a lei fundamental quer que tenha duas. »

O nobre deputado, para mostrar a inconstitucionalidade do procedimento da camara, foi revelar as sciencias de Rossi, esse pobre patriota, victima do punhal do assassino. Disse-lhe: Ha von cortar a s' sentença questão tendo. » Mas o que tem o nobre deputado? Lea uma disposição do regimento da camara franceza do tempo do sabio Rossi, que dizia: « Afóra o caso de dissolução da camara, ou de expiração os poderes de seus membros, os trabalhos legislativos começados e interrompidos pelo encerramento da sessão, poderão, na seguinte, a requerimento de um de seus membros, ser postos em discussão. »

Quer isso dizer que na França, por uma disposição do regimento da camara electiva, não se discutia mais em uma nova legislatura os projectos da antecedente, que erão interrompidos por dissolução da camara ou por cessação do mandato. Mas dahi não se segue que o texto do regimento da camara franceza decida os casos occorrentes no parlamento do Brazil.

A nossa lei, os nossos stylos são diversos. Nem a dissolução da camara temporaria nem o fim dos poderes dos seus membros impede que os projectos de uma legislatura, ainda depois de passados muitos annos, sejam dados para ordem do dia no mesmo estado em que haviam ficando.

Assim, por exemplo, a lei chamada das terras, iniciada muitos annos antes, foi definitivamente votada e submottida á sancção em 1860, apesar da dissolução do

1848 e da extinção do mandato dos deputados de uma legislatura.

O código do commercio esteve largos annos em discussão, vio começar e terminar mais de uma legislatura até que enfim, no anno de 1856, se tornou lei do Estado. O que está fazendo o actual Sr. presidente do senado? No louvavel proposito de limpar as pastas, está submettendo ao debate projectos de dez, quinze e vinte annos.

E porque? Porque o principio que prevalece entre nós é — que só o voto da camara pôde matar um projecto; não ha interrupção, por mais prolongada que seja, não ha dissolução nem termino da legislatura que faça considerar morto para o debate um projecto qualquer.

Em França prevalecia no tempo da Rossi outra disposição. E' bom ler, estou de accordo com o nobre deputado, é bom conversar com os defunctos; mas a autoridade de Rossi, por mais respeitavel que seja, e mais citando elle apenas um artigo do regimento da camara franceza, não é autoridade para decidir o nosso caso: *legem habemus*.

Eu, Sr. presidente, era membro desta camara em 1850, e presenciou pôr-se á votação uma materia cuja discussão havia ficado encerrada na legislatura anterior. Nota-se bem: não se deu para novo debate, ia votar-se um assumpto cuja discussão terminára muito tempo antes. Tomou então a camara a decisão, que o nobre deputado por S. Paulo citou em favor, mas que é inteiramente contraria á sua doutrina. A decisão tem data de 22 de Agosto, e é: que, no caso do ficar interrompida a votação de um projecto, não prosiga, voltando o mesmo projecto á ultima discussão.

Destarte o unico precedente que se cita em prol da doutrina do nobre deputado por S. Paulo vem firmar positivamente a nossa regra, a saber: que não vota-se uma proposição cuja votação tenha sido interrompida em legislatura ou sessão anterior, sem passar por novo debate, mas que não ha interrupção que vede o exame e discussão de um projecto e sua definitiva approvação. Como meio de evitar que os membros das camaras votem sem saber de que se trata, exige-se que uma votação interrompida não prosiga sem nova discussão; porém evidentemente a interrupção não dá por findo e extincto o projecto.

Ora; o projecto do orçamento, de que se trata hoje, teve uma discussão e consequente votação na parte relativa á despesa; agora entra em discussão a parte do orçamento relativa á receita, e depois haverá uma terceira discussão, em que tem de ser considerado todo o projecto, e pôde ser emendado e corrigido conforme mais conveniente fôr. A que vem aqui a autoridade de Rossi?

A seguinte observação irá ainda mais convencer o nobre deputado pela provincia de S. Paulo da inexactidão dos seus argumentos.

V. Ex. sabe que em 1861 o governo levou ao senado um projecto da lei do orçamento. O ministerio de 15 de Janeiro, de que fazia parte o nobre deputado por S. Paulo, retirou-se antes de concluí-lo o orçamento; o de 31 de Agosto, seu successor, não fez passar no senado aquella lei. Acabando-se consequentemente no senado o projecto de orçamento para o exercicio de 1864 a 1865, asentou que o ministerio que seguiu-se ao de 31 de Agosto suscitou em 1865 a discussão daquella proposta, fazendo-lhe varias emendas, uma das quaes foi a do titulo, que passou a ser de 1865 a 1866 em vez de 1864 a 1865, como primitivamente fôra. E ninguém chamou Malthusiano o projecto assim reasado, nem disse que importava fazer uma offensa da constituição!

Pois bem: em 1855 apresentou-se nesta casa uma proposta de orçamento para 1856 a 1857: discutiu-se essa proposta quando, partindo S. M. o Imperador para o sul, teve de ficar interrompida a discussão. Em 1856, por motivos que me é escusado referir, não passou o orçamento, mas uma simples resolução mandando continuar o orçamento anterior.

Discutindo-se, porém, o anno passado aquella proposta apresentada em 1855, e votando-se em 2ª discussão a parte da despesa, adoptáram-se muitas emendas accommodando a proposta, já não ao exercicio de 1856 a 1867, mas ao de 1867 a 1868, de sorte que a votação do anno passado relativa ás despesas do orçamento teve já

em vista o exercicio que hoje corre, e não aquelle para o qual propriamente fôra a mesma proposta apresentada.

O Sr. José Bonifacio: — Então era um orçamento duplo.

O Sr. Presidente do Conselho: — Via-se que faltava o tempo, e entendem-se que a lei devia ser votada não para 1866 a 1867, mas para 1867 a 1868, e nesse pre-supposto procedeu-se o anno passado.

Continuando a obra do anno passado, trataremos de adaptar a receita, não ao exercicio previsto na proposta, mas ao de 1867 a 1868 e tambem ao de 1868 a 1869, accrescendo que na terceira discussão pôde a camara re-tocar todo o projecto e affeição-lo completamente ás exigencias actuaes do serviço publico.

O que objectou o nobre deputado quando a lei, que em 1864 foi para o senado, destinada ao exercicio de 1864 a 1865, voltou em 1865 a esta camara com o titulo emendado para o exercicio de 1865 a 1866? Não me consta que S. Ex. levantasse a sua voz contra esse precedente.

E agora que a proposta não foi ainda para o senado, agora que temos a faculdade de emenda a inteiramento até pô-la em harmonia com as necessidades do tempo, quer S. Ex. negar á camara aquillo que não estranhou ao senado!

O nobre deputado observou que nunca vio tantas autorisações juntas como nos artigos que se discutem, o que muito estranha, mormente attendendo-se a que algumas dessas autorisações versão sobre materia de impostos.

E porque o nobre deputado sempre procura dar a seus raciocinios uma formula geral, o que é proprio dos talentos elevados, accrescentou: « Ha sobre autorisações duas escolas: uma, suppondo que o governo pôde fazer tudo e as camaras nada, e delegando tudo ao governo; outra que denega absolutamente autorisações, raciocinando assim: « Se o governo está habilitado a fazer reformas, pôde tambem comunicar ás camaras as suas idéas, para que ellas as reduzão a leis, e se não está habilitado, então não é com as autorisações que elle ha de habilitar-se a cumprir o seu dever. »

O nobre deputado assim desconhece que ha uma terceira escola, a qual entende que entre confiar tudo ao governo e nada confiar dello ha um termo médio, que é o systema adoptado e seguido sempre entre nós.

Senhores, convém lembrar que esta proposta, tendo passado pelo exame do conselho de estado pleno, onde têm assento as notabilidades de todos os partidos, não soffreu alli a objecção que ora levanta o nobre deputado pela provincia de S. Paulo.

O Sr. Tiberto: — O conselho de estado foi ouvido sobre a conveniencia dos novos impostos, e não quanto á regularidade ou constitucionalidade dos meios.

O Sr. Presidente do Conselho: — Foi ouvido sobre os impostos e, portanto, não só sobre a sua conveniencia cu mios effeitos sobre o ponto do vista economico, mas tambem sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos meios. Os conselheiros forão chamados a emitir o seu parecer sobre a materia da proposta em todas as suas faces.

Dizia eu, pois, Sr. presidente, que o conselho de estado, onde todas as opiniões politicas têm distinctos representantes, não fez questão alguma a respeito do assumpto que tamanha censura mereceu do nobre deputado por S. Paulo, e porque? Porque é com autorisações mais ou menos definidas que se tem, a respeito do objecto que nos occupa, legislado no Imperio.

Sabe-se que ha trabalhos para os quaes as camaras não são competentes.

O Sr. José Bonifacio dá um aparte.

O Sr. Presidente do Conselho: — E o proprio nobre deputado, que nestes ultimos annos foi ministro da marinha e do imperio, pediu dispensa da lei do orçamento para apresentar resolução mandando vigorar o orçamento anterior!

O Sr. José Bonifacio dá outro aparte.

O Sr. Presidente do Conselho: — Pois V. Ex. entende que a camara é competente, por exemplo, para organizar uma tarifa?

Como se fez a actual tarifa? Como é que o Sr. visconde de Itaboraí tratou de organisar-la? Foi promovendo nas camaras o trabalho? Não: foi usando de uma autorização legislativa.

Não duvido que essas autorizações possam ser restringidas, apresentando-se uma ou mais bases que dirijão e limitem as faculdades conferidas ao governo. Mas então cabe ao nobre deputado offerecer, se quizar, essas bases que sirvão, por assim dizer, de balizas ao governo. Contenha o governo, já que nelle não confia, por meio de indicações saudáveis, que tornem difficil, se não impossivel, o abuso.

Ea peço com instancia ao nobre deputado que offereça emendas no sentido de cohibir abusos; e se forem discretos e bem pensados, como é tudo quanto sahe do nobre deputado, acredito que hão de ser promptamente neccitas.

a Melhore a proposta com emendas prudentes, mas não faça S. Ex. depender a criação e cobrança de impostos da prévia apresentação de trabalhos difficéis como uma tarifa. (Apoiados.) Pergunte ao nobre deputado pelo Espirito-Santo, que tem conhecimentos especiaes em negocios da alfandega, o que é organizar uma tarifa; o digno representante do Espirito-Santo disse em seu ultimo discurso que uma tarifa bem feita não se faz senão com muito vagar, e não de afogadilho, como quer o nobre deputado por S. Paulo.

Hei de incumbir da organização da tarifa empregados distinctos como os Srs. conselheiro Antão, chefe de secção Luiz Cypriano, e 1º conferente Felipe Vieira da Costa. Estou certo de que darão conta da tarefa no menor prazo que lhes fôr possível, mas nunca com a facilidade e promptidão que o nobre deputado por S. Paulo parece desejar.

Sr. presidente, o nobre deputado disse que o governo tanto não sabe ainda o que é a tarifa, que pede tempo para que a obra feita seja modificada segundo os conselhos da experiencia, antes de ser definitivamente submettida á approvação das camaras.

Mas se a obra é realmente difficil, se depende de tantos conhecimentos especiaes e da experiencia, como recusar ao governo as condições de acerto, que elle busca na pratica e na experiencia?

Tratando do imposto pessoal, o nobre deputado por S. Paulo disse que não era de opinião que o imposto progressivo limitado fosse condemnavel, e que de facto não achou nos livros da sciencia uma autoridade que absolutamente o condemnasse.

O Sr. José Bonifacio dá um aparte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Bem; o nobre deputado, pois, assevera que o imposto progressivo, sendo limitado, é um imposto que tem o assentimento dos escriptores de economia politica, sem haver um só que de todo o condemne.

Ea já disse hontem que em regra se pôde sustentar o imposto progressivo qual se acha no trabalho da commissão; mas a asserção do nobre deputado não é exacta. Ha escriptores de primeira ordem que condemnão absolutamente o imposto progressivo, ainda limitado.

Ninguém desconhece, menos o nobre deputado pela provincia de S. Paulo, que, tendo a oppôr a autoridade da sciencia e do bom senso ás aspirações do socialismo, o Sr. Thiers, em uma obra que teve no momento estrondosa reputação, que ainda hoje é digna de ser lida e meditada, e que intitulou—Da propriedade—, condemna absolutamente o imposto progressivo, ainda limitado, porque o limite da progressão pôde ser removido pela mão do legislador, sob qualquer pretexto, e por consequencia elevar-se á progressão até atacar a propriedade, que é o fim dos socialistas quando sustentão o imposto progressivo.

Dizia nesse livro o Sr. Thiers: « A sociedade civil é uma companhia de seguro mutuo; cada um deve pagar o risco na proporção da somma da propriedade segurada. Se alguém faz segurar uma casa do valor de 100,000 francos (sendo o premio na razão de 1 %) deve á companhia 1,000 francos; se a casa segurada vale um milhão, deverá o segurador dar á companhia 10,000 francos. »

O imposto progressivo segue outra regra: quer que

um pague na razão de um quinto, outro na razão de um terço, e assim por diante, até aniquillar as grandes fortunas.

Por isso afigurou-se-me de muito senso o parecer dos conselheiros de estado que se oppuzerão ao imposto progressivo, ainda moderado e restricto.

O nobre deputado por S. Paulo ha de agora reconhecer comigo que Thiers demonstra completamente o perigo e o mal do imposto progressivo.

Os Srs. José Bonifacio e C. Otttoni dão apartes.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O imposto proporcional é que está no espirito da nossa constituição, senhores; e eu não desejava concorrer para que se estabelecesse uma tal innovação nas leis do paiz.

Pareceu-me ouvir o nobre deputado por S. Paulo dizer que o imposto pessoal é exagerado na proposta, que o minimo do preço locativo devia ser 1:200\$00C.

O Sr. José Bonifacio dá um aparte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Bem: o ponto de partida do nobre deputado é 1:200\$. Ora, é sabido que até nesta cidade o aluguel de 1:200\$ não representa o minimo da fortuna; uma familia que occupa uma casa de 30\$ é realmente pobre; mas aquella que occupa uma casa de 480\$, já não é da ultima classe da sociedade. Por isso o trabalho da commissão estabelecendo o minimo de 480\$, isenta do imposto as pessoas mais pobres; e o nobre deputado, querendo que o minimo seja de 1:200\$, exclue da contribuição pessoas abastadas.

A commissão, Sr. presidente, attendeu a uma objecção que se fazia ao projecto, dispensando do imposto as pequenas casas que fóra das cidades, villas e povoações não rendem 60\$ por anno.

O imposto pessoal, disse o nobre deputado por S. Paulo, recahe sobre uma propriedade já muito onerada; mas qual o onus que tem o objecto sobre que recahe o imposto pessoal? E' a decima?

O Sr. José Bonifacio dá um aparte.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Perdô-me V. Ex. o imposto predial não tem nada com o que se chama imposto pessoal: a casa, na hypothese do imposto pessoal, serve sómente de indício para se avaliar qual é a fortuna do individuo; o imposto não é neste caso, como é a decima, lançado sobre a casa. Como não se poderia, com bom exito, exigir de todos a declaração dos seus lucros, o legislador procurou um meio indirecto de chegar a esse resultado, e o meio indirecto é o valor da casa que occupa o individuo, porque não ha duvida que, em regra geral, tal é a casa que o individuo habita, tal é tambem o seu estado de fortuna.

A decima recahe directamente, e tem por objecto o predio, ao passo que o imposto se encaminha á renda de cada um, estimada pelo valor locativo do predio que habita. A differença entre um e outro imposto é, penso eu, clarissima.

Disso o nobre deputado: « Fação o que quizerem, o unico modo de estabelecer o imposto pessoal é o vexame. » Sem duvida se o povo não é muito civilizado, e se se quizer estabelecer com todo o rigor o *income tax*, só com vexame extraordinario, só devassando o segredo das familias, só por meios inquisitoriaes, se chegará a conhecer exactamente a renda de cada um.

Nós não queremos tanto: queremos o imposto pessoal que se dirige á renda, mas não fazemos depender o imposto de uma averiguação minuciosa e severa do que o contribuinte annualmente lucra: o imposto se basea no valor locativo.

O Sr. Barão de Prados:—E' muito fallaz.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' muito fallaz! e qual é em materia de arrecadação de impostos a base que não seja mais ou menos fallaz? E qual é o povo que tenha um systema de impostos exactamente como a sciencia recommenda?

O nobre deputado, Sr. presidente, ponderou que a commissão cahira em uma especie de contradicção, porque, combatendo no art. 2º, isto é, no imposto pessoal, a progressão, consentio-a no imposto sobre industrias; S. Ex. disse, segundo meus apontamentos, que o imposto sobre industrias era progressivo.

O Sr. José Bonifácio: — Encerrava a base do imposto progressivo.

O Sr. Presidente do Conselho: — Poisentão acha-se esta base tão escondida que ninguém a vê.

O Sr. José Bonifácio: — V. Ex. diga qual é a diferença de classes, e achará a base.

O Sr. Presidente do Conselho: — Não sei que seja progressivo o imposto sobre as indústrias; toca ao nobre deputado demonstrá-lo.

Examinarei ainda uma objecção do nobre deputado pela provincia de S. Paulo, no que toca ao imposto pessoal: S. Ex. disse que a camara não tem direito de lançar impostos directos, como é o imposto pessoal.

Eis-aqui uma these constitucional, na qual creio que o nobre deputado não terá em seu favor nem a opinião de Rossi!

Sr. presidente, o honrado deputado asseverou que a camara não podia lançar contribuição directa senão de repartição.

O Sr. José Bonifácio: — E mostrei que havia razão.

O Sr. Presidente do Conselho: — E essa razão é nenhuma, como vou mostrar, não obstante os elevados talentos do nobre deputado.

Disse S. Ex. que pelo art. 15 § 19 da constituição a assembleia geral tem a faculdade de fixar annualmente as despesas publicas e repartir a contribuição directa. Logo, conclue o nobre deputado, a contribuição directa para poder ser estabelecida pela assembleia geral é preciso que seja por meio de repartição.

Ninguém ignora o que seja imposto directo de repartição: dar-se-hia imposto directo de repartição se o corpo legislativo exigisse dos contribuintes uma somma redonda, por exemplo, de 10 ou de 20,000:000\$ dividida pelo Imperio.

Este modo de imposição ha em França e n'outros paizes da Europa; a nossa constituição, pois, sob a inspiração de tal idea, determinou que a assembleia geral repartiria annualmente a contribuição directa; mas isso não quer dizer que a assembleia geral não possa decretar impostos directos senão por meio de repartição, quando é sabido que temos impostos directos independentemente de repartição. Assim, o imposto sobre as lojas é directo sem repartição, e no mesmo caso senão a decima urbana, impostos que ainda ninguém se lembrou no paiz de chamar inconstitucionaes.

Mas em tal caso, perguntará o nobre deputado, que significação tem no art. 15 da constituição estas palavras: — Pertence á assembleia geral repartir a contribuição directa? — No senado discutio-se o anno passado esta questão extensamente.

O Sr. José Bonifácio: — Foi outra questão.

O Sr. Presidente do Conselho: — Foi a mesma coisa; e o Sr. visconde de Itaboraí, que é coevo de nossas instituições politicas, deu a seguinte explicação, que offerece ao criterio do nobre deputado por S. Paulo: « Quando foi promulgada a nossa constituição não havia, como ainda hoje não temos, contribuição directa de repartição, mas quiz o legislador constituinte estabelecer desde logo (note V. Ex. estas palavras) que, quando existisse o imposto, a repartição pelas provincias fosse feita pela assembleia geral legislativa, e não pelo governo, ou qualquer outra autoridade. »

V. Ex. que são duas operações diveras: lançar, por exemplo, 20,000:000\$ de contribuição directa, e reparti-la pelas provincias do Imperio, sendo que a repartição em si é negocio tão grave, que o legislador constituinte declarou formalmente que só a assembleia geral poderia praticá-la.

E' tão erronea a interpretação que o nobre deputado dá á lei fundamental, que para convencê-lo do erro bastaria o art. 171 da constituição.

Todas as contribuições directas, á excepção daquellas que estiverem applicadas aos juros o amortização da dívida publica, serão annualmente estabelecidas pela assembleia geral, e continuarão até que se publique a sua derogação, ou sejam substituidas por outras.

Eis a regra da constituição: as camaras podem lançar contribuição directa independentemente de repartição.

O imposto ha de ser votado todos os annos pelo corpo legislativo, mas o art. 15 § 10 da constituição, dizendo que a assembleia geral repartirá annualmente os impostos directos, não prohibio que votasse impostos directos sem repartição.

O Sr. José Bonifácio dá um aparte.

O Sr. Presidente do Conselho: — Mas, repetirei, se a assembleia geral não pudesse votar impostos directos senão por meio de repartição, era uma violencia cobrar-se a decima urbana e o imposto das lojas, contribuições tão antigas entre nós, e que são directas, e não lançadas por meio de repartição.

Não sirva, pois, de embaraço a quem estiver disposto a votar pelo imposto pessoal a consideração de que fallece a esta camara o ao senado a faculdade de lançar impostos directos sem ser de repartição.

Senhores, ha nas emendas da commissão uma assim concebida: « O ministro da fazenda e os inspectores das thesourarias, com approvação do mesmo ministro, poderão conceder a remissão total ou parcial do imposto, não só no caso de incendio e outras circumstancias extraordinarias attendíveis, como no da pequenez dos rendidos das indústrias e profissões. »

O nobre deputado, Sr. presidente, affligio-se com semelhante faculdade ampla conferida ao governo e ás thesourarias para relevar impostos; suppoz talvez que isto era uma grande novidade; mas S. Ex. engana-se.

O Sr. José Bonifácio: — E' uma grande deformidade.

O Sr. Presidente do Conselho: — Pois, senhores, é o nosso direito ha muitos annos, este artigo é copiado de leis nossas.

O Sr. Presidente do Conselho: — Este é uma disposição muito antiga e indispensavel para evitar-se que o preceito se execute duramente em certas circumstancias de força maior, que impossibilitão o contribuinte de satisfazer a contribuição.

O decreto de 16 de Novembro de 1859, no art. 6º, diz: « O ministro da fazenda e os inspectores das thesourarias, com approvação do mesmo ministro, poderão conceder a remissão total ou parcial do imposto por incendio ou outra circumstancia extraordinaria attendível, etc. »

O Sr. Silva Pereira: — E' o caso de força maior.

O Sr. Presidente do Conselho: — Mas, disse o nobre deputado, porque não indiciais na emenda os outros casos? Porque as expressões—incendio e outras circumstancias extraordinarias attendíveis, — comprehendem tudo que é força maior.

A palavra incendio, de que serve-se a emenda, não é taxativa, mas exemplificativa, e guia o governo com segurança na tarefa de remissão total ou parcial do imposto em casos de força maior.

Tenho dito. (*Muito bem; muito bem.*)

Sessão em 28 de Agosto.

ORÇAMENTO DA RECEITA GERAL DO IMPERIO.

O Sr. Zacarias (presidente do conselho): — Sr. presidente, V. Ex. comprehende que vou dizer muito poucas palavras, porque não posso acompanhar o nobre deputado por Minas-Geraes na maior parte das observações contidas no discurso que acabou de pronunciar.

Ha no senado, pendente de 3ª discussão, um projecto enviado desta camara, que comprehende a disposição de ficar o governo autorizado para vender a estrada de ferro de D. Pedro II.

Esse projecto já teve alli duas discussões, faltando a 3ª e ultima.

Nestas circumstancias não me parece admissivel o enxerto de uma emenda no orçamento contendo idéa igual á que consta daquelle projecto. (*Apoiados.*)

O Sr. C. OTTONI: — Não vejo inconveniente algum.

O Sr. Presidente do Conselho: — Está prevenido o juizo.

O Sr. C. OTTONI: — A emenda pôde passar com a seguinte clausula: — Na forma decretada na lei especial.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Mas, se na lei que pende da ultima discussão do senado se acha authorisação para o governo vender a estrada pela maneira que fôr mais vantajosa ao Estado, para que inserir-se no orçamento idéa semelhante?

Supponhamos que o senado quer fazer cabir na 3ª discussão a idéa. Qual será em tal caso a lei especial a que se refere a clausula que o nobre deputado agora lembra? Se, porém, fôr adoptado pelo senado em 3ª discussão o projecto, que conveniencia ha em se mandar idéa analoga envolvida no orçamento? O que poderá justificar semelhante duplicata?

O Sr. C. OTTONI:—Serve para chamar a attenção dos capitalistas estrangeiros.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—A attenção dos capitalistas estrangeiros acha-se despertada pela importante lei que passou nesta camara, o que ora se acha em ultima discussão no senado.

O nobre deputado quiz apenas aproveitar a occasião para fazer um discurso sobre estradas de ferro: não o censura por isso; mas não posso responder-lhe, porque seria perder tempo indispensavel a outros assumptos urgentes.

O Sr. C. OTTONI:—Pois erá devêras que eu não teria nada a dizer senão sobre estradas de ferro?

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Não digo isto.

A respeito das materias presentemente sujeitas a debate, V. Ex. muito a proposito declarou que aguardava a 3ª discussão, que reputava ser occasião mais opportuna para emitir o seu parecer. Entretanto no que toca á estrada de ferro quiz o nobre deputado fazer um discurso a esta hora, sem necessidade alguma, pois sabe perfeitamente que a authorisação que pretende acha-se acantelada no projecto que pende do voto do senado!

Não ha exemplo de se ter mandado para o senado uma proposição contendo idéa idêntica á de outro projecto já em discussão naquella camara.

O Sr. C. OTTONI:—E' que se pôde encerrar a sessão sem ser aquella lei votada.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Ha de ser votada aquella lei, como tenho esperança de que o orçamento este anno passará em ambas as camaras.

O Sr. C. OTTONI:—Estimarai muito.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O orçamento ha de ir muito a tempo para o senado, e enquanto elle lá se discutir terá o nobre deputado occasião de occupar-se com o projecto sobre estradas de ferro, que de lá virá brevemente com as respectivas emendas.

Era só o que me cabia ponderar em resposta ao discurso do nobre deputado; e esse pouco que acabo de dizer teve por fim sómente convencer o nobre deputado de que aprecio e respeito as observações que me dirige.

O nobre deputado ha tempo repara que eu não respondo aos seus discursos. S. Ex. nesta parte é injustissimo. Eu invoco o testemunho da camara; nunca o nobre deputado tomou a palavra para discutir comigo materia alguma. Não pediu a palavra para discutir comigo a resposta á falla do throno.

O Sr. C. OTTONI:—Pedia; não me chegou a vez.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Não discuto porque não quiz: teria a palavra se quizesse, pois nenhum de seus amigos deixaria de ceder-lh'a.

O Sr. C. OTTONI:—Porque pediu-se o encerramento do debate.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' verdade que, em discussões a que eu não estava presente, o nobre deputado por Minas dirigia-se a mim algumas vezes, e que nunca lhe respondi. Procedendo assim pensava, estar em meu direito. Se o nobre deputado quizesse discutir comigo fizesse-o opportunamente, o meu silencio não tinha o intento de fazer-lhe offensa.

O Sr. C. OTTONI:—Obrigado a V. Ex.; eu nada exijo.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Nesta casa não ha um só representante da nação que se tenha dirigido a mim opportunamente e a quem eu tenha deixado de dar resposta. (Apoiados.) Nunca, pois, poderia deixar

de tomar em consideração as observações do nobre deputado, que julgo muito intelligente e versado nas materias de que se occupa, se porventura S. Ex. me honrasse com a discussão.

Não podia S. Ex. exigir de mim que eu viesse responder-lhe, ou na discussão da resposta á falla do throno, ou na dos creditos, a discursos que proferira em debates em que eu não me achava empenhado.

O Sr. C. OTTONI:—Em outros debates, apoiado. Os collegas da V. Ex. procederão assim; ellos que recebem a censura que com razão V. Ex. lhes está fazendo.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Não censuro; estou apenas notando a injustiça de V. Ex. para comigo: não respondo a quem se não dirige a mim.

O Sr. C. OTTONI:—Acredito V. Ex. que não tenho a pretensão de chamar a sua attenção quando subo á tribuna.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' esta a primeira vez que o nobre deputado se dirigio a mim em discussão e que eu esteja presente, e a explicação que lhe dei me parece que o deverá satisfazer.

E depois, Sr. presidente, pensa o nobre deputado por Minas que sinto-me aggravado com os discursos que o nobre deputado ha varias vezes proferido aqui tocando em meu nome? Não estou. Pensa acaso S. Ex. que estou queixoso por motivo do *inventario* que o nobre deputado fez de meus discursos? Se assim pensa, enganase. *Inventario* só se faz de quem possui bens. (Apoiados.) A regra é que não se faz inventario de pobres. Portanto, o nobre deputado, fazendo o meu *inventario*, reconheceu que havia o que inventariar.

E, pois, quando o nobre deputado confessa á camara que levou tempo a examinar opusculos e discursos meus para fazer esse inventario, não me offende, ao contrario honra-me, exalta-me, porque S. Ex., chefe da opposição, se não incumbiria de tão arida tarefa se se tratasse de combater um fantasma.

O Sr. C. OTTONI:—E' o Sr. presidente do conselho que me quer fazer chefe.

O Sr. MACEDO:—Não, senhor; nós o consideramos como tal.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—E' sem duvida o chefe da opposição.

O Sr. C. OTTONI:—V. Ex. não está autorizado para tanto.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Estou, como homem politico. V. Ex. é o chefe da opposição.

O Sr. MACEDO:—Apoiado.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Mas, senhores, que interesse pôde ter o nobre deputado no inventario que fez de um homem vivo? (Risadas.) Cubicará S. Ex. os bens do pequeno acervo?

Não; o nobre deputado deseja sómente um objecto, deseja apenas uma cadeira (apontando para as cadeiras dos ministros), de que aliás é muito digno.

Sessão em 3 de Setembro.

ORÇAMENTO DA DESPESA GERAL DO IMPÉRIO.

O Sr. ZACARIAS (presidente do conselho):—Sr. presidente, o direito de protestar é lato. Eu não hei de jamais contestar a nenhum membro desta casa o direito de abster-se de tomar parte nesta ou naquella discussão. Acho, porém, irregular que, tomada uma decisão pela maioria da camara, se continue a trazer a materia vendida todos os dias á tela.

O Sr. C. OTTONI:—Esta é a ultima vez.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—O nobre deputado por Minas foi mais explicito do que o digno representante da provincia do Rio de Janeiro. Expendeu razões para o protesto que se podem reduzir a duas. A primeira, é que a discussão do orçamento tem sido irregular, porque, segundo a constituição, o debate e votação do orçamento devem ser annexos, entretanto que este orçamento teve já uma discussão e votação em anno anterior.

1.^a para notar, porém, que os nobres deputados não protestassem contra a lei de 28 de Junho de 1865 (apoiada), que tinha sido discutida e votada nesta casa, e em grande parte na camara vitalicia, em o anno anterior, e só foi sancionada no fim daquelle mez, para reger o exercicio de 1865 a 1866, e ser applicada no que fosse possível no exercicio de 1864 a 1865. Nenhum dos nobres deputados se lembrou então de protestar, reconhecendo talvez que o que a constituição queria era que se não cobrasse imposto sem votação das camaras, comece ou não no mesmo anno o debate da proposta.

Onde estava nesse tempo a furia de protestar? Provém ella hoje do amor á constituição? Não, Sr. presidente, tem outros motivos que não quero averiguar.

Uma das razões, e a principal do protesto do nobre deputado por Minas, é que, contra os estylos da casa e a letra do regimento, augmentou-se despesa na 3.^a discussão; mas, senhores, tem-se dito muitas vezes que augmento de despesa não é o mesmo que criação de despesa, que augmentar a dotação de uma verba não é crear uma verba. As palavras do regimento quando prohibem criação de despesa na 3.^a discussão devem ser entendidas segundo o rigor da nossa lingua, e conforme a nossa lingua — re-ar — não quer dizer — augmentar. — Crear é estabelecer o que não existia: augmentar é desenvolver, ampliar o que já existe.

2.^a Era frequente nas leis de orçamento, quer geral quer das provincias, o abuso de, na ultima discussão, e quando menos se esperava, surgir uma idéa de que antes não se tratava, um serviço do que nas discussões anteriores se não fizera menção, e assim gravar-se o thesouro com despesas que os membros das camaras votavam tomados de surpresa.

Com o fim de evitar esse abuso é que o regimento prohibe, e, parece-me, muito convenientemente, que em 3.^a discussão se creio despesa, o que não veda o augmento de uma verba já existente, e de que os membros têm cabal conhecimento.

O Sr. BAPTISTA PEREIRA: — O fim do regimento é evitar a surpresa.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado fallou da immoralidade de se terem votado os arts. 9.^o e 13 conjunctamente. É uma questão de economia da casa, em que não posso envolver-me. Mas, Sr. presidente, tendo estado presente constantemente á discussão, dou testemunho da boa fé da maioria e minoria neste assumpto: todos entenderão que o artigo culminante, o artigo da importancia em discussão, era o art. 10; a attenção da camara estava presa a esse artigo, suppunha-se que nos outros não havia que discutir, e o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, nessa persuasão sem duvida, começou o debate offerecendo emendas ao mesmo artigo.

O Sr. PEREIRA DA SILVA: — Eu entendi que estava em discussão o art. 10.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Logo, o nobre deputado entendia que não era o art. 9.^o que estava em discussão.

O Sr. PEREIRA DA SILVA: — Na minha opinião, o art. 9.^o não é discutivel.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado tem razão. O art. 9.^o, que declara a somma em que é orçada a despesa e a receita do Imperio, é o resultado da discussão e votação dos outros artigos.

O art. 10 da proposta era o unico que attrahia a attenção, porque tratava dos impostos, assumpto que a todos preoccupa na actualidade.

O que é o art. 11? É o que, na fórma do costume, authoriza o governo a emitir uma certa somma de bilhetes do thesouro por anticipação de renda, o que nunca foi discutido nesta casa.

O art. 12 determina que fiquem em vigor todas as disposições que não versarem sobre receita a despesa, e não forem expressamente revogadas pela lei, o que também nunca foi discutido. O art. 13 diz — revogam-se as disposições em contrario. — Isto pôde-se discutir? O artigo, portanto, que estava em discussão, o que, durante tantos dias, foi objecto de debate e de emendas, era o 10; o 9.^o e 11, o 12 e 13 não tinham importancia alguma, passaram sem uma palavra da opposição.

Houve um equívoco, cumpre confessa-lo. Devia dizer-

se: está em discussão o art. 10, e não: estão em discussão os arts. de ns. 10 a 13. Mas o bom senso da camara corrigio essa falta, fazendo considerar em discussão o art. 10 sómente, e não o 9.^o, ou qualquer dos outros que se lhe seguem sob ns. 11, 12 e 13.

Entretanto, senhores, como em todos os erros ha sempre um fundamento de verdade, o nobre deputado por Minas disse com razão que ha no projecto, ora apresentado para 3.^a discussão, alguma coisa que não deve figurar aqui. Nesta parte acompanho o nobre deputado. Assim, Sr. presidente, entendo que os arts. 26, 27, 28 e 29 não cabem nas disposições gerais, mas sim na parte da receita; foi erro de redacção, e estou persuadido que a nobre comissão collocará estes artigos no lugar em que devem estar.

Também teve o nobre deputado muita razão quando se referio aos ns. 4, 5, 6, 7, 8 e 9, etc., que aqui estão em seguida ao art. 30?...

O Sr. BAPTISTA PEREIRA: — A comissão já offerece emenda a este respeito.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Estou de accordo com a nobre comissão. Retiram-se do debate esses artigos, que não podem fazer parte do projecto que se discute.

Sr. presidente, ha muito tempo estou persuadido de que é um grande mal querer fazer da lei do orçamento arena de Noé, onde todas as especies de pretensões se accommodam. Pensei que a lei do orçamento devesse ser uma lei simplesmente de receita e despesa, que não acolha pretensões particulares, indemnisações, etc. Assim, por exemplo, não figuraria bem na lei do orçamento um artigo que mandasse pagar aos Barbozas da Bahia, qualquer que seja a justiça dos pretendentes, uma quantia por indemnisação de bens que lhe foram tomados a bem da guerra da independencia. Não figuraria regularmente no orçamento um artigo mandando pagar ao coronel Victoria uma indemnisação por terrenos que lhe tomariam para uma colonia militar.

Todas essas pretensões são importantes, e cada uma dellas é, por assim dizer, um processo, e o senado quer, com sobeja razão, examinar acuradamente o motivo por que a camara dos deputados manda pagar 30:000\$ a Pedro, 40:000\$ a Paulo. A lei do orçamento passaria rapidamente na camara e no senado se a despojassem dos enxertos que a dosfiguram. O senado, sobretudo, para onde o orçamento vai sempre tarde, recebendo o projecto de orçamento nos ultimos dias de sessão, vê-se obrigado a podar todos esses enxertos, o que não deixa de ser um inconveniente. Simplificar o orçamento, reduzi-lo ao que deve ser, é um expediente mui assisado.

Eu pediria, portanto, que a lei do orçamento fesse este anno votada sem se incluírem no seu texto idéas estranhas á índole da mesma lei.

Alguns opposicionistas, convidados como membros de comissões para realizar no orçamento todas as possíveis reduções da despesa, não quizerão comparecer na reunião que se fez, allegando alguns a abstenção que a minoria adoptou como regra invariavel.

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Eu compareci.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O nobre deputado pelo Maranhão compareceu, e eu lhe peço que diga a seus amigos a sinceridade, o desejo de acertar que preside aos nossos trabalhos; alli não transpirou idéa de partido....

O Sr. VIEIRA DA SILVA: — Eu compareci, e concordei com os meus collegas.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Agradeço ao nobre deputado pelo Maranhão o seu procedimento leal e cavalheiresco, do que já dera exemplo em um bem duvidoso discurso, e ultimamente comparecendo á reunião da secretaria de justiça, combinando connosco, tomando parte no nosso trabalho.

Sr. presidente, repito, eu sinto que os nobres deputados se abstivessem de discutir e votar, e sinto porque trata-se da discussão de impostos, e tal abstenção ha de ser explorada opportunamente por aquelles que amam a popularidade; não digo que seja essa a intenção dos nobres deputados, mas ha de dizer-se — os liberais historicos não votaram os impostos.

Uma Voz: — Vá por ahi, que vai bem.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Para mim foi isso uma decepção cruel. O nobre deputado por Minas, que na 2ª discussão tomou a palavra entre o lusco e fusco, como para falar sobre impostos, mettendo-se, porém, na estrada de ferro, para fazer uma viagem immensa, deu, todavia, a mais grata esperança, prometendo tratar dos impostos na 3ª discussão, e, seja-me licito dizê-lo de passagem, seria a primeira vez que me caberia discutir com S. Ex.!

O nobre deputado por Minas, entretanto, esquecido de sua palavra, solemnemente comprometida, vem dizer-nos agora que abstem-se!

Sim, o nobre deputado tem comigo obrigações especiais. S. Ex. muitas vezes, em discussões a que não assisto, occupa-se de mim larga e amplamente, e, segundo consta, S. Ex. incommoda-se porque eu não lhe respondo. Sinto o facto, mas a culpa não é minha, é do nobre deputado.

Não seja o nobre deputado, não dos ultimos, mas dos primeiros, porque é o lugar que lhe compete, visto que é o maior discórdio do seu lado, e nisto não lhe faço favor, reconheço a verdade: venha, e eu cumprirei o meu dever discutindo com S. Ex.

Mas S. Ex. retira-se do debate quando tinha-me prometido solemnemente tomar parte na 3ª discussão. Em vez de derramar luz sobre a questão do imposto e ajustar comigo as contas do inventário, S. Ex. abstem-se da discussão! (*Muito bem, muito bem*.)

O Sr. ZACARIAS (presidente do conselho; signaes de attenção): — Sr. presidente, pedi a palavra sómente para dar algumas explicações ao nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, que muito as merece. (*Muitos apoiados.*)

O nobre deputado começou seu discurso de um modo digno (*muitos apoiados*), rompendo o circulo dos que protestarão abster-se nesta discussão, e expondo á camara e ao paiz os motivos honrosos pelos quaes elle, em uma questão que não era de partido, deixou de obedecer a uma prescripção imperiosa do partido.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — O exordio do discurso do nobre deputado faz-lhe honra (*apoiados*), e a sua coragem é digna de imitar-se. (*Muitos apoiados.*)

Fiquei tão captivo da primeira parte do discurso do nobre deputado, que se possuisse o dom do honrado deputado pelo municipio neutro, o Sr. Macedo, que se declara surdo, e colloca a surdez ora n'um ora n'outro ouvido (*apoiados; risadas*), ou teria do meio do discurso do nobre deputado em diante ficado surdo para conservar sómente a impressão que me deixou a primeira parte. (*Muito bem.*)

Vou, Sr. presidente, dar ao nobre deputado as explicações que S. Ex. pediu-me.

O nobre deputado não pôde achar compativel com o decreto relativo aos despachantes um edital, que diz fôrta affixado ha poucos dias nas portas da alfandega da corte prohibindo ali a entrada de certos ex-despachantes.

Entretanto não ha nada mais natural: o decreto a que o nobre deputado se referio limitou o numero dos despachantes, que até agora era indefinido.

O governo, attendendo ás reflexões de pessoas entendidas, convenceu-se que era necessario reduzir o numero desses agentes na alfandega, e veio no conhecimento, depois de examinar bem a materia, que não havia em tal medida nenhuma offensa ao principio da liberdade da industria, porque, embora o numero dos despachantes fosse até ha pouco indefinido, ninguém era despachante da alfandega, como qualquer pôde ser procurador do outrem, mediante o mandato; tornava-se necessario que tivesse uma nomeação do inspector da alfandega; de sorte que se a limitação offendesse a liberdade, esse mal já ha muito tempo existia em nossos leis.

O Sr. PINTO DE FIGUEIREDO: — Em preciso que merecesse a confiança do inspector.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Era necessario, como bem observa o nobre deputado pelo Espirito-Santo, que o despachante merecesse a confiança do inspector da

alfandega, e tivesse delle um titulo. O decreto passou essa nomeação do inspector para o governo, e de mais restringio o numero de despachantes, o qual era excessivo.

Assim ouvido o conselho de estado, expedio-se o decreto que limitou a sessenta o numero dos despachantes.

Bem; se pelo decreto só pôde haver sessenta despachantes, existindo na occasião cento e vinte, era necessario que o governo fizesse uma depuração, e é o que fez.

Em face de informações minuciosas, fornecidas pelo Sr. Fabio Alexandrino, que ouviu os conferantes e outros funcionarios acreditados da alfandega, conservei sessenta bons despachantes, e eliminei o resto, que não podia, á vista do decreto, ser conservado.

Dos despachantes excluidos, uns o forão porque o numero estava preenchido com os melhores, embora não tivessem contra si informações positivamente más, outros, porém, forão despedidos por sua conduta reconhecida como pessima.

Dos primeiros consentio-se que fossem admittidos como despachantes os que se apresentassem. Quanto aos segundos, expedio-se ordem para que nenhum fosse admittido na alfandega.

Em summa, o decreto de que fallou o nobre deputado fixou o numero de despachantes, a portaria a que S. Ex. allude prohibio que entrassem na alfandega os ex-despachantes de má nota. A portaria é, portanto, consequencia directa do decreto, e não fez mais do que executar o pensamento delle.

Perguntou o nobre deputado: « Como podem os despachantes ter parte nos factos escandalosos da alfandega. »

Realmente admira a pergunta do nobre deputado!

O Sr. CAMBIO TERNES: — Se podem ser responsaveis os despachantes, muito mais o são os conferantes.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Com tal modo de pensar o nobre deputado lançaria toda a culpa do peccado original sómente sobre nossos primeiros pais, entendendo que a serpente nenhuma culpa teve. A Providencia Divina assim não considerou; os nossos primeiros pais forão punidos, mas a serpente foi esmagada.

Para abreviar este discurso, convido o nobre deputado a ouvir as explicações que lhe possa dar o nobre deputado pela provincia da Espirito-Santo a respeito do mal que fazem e podem fazer os despachantes.

Referio o nobre deputado o facto de dous despachantes que, tendo-se prestado patrioticamente a ir para a guerra do sul, forão comprehendidos na exclusão.

Vou explicar o facto; erfeitamente.

Os decretos do governo promettirão certas vantagens aos voluntarios e mais a conservação dos lugares que exercassem: é verdade. Mas a quem tivesse commetido abusos em um emprego não promettam eximir da responsabilidade pelo facto de ir para o sul. (*Apoiados.*) Essas promessas forão feitas em termos habeis a quem as merecesse; se um individuo houvesse commetido falta ou crime no exercicio de suas funcões, por onde devesse ser demittido, não ficava por certo relevado disso pelo facto de marchar para a guerra. E acrescentarei: nem o governo, se soubesse dessas más antecedentes, acceitaria o concurso de taes patriotas. (*Apoiados.*) Os dous excluidos que o nobre deputado indicou estavam nesse caso.

O nobre deputado estranhou que eu adherisse a uma omenda da commissão que dá ao governo a faculdade de exigir 15 % dos direitos de importação em ouro pelo valor legal. Estranhou, porque eu repellira a idéa semelhante do Sr. Pereira da Silva; e concluiu dahi que cahiu em contradicção adherindo agora á mesma idéa.

Entre as duas idéas ha grande differença. O Sr. Pereira da Silva, quando se discutia a proposta de credits (note a camara), quando não se tratava de impostos, queria que o governo lançasse mão do pagamento de todos os direitos de importação em ouro pelo valor legal.

Contra tal pensamento occorrião duas objecções: 1ª, o lugar: não se podia tratar desse objecto senão quando se houvesse de tratar dos impostos, porque esse modo de pagamento equivale a uma elevação de direitos; 2ª, a quantidade: o Sr. Pereira da Silva queria que se co-

brassam testes os impostos de importação em ouro pelo valor geral. (Apoiados.)

Orn, sendo o commercio da importação, quasi todo feito por estrangeiros, repugnava que, antes de se lançar sobre nacionaes um imposto qualquer, se exigisse dos estrangeiros a totalidade do pagamento dos direitos de importação em ouro pelo valor legal.

Bis-ahí porque impugnei a emenda do Sr. Pereira da Silva: era exagerada e desicada; mas, reduzida a 15 % e no lugar competente, equivale a uma ligeira elevação de direitos que oscilla em as circumstancias do mercado, que tendia a desaparecer se porventura o cambio melhorasse. Pensei que nasces termos a idéa era digna de approvação.

Quanto á immutabilidade que, conforme o nobre deputado, existe em exigir em moeda metallica o pagamento dos direitos de importação, quando o governo faz os seus pagamentos em papel, o nobre deputado não attende a circumstancias bem conhecidas de todos.

E' incorrecto que o governo pague em papel todas as despesas que faz. A illu inação a que se paga a uma companhia ingleza em ouro pelo valor legal. O juro da divida publica é satisfeito em ouro, o não em papel. Onde está, pois, a immutabilidade?

O nobre deputado esquece-se. A depressão do cambio, a depreciação da moeda, não provém de culpa do governo. São factos que occorrem em todas as sociedades; não podem ser lançados á conta deste ou daquella individuo; nascem de circumstancias alheias á vontade do governo. Se o nobre deputado supõe que haja alguma responsavel pela baixa do cambio, os réos dessa culpa serão todos os governantes e governados.

O nobre deputado falla em papel-moeda, sem lembrar-se do que foi autorisado pela voz da pessoa que lhe deve ser tão cara...

O Sr. CORDO TOWNS FILHO:—Nego.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Recordo-se o nobre deputado de que o papel-moeda tem sido o meio circulante do país ha muitos annos. (Apoiados.) Ignora o nobre deputado que os esforços do seu digno parente para fixar o metal no país se mallograram, e que elle, que tanto se esforçava para resgatar o papel-moeda, foi precisamente quem mais auxiliou-me a fazer passar no senado a lei que pôz termo a esse resgate, e lançou na circulação não menos de 40,000,000\$ em papel-moeda?

No mais que disse o nobre deputado não toco; porque não quero acabar de todo a grata impressão que produziu em meu espirito o principio do seu discurso. (Muito bem, muito bem.)

Sessão em 4 de Setembro.

ORÇAMENTO DA DESPESA GERAL DO IMPÉRIO.

O Sr. ZACARIAS (presidente do conselho. Attenção):—Sr. presidente, o nobre deputado por Minas que acabou de fallar declarou-se soldado da democracia, e está no seu direito, porque a constituição, tendo resolvido o problema da coexistencia harmonica dos dois elementos —democratico e monarchico—, assegura ao nobre deputado a faculdade de pronunciar-se como se pronunciou.

Eu só farei um reparo, e é que o nobre deputado em um discurso anterior declarou e agora repelle o seu pensior para fórmulas de governos menos custosos, como alimentando o pensamento de que a fórma de governo que temos é mais dispendiosa, por effeito da lista civil, da que a fórma republicana. O nobre deputado está perfeitamente enganado. (Apoiados.)

Segundo a minha lembrança, Sr. presidente, na sua luminosa obra sobre a democracia da America, Tocqueville, comparando as despesas dos Estados-Unidos com as dos outros Estados, demonstra que a fórma republicana é muito mais dispendiosa do que a monarchica. Como quer que seja, noto que o nobre deputado pela provincia de Minas não perde occasião de fazer sentir o peso que exerce no orçamento do Imperio a lista civil.

Se S. Ex. attender bem aos factos, conhecerá que a lista civil deste Imperio é comparativamente inferior á lista civil dos monarchas dos outros países. (Apoiados.) Quem conhece o valor da moeda do nosso país, e tem noticia da extensão das despesas a que não se pôde eximir a corôa, não ha de considerar exagerada a lista civil de 800,000\$. (Apoiados.)

UMA VOZ:—E' mingua-dissima.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Tanto mais, Sr. presidente, quanto é constante que os sentimentos de beneficencia e de caridade do imperante o impellem a despendor do seu bolsinho não diminutas sommas. (Apoiados.)

O nobre deputado observou que, em circumstancias difficis, nenhuma testa corçada tem deixado de concorrer para as despesas do Estado. O nosso imperante, asseguro ao nobre deputado, tem cumprido sempre rigorosamente esta dever. Ainda não houve circumstancia alguma grave em que elle não concorresse para as urgencias do Estado. (Apoiados.) Appello para a memoria da camara.

E ainda agora, Sr. presidente, dirigio-me esta carta, cuja leitura acredito será grata ao coração democratico do nobre deputado por Minas, como a todo o país:

«Sr. Zacarias. — Como auxilio ao seu desejo de reduzir a despesa publica, apropos-me em declarar-lhe que do 1.º de Março em diante pôde o thesouro nacional descontar mensalmente a quarta parte de minha dotação. Não me foi nem me é dado cumprir antes esse dever, attentas as urgencias do Estado, porque emponhos imprescindiveis de minha casa e o tem vedado e vedará até esse tempo. — D. PEPARO SEVERINO. — 3 de Setembro de 1867.»

INNUMERAS VOZES:—Bravo! Muito bem, muito bem.

O Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Parece-me, Sr. presidente, que um documento desta ordem dispensa commentarios. (Numerosas apoiados.) Eu o entrego á apreciação do país. (Muito bem.)

No que toca ás observações que o nobre deputado fez pertencentes á materia em discussão, tenho a dizer apenas duas palavras.

O nobre deputado reconhece que a sua primeira emenda é de redacção.

Quanto á captinação dos fiscoalres, o nobre deputado allega que deve ser reduzida e não elevada de 2%, que ora pagão, a 5%, produzindo razões que foram repellidos pelas commissões e pela camara, com relação a outros impostos.

Entendem-se que, nas circumstancias actuaes, não convinha tontar o principio da redução do imposto como meio de colher maiores recursos para o thesouro, principio este que aliás tem sido posto em pratica em outros países, mas sem o proveito immediato que alguns lho attribuem.

Na conjunctura, pois, em que a todos se pede um augmento do contribuição, os fiscoalres não têm direito de esquivar-se á regra geral.

Tal foi o motivo pelo qual se elevou de 2% a 5% a taxa em questão.

Nada mais tenho a dizer, Sr. presidente. Vejo que a camara quer votar, e misto têm o governo e o país o mais decidido interesse. (Muito bem, muito bem.)

FIM DO APPENDICE.

INDICE DOS ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO.

PRIMEIRO VOLUME.

Eleição da mesa, pag. 97.

- » das comissões, pags. 102, 104 e 128.
- » da Bahia (1° districto) pags. 28 e 43; (3° districto) pags. 75 e 95; (4° districto) pags. 44 e 79.
- » da Parahyba (1° districto) pags. 9, 35, 78 e 95; (2° districto) pags. 38 e 48.
- » das Alagoas (1° districto) pags. 33 e 48; (2° districto) pags. 10 e 35.
- » de Pernambuco (1° districto) pags. 49 e 87; (2° districto) pags. 15 e 39; (3° districto) pags. 17 e 39; (4° districto) pags. 20 e 39; (5° districto) pags. 25 e 43.
- » de Santa-Catharina, pags. 25 e 43.
- » de S. Paulo (2° districto) pags. 14 e 39.
- » de Sergipe (1° districto) pags. 10 e 35; (2° districto) pags. 15 e 39.
- » de Minas-Geraes (1° districto) pags. 30 e 43; (2° districto) pags. 46 e 79; (3° districto) pags. 40 e 49; (4° districto) pags. 36 e 48; (5° districto) pags. 67 e 87; (7° districto) pags. 81 e 97.

- Eleição do Maranhão (1° districto) pags. 9 e 35; (2° districto) pags. 22 e 39.
- » do Paraná, pags. 10 e 35.
- » do Rio de Janeiro (1° districto) pags. 12 e 39; (2° districto) pags. 70 e 95; (3° districto) pags. 13 e 39; (4° districto) pags. 26 e 43.
- » do Ceará (1° districto) pags. 32 e 48; (3° districto) pags. 89, 112, 123, 144 e 152.
- » do Espírito-Santo, pags. 83 e 39.
- » do Pará, pags. 83 e 102.
- » do Piahy, pags. 80 e 97.
- Expediente, pags. 7, 8, 9, 12, 15, 25, 26, 32, 36, 39, 40, 43, 44, 48, 49, 63, 69, 97, 100, 103, 111, 120, 144 e 152.
- Fixação da força naval, pag. 102.
- » das forças de terras pag. 110.
- Interpretação do regimento, pags. 96 e 101.
- Licença a Jorge Naylor, pag. 138.
- Naturalisações, pag. 103.
- Propostas do ministerio da fazenda, pag. 106.
- Resposta á falla do throno, pag. 111.
- Sessão imperial da abertura da assembléa geral, pag. 86.

SEGUNDO VOLUME.

- Abono de gratificação a B. D. Finto, pag. 4.
- Concessão a L. Boulicch para lavar uma mina de carvão de pedra, pags. 7, 159 e 186.
- Credito supplementar ao ministerio da fazenda, pag. 370.
- Direito ao meio-soldo ou monte-pio ás familias dos militares mortos em campanha, pag. 151.
- Dispensa das leis de amortização, pag. 151.
- Eleição da mesa, pag. 282.
- » da Bahia (2° districto) pag. 327; (5° districto) pag. 260.
- » de S. Paulo (1° districto) pags. 78 e 223; (3° districto) pags. 151 e 282.
- » de Minas-Geraes (5° districto) pag. 95, 185, 303, 357 e 377.
- » de Goyaz pags. 259 e 352.
- » do Ceará (2° districto) pags. 11 e 94; (3° districto) pag. 4.
- » do Rio Grande do Norte pag. 60 e 186.
- » do Maranhão (2° districto) pag. 201.
- » de Mato-Grosso, pags. 222 e 282.
- Expediente, pags. 3, 5, 11, 38, 59, 77, 150, 184, 201, 221, 235, 260, 297, 327 e 370.
- Fixação da força naval, pags. 184, 236, 282, 238, 352 e 375.
- » das forças de terra, pag. 260.
- Gratificação aos thesoureiros da secção da substituição

- do papel-moeda e da caixa da amortização, pag. 151.
- Interpellações, pags. 203 e 244.
- Licença ao desembargador J. N. R. Costa, pag. 370.
- » A. L. de F. Rocha, pag. 371.
- » ao juiz de direito L. A. P. Franco, pag. 371.
- Matricula de estudantes, pags. 6, 151, 203, 223 e 236.
- Naturalisações, pags. 6, 60, 150, 186, 223, 281 e 298.
- Patrimonio em terras para S. A. I. a Sra. D. Izabel e seu augusto esposo, pags. 7, 19, 39, 63 e 151.
- » em terras para S. A. a Sra. D. Leopold na e seu augusto esposo, pag. 151.
- Pedido de informações, pags. 60 e 203.
- » do contrato do casamento de S. A. Imperial, pag. 203.
- Pensões a diversos, pags. 50, 201, 221, 236, 279, 297, 371 e 373.
- » á viuva do capitão C. C. do A. Araripe, pags. 151, 203 e 223.
- » ao imperial marinheiro R. Gonçalves e ao soldado D. G. de Souza, pag. 186.
- Proposta do ministerio da fazenda, pag. 241.
- Resposta á falla do throno, pags. 23, 43, 64, 95, 165, 189, 209 e 229.
- Revogação da lei que supprimio a comarca do Rio-Verde, pag. 223.
- Vantagens concedidas aos voluntarios da patria, pag. 151.

TERCEIRO VOLUME.

Antiguidade dos magistrados, pag. 100.
 Casamento civil, pag. 284.
 Contrato de parceria e de locação de serviços, pag. 285.
 > para o melhoramento do porto de Pernambuco, pag. 89 e 414.
 Crédito suplementar ao ministerio da fazenda, pag. 69, 86, 116, 127, 234, 243, 263, 288, 301, 384, 409, 417 e 419.
 Desmembramento de territorio, pag. 491.
 Dissociação das leis de amortização, pag. 381.
 Eleição da mesa, pag. 299.
 > da Bahia (2º districto) pag. 86; (5º districto) pag. 35 e 64.
 > de Minas-Geraes (5º districto) pag. 11 e 29.
 > do Amazonas, pag. 53, 166, 209 e 229.
 > do Maranhão (2º districto) pag. 384.
 > do Rio-Grande do Norte, pag. 101 e 288.
 Escravos das cidades, pag. 286.
 Exame da escripturação da companhia de paquetes, pag. 416.
 Expediente, pag. 3, 21, 34, 53, 80, 100, 119, 141, 163, 181, 205, 227, 242, 263, 291, 295, 314, 339, 363, 380, 401, 414 e 429.
 Fechamento das portas, pag. 142.
 Fixação da força naval, pag. 5, 22, 104, 364, 419 e 432.
 > das forças de terra, pag. 104, 121, 142, 308, 315, 340, 365, 394 e 417.
 Gozo dos direitos de cidadão ingenuo, pag. 142.
 Igualdade de vencimentos dos 1º officiaes da pagadoria aos que percebem os chefes de secção do thesouro nacional, pag. 4.
 Imposto territorial, pag. 286.
 Interpellações, pag. 84, 156, 314, 367 e 416.
 Isenção de direitos de importação para as companhias de illuminação a gaz do Maranhão, pag. 364;

> de encanamento de agua potavel em S. Paulo pag. 401.
 Licença a diversos, pag. 205 e 229.
 > a J. V. V. da S. Coqueiro, pag. 364.
 > a M. J. C. do Amaral, pag. 381.
 > ao bacharel L. H. Castrioto, pag. 381 e 432.
 > ao deputado S. F. Souto, pag. 243.
 > ao desembargador A. L. de F. Rocha pag. 120 e 206.
 > aos deputados José Bonifacio e Andrada Machado, pag. 430.
 > aos deputados F. I. M. H. de Mello e J. V. C. de Magalhães para continuarem nas presidencias do Rio-Grande do Sul e Mato-Grosso, pag. 142.
 Matrícula de estudantes, pag. 34, 103, 205, 227, 229, 264, 431 e 432.
 Naturalisações, pag. 21, 142, 166, 229, 265, 314 e 340.
 Pagamento da dívida publica, pag. 81.
 Pedido de informações, pag. 184, 208, 402 e 414.
 Pensão a D. H. M. da Oliveira, pag. 290, 381 e 402.
 > ao soldado M. R. Nery, pag. 120.
 > a diversos, pag. 3, 5, 21, 35, 83, 84, 103, 119, 181, 227, 263, 284, 288, 297, 299, 314, 338, 365, 415 e 431.
 Portos das colonias, pag. 285.
 Pratenção de A. G. de Souza, pag. 21.
 > de J. B. Moniz, pag. 243.
 > da Santa Casa da Misericórdia de S. João de El-rei, pag. 163.
 Privilegio a Z. Barroso, e J. J. Foster, pag. 34.
 > a J. J. F. de R. e Silva, pag. 381.
 Reforma do regimento, pag. 142, 297 e 264.
 Sanção á resolução que approva o compromisso da irmandade das Almas da freguezia de S. Lourenço da Matta, pag. 295.
 Terras devolutas, pag. 286.

QUARTO VOLUME.

Antiguidade dos magistrados, pag. 30, 114 e 118.
 Aposentadoria a J. F. de A. Louzada, pag. 64.
 Auxilio ao Dr. A. P. Pinto pela sua obra *Collecção Historica dos Tratados do Brazil*, pag. 63.
 Creação de um collegio eleitoral, pag. 196.
 > de um estabelecimento de instrução secundaria, pag. 233.
 Crédito suplementar ao ministerio da guerra, pag. 44, 71, 99, 120 e 138.
 > da marinha, pag. 118, 122, 138, 158, 170, 187 e 344.
 Defesa de theses, pag. 137.
 Diário aos officiaes da armazã, pag. 51 e 53.
 Dispensa das leis de amortização, pag. 53 e 157.
 Eleição da mesa, pag. 299 e 233.
 > da Bahia, pag. 20.
 > das Alagoas (2º districto), pag. 5.
 > do Rio de Janeiro (2º districto), pag. 362.
 > do Rio-Grande do Sul, pag. 26 e 65.
 > do Penedo, pag. 79.
 Etapa aos officiaes da armada e aos do extinto corpo de artilharia de marinha, pag. 119.
 Exame da escripturação da companhia de paquetes, pag. 99 e 108.
 Expediente, pag. 3, 25, 43, 62, 63, 78, 87, 106, 115, 119, 137, 166, 167, 185, 196, 208, 232, 259, 289, 302, 315 e 340.
 Feito d'armas na provincia de Matto-Grosso, pag. 27 e 107.
 Fixação da força naval, pag. 6, 26 e 45.
 > das forças de terra, pag. 6, 34, 45, 53 e 66.

Igualdade de vencimentos dos 1º officiaes da pagadoria da corte, nos que percebem os chefes de secção do thesouro nacional, pag. 71.
 Interrupções, pag. 11, 91, 142 e 233.
 Isenção aos typographos do serviço activo da guarda nacional, pag. 208.
 > de direitos á companhia de Illuminação á Gaz do Maranhão, pag. 51, 118 e 120.
 Licença a L. H. Castrioto, pag. 5.
 > a M. J. C. do Amaral pag. 5.
 > ao Dr. J. L. da S. Moura, pag. 6.
 > a diversos, pag. 30.
 Limites entre as provincias de Sergipe e Bahia, pag. 4.
 Loterias, pag. 114.
 Matrícula de estudantes, pag. 4, 6, 30, 44, 52, 87, 107, 108, 111, 116, 120, 138, 168, 186, 197, 199, 209, 260, 290, 316, 341 e 343.
 Melhoramento de aposentadoria de J. N. Pinto, pag. 4, 91, 120 e 138.
 > do porto de Pernambuco, pag. 51 e 114.
 Naturalisações, pag. 4, 30, 52, 108, 169 e 186.
 Negocios da provincia das Alagoas, pag. 79.
 > de Matto-Grosso, pag. 66.
 > do Paraguay, pag. 302.
 Orçamento da receita geral do Imperio, pag. 209, 233, 264, 291, 302, 316 e 343.
 Organização da pauta semanal, pag. 88.
 Passaportes para paizes estrangeiros, pag. 45, 64 e 79.
 Patrimonio em terras para S. A. Imperial a Sra. D. Izabel, pag. 53, 116 e 120.

INDICE.

67

- Patrimônio em terras para S. A. a Sra. D. Leopoldina, pags. 62, 66, 116 e 120.
- Pedido de documentos, pag. 26.
- » de informações, pags. 5, 26, 78, 92, 107, 108, 157, 158, 198, 199, 260 e 263.
- Pensão a diversos, pags. 167, 185, 186, 196, 209, 233 e 341.
- » a D. R. do C. Rodrigues, pags. 52, 316 e 342.
- » a D. H. M. de F. Sampaio e outras, pag. 103.
- » a M. R. Nery, pag. 199.
- » a D. V. G. da S. Tavares e outras, pag. 289.
- » a D. M. G. de Brito e M. da G. da C. Araújo, pag. 208.
- Pretensão de L. L. da Silva, pag. 26.
- » do conego F. J. Leal, pag. 63.
- » do Dr. S. B. Monteiro, pag. 316.
- » da assembléa provincial de Minas-Geraes, pag. 111.
- » de E. E. de M. Tamborim, pag. 116.
- » de J. de S. Fagundes, pag. 116.

- Pretensão de J. B. de A. Neves, pag. 119.
- » de D. P. H. de S. Rebello, pag. 157.
- » do tenente-coronel reformado L. S. Viégas, pag. 157.
- » do bacharel L. R. Villares, pag. 157.
- Privilegio a C. Pradez e outros, pags. 44, 195 e 199.
- » a J. C. Giebart, pags. 45, 88 e 108.
- » a J. J. F. de R. e Silva, pag. 302.
- Processo contra o Dr. A. J. Moreira, pag. 259.
- Prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II, pag. 4.
- Proposta do ministerio da guerra, pag. 29.
- » da marinha, pag. 117.
- Qualificação de votantes, pag. 340.
- Rectificação, pags. 209, 289 e 316.
- Reforma do regimento, pags. 49, 71, 80, 119, 181, 186, 194, 196 e 209.
- Remissão de juros a J. T. da R. Brandão, pags. 44 e 114.
- Restituição pecuniaria a L. L. e Silva, pag. 340.

QUINTO VOLUME.

- Abuso de liberdade de imprensa, pags. 104, 185 e 198.
- Alistamento do exercito e armada, pags. 133, 166 e 180.
- Antiguidade dos magistrados, pags. 51, 68 e 76.
- Aposentadoria de J. F. de A. Louzada, pags. 15, 19, 51, 68 e 104.
- » do desembargador S. A. do Valle, pags. 102, 193, 197 e 204.
- » dos empregados da camara municipal da corte, pag. 121.
- Augmento de consignação para a publicação dos debates da camara, pag. 16.
- » de ordenado ao carcereiro das cadeas da cidade de Santo Amaro, pag. 204.
- Auxilio para a obra do Dr. A. P. Pinto, pags. 9, 19, 38 e 59.
- Compromisso da irmandade das Almas, de Pernambuco, pags. 51, 68 e 211.
- Creação de um collegio eleitoral, pags. 14, 19, 71, 86, 88 e 205.
- Credito supplementar ao ministerio da marinha, pags. 5, 38 e 159.
- » » ao ministerio da fazenda, pags. 51 e 58.
- Defesa de theses, pags. 15, 19, 87 e 88.
- Direito ao meio soldo ás familias dos officiaes fallecidos em campanha, pags. 87 e 88.
- Dispensa das leis de amortização, pags. 86 e 88.
- » de pagamento a U. A. da Silveira, pag. 103.
- Eleição do Rio de Janeiro (2º districto), pag. 120.
- Emissão de papel-moeda, pag. 76.
- Entrada da princeza imperial no conselho de estado, pag. 77.
- Estrada de ferro de D. Pedro II, pags. 59, 78, 88, 106, 123 e 137.
- Etapa dos militares que lutarão na época da Independência, pag. 179.
- Expediente, pags. 3, 15, 37, 57, 70, 81, 101, 120, 134, 164, 179, 195 e 201.
- Fixação das forças de terra, pags. 137 e 166.
- Isenção de direitos de importação a diversas companhias, pags. 59 e 76.
- » » a companhia de iluminação a gaz do Maranhão, pags. 15 e 19.
- Jubilação dos lentes das faculdades do Imperio, pags. 4, 36, 88 e 205.
- Licença ao desembargador L. A. B. de Almeida, pags. 4, 86, 88 e 136.
- » a J. C. da Silva, pag. 38.
- » a J. V. V. da S. Coqueiro, pags. 51, 68, 86 e 88.
- » a diversos, pag. 180.
- Limites da provincia de Sergipe, pags. 14 e 19.
- Linha divisoria entre as provincias do Ceará e Rio Grande do Norte, pag. 104.
- Loterias, pags. 14, 19 e 38.

TOMO V

- Matrícula de estudantes, pags. 4, 5, 38, 121, 122 e 135.
- Melhoramento da aposentadoria de C. P. do Verus, pags. 4, 87 e 88.
- » do porto de Pernambuco, pags. 90, 106, 118 e 122.
- » do Maranhão, pag. 164.
- Naturalisações, pags. 58 e 204.
- Negocios do Paraguay, pags. 18, 135 e 195.
- Orçamento da despesa e receita geral do Imperio, pags. 5, 20, 39, 71 e 204.
- Pagamento a F. J. Fialho, pags. 121.
- » a M. J. T. Barbosa, pags. 14, 19 e 193.
- » a J. J. Tavares e outros, pags. 89 e 104.
- Pedido de informações, pags. 16 e 180.
- Pensão e soldo ás familias dos militares, pag. 102.
- Pensões a diversos, pags. 4, 5, 19, 71, 134, 164, 185 e 204.
- Permissão de matrícula nas faculdades do Imperio, pag. 135.
- Pretensão do Dr. E. N. Pires, pag. 38.
- » de A. P. F. Campello, pag. 38.
- » de A. M. da O. e Silva, e outros, pag. 38.
- » da assembléa legislativa do Maranhão, pag. 57.
- » do bispo de Mariana, pag. 57.
- » de F. B. de Brito, pag. 103.
- » do chefe de policia de Pernambuco, F. H. de Almeida, pags. 58 e 61.
- » de J. D. da C. Lima, pag. 102.
- » de D. F. B. Caldas, pag. 120.
- » do major A. C. Vianna, pag. 120.
- Privilegio a J. J. F. de R. e Silva, pags. 4 e 19.
- » a C. Pradez e W. F. Jones e J. B. de A. Carvalho, pags. 14, 19, 51, 68 e 122.
- » a Z. Berroso e J. J. Foster, pags. 59 e 76.
- Processo contra o bacharel A. da S. Lobo, pag. 102.
- Readmissão ao quadro do serviço activo ao tenente R. N. da Silva, pags. 15, 19, 51 e 68.
- » ao quadro do serviço activo ao tenente-coronel J. de S. Fagundes, pag. 204.
- Rectificação, pag. 104.
- Reentrada para os cofres publicos de uma quantia pecuniaria, pag. 211.
- Reforma do regimento, pag. 104.
- Restituição a L. L. e Silva da quantia que pagára como fiador de L. L. C. B. e Silva, pags. 86 e 88.
- Revogação da lei que marca os crimes que devem ser processados pelos juizes municipaes, e julgados pelos juizes de direito, pag. 102.
- Sessão extraordinaria, pag. 212.
- » Imperial do encerramento da assembléa geral pag. 213.
- Trocos miludos pags. 76 e 120.

36

APPENDICE.

Eleição do Ceará (3.^o districto). — Discurso do Sr. Fernandes da Cunha, pag. 3.
do Amazonas — Discurso do Sr. Epaminondas, pag. 31.
Orçamento da despesa e receita geral do Imperio. — Discurso do Sr. José Bonifácio, pag. 39.

Orçamento da despesa e receita geral do Imperio. — Discursos do Sr. Zacarias (presidente do conselho): pag. 47, 55, 60, 61, 63 e 64.
Património em terras para S. A. I. a Sra. D. Izabel. — Discurso do Sr. Aristides Lobo, pag. 56.
Resposta á falla do throno. — Discurso do Sr. Fernandes da Cunha, pag. 12.

FIM DO APPENDICE.